

Racismos nas trajetórias escolares e profissionais de
JORNALISTAS NEGRAS

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura

CARLA PATRÍCIA SERQUEIRA LIMA

Racismos nas trajetórias escolares e profissionais de
JORNALISTAS NEGRAS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, linha de pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Suzy dos Santos

Rio de Janeiro - RJ / Maceió - AL
2023

CIP - Catalogação na Publicação

L732r Lima, Carla Patrícia Serqueira
Racismos nas trajetórias escolares e
profissionais de jornalistas negras / Carla Patrícia
Serqueira Lima. -- Rio de Janeiro, 2023.
265 f.

Orientadora: Suzy dos Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós
Graduação em Comunicação, 2023.

1. Jornalistas negras. 2. Racismo estrutural. 3.
Feminilização. 4. Branquitude. 5. Negritude. I.
Santos, Suzy dos, orient. II. Título.

ATA DA QUINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR CARLA PATRÍCIA SERQUEIRA LIMA NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, através de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de Carla Patrícia Serqueira Lima, intitulada: **"Racismos nas Trajetórias Escolares e Profissionais de Jornalistas Negras"**, perante a banca examinadora composta por: Suzy dos Santos [orientador(a) e presidente], Giovana Xavier da Conceição Nascimento, Rosane da Silva Borges, Márcia Maria da Cruz e Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

X aprovada reprovada aprovada mediante alterações

A banca destaca a qualidade e o ineditismo da pesquisa, recomendando para submissão em prêmios – tais como Adelmo Genro Filho/SBPJOR, Capes de teses, Intercom etc – assim como recomenda a submissão para publicação por editoras da área.

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

Documento assinado digitalmente

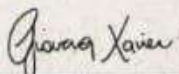
gov.br

SUZY DOS SANTOS

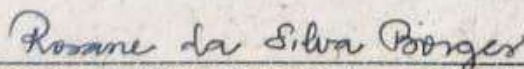
Data: 31/03/2023 14:58:19-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

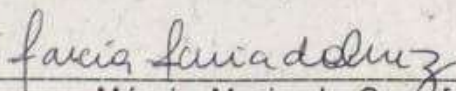
Suzy dos Santos [orientador(a) e presidente]



Giovana Xavier da Conceição Nascimento [examinador(a)]



Rosane da Silva Borges [examinador(a)]



Márcia Maria da Cruz [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente

gov.br

LÍDIA MARIA MARINHO DA PUREZA RAMIRE

Data: 31/03/2023 17:10:17-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente

gov.br

CARLA PATRÍCIA SERQUEIRA LIMA

Data: 19/06/2023 07:18:21-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Carla Patrícia Serqueira Lima [candidato(a)]

A cada jornalista que dedicou tempo de suas vidas para compartilhar dores e resistências para esta pesquisa existir.

A Ariane Félix (in memoriam) que antes de partir plantou em mim a missão de alcançar outras jornalistas negras para a escuta sobre a profissão.

A minha família e ao meu filho Ravi, que comigo viveram os desafios e as alegrias deste doutorado, não me deixando desistir.

Agradecimentos

Foram seis anos de caminhada e, neste momento, é difícil traduzir em palavras toda gratidão que sinto. Desde 2016, quando ainda disputava a vaga no doutorado em Comunicação e Cultura, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, as torcidas foram muitas. Devido a isso, este texto, no ritual de praxe dos trabalhos acadêmicos, jamais poderá ser compatível com os agradecimentos que realizo, diariamente, sem alardes.

Para cumprir a tarefa, começo a agradecer a minha família. Quando saiu o resultado, e o meu nome apareceu na lista de aprovados, como, aos 38 anos, uma mãe, solteira, nordestina, deixaria tudo em Maceió/AL e partiria sem dinheiro para assistir aulas no Rio de Janeiro? Não fosse a minha mãe, Nidinha, que assumiu os cuidados com meu filho Ravi, de 5 anos, e o apoio do meu pai, Carlos (o maior de todos os entusiastas), a primeira barreira já seria intransponível. Gratidão pelos esforços diários, ao longo de 2017 e 2018, enquanto eu assistia às aulas na ECO. Agradeço aos meus irmãos Carlinhos, Larissa e Neto, por também serem minha rede de apoio.

Agradeço ao pai do meu filho, também jornalista, Lelo Macena, pela amizade e pelas tantas vezes que ressaltou minha capacidade intelectual, o que me ajudou a persistir e a chegar até aqui. Agradeço aos amigos e amigas que me inspiram, em especial, Ana Clara Gomes, Erika Tambke, Lis Araya, Déborah Veviane, Larissa Stoner e Mayte Benício, as mulheres que foram família na terra distante. Agradeço ao amigo Vinicius Boechat, que desde o início me salvou de perrengues, fazendo de sua casa o meu próprio lar, até que eu achasse meu lugar carioca. Agradeço às professoras e aos professores que me ajudaram a ampliar os horizontes teóricos, na rotina da sala de aula e na vida prática, inspirada nas reflexões proporcionadas. Agradeço, em especial, a Suzy dos Santos, minha orientadora, pela aposta desde o começo e pela confiança nunca negada. Sabemos as tantas batalhas que tivemos que enfrentar, cada uma, até que esta tese se realizasse no tempo regulamentar. Muito obrigada, de coração!

Por fim, agradeço a cada uma das jornalistas que contribuíram de forma decisiva para que este trabalho pudesse existir. 137 mulheres, de todas as regiões do Brasil, confiaram a mim suas histórias, sem nunca terem me visto. Agradeço às jornalistas Ana Clara Gomes, Géssika Costa, Bleine Oliveira, Ellen Paes, Laís Peixoto e Mônica Lima que testaram a experiência do questionário, com paciência e dedicação, antes que eu pudesse lançá-lo na

internet. Sem a sinceridade e as dicas de vocês, o risco de não dar certo seria muito maior. Por fim, agradeço às avaliadoras Rosane Borges, Giovana Xavier, Lídia Ramires, Dione Moura e Márcia Cruz por terem aceitado o convite para a última e tão esperada aula do doutorado, a defesa.

Resumo

Este trabalho analisa os impactos do racismo estrutural nas trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais de jornalistas negras. Desde a escravidão até os dias de hoje, ideologias racistas e sexistas determinam modelos dominantes de relações sociais que interditam possibilidades de ascensão da população negra, sobretudo das mulheres negras. Na virada do século XXI, a feminilização do jornalismo mudou o perfil profissional, mas permaneceu branco, sendo as mulheres brancas a maioria na profissão atualmente. Seguindo os “rastros” que ligam o passado ao presente, desde as vivências escolares até o ingresso e a permanência (ou não) no mercado de trabalho, esta tese indica o acúmulo dos privilégios da população branca que mantém baixa a presença negra nos quadros profissionais. A partir de estatísticas e de relatos coletados através de um questionário online, 137 jornalistas de todas as regiões do país contribuíram para a realização da pesquisa, que identificou não só violências, mas também as resistências que as fazem existir na profissão. A criação de vínculos é um dos aspectos mais prejudicados ao longo das trajetórias, da escola ao mercado de trabalho, sendo o fortalecimento dos vínculos entre as jornalistas negras um dos caminhos apontados como forma de resistir ao racismo cotidiano. Eugenia, patriarcado racial, branquitude, negritude, autodeclaração racial, racismo estrutural, racismo institucional e racismo cotidiano foram conceitos trabalhados, além dos fenômenos da feminilização do jornalismo, e dos chamados “teto de vidro” e “síndrome da abelha rainha”. O mito da democracia racial e o pacto da branquitude seguem em operação, impondo barreiras para a participação efetiva das mulheres negras na construção de um jornalismo antirracista. Este trabalho, portanto, evidencia estas barreiras com intuito de contribuir com suas remoções.

Palavras-chaves: racismo estrutural, jornalistas negras, feminilização, branquitude, negritude.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1: As mulheres negras e o jornalismo no Brasil	23
1.1. Século XIX: Brancas fazem jornais, negras estão escravizadas	23
1.2. Século XX: O trabalho para as negras e a industrialização do jornalismo	36
1.3. Século XXI: A feminilização do jornalismo e o lugar das jornalistas negras	53
Capítulo 2: A pesquisa e as entrevistadas	70
2.1. Metodologia	78
2.2. Perfil das jornalistas	84
Capítulo 3: Racismos nas escolas e nos cursos de jornalismo	115
3.1. As instituições	117
3.2. Racismos nas escolas	122
3.3. Racismos nos cursos de jornalismo	139
3.4. Estágios	146
Capítulo 4: Racismos no mercado de trabalho	169
4.1. Jornalistas fora do mercado de trabalho	173
4.2. Jornalistas atuantes na profissão	178
4.3. O racismo cotidiano	188
Conclusão	214
Referências bibliográficas	220
Anexos	227

Lista de figuras

Figura 1: Ariane Félix. Arquivo pessoal

Figura 2: Print de tela do celular. Reprodução própria.

Figura 3: Michelle Sampaio. Portal UOL

Figura 4: Camila Silva. Portal UOL

Figura 5: Júlia Olliver e Silvio Santos. Portal Veja

Figura 6: Luciana Barreto na CNN Brasil. Portal O Dia.

Figura 7: Luciana Camargo e Rodrigo Cabral. Portal UOL.

Lista de quadros

Quadro 1: Siglas: Ocupação das mães.

Quadro 2: Siglas: Ocupação dos pais.

Lista de gráficos

Gráfico 1: Região de nascimento.

Gráfico 2: Região de morada.

Gráfico 3: Idade.

Gráfico 4: Ano de nascimento.

Gráfico 5: Ocupação das mães.

Gráfico 6: Ocupação das mães (%).

Gráfico 7: Ocupação dos pais.

Gráfico 8: Ocupação dos pais (%).

Gráfico 9: Estado civil.

Gráfico 10: Filhos/as.

Gráfico 11: Divisão da morada.

Gráfico 12: Autodeclaração racial.

Gráfico 13: Momento da autodeclaração.

Gráfico 14: Escolas privadas por região.

Gráfico 15: Escolas públicas por região.

Gráfico 16: Ensino superior de jornalismo.

Gráfico 17: Ensino superior privado por região.

Gráfico 18: Ensino superior público por região.

Gráfico 19: Discriminação racial na infância.

Gráfico 20: Discriminação racial na adolescência.

Gráfico 21: Dificuldade para criar vínculos afetivos.

Gráfico 22: Período de ingresso no curso de jornalismo.

Gráfico 23: Discriminação racial nas relações acadêmicas.

Gráfico 24: Estágio.

Gráfico 25: Local do estágio – Números absolutos.

Gráfico 26: Local do estágio (%).

Gráfico 27: Ingressos nos estágios.

Gráfico 28: Recrutadoras/es negras/os.

Gráfico 29: Discriminação racial no estágio.

Gráfico 30: Assédios sexuais no estágio.

Gráfico 31: Maiores dificuldades no curso.

Gráfico 32: Período de conclusão do curso. Números absolutos.

Gráfico 33: Período de término do curso de jornalismo. (%).

Gráfico 34: Títulos de pós-graduação.

Gráfico 35: Situação profissional – números absolutos.

Gráfico 36: Situação profissional (%).

Gráfico 37: Jornalistas atuantes e fora do mercado de trabalho.

Gráfico 38: Fora do mercado: tempo no jornalismo.

Gráfico 39: Funções exercidas no jornalismo.

Gráfico 40: Tipo de empresa ou instituição.

Gráfico 41: Jornalismo da empresa ou instituição.

Gráfico 42: Vínculo empregatício.

Gráfico 43: Tempo no atual emprego.

Gráfico 44: Carga horária diária.

Gráfico 45: Rendimento bruto mensal (R\$).

Gráfico 46: Rendimentos de até R\$ 5 mil por região.

Gráfico 47: Rendimentos maiores do que R\$ 5 mil por região.

Gráfico 48: Funções exercidas no jornalismo.

Gráfico 49: As 10 funções mais citadas.

Gráfico 50: Funções desejadas.

Gráfico 51: Colegas negras/os.

Gráfico 52: Chefes por gênero e raça.

Gráfico 53: Temas prioritários para abordagem antirracista.

Gráfico 54: Discriminação racial nas relações de trabalho.

Gráfico 55: Políticas afirmativas no trabalho.

Gráfico 56: Filiação sindical.

Gráfico 57: Organizações de jornalistas negras.

Introdução

Quando resolvi disputar uma vaga no doutorado na Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff estava em curso. Era julho de 2016. Quando comemorei a minha aprovação no curso, em dezembro, Dilma já havia sido deposta do cargo¹. O país vivia incertezas políticas, com opiniões de especialistas divididas sobre o impeachment ter sido ou não um golpe. Em março de 2017, deixei Maceió, minha cidade natal, para iniciar as aulas no Rio de Janeiro.

Até aqui, desde a entrada no doutorado, foram seis anos por caminhos desafiadores num contexto político de profundas mudanças no Brasil. Em setembro de 2016, Michel Temer, então vice-presidente no governo de Dilma Rousseff, assumiu a presidência com um projeto de privatizações. Em abril de 2018, o ex-presidente Lula foi preso, acusado de corrupção em processos que mais tarde seriam anulados. Em outubro do mesmo ano, Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais como um líder ultraconservador de extrema direita. No Rio, chorei por este retrocesso e também pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, até hoje impune.

Mãe do Ravi, com 5 anos de idade, quando precisei me afastar dos cuidados maternos para assistir às aulas na ECO, meu coração ainda aprenderia na vida prática o que era solidão e saudade. Foram dois anos, 2017 e 2018, cada um com dois blocos ininterruptos de quatro meses sem ver meu filho, longe de casa, da família, das amigas e dos amigos. As dificuldades financeiras tornaram o percurso ainda mais tortuoso. Meus pais - especialmente a minha mãe - cuidaram do meu filho, enquanto eu cumpria os créditos das disciplinas. No limite do desgaste emocional, logo após a vitória bolsonarista, finalmente retornei para a cidade natal.

Voltei para Maceió em dezembro de 2018 para ficar. Com a grade de aulas concluída, 2019 seria um ano para descansar dos deslocamentos para o sudeste e, enfim, iniciar as etapas da pesquisa. Em dezembro de 2019, estive no Rio para qualificar o andamento do trabalho, sem poder imaginar que uma pandemia viria logo em seguida. 2020 seria o ano de cair em campo, desenvolver a pesquisa e avançar na escrita. Mas o mundo inteiro parou em 2020, ano em que o coronavírus tirou a vida de 1,8 milhão de pessoas², sem haver ainda uma vacina.

Antes do início da pandemia, ainda em 2019, o ano que seria para aliviar das dores emocionais, eu conheci Ariane Félix. Esta história precisa ser contada com um pouco mais de

¹ O processo de Dilma Rousseff foi concluído no dia 31 de agosto. Ver mais detalhes em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

² Número de mortes em 2020 publicado pelo portal El País, disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedad/2020-12-31/em-2020-18-milhao-de-vidas-levadas-pela-covid-19-em-2021-a-esperanca-da-vacina.html>

detalhe. Ela atravessou a mim e a tese, de modo que foi decisiva nas escolhas da pesquisa. Na manhã do dia 12 de agosto de 2019, sem me conhecer, por indicação de um professor, Ariane me procurou pelo Whatsapp. Ela queria me convidar para uma mesa de debates.

Estudante de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde eu me graduei, Ariane estava às pressas montando a programação de um congresso acadêmico. Tinha três dias para inscrever a proposta no edital da Bienal da UFAL³. Logo aceitei. O objetivo dela era realizar a segunda edição do Intercomunica, evento que criou no começo de 2019, junto com uma amiga, como o trabalho final de uma disciplina. Sua proposta era discutir o tema *Mídia e Direitos Humanos: Relações Contemporâneas*.

Agosto de 2019 também era o mês-limite para eu qualificar a tese no tempo regulamentar. Depois de trocar de tema, deixando de lado a cultura do estupro na mídia para investigar a imprensa feminista, àquela altura eu ainda me sentia desconfortável com a escolha. Iria trabalhar com jornais dos séculos XIX e XX, me debruçar em fontes documentais, focar no passado. Talvez por eu ter trabalhado durante nove anos da minha vida em redação, de 2005 a 2014, tinha vontade de interagir com a atualidade, de entrevistar, de sair em campo. Na agonia do prazo, não podia imaginar que o encontro com Ariane faria outra vez meu tema mudar.

Aquele contato, mesmo que virtual, com uma aluna de Jornalismo da UFAL, mexeu com meu lado afetivo, motivou meu lado profissional. Entrei no mesmo curso que ela em 1998. Concluí em 2004. E naquele encontro, senti mais nítido o sonho de voltar para a UFAL e retribuir aprendizados. Vivi a graduação de forma intensa, festiva e politizada, viajando pelo Brasil em decorrência do movimento estudantil. Fiz amizades que até hoje estão presentes na minha vida. Saí da adolescência para a vida adulta matriculada em uma universidade pública.

Ariane e eu trocamos ideias pelo Whatsapp entre os dias 12 e 16 de agosto. Na última conversa, ficou a promessa para que no dia 1º de setembro, quando saísse o resultado do edital, a gente pudesse comemorar e finalmente nos conhecer pessoalmente. Mas não deu tempo. Ariane, aos 27 anos, sofria de depressão. Dez dias após a nossa última mensagem, na manhã de um domingo, 26 de agosto, a notícia de seu suicídio circulava nos grupos de Whatsapp.

³ Bienal Internacional do Livro de Alagoas, que ocorreu entre os dias 1 e 10 de novembro de 2019, em Maceió (AL), organizada pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal). As inscrições para congressos acadêmicos se encerraram no dia 15 de agosto de 2019.

Figura 1 - Ariane Félix



Fonte: Arquivo pessoal.

Ariane Félix: um encontro que não acabou

Chocada com a sua trágica e precoce partida⁴, a ideia de realizar o Intercomunica em sua homenagem não saía da minha cabeça. Como ela tanto queria, o evento foi aprovado no edital da Bienal da UFAL e eu sentia como um dever realizá-lo. Mas, não conhecia ninguém que estava ao lado de Ariane Félix nos preparativos. O seu perfil no Facebook foi a ponte com Blenda Machado, a amiga que parecia mais próxima. Um mês depois da passagem de Ariane, entrei em contato com a Blenda. A partir disso, com uma força extraordinária, o grupo se refez e organizou o evento nos dias 2 e 3 de novembro de 2019.

No encerramento do Intercomunica, o estudante Jamerson Soares, que conviveu com Ariane na universidade, chorava em silêncio, num canto sozinho. Eu me aproximei e dele, escutei: “fechamos um ciclo”. Mas para mim foi o contrário. O ciclo estava apenas se abrindo.

⁴ Ariane Félix tomou veneno e foi socorrida. Estava em “observação” no Hospital Geral do Estado (HGE). Na madrugada de segunda-feira, 26 de agosto de 2019, pulou do oitavo andar do prédio.

Quando digo que o encontro com Ariane Félix não acabou é porque sua breve passagem em minha caminhada me trouxe a ideia desta pesquisa.

No início de 2018, ainda pensando na imprensa feminista, buscava por disciplinas que me dessem referências sobre as questões de gênero. Segui a dica da minha orientadora, Suzy dos Santos, e encontrei Giovana Xavier. Historiadora e doutora em história social, Giovana ofereceu uma disciplina com a bibliografia inteira formada por pensadoras amefricanas⁵ sobre feminismo decolonial. No prédio da Pedagogia, no campus da Praia Vermelha, o curso atraiu estudantes de diferentes áreas e, pela primeira vez, eu estava numa turma de minoria branca.

O contato com intelectuais negras, como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Ochy Curiel, Beatriz Nascimento, Patrícia Hill Collins, Azoilda Trindade, bell hooks, Sueli Carneiro entre outras, fez abrir um novo mundo para mim. Naquele curso, em meio a tantas reflexões sobre as origens do racismo e os impactos dele na vida das mulheres negras, iniciei o processo de reconhecimento da minha própria negritude, antes muito bem camuflada na palavra parda.

Um ano após me formar em jornalismo, em 2005, iniciei a minha caminhada como repórter em jornal impresso. Cheguei ainda verde, sem nunca ter estagiado em redação. Gênero e relações raciais eram, nesta época, temas distantes da minha rotina. Não passei por seleção, fui beneficiada por ser uma conhecida do editor-geral, amigo do meu então companheiro, que acabara de assumir o posto e formava a sua equipe. Já Ariane Félix, 14 anos após isso, cotista, de sorriso largo, nas redes sociais, entre posts feministas e antirracistas, pedia por um estágio⁶.

O Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho, elaborado pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina, compara os resultados com os dados da primeira versão do estudo, divulgados em 2012. Liderada por Samuel Pantoja Lima, Janara Nicoletti e Jacques Mick, a pesquisa ouviu 6.594 jornalistas, das/os quais 57,8% se identificaram com o gênero feminino.

Entre os achados da pesquisa mais recente, o trecho a seguir nos interessa em especial: “O estudo constata que jornalistas no Brasil ainda são majoritariamente mulheres (58%), brancas (68%), solteiras (53%), com até 40 anos, um perfil que mudou pouco em relação ao levantamento de nove anos antes”. (LIMA; NICOLETTI; MICK, 2022, p. 207). Outro dado de igual importância atesta que, apesar de o jornalismo ainda ser praticado majoritariamente por mulheres brancas, a presença de profissionais negros/as aumentou, entre 2012 e 2021.

⁵ A amefricanidade é um conceito elaborado por Lélia Gonzalez que reivindica a influência africana na cultura da América Latina.

⁶ Após a morte de Ariane Félix, o jornalista Odilon Rios escreveu sobre as oportunidades negadas para ela. Disponível em: <https://reporternordeste.com.br/ariane-felix-batalhou-pelo-sim-nas-redacoes-mas-esbarrou-na-turma-do-nao/>

Uma das mudanças mais significativas foi o aumento na presença de pessoas negras entre jornalistas no Brasil: de 23% em 2012 para 30% em 2021; resultante, provavelmente, da combinação entre cotas nas universidades, ações por mais diversidade no mercado e autoidentificação impulsionada pelo avanço das lutas antirracistas na sociedade na última década. (LIMA; NICOLETTI, MICK, 2022, p. 207).

Diante do constatado aumento da presença negra na profissão e levando em conta o racismo estrutural no Brasil, acompanhar em que condições as mulheres negras exercem o jornalismo torna-se urgente e imperativo. A Gênero e Número (GN)⁷, junto com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), publicou, em 2017, a pesquisa *Mulheres no jornalismo brasileiro*, que mostra a violência de gênero no dia a dia da profissão. Porém, não aplicou o recorte racial nas perguntas, para além da autodeclaração, como veremos melhor no capítulo 1. Os depoimentos são revoltantes, porém, narram apenas as violências de gênero. Os impactos do racismo passaram batido nos relatos.

Um episódio que, vira e mexe, me salta da lembrança ocorreu em um dia de trabalho, eu na função de repórter. Não mais da Gazeta de Alagoas. Para aquela pauta, eu não levava a credencial do conhecido jornal tradicional. Certa manhã de 2015, apurando uma reportagem como freelancer para uma revista local, fui entrevistar um senhor em sua residência, num prédio da Ponta Verde, bairro ocupado em maioria por famílias brancas e ricas de Maceió. Não me apresentei como jornalista ao porteiro, apenas indiquei o apartamento que gostaria de visitar e ele, depois da checagem pelo interfone, me apontou o elevador de serviço. A sensação foi desnorteadora. Nunca tinha passado por nada parecido. Não que eu tenha notado.

No trecho abaixo, Lélia Gonzalez comenta sobre a “porta de serviço”:

Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba. Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí⁸.

Em 1980, a pesquisadora também escreveu sobre as figuras da doméstica, da mulata e da mãe preta. “A nomeação vai depender da situação em que somos vistas”⁹, explica a

⁷ “Primeira organização de mídia no Brasil orientada por dados para qualificar o debate sobre equidade de gênero” - é como a Gênero e Número se apresenta na internet. Disponível em: www.generonumero.media.

⁸ GARCIA, Esperança [et.al.]. Vozes insurgentes de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI. Bianca Santana (org). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

⁹ GARCIA, Esperança [et.al.]. Vozes insurgentes de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI. Bianca Santana (org). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019, p. 81.

pensadora. Observando o carnaval, Lélia diz que enquanto mulatas, rainhas da festa, as negras são celebradas, aplaudidas, desejadas, vistas nas TVs e são orgulho para o Brasil. Mas quando as fantasias saem de cena, quando acabam os dias de fama, quando a folia termina e a vida segue cotidiana, as mulatas voltam a ser vistas como domésticas, do lado oposto da exaltação.

Em 1977, a jornalista Neusa Maria Pereira escreveu no jornal Versus: “Dessa dominação recebemos como herança a marca de eternas prostitutas. Herança que nos ensinou a temer nossa beleza, nosso corpo e a própria condição de mulher”. Já eram os anos finais do século XX e o racismo mostrava eficácia em aprisionar as mulheres negras às funções de domésticas e objetos sexuais, as fazendo odiar a própria negritude que só trazia desvantagens. O ditado “branca pra casar, mulata pra fornicar e negra pra trabalhar” funcionou como uma tecnologia para atualizar o racismo ao longo de gerações. Abdias Nascimento explica a função da “mulata” na perpetuação do mito da democracia racial, ao comentar o ditado:

O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como “prova” de abertura e saúde das relações raciais do Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social que exprime-se corretamente é segundo o ditado popular. Nessa versão, há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do próprio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social¹⁰.

Quando Ariane Félix surgiu na minha trajetória, em 2019, já estava convencida de que qualquer estudo sobre mulheres precisava partir da literatura feminista negra, uma vez que “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, conforme ensina Angela Davis¹¹. Levando em conta os estereótipos historicamente elaborados para definir os espaços das mulheres negras e o prolongado processo de embranquecimento da população brasileira, investigar os impactos do racismo nas trajetórias das jornalistas negras passou a ser um desafio para mim. O tema da pesquisa estava definido, enfim.

De Ariane Félix para 137 mulheres

Fizemos poucas adaptações na programação do Intercomunica, o evento pensado por Ariane Félix e que, em novembro de 2019, realizamos em sua homenagem na Bienal do Livro

¹⁰ Idem, p. 62.

¹¹ Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta junto com ela”. El País, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html

da UFAL. Só uma temática foi incluída, que Ariane não havia pensado. Todo mundo concordou que era necessário discutir a saúde mental no ensino superior.

A depressão, em 1998, quando eu iniciei o curso de jornalismo, não era preocupação recorrente como é na atualidade. Pelo menos, não se falava disso. Tive uma passagem tranquila pela universidade, estudei no mesmo prédio que Ariane e a sua turma, frequentei a mesma pracinha onde então circulava o grupo que eu acabara de conhecer.

Descobri que uma estudante, também negra e cotista, havia trocado de turno, passou a estudar à noite ao invés da tarde, porque não aguentou o *bullying*. Outro jovem, este branco, nascido numa cidade do interior e morador da residência universitária, não dormia sem antidepressivos. Percebi que ter a chance de um estágio era, muitas vezes, o único jeito de ter o dinheiro das passagens, condição fundamental para assistir às aulas.

Divulgada em 2019, a *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) - 2018* mostrou que os problemas emocionais atrapalhavam o desempenho de 23,7% da população universitária, afetando mais as mulheres (28,6%) do que os homens (17,7%). Participaram 424 mil estudantes, das 63 universidades federais do país¹², totalizando 35,34% dos 1,2 milhão de matriculados em 355 cursos. Entre os problemas, dois se intensificaram entre 2014 e 2018: a ideação de morte e o pensamento suicida cresceram 68,8% e 107%, respectivamente¹³.

Em novembro do mesmo ano, a notícia de que a população negra havia se tornado maioria nas universidades federais, com 50,3% das matrículas em 2018, segundo o IBGE¹⁴, indicou uma inversão do perfil dos estudantes nas instituições públicas de ensino superior. Em 1950, por exemplo, a população branca reinava absoluta: era 63,5% do povo brasileiro, mas dona de 97% dos diplomas¹⁵. Embora a população negra tenha crescido nas universidades, ainda está em desvantagem, já que soma 55% da população, mas ocupa 50,3% das vagas¹⁶.

Outro dado importante da *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das IFES* revela que as mulheres formam a maioria absoluta entre estudantes, em todas as universidades federais, desde o primeiro levantamento, em 1996. Naquele ano, estudantes do sexo feminino representavam 51,4% do corpo discente e em 2018,

¹² Além do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, totalizando 65 IFES.

¹³ ANDIFES, p. 208.

¹⁴ IBGE, 2019.

¹⁵ RATTI, Alex; RIOS, Flávia. Lélia Gonzalez - São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 41.

¹⁶ IBGE. Desigualdades sociais por raça ou cor no Brasil. Brasília, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

somavam 54,6%. Além disso, as mulheres também apareceram nos resultados como a maior parte entre os/as estudantes cotistas, correspondendo a 55,4% do total.

A mesma pesquisa afirma ainda que, nos programas acadêmicos, como iniciação científica e extensão, a população branca está sobrerrepresentada, já que constitui 43,4% dos discentes, mas ocupa 47,2% das vagas. Outro indicador é o idioma. As mulheres somam 56,4% da população universitária, mas 62,7% não dominam o inglês, enquanto que entre os homens (45,1%), o número cai para 37%.

Acho importante revelar, para que os meus limites na pesquisa sejam compreendidos. Em 1986, eu ainda tinha sete anos de idade quando, numa manhã de domingo, meu tio praticou suicídio dentro da casa em que eu morava com meus pais, meus dois irmãos e minha irmã, num bairro da periferia de Maceió. A Lena, ou a “Nena Preta”, como também chamávamos a nossa empregada, dormia no “quartinho de trás”, com a porta virada bem para o local onde meu tio se enforcou. Nem preciso dizer o quão traumático esta perda foi para a minha família. Meu tio era homossexual numa sociedade homofóbica. Fez várias tentativas até conseguir.

Com objetivo de conhecer a história de Ariane, saber de sua infância, de sua família, de sua vida na universidade, conhecer as suas incursões pelo jornalismo, ainda fui entrevistar sua tia adotiva, considerada por ela madrinha. Blena Machado, amiga de Ariane, me acompanhou na visita. Gravei a conversa, fiz várias perguntas e anotações. Mas lá, na casa da madrinha, percebi que aquela tarefa me fazia mexer nas memórias do suicídio que, de certa forma, sofri na infância. Era 2020, emoções também abaladas pela pandemia, aceitei que não daria conta e entendi que a pesquisa poderia seguir sem me aprofundar na história pessoal de Ariane.

Durante dois meses, entre abril e maio de 2021, a pesquisa buscou alcançar o maior número de jornalistas negras, no Brasil inteiro, através de um questionário online. Os episódios em primeira pessoa que eu não pude conhecer de Ariane Félix, busquei de outras mulheres. O objetivo foi identificar os impactos do racismo em suas trajetórias, das primeiras experiências escolares até o ingresso e a permanência (ou não) no mercado de trabalho. 137 mulheres corresponderam ao chamado e responderam às mais de 100 questões propostas no questionário.

O encontro multiplicado

No dia 6 de abril de 2021, iniciei a divulgação do questionário na internet. Antes, elaborei uma lista com contatos de cerca de 100 jornalistas que identifiquei nas redes sociais ou recebi como indicação de pessoas conhecidas. A meta era receber a resposta de cem mulheres em dois meses. No segundo capítulo da tese, explico melhor as estratégias para a coleta dos

dados, que contou também com a importante e voluntária colaboração da Associação Nacional de Jornalistas (FENAJ), da Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (CONAJIRA), da Associação Profissão Jornalista (APJor), de sindicatos da categoria em vários estados, de coletivos de jornalistas negras, entre outras instituições.

O convite a seguir circulou por e-mails e grupos de Whatsapp:

Que bom que encontrei você!
Venho convidá-la para participar da minha pesquisa de tese.

Sou Carla Serqueira, jornalista e doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Se você também é jornalista e se reconhece negra, sua participação é fundamental. O objetivo do estudo é desvendar como o racismo estrutural impacta a formação e a carreira profissional de jornalistas negras no Brasil.

Mesmo que atualmente esteja sem trabalho no jornalismo, eu quero te ouvir!

Através do questionário abaixo, pretendo produzir dados estatísticos e colher relatos de experiências que poderão explicar porque ainda somos minoria nos veículos de comunicação e o que precisa ser feito para fortalecer a mídia antirracista brasileira.

Convido você a fazer parte da corrente de jornalistas que tornará possível este estudo. Escolha um momento tranquilo, responda às questões, e colabore com a geração de conhecimento que indicará caminhos para um jornalismo mais diverso no Brasil.

Link do questionário: <https://forms.gle/72FnpN17xf7GBhSJ6>

Caso conheça outras jornalistas negras, por favor, não deixe de repassar o link. Quanto mais mulheres responderem, mais completos serão os resultados!

Desde já, agradeço por sua atenção.
Receba meu abraço afetuoso,
Carla.

No livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2017), bell hooks escreveu sobre a teoria como prática libertadora. Esta tese dialoga com o seu pensamento e, acredito, foi confiando nesta perspectiva que recebi retornos emocionantes das mulheres interessadas em colaborar com as respostas. A autora adverte: “A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim”. (HOOKS, 2017, p. 86). Importante ressaltar que este trabalho não elabora conceitos novos, mas busca fazer uso de teorias feministas de intelectuais negras para apontar caminhos de transformação.

bell hooks conta que a sua busca pela teoria estava relacionada à dor.

Cheguei à teoria porque estava machucada - a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender - apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura. (HOOKS, 2017, p. 83).

Estas reflexões vieram à tona quando comecei a receber os feedbacks das jornalistas que haviam respondido ao questionário. Algumas fizeram questão de comentar a experiência, o que me deu motivação e confiança na pesquisa, como mostram as mensagens abaixo:

Curiosa para ler o seu trabalho!! (Entrevistada).

Fico feliz em poder colaborar com a sua pesquisa.
Irei responder tudo com calma e com muito carinho. (Entrevistada).

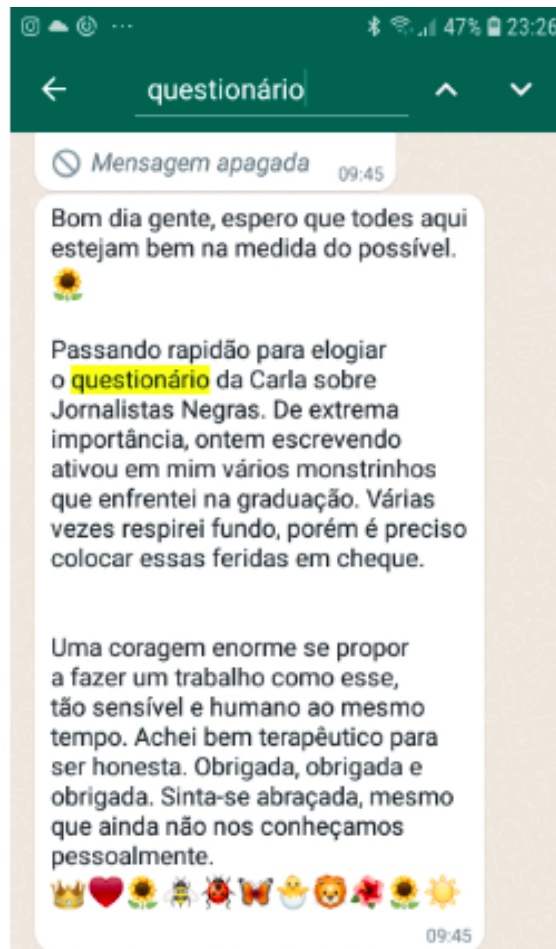
Oi Carla, o pessoal da Conajira¹⁷ tinha passado sua solicitação. Porém, como estou fora da redação há anos, em trabalho solo, atualmente como escritora e revisora, não me atrevi. Minha autoestima como jornalista está abaixo do meio fio, mas sei que amigas para quem dou consultoria brigam comigo dizendo que mando muito bem em assessoria de comunicação - imprensa, imagem e conteúdo. Mas vou responder ao questionário. (Entrevistada).

Gata
Você me anima a não desistir dos estudos.
Quero assistir, por favor não se esqueça de me convidar. Tudo de bom, Doutora Carla. (Entrevistada).

Destaco a seguir só mais um feedback, este enviado em um grupo de Whatsapp que reúne estudantes de relações raciais da ECO/UFRJ. Uma das entrevistadas falou diretamente das feridas que precisou revisitar para responder às questões que propus. Tudo indica que ela respondeu, de certo modo, crendo ser um caminho para cura, uma forma "terapêutica" de lidar com as lembranças dolorosas da graduação. O abraço que me destinou “mesmo que ainda não nos conheçamos pessoalmente”, trouxe Ariane Félix novamente. É o encontro que não acabou.

¹⁷ Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial, criada em 2010, vinculada à FENAJ.

Figura 2 - Print de tela do celular



Fonte: Reprodução própria.

Ressalto que as respostas dos questionários começaram a chegar para mim entre abril e maio de 2021, ano em que também começaram a chegar no Brasil as esperadas vacinas contra a Covid 19 para toda a população. Lembro deste episódio para registrar que as escritas das jornalistas nesta tese tiveram ainda a pandemia em curso como pano de fundo.

Grada Kilomba (2019) nos lembra da importância de aplicar a perspectiva biográfica nas análises episódicas porque, segundo ela frisa, “a experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização”. (KILOMBA, 2019, p. 85). Por ser uma experiência contínua, neste trabalho, a verificação dos impactos do racismo na vida das entrevistadas remonta à infância, com objetivo de observar as continuidades.

A principal hipótese deste trabalho é, portanto, a de que as jornalistas negras carregam em suas trajetórias um acúmulo de desvantagens decorrentes do racismo que atravessa as suas

formações escolares e profissionais a ponto de desfavorecer a permanência e a ascensão das mesmas na atividade jornalística. As resistências e as estratégias desenvolvidas desde a infância para persistir mirando as possibilidades de ascender, não só como jornalistas, mas sobretudo como mulheres negras, também foram narradas e analisadas.

A tese possui quatro capítulos. O capítulo 1: *As mulheres negras e o jornalismo no Brasil* propõe reflexões sobre três processos históricos que se entrelaçam a partir do século XIX até os dias atuais: o modelo patriarcal e racista que se impôs (e ainda se impõe) à sociedade, as transformações tecnológicas por quais passou (e ainda passa) o jornalismo, e a invisibilidade enfrentada (e que ainda enfrentam) as mulheres negras na profissão, desde o funcionamento regularizado da imprensa no Brasil, a partir de 1808. Neste capítulo, conceitos centrais são apresentados, como eugenia, racismo estrutural e mito da democracia racial.

No capítulo 2: *A pesquisa e as entrevistadas*, é demonstrado como o racismo se atualiza ao longo do tempo a partir de conceitos como racismo cotidiano, racismo institucional e patriarcado racial. Neste capítulo, a metodologia é apresentada, assim como um perfil das entrevistadas. Dados como idade, regiões de nascimento e de morada, filiação, maternidade e autodeclaração racial revelam um retrato das mulheres que tornaram esta pesquisa viável.

Já no capítulo 3: *Racismos nas escolas e nos cursos de jornalismo*, os relatos e as estatísticas revelam as condições com as quais as entrevistadas ingressaram nas instituições de ensino e como o racismo cotidiano interferiu nos processos de socialização e nas possibilidades de criação de vínculos. O racismo institucional é verificado na postura de professores/as, não só coniventes com as violências por omissão, mas delas muitas vezes participantes ativos/as. Também são analisados os estágios em jornalismo e os abusos sexuais que, das salas de aula, passam a acompanhá-las nas primeiras experiências no mercado de trabalho.

No capítulo 5: *Racismos no mercado de trabalho*, mesmo as entrevistadas que não estavam exercendo a profissão quando responderam ao questionário são ouvidas na pesquisa. Compreender por que não estavam trabalhando com jornalismo e quais os caminhos trilhados fora da profissão foi o principal objetivo. Entre as atuantes, as relações profissionais estão no foco, com o intuito de desvendar as práticas cotidianas do racismo em meio às funções hierárquicas dentro do mercado de trabalho majoritariamente feminino, mas embranquecido. As perspectivas sobre as políticas afirmativas entraram no estudo com a preocupação de conhecer propostas que possam favorecer a ascensão das mulheres negras no jornalismo.

Importante acrescentar que este trabalho é entregue com o Brasil em um contexto político de fortalecimento da democracia, comparado ao início da minha jornada no doutorado, quando o regime democrático passou a ser sistematicamente ameaçado. Após um ano preso,

Lula foi inocentado das acusações de corrupção e eleito presidente do Brasil para o seu terceiro mandato. A morte de Marielle Franco ainda segue impune, mas sua irmã Arielle Franco é hoje a ministra da Igualdade Racial. Enfim, um novo tempo se inicia com a população celebrando o “esperançar”, o ato de ter esperança, como nos ensinou Paulo Freire (1992). Não a espera vã, mas a esperança como ação, como prática na busca da transformação de um mundo melhor.

Capítulo 1: As mulheres negras e o jornalismo no Brasil

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a participação das mulheres brancas e negras no jornalismo do século XIX, os lugares reservados à elas na industrialização da profissão no século XX e as aberturas de trabalho para as jornalistas negras a partir do fenômeno da feminização, observado no século XXI. O intuito é apontar ideologias racistas e sexistas que atravessam o tempo deixando “rastros” que ligam o passado ao presente e que podem indicar um futuro de continuidades nas lógicas de organização do jornalismo.

Faremos isso, seguindo o “tempo calendário”, como define a pesquisadora Marialva Barbosa, “conector fundamental para qualquer história” (BARBOSA, 2013, p. 7). A autora explica que “se considerarmos que história é tudo aquilo que do passado chegou até o presente, serão os rastros, restos e vestígios que perduraram no tempo em diversos suportes que se constituirão nas fontes a serem interpretadas para explicitar gestos e ações pretéritas”. (BARBOSA, 2013, p. 9). Os “rastros, restos e vestígios”, neste trabalho, são as ideologias e as suas atualizações que estabelecem o patriarcado e o racismo como estruturantes no país.

1.1. Século XIX: Brancas fazem jornais, negras estão escravizadas

Diversas pesquisas atestam (SODRÉ, 1999; DUARTE, 2016; BARBOSA, 2013) que a imprensa chegou efetivamente ao Brasil em 1808, com a transferência da Família Real de Portugal para o Rio de Janeiro, embora as primeiras tentativas de fazer funcionar tipografias foram registradas desde o século XVIII no nordeste, mas rapidamente proibidas pelo governo português (SODRÉ, 1999). Cerca de 15 mil pessoas vieram na comitiva dos colonizadores junto ao maquinário da imprensa Régia, a imprensa oficial da Coroa. Uma parte dos/as viajantes ficou em Salvador, na Bahia, e a outra parte seguiu para a então sede do governo português, o Rio de Janeiro. Com a instalação da Corte no Brasil, finalmente o “marasmo” na colônia estaria com os dias contados para as mulheres, segundo Constância Lima Duarte:

A convivência com a corte e os novos costumes importados da Europa, como a etiqueta, os modismos, o gosto pela literatura, a imprensa se encarregou de difundir, impondo à parcela esclarecida da população o passo ditado pelo novo século. E as mulheres foram especialmente beneficiadas. Se predominava a indigência cultural, o sentimento de inferioridade e a reclusão mourisca - resumida no velho ditado: “a mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar, enterrar” - o quadro começa a mudar com os ventos soprados da Europa e lentamente vai deixando de ser “heresia social” instruir o sexo feminino”. (DUARTE, 2016, p. 14).

Crucial dizer que “as mulheres beneficiadas” das quais fala a autora não incluem as negras, evidentemente. Importante registrar que são poucas as referências sobre o cotidiano das mulheres negras na historiografia brasileira, do período colonial até o final do século XIX. (SANTOS, 2019; MIRANDA, 2019). Lélia Gonzalez ressalta que os homens eram predominantes na escravaria, mas que o sistema não suavizou com as escravas que, além de forçadas ao trabalho nas lavouras e nas minas, submetidas aos mesmos castigos e torturas que os escravos, não raro também eram vítimas de estupros cometidos por seus proprietários. Tal situação ainda as colocava na mira do ciúme cruel das esposas brancas que não se furtavam de feri-las gravemente, quando não, de matá-las. (GONZALEZ, 2020a).

Abdias Nascimento acrescenta que, por quase dois séculos, a população escravizada foi concentrada na região nordeste, devido à plantação de cana-de-açúcar, embora mulheres e homens escravos estivessem presentes por toda parte do território brasileiro. Desde 1530, cerca de quatro milhões de homens, mulheres e crianças africanas foram escravizadas no Brasil. (REIS, 2007). A partir do século XVIII, com as descobertas das minas de ouro e diamantes, a maior parte da escravaria foi deslocada do litoral para o interior do Brasil, principalmente para Minas Gerais. Novo deslocamento ocorreu na primeira metade do século XIX, quando caiu a produção nas minas e começou o chamado ciclo do café, com grande migração da mão-de-obra escrava para o Rio de Janeiro e São Paulo (NASCIMENTO, 1978).

Foi nesta época que os “ventos soprados da Europa”, que Constância Lima Duarte menciona, deram início à urbanização no Brasil. “Ampliou-se o comércio, houve expansão da burocracia oficial, necessária ao funcionamento do reino em novas terras, intensificaram-se as atividades econômicas e também culturais”, afirma Marialva Barbosa. (BARBOSA, 2013, p. 58). Conforme a autora, “ainda que não fosse o modo dominante na comunicação, as letras escritas e/ou impressas vão assumindo um lugar simbólico nas ruas da cidade e na imaginação daqueles que são capazes (ou não) de decifrar aqueles códigos”. (BARBOSA, 2013, p. 58). Sendo assim, a oralidade era a forma dominante e, por meio dela, as mulheres negras foram decisivas na formação cultural brasileira. (GONZALEZ, 2020a).

O primeiro censo do Brasil, em 1872, registrou 81,43% da população livre analfabeta. No total, 19,85% dos homens e 11,5% das mulheres sabiam ler. Entre a população escrava, o índice não chegava a 1%. (DUARTE, 2016). Porém, “a população parda e negra era bastante expressiva, representando 62% do total de habitantes, com destaque para os pardos (42,2%)”. (CUNHA, 2015, p. 8). Além disso, é importante frisar que os dados não significam que a população escravizada não pudesse ser considerada leitora. Não leitora de primeira natureza,

mas “por ouvir dizer” (de terceira natureza) ou “por escutar o que se lia” (de segunda natureza). (BARBOSA, 2013). A autora afirma que a oralidade predominava no século XIX.

Neste contexto de oralidade, mesmo escravizadas, as mulheres negras interferiram de forma decisiva na formação da cultura brasileira, como no português falado no Brasil. Lélia diz que, conscientemente ou não, além de transferirem para a população branca elementos da cultura africana, como cantigas e lendas, coube às mães pretas a africanização do português, que a autora indica ser mais correto chamar de "pretuguês". (GONZALEZ, 2020a).

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o “está” em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 2020b, p. 90).

Quando as mulheres brancas começaram a sair do “marasmo” dos tempos coloniais, no início do século XIX, o Brasil iniciava os debates acerca da independência do Brasil num contexto que apenas começava a arar o terreno bruto para os novos modos de vida capitalista. Os ventos da civilização chegados da Europa em quase nada refrescaram as mulheres negras que, desde o início da colonização, se dividiam em duas funções principais: trabalhadoras do eito, dedicadas às lavouras, e mucamas, destinadas aos afazeres nas casas de seus donos e donas, conforme Lélia Gonzalez (GONZALEZ, 2020a). As que, nas primeiras décadas dos anos oitocentos, haviam conquistado a própria alforria, sobreviviam, em grande parte, como vendedoras de quitutes nos centros urbanos que começavam a crescer. (DANTAS, 2016).

Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta - trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. (...) Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco (...) foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo¹⁸, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (Zumbi, por exemplo). (GONZALEZ, 2020a, p. 53-54).

¹⁸ “Espécie de lobisomem com um buraco nas costas e que come crianças malcriadas ou desobedientes. Originário do folclore africano”. (GONZALEZ, 2020a, p. 54).

A longa citação é necessária, pois estes dois papéis serão “rastros” para entendermos onde estavam as mulheres negras enquanto que as brancas buscavam, através da embrionária imprensa, fugir dos papéis de esposa e mãe que impediam a sua emancipação moral, política e financeira na recém-formada burguesia patriarcal. Não devemos perder de vista o seguinte: enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de estudar, trabalhar e votar no século XIX, as negras lutavam pelo reconhecimento da própria humanidade, tentando vencer a escravidão com fugas ou comprando a própria alforria.

Neste contexto, June E. Hahner apresenta as mulheres brancas a partir do olhar de estrangeiros que vieram povoar as terras invadidas.

Após a chegada da família real, as mulheres da elite principiaram a seguir as modas europeias, saindo eventualmente para festividades e para o teatro. Por volta da metade do século, os visitantes estrangeiros podiam notar que, nas metrópoles, as mulheres das classes superiores levavam uma vida algo menos restrita que nas cidades pequenas. Mas mesmo no Rio de Janeiro, capital e maior cidade do País, as moças de famílias ricas recebiam uns poucos anos de fina educação, casavam-se cedo e tinham pouco poder de decisão em qualquer dos esquemas básicos pelos quais se regulavam as suas vidas. Cedo, comentam os viajantes, tornavam-se corpulentas por falta de exercícios ao ar livre, ou mesmo por extenuante atividade doméstica, uma vez que se viam constantemente cercadas de escravos. (HAHNER, 1978, p. 14).

Como bem pontua June E. Hahner, as rotinas descritas eram de mulheres brancas, filhas da burguesia que se formava no Brasil. Era para este público que alguns jornais da imprensa se dirigiam. Constância Lima Duarte catalogou 143 periódicos dedicados às mulheres no século XIX. O primeiro, escrito no Rio de Janeiro pelo jornalista francês Pierre Plancher¹⁹, *O Espelho Diamantino* (1827-1828), defendia a educação feminina, ao contrário de outros que condenavam o despertar intelectual das mulheres. A primeira edição diz que “conservar as mulheres em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos, é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade”. (DUARTE, 2016, p. 40).

Marialva Barbosa explica que, entre os anos 1820 e 1840, o Brasil foi cenário para a proliferação da imprensa, com tipografias espalhadas por todo seu território. Neste momento, “uma época marcada pelo processo da independência, de consolidação da monarquia e da formação do Estado Nacional” (BARBOSA, 2013, p. 66), interessava à coroa promover o debate público em direção ao progresso econômico, cultural e social, o que exigia relações hierarquizadas e uma população menos ignorante. Importante frisar que apenas seis anos após

¹⁹ Pierre Plancher foi o criador do *Jornal do Commercio* (1827), o maior e mais importante jornal do século XIX, e era mais do que um simples jornalista francês. Era dono de jornais e o principal impressor do II Reinado, tendo recebido o título de Impressor do Reino.

surgir *O Espelho Diamantino*, o primeiro jornal para mulheres, a imprensa negra lançou *O Homem de Côr*, em 1833, marcando a presença negra no jornalismo desde o início.

Também em 1833, de acordo com Constância Lima Duarte, surgiram os primeiros jornais editados por mulheres brancas. Boa parte instigava as leitoras a se posicionarem a favor ou contra da monarquia, da Revolução Farroupilha, da Constituinte, da abolição da escravatura, entre outros temas políticos. A autora cita Dulcília Buitoni (1986) para adotar o entendimento de que a imprensa feminina era destinada às mulheres de forma ampla, mesmo quando feitos por homens. Já a imprensa feminista se diferenciava “por protestar contra a opressão e a discriminação e exigir a ampliação de direitos civis e políticos”. (DUARTE, 2016, p. 14). No Brasil, o feminismo das brancas foi vigoroso nos jornais do século XIX.

Após o primeiro *O Espelho Diamantino*, outros jornais feitos por homens para mulheres circularam, como *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), *Manual das Brasileiras* (1830), *O Despertador das Brasileiras* (1830-1831) e *Espelho das Brasileiras* (1831). Sobre os títulos, Constância Lima Duarte observa que “ao se apresentarem como *Mentor*, *Farol*, *Manual*, *Despertador* ou *Espelho*, eles se colocam acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu *status quo*” (DUARTE, 2016, p. 21). Outros ganhavam nomes de flores (rosa, tulipa, lírio, violeta, camélia, jasmim); de objetos femininos (leque, grinalda, brinco, pérola, esmeralda); e de aves (colibri, beija-flor, borboleta). Ou seja, nomes relacionados à beleza, doçura e natureza, aspectos do padrão de feminilidade da época.

Em geral, os periódicos destinados às mulheres brancas buscavam inspirações na vida civilizada da Europa, conforme Dulcília Buitoni (BUITONI, 1986). Literatura e moda foram as impulsionadoras da chamada imprensa feminina no Brasil. A estratégia era consolidar o consumo contínuo dos periódicos. Romances publicados em partes e os últimos moldes da nova moda de Paris criavam necessidades temporais e a permanente e renovada espera pela próxima edição. “Sintomaticamente, sustentar-se no eixo moda-literatura significava adotar uma linha conservadora em relação à imagem da mulher, enfatizando suas virtudes domésticas”, explica Dulcília Buitoni. “Tais veículos desaprovavam qualquer ideia mais progressista; no máximo diziam que a educação beneficiava a mulher”. (BUITONI, 1986, 41). Vale pontuar que Dulcília Buitoni usa os termos “conservadora” e “progressista”, a partir de parâmetros contemporâneos. No entanto, demarca o limite doméstico.

O primeiro jornal no Brasil escrito por mulheres, considerado feminista, foi *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), editado por Juana Paulo Manso de Noronha (1819-1875), nascida na Argentina e exilada no Brasil durante a ditadura de Juan Manuel de Rosas²⁰. Publicado no

²⁰ Juan Manuel Rosas (1793-1877) foi um político e oficial militar, eleito governador da província da Argentina

Rio de Janeiro, o periódico tinha como missão o “melhoramento social e a emancipação moral da mulher” (O JORNAL DAS SENHORAS, 1852). Apesar de valorizar o pedestal da “boa mãe”, o jornal defendia a educação feminina e o casamento por amor e não por negócio.

Com o passar dos anos, a luta por direitos civis e políticos progrediu na imprensa feminista do século XIX. Passou do protesto por uma educação para além das tarefas domésticas, como bordar e tocar piano, para a defesa da formação profissional, da escolha de casar-se ou não, da participação nas finanças da família e, por fim, para ter direito ao voto. Francisca Senhorinha da Mota Diniz, por exemplo, editou, em Minas Gerais, *O Sexo Feminino* (1873-1889), que a partir de 1875 circulou no Rio de Janeiro, para onde mudou-se com uma filha e viveu como viúva. O periódico valorizava os papéis de mãe e esposa, mas convocava as mulheres para interferir nos negócios familiares. Francisca Senhorinha vinculava a educação ao trabalho remunerado e criticava a escravidão. (SOUTO, 2013).

Para dar só mais um exemplo, o jornal *A Família* (1888-1897), editado por Josephina Álvares de Azevedo, em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, defendia não só a educação das mulheres para além das funções de mãe e esposa, como também o direito de permanecer solteira. Para a editora, as mulheres deveriam competir com os homens em tudo, do governo da casa à direção do Estado. O jornal chegou a ter 27 colaboradoras. Uma delas, Anália Franco, defendeu a educação profissional para todas as mulheres, incluindo as pobres, em especial as proletárias que precisavam garantir o sustento da família. O periódico já lutava pelo sufrágio feminino e, contrário à ideia iluminista de inferioridade das mulheres, criticava o repasse da criação dos filhos para as amas-de-leite. (SOUTO, 2013).

Não é tocando piano que havemos de educar nossos filhos. Não é ostentando ricos vestidos que havemos de guiá-los n’esta escabroza estrada da vida. E de que servem as amas? perguntarão as mulheres sem consciencia. Aquella que entrega a outras aquillo que deveria merecer-lhe toda a ternura, todo o seu desvanecimento, não é uma verdadeira mãe. Qual é a ama que pôde substituir a uma mãe? Mãe?! palavra que só pronunciando sentimos um prazer infindo. Mãe! - nome doce e suave que penetra até o fundo do nosso coração. Mãe! quem considerar bem o sentido d’essa palavra julgará de summa utilidade a educação da mulher. (A FAMÍLIA, 1889, p. 1).

Percebe-se, no discurso do periódico, o sentido de maternidade em disputa. Também está evidente que a educação deveria servir não só para aprimorar ofícios e aparências, mas para fortalecer a moral na sociedade através das funções maternas. Josephina Álvares de Azevedo, em vários textos, cita o escritor francês Aimé Martin, que dizia que quem quisesse

em 1829, quando instalou uma ditadura. Governou o país até o início de 1850. Fonte: WIKIPÉDIA. https://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Manuel_de_Rosa

saber o desenvolvimento político e moral de uma nação, procurasse saber o lugar que a mulher ocupava naquela sociedade. A mãe, assim, foi elevada à melhor pessoa para instruir as futuras gerações com princípios de cidadania. Na época, houve o esforço científico para recolocar as mulheres no lugar de mãe, uma vez que o desprezo às crianças, seres entendidos como incompletos, era comum. (TURACK, 2008). Já as amas nutriam as crianças brancas.

Os discursos sobre a feminilidade ideal podem ser vistos tanto na imprensa feminina, na forma de conselhos para exercer os papéis de esposa, mãe e guardiã da moral cristã, como na imprensa feminista, a partir dos argumentos para que as leitoras protestassem contra o patriarcado que tirava delas a possibilidade de agência intelectual, política e financeira. Afinal, “se hoje nos deparamos com uma ideia de feminilidade que nos parece *tradicional*, é importante perceber que esta feminilidade tem uma história”. (KEHL, 2008, p. 44).

(...) a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas do lar. Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a reprodução da força de trabalho. De um ponto de vista teórico e político, entretanto, a questão fundamental está nas condições que tornaram possível tal degradação e as forças sociais que a promoveram ou que dela foram cúmplices. (FEDERICI, 2017, p. 187).

Acima, Silvia Federici se refere às comunidades pré-capitalistas na Europa. Foram quatro séculos de disciplinamento das mulheres, da derrocada do feudalismo até a consolidação do capitalismo. Entre as forças sociais que promoveram tal degradação estão a igreja, o Estado e a ciência que, juntas, instituíram a caça às bruxas e estabeleceram a família como fonte de acumulação primitiva necessária ao capitalismo. O trabalho produtivo das mulheres nas comunas, antes dos cercamentos que fundaram as propriedades privadas, foi transformado em “não-trabalho”. Seus saberes sobre a natureza, seja no manejo da terra para a produção de alimentos, seja no domínio da alquimia para tratamentos diversos ou no culto aos ancestrais, foram queimados em fogueiras, desapropriando as mulheres de poder social.

Para Silvia Federici, “uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer como um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos”. (FEDERICI, 2017, p. 191). Expulsas das terras e impedidas de operar saberes em suas comunidades, foi na família que o trabalho das mulheres passou a ser útil e parecer recurso natural. De acordo com a autora, “na nova família burguesa, o marido tornou-se o representante do Estado, o encarregado de disciplinar e supervisionar as ‘classes subordinadas’” (FEDERICI, 2017, p.

193). A família passou, assim, a atuar como um “microestado” e como uma “microigreja”. Tornar as mulheres servas dos homens foi fundamental para o capitalismo progredir.

Aqui vale mais um adendo. Mesmo que a caça às bruxas na Europa tenha ocorrido em outro contexto, a partir do século XV, a mesma estratégia de dominação masculina pode ser identificada nas colônias da América Latina. Como bem pontua a autora, “o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a “anexação da América” e sem o “sangue e suor” que durante dois séculos fluíram das *plantations* para a Europa” (FEDERICI, 2017, p. 207). Silvia Federici acrescenta que “a definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa”. (FEDERICI, 2017, p. 360). Além dos cercamentos de terras que praticamente dizimaram os/as indígenas, a Europa também usou aqui a demonização para dominar.

As semelhanças no tratamento que receberam tanto as populações europeias como as da América são suficientes para demonstrar a existência de uma mesma lógica que rege o desenvolvimento do capitalismo e conforma o caráter estrutural das atrocidades perpetradas neste processo. A extensão da caça às bruxas às colônias americanas é um exemplo notável. (FEDERICI, 2017, p. 381).

Muniz Sodré nos traz um exemplo que demonstra a caça às bruxas no Brasil:

No Brasil, a Igreja Católica, além de seu passado escravagista, sempre sustentou posições caras ao racismo doutrinário. Em 1894, quando a cearense Maria de Araújo, a “Beata Mocinha” dos sertões nordestinos, foi condenada pelo Vaticano por seus fenômenos místicos (em transe, vertia sangue da boca sobre a hóstia), o argumento da Sagrada Congregação da Inquisição Universal era de que a religiosa, parceira do legendário Padre Cícero, provinha “do cruzamento de duas raças desprezíveis” (o negro e o índio). Por isso, tinha “alma execrável”. (SODRÉ, 2015, p. 170).

Nas últimas décadas do século XIX, a imigração de estrangeiros e a migração de escravos/as pelo território brasileiro, somadas às epidemias, justificavam as ações higienistas nos centros urbanos. A teoria dominante era de que a mistura de raças geraria “doenças tropicais” que debilitariam a nação. Cynthia Turack conta que “para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças”. (TURACK *in* SCHUWARCZ, 2008, p. 50). A esta altura da história do Brasil, as mulheres brancas já haviam ganhado as ruas, atraídas pelos bailes, teatros e vitrines.

Para conter as mulheres reclusas, dedicadas ao trabalho materno, o jornal *A Mãe de Família* (1879-1888), editado pelo médico Carlos Costa, defendia que as próprias mães

amamentassem seus filhos e que evitassem as amas de leite. Inspirado no jornal francês *La Jeune Mère* (1873-1883), o periódico não mediu esforços para convencer as mães da elite a assumir a amamentação, muitas vezes reforçando que as negras poderiam não ser dignas de confiança e que só deveriam ser usadas em último caso. Um trecho diz o seguinte: “Temos referido a toda a sua nudez a triste história dos casos fatais devido á má amamentação, confiada a mercenárias, verdadeiras criminósas, que alugam seu leite impuro, impróprio por todas as razões á nutrição dos pequenos entes”. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1881, ed. 9, p. 67).

O jornal *A Mãe de Família*, que se ocupou basicamente em instruir às mães sobre a qualidade do leite materno, os cuidados para uma boa escolha das amas de leite e os motivos para rejeitar leite de vaca ou compostos artificiais, também tratou de sinais que indicariam deficiências na saúde das crianças. O periódico prescreveu, por exemplo, cortar os lábios de crianças “africanas” para corrigir o “aspecto repulsivo”, conforme parte do texto “moléstias das crianças”, que explica: “Nos labios outros defeitos se acham e isso é mais frequentes nas crianças de raça africana, são os labios monstruosos para a idade e que dão a physionomia um aspecto repulsivo, para a correção d’esse vício é também preciso fazer-se uma operação, ou seja, cortar-se o que ha de mais nos labios”. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1884, ed. 6, p. 43).

Silvio Almeida esclarece que a noção de raça, como distinção dos seres humanos, remonta ao início da modernidade, a partir de meados do século XVI. (ALMEIDA, 2018, p. 19). Já Silvia Federici explica que “branco”, nas colônias americanas e no Caribe, substituiu o termo cristão, a partir de 1650, para identificar os “ingleses” ou os “homens livres”, mas com evidente conotação moral para naturalizar a hegemonia, enquanto “negro” e “africano” viraram sinônimo de escravo. (FEDERICI, 2017, p. 214). Com o surgimento do pensamento iluminista, que fundou a ideia do homem universal, no centro do universo, e que influenciou os modelos sociais na Europa a partir da Revolução Francesa, algumas teorias da evolução humana foram desenvolvidas, a exemplo do darwinismo, criada pelo inglês Charles Darwin.

Em *A Origem das Espécies* (1859), o cientista britânico defendeu que os humanos descendiam de matrizes diversas, cada uma com aspectos raciais distintos. Segundo esta teoria, a miscigenação seria a causa de degenerações, já que o “encontro racial resultaria um ser doente, mestiço, herdeiro das piores qualidades das raças, condição que inviabilizaria o progresso sócio-cultural de uma nação” (TURACK, 2008, p. 50). Antes de Charles Darwin, no entanto, autores clássicos da filosofia ocidental, como Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831) e Tocqueville (1805-1859), já posicionavam povos em hierarquias a partir das suas origens territoriais e características físicas, considerando a “raça” branca como a mais apta ao progresso das civilizações. (PIZA; PANSARELLI, 2017; SODRÉ, 2015).

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos encantamentos. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas. (KANT *in* PIZA, PANSARELLI, 2017, pág. 273).

Silvio Almeida ensina que, no século XIX, a ciência positivista, que surgiu a partir do pensamento iluminista, transformou o ser humano em objeto de estudo, à mercê da biologia e da física, primeiramente. “Nasce a ideia de que características biológicas - determinismo biológico - ou condições climáticas e/ou ambientais - determinismo geográfico - seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças”. (ALMEIDA, 2018, p. 23). Influenciada pelos saberes europeus desde a sua formação, a sociedade brasileira seguiu os mesmos passos para hierarquizar sua população de origem patriarcal e capitalista, conforme já demonstramos. E para que o capitalismo fixasse, “assim como o sexismo, o racismo também teve que ser imposto”. (FEDERICI, 2017, p. 216).

Não à tã, ainda no século XIX, leis entraram em vigor para erradicar a “mancha negra” da sociedade brasileira, conforme afirma Abdias Nascimento. O autor menciona um decreto de 1890, que dizia: “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho (...). Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos”. (NASCIMENTO, 1978, p. 71). Lélia Gonzalez, citando Carlos Hasenbalg, incrementa, explicando que raça, enquanto atributo socialmente elaborado, está relacionada à reprodução das classes sociais e à distribuição dos/as agentes na sociedade. Muniz Sodré corrobora, quando atribui ao uso da “raça” para instalar uma lógica relacional entre seres humanos.

Raça, que implica indivíduos com patrimônios genéticos diferentes, não existe (a menos que se fale de “raça humana”). (...) Falar-se de “raça” só é admissível como noção culturalmente (e jamais biologicamente) marcada, donde a possibilidade da “relação racial”, isto é, aquela caracterizada por dissimetria nas relações hierárquicas e simbólicas entre seres humanos em virtude de diferenças fenotípicas. (SODRÉ, 2015, p. 220-221).

Neste sentido, Lélia Gonzalez afirma que não só uma divisão sexual do trabalho foi compreendida pelo capitalismo, mas também uma divisão racial do trabalho. “Na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho”. (GONZALEZ, 2020, p. 56). Levando em conta o nascedouro do jornalismo em berço capitalista (SODRÉ, 1999; FILHO, 1984), nele também podemos constatar “rastros” destas divisões sexual e racial do trabalho.

Enquanto a imprensa se firmava no país, com a multiplicação das tipografias, o jornalismo também foi exercido por pessoas negras, mesmo no contexto da escravidão e apesar das políticas públicas para o embranquecimento da população, a partir das últimas décadas do século XIX. Da mesma forma que Constância Lima Duarte aponta a falta de referências à imprensa feita por mulheres no século XIX nas pesquisas sobre a história do jornalismo no Brasil (DUARTE, 2015), Ana Flávia Magalhães Pinto ressalta a ausência da imprensa negra nestes estudos. (PINTO, 2006). Quando tratadas, no pouco espaço que recebem nos trabalhos acadêmicos, ambas imprensas são analisadas à parte, raramente como ações imbricadas nas tramas estruturantes e ideológicas do capitalismo.

Mesmo antes de *O Homem de Côr*, lançado em 1833 e considerado o primeiro jornal da imprensa negra do Brasil, definida pelo propósito de combater a discriminação racial, manuscritos afixados em locais públicos já instigavam revoltas contra a escravidão. Em 1798, por exemplo, a Revolta dos Búzios, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, foi instalada em Salvador com a mediação de escritos como estes. “As vozes de Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus, Lucas Dantas e Manuel Faustino ampliaram as fronteiras da comunicação interpessoal e espalharam-se pela cidade entre livres, libertos e escravizados, reivindicando uma sociedade em que as pessoas valessem por seus talentos e virtudes e não pela cor de sua pele”, detalha Ana Flávia Magalhães Pinto. (PINTO, 2006, p. 19).

Ao longo do século XIX, foram vários os periódicos que circularam pelo Brasil, com objetivo de reivindicar a ascensão da população negra livre e liberta. Além do já citado *O Homem de Côr*, editado por Francisco de Paula Brito, no Rio de Janeiro de 1833 também surgiram *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*. Em 1876, em Recife, existiu *O Homem*; em 1889, em São Paulo, *A Pátria*; em Porto Alegre, *O Exemplo* em 1892; e ainda em São Paulo, *O Progresso*, em 1899, apenas para citar os periódicos estudados por Ana Flávia Pinto Magalhães. (PINTO, 2006). Geralmente, a existência de jornais nessa época era efêmera, porém constante. A chegada do século XX trouxe mais forte a modernização, colocando o

Brasil na fase industrial. “Na proporção e no ritmo em que se desenvolvem as relações capitalistas aqui, desenvolveu-se a empresa jornalística” (SODRÉ, 1999, p. X).

Outra característica da imprensa deste período: a ausência de registros de mulheres negras como jornalistas. Por isso, torna-se importante mencionar que, embora não estivesse à frente de jornais, Maria Firmina dos Reis, a primeira mulher a publicar romance²¹ em terras brasileiras, marca a presença das mulheres negras nas letras num Brasil ainda movido à escravidão. Nascida em 1825, na Ilha de São Luís, capital da província do Maranhão, filha de uma mulher branca provavelmente com um escravo, perdeu a mãe aos cinco anos de idade e foi criada por uma tia. Não se sabe se frequentou a escola. Autodidata, aprendeu a ler e a escrever também em francês. Teve acesso à literatura europeia e estadunidense. Colaborou com jornais locais, como *A Imprensa* e, em 1880, criou, na zona rural do Maranhão, a primeira escola mista, para educar meninas e meninos, algo impensável na época.

A estreia de Maria Firmina dos Reis foi com o romance *Úrsula* (1859). Depois, a autora escreveu *Álbum - resumo de minha vida* (1865); o conto *A escrava* (1887), publicado na *Revista Maranhense; Gupeva* (1861-1862), publicado em partes no jornal *Jardim das Maranhenses* e republicado entre 1863 e 1865 nos jornais *Porto Livre* e *Ecos da Juventude*; e, por fim, *Contos à Beira Mar*, em 1871, além de charadas, enigmas e canções, também publicados em jornais locais. “A obra de Firmina antecipa-se à militância abolicionista de Cruz e Sousa, bem como à ousadia de Lima Barreto ao desnudar o racismo gerado pela escravidão”, explica José Benedito dos Santos, frisando que os escritos de Maria Firmina são bem anteriores ao poema *Navio Negreiro* (1876) de Castro Alves. (SANTOS, 2016, p. 185).

Conforme atesta o autor, “por colocar o dedo na ferida da escravidão, mas também, por exaltar a negritude, o nome da autora e sua produção literária foram “apagados” por mais de cem anos pela historiografia literária brasileira canônica” (SANTOS, 2016, p. 186). Seu primeiro livro, *Úrsula*, foi “descoberto” em um sebo, no Rio de Janeiro, mais de um século após ser publicado, em 1962, pelo pesquisador paraibano Horário de Almeida. A segunda edição data de 1974; a terceira, de 1988; e a quarta, de 2004. Porém, desde o centenário de sua morte, em 2017, novas edições de *Úrsula* foram lançadas, provando a sua importância não só para a literatura, mas para o pensamento sobre as relações raciais brasileiras. No entanto, para os interesses capitalistas, era estratégico silenciar Maria Firmina dos Reis.

²¹ Para alguns estudiosos, a paulista Teresa Margarida da Silva Orta é considerada a primeira brasileira a escrever romance, mas, como sua obra *Aventura de Diófanes* (1752) foi publicada em Portugal, onde morava há bastante tempo, e trata de mitologia grega, um tema alheio ao Brasil, o título de romancista pioneira no Brasil não a caberia, conforme defendem outros estudiosos

A tentativa de apagamento da obra de Maria Firmina está relacionada ao projeto político colonial de silenciar toda e qualquer manifestação contrária à escravidão no Brasil e tem suas raízes claramente definidas nas relações que historicamente se estabeleceram entre o país e o continente africano, ou seja, o enriquecimento da elite brasileira com o tráfico negreiro (...). Assim, para a historiografia literária brasileira canônica, era estratégico ignorar propositalmente os autores afrodescendentes que denunciavam os abusos dos senhores de escravos. Autores afrodescendentes, como Maria Firmina dos Reis, deveriam permanecer em silêncio. (SANTOS, 2016, p. 200).

Quando consideramos a importante produção de Maria Firmina dos Reis, por tanto tempo desconhecida, é custoso acreditar que não houve participação de mulheres negras nos jornais do século XIX, tendo o jornalismo surgido como atividade crescente, num contexto de debates políticos nas páginas. Por outro lado, sabemos que as ausências percebidas estão relacionadas às divisões sexual e racial do trabalho, estando a mulher negra em pior posição na escalada social, devido às opressões de gênero, raça e classe.

Antes de avançarmos para o século XX, é importante mencionar que, tanto jornais elaborados por mulheres brancas, a exemplo de *A Família*, editado por Josephina Alvares de Azevedo, como periódicos feitos por homens negros, a exemplo de *A Pátria* e *O Progresso*, apostaram na Proclamação da República (1889) para garantirem direitos civis e políticos. No entanto, nem o voto feminino (SOUTO, 2013), uma das principais lutas da imprensa feminista da época, tampouco o combate estatal à discriminação racial, objetivo central da imprensa negra daquele momento, foram contemplados. (PINTO, 2006, p. 137). Apesar de todos os esforços empreendidos nas últimas décadas do século XIX, o voto feminino no Brasil só foi aprovado em 1932 e o racismo, até hoje, segue modelando as relações sociais.

Esperávamos nós, os negros, que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos, excluindo apenas os de mau comportamento, o que seria justíssimo. Qual não foi, porém a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares; e que os soldados pretos que nos campos de batalha têm dado provas de heroísmo, são postos oficialmente abaixo do nível de seus camaradas; que para os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos; que os poderes públicos, em vez de curar do adiantamento dos pretos, atiram-nos à margem, como coisa imprestável? (*O PROGRESSO* in PINTO, 2006, p. 148).

Foi nesse contexto de fortalecimento do racismo e de manutenção das mulheres longe da política que o Brasil e a sua imprensa chegaram ao século XX. É importante sublinhar que ainda na Primeira República (1889-1930), “observa-se o início da implantação da moderna comunicação de massa do país”, conforme afirma Marialva Barbosa. (BARBOSA, 2013, p.

189). A autora diz que a partir do início do século XX, ocorre o desenvolvimento da imprensa de “grande tiragem”, com alterações nas práticas e na organização das empresas de comunicação sob a égide capitalista. (BARBOSA, 2013, p. 194). Veremos que, com a industrialização, as mulheres negras permaneceram à margem da ascensão social, com dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, presas aos lugares de domésticas e mulatas.

1.2. Século XX: O trabalho para as negras e a industrialização do jornalismo

Almerinda Farias Gama e o século XX nasceram praticamente juntos. Em 1899, a alagoana de Maceió veio ao mundo. Aos 8 anos, perdeu o pai, ocasião que a fez migrar para Belém do Pará, em 1907, para viver com a avó paterna. Lá frequentou a escola, mas aos 11 anos parou por decisão da família. A sociedade da época não reconhecia a utilidade dos estudos para a vida das meninas. Voltou a estudar aos 20 anos, época em que conquistou o primeiro emprego como secretária. Aos 23 anos, casou, engravidou, mas perdeu a criança. Aos 25 anos, tornou-se viúva. Negra, Almerinda não nasceu pobre. Seu pai era comerciante e sua mãe, dona de casa com empregada doméstica, o que indicava certo privilégio. Desde seus 19 anos, colaborou com jornais locais, a exemplo da *Província do Pará, Estado do Pará, Folha do Norte, Correio do Pará e Belém Nova*. (TENÓRIO, 2020).

Aos 30 anos, Almerinda mudou-se para o Rio de Janeiro, após ter decidido usar a herança que recebeu do pai nos estudos. A menina que nasceu em Maceió, quando a cidade tinha 38 mil habitantes, queria explorar lugares mais promissores para conquistar a sua independência financeira. “Ela era uma mulher entre fronteiras, tanto geográficas quanto culturais”, afirma Patrícia Tenório (TENÓRIO, 2020, p. 62), que investigou a trajetória da alagoana, uma mulher nordestina que em 1933 se tornaria presidente e fundadora do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas na capital federal. No Rio, integrou a Frente Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade criada em 1922 por Bertha Lutz, militante que se notabilizou na luta pelo voto feminino. Viúva e só, Almerinda sempre trabalhou.

A partir da sua trajetória, podemos revisitar o Brasil que entrava no ritmo da industrialização, formando a sua massa de trabalhadores/as. Além de jornalista, datilógrafa e militante feminista, Almerinda foi poetisa, escritora, musicista e advogada. Na Frente Brasileira pelo Progresso Feminino, ela atuou como secretária e era responsável pela relação da entidade com a imprensa. “Tinha boas credenciais para a função: escrevia muitíssimo bem, era habilidosa com a máquina de escrever e tinha amigos em várias redações de jornais do Rio de Janeiro”. (TENÓRIO, 2020). Almerinda percebeu a burocracia crescente que marcou o início

do século XX e investiu na sua formação para ascender nos escritórios que brotavam. Ela parecia já saber que dominar as máquinas lhe abriria caminhos.

A adoção massiva no final do século XIX e início do século XX da máquina de escrever, um instrumento que servia à burocracia da vida cotidiana, foi um dispositivo de liberação para uma geração de mulheres que se profissionalizam como secretárias e datilógrafas. Almerinda foi uma delas. O domínio técnico da escrita mecânica pavimentou o caminho para Almerinda ingressar no mundo do trabalho assalariado. (TENÓRIO, 2020, p. 89).

Mas, não demorou e Almerinda compreendeu a lógica patriarcal no mercado de trabalho. Patrícia Tenório conta que a presença feminina em funções remuneradas tinha caráter transitório e excepcional, uma vez que, em geral, só aquelas que não estavam casadas disputavam estes espaços, a exemplo das viúvas, das solteiras, das divorciadas ou das que passavam por necessidades materiais, apesar do marido. Além do mais, “quando se é mulher nas primeiras décadas do século XX, as opções de trabalho assalariado são escassas, pouco promissoras e mal remuneradas”. (TENÓRIO, 2020, p. 94). A preferência era dos homens. Para se ter ideia da concorrência, em 1919, quando Almerinda ingressou na Escola Prática do Comércio em Belém, dos 370 alunos, apenas 28 eram mulheres. (TENÓRIO, 2020).

A divisão sexual do trabalho era bastante evidente na época, como ainda é hoje. As mulheres, mesmo com qualificação equiparada ou superior à dos homens, recebiam salários menores devido ao entendimento de que as mulheres não chefiavam famílias, reservando a eles o direito à remuneração maior, já que cumpriam a função de provedores do lar. Além disso, as funções que exigiam mais esforço físico e menos empenho intelectual eram destinadas às trabalhadoras que, não raro, nos ambientes masculinos dos escritórios e das repartições, conviviam com o assédio sexual e com a ideia de cuidadoras do ambiente. As datilógrafas e secretárias, por exemplo, que exerciam uma das funções mais feminizadas durante o processo de industrialização, eram alvos rotineiros de gracejos dos colegas e, por isso, também motivo de ciúmes para as esposas dos seus chefes. (TENÓRIO, 2020).

Sob esse prisma, a secretária deveria ser a dona de casa na versão escritório, responsável por cuidar do seu “marido do escritório”. Deveria executar tarefas domésticas de limpeza e organização, além de permanecer em posições subservientes (STROM, 1992). Assim como a mãe educa seus filhos em casa, a dona de casa de escritório poderia ainda ser uma figura que ajudaria a instruir moralmente os funcionários. (TENÓRIO, 2020, p. 146).

Na mesma década em que Almerinda desbravava o mercado de trabalho como jornalista e datilógrafa, em 1931 é instalada a Frente Negra Brasileira, em São Paulo. Até 1937, esta entidade ramificou-se pelo Brasil, chegando a 200 mil associados/as, ligados também pelo jornal *A Voz da Raça*, lançado em 1933 (OLIVEIRA, 1974). A tônica da imprensa negra, segundo Clóvis Moura, era “a integração do negro brasileiro (mais negro brasileiro do que afrobrasileiro) na nossa sociedade como cidadão. E isso deveria acontecer através da cultura e da educação, das boas maneiras, do bom comportamento do negro”. (MOURA, 1988, p. 2010). Para isso, o modelo de família burguesa foi adotado pelas famílias negras. Zelar pela educação e pela moral era missão da mãe e o meio para ascender.

Petrônio Domingues investigou a participação das mulheres na Frente Negra Brasileira, incluindo a presença delas no jornal *A Voz da Raça*. O objetivo do periódico era valorizar a negritude e apoiar a inserção social das pessoas de cor. “As associações negras cumpriam, fundamentalmente, o papel de produtoras de uma identidade específica, de um “nós”, negros, em oposição a “eles”, brancos”. (DOMINGUES, 2007, p. 348). Assim, a Frente Negra Brasileira visava “a elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física”, conforme seu estatuto, agindo na defesa jurídica, econômica e do trabalho da “Gente Negra”. (DOMINGUES, 2007, p. 351). Na sede, era ofertado lazer, como bar e jogos, serviços, como oficina de costura e posto eleitoral, entre outras ações de assistência social.

O pesquisador indica a posição laboral reservada às mulheres negras entre os séculos XIX e XX. Mucamas e trabalhadoras do eito na escravidão, as mulheres negras foram destinadas ao trabalho doméstico no pós-abolição, tanto nos lares de famílias abastadas como nas repartições trazidas pela industrialização. Sem muitas chances de ascender no mercado de trabalho remunerado, as mulheres eram centrais para a sobrevivência da população negra nesta época, devido à negação de empregos para os negros, amparada nas políticas imigratórias que privilegiavam os estrangeiros. Com isso, as trabalhadoras, além de cuidar dos/as filhos/as, cumpriam a função de provedoras da casa. (DOMINGUES, 2007, p. 355).

Vale acrescentar que a imprensa negra no século XX não foi inaugurada com o jornal *A Voz da Raça*. De acordo com Roger Bastide, a fase inicial é marcada pelo surgimento de *O Menelick*, em 1915. (MOURA, 1974). A segunda fase começa em 1930 e termina em 1937, período em que o jornal da Frente Negra Brasileira se torna o mais importante. No entanto, *O Clarim da Alvorada*, criado em 1924, também se notabilizou e é reconhecido como o mais expressivo veículo de comunicação da população negra até surgir o *Voz da Raça*. (MOURA, 1974). No *Clarim*, Eunice Cunha era redatora. Natural de São Paulo e militante da Frente

Negra Brasileira, neste escrito de 1935, ela incentiva o estudo entre as mulheres negras e alerta sobre o destino de empregadas domésticas que já estava preparado para as mesmas.

E nós, patricias, precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativo moral para nós negros ainda perdura. Muito a propósito do triste conceito que fazem sobre nós, olhemos o que nos preparam, notemos a fundação desta Escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domésticos. Por esta iniciativa se vê que para os brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo (...). No passado íamos das senzalas aos eitos, e hoje pretendem nos promover achando que só podemos ir da cozinha à copa. (CUNHA in SANTANA, 2019, p. 31-32)

A Frente Negra Brasileira dedicou atenção às mulheres, com textos endereçados a elas no jornal *A Voz da Raça*, mas as mantinha distantes dos espaços internos de decisão. Na entidade, ocupavam funções subalternas, o que demonstra a divisão sexual do trabalho presente na distribuição das tarefas. Clóvis Moura informa que a Frente Negra era dirigida por “um “Grande Conselho”, formado por vinte membros, selecionando-se, dentre eles, o Chefe e o Secretário. Havia ainda um Conselho auxiliar, formado pelos cabos distritais da Capital”. (MOURA, 1988, p. 208). Petrônio Domingues atesta que, apesar da militância, nenhuma “frentenegrina” compôs o “Grande Conselho”. (DOMINGUES, 2007, p. 358).

O autor menciona uma notícia do *Diário de São Paulo*, do dia 19 de janeiro de 1932. O texto informa sobre uma reunião da Frente Negra Brasileira, ocorrida no dia anterior. A presença de duzentas associadas e o fato de algumas delas terem participado ativamente dos debates ganharam destaque. No entanto, em sua organização interna, os espaços de poder eram ocupados pelos homens, ficando a cargo delas as tarefas consideradas de importância secundária, como as ações assistenciais, o zelo pela educação das crianças, a organização dos saraus, rifas e dos bailes dançantes. Dois órgãos internos, de maioria feminina nas equipes, chamados de Rosas Negras e Cruzada Feminina, foram criados para estas atividades. E como veremos, a dominação masculina no jornal *A Voz da Raça* também acontecia:

Com efeito, o jornal da entidade, *A Voz da Raça*, timidamente se enveredou por discutir os problemas que atingiam a mulher negra. Talvez, porque a participação das frentenegrinas em sua linha editorial foi quase nula. Elas dificilmente escreviam artigos. E, quando escreviam, não apresentavam um recorte de gênero para a questão racial. (DOMINGUES, 2007, p. 365).

O periódico, segundo Petrônio Domingues, veiculava valores éticos, morais, culturais e ensinamentos de como a população negra deveria se comportar, tanto na família, como na

sociedade. Episódios políticos do cenário nacional não eram escritos. Para saber sobre eles, a população negra recorria à imprensa “branca”. Clóvis Moura explica que a imprensa negra combatia a ideia de inferioridade que o termo “raça” remetia, num esforço para que a população negra se autoafirmasse psicologicamente. Conforme o autor, o conceito de “raça” era usado como motivo de exaltação da negritude dos produtores desta imprensa. “Daí, não se interessarem pelos movimentos políticos da sociedade brasileira, não tomarem posições ideológicas, quer de direita, quer de esquerda, nesses jornais”. (MOURA, 1988, p. 211).

A chegada de Getúlio Vargas ao poder, com o golpe de Estado de 3 de Outubro de 1930, abriu uma conjuntura de polarização política no Brasil. Contudo, tanto as organizações políticas de base popular quanto os partidos da elite não incluíam em seus programas a luta a favor da população negra. (DOMINGUES, 2007, p. 350).

Nesta época, as teses eugenistas, criadas no século XIX na Europa, eram defendidas com afincamento por médicos brasileiros, amparados num suposto saber científico. Maria Eunice Maciel explica que a eugenia é um conjunto de ideias e práticas comprometidas com “um melhoramento da raça humana”, baseadas na teoria da hereditariedade. Esta teoria indicava a seleção de genitores como solução para o “embranquecimento” das populações, uma vez que as habilidades e competências humanas seriam consequências biológicas. “A hereditariedade determinaria o destino do indivíduo, ou seja, as condições de sua vida já estariam dadas de antemão, e seu futuro desenhado ao nascer segundo a classificação de determinados critérios que o colocavam numa categoria ‘inferior’ ou ‘superior’”. (MACIEL, 1999, p. 121).

De acordo com Anderson Carlos, Fernanda Franzolin e Márcia Alvim, a eugenia foi defendida no Brasil com maior empenho entre os anos 1910 e 1940. O período representou “a preocupação das elites políticas e intelectuais com o deplorável estado de saúde da população, a situação sanitária e a composição racial do Brasil, além da própria preocupação inerente ao posicionamento do Brasil no âmbito internacional” (CARLOS, FRANZOLIN, ALVIM, 2020, p. 782). A partir de uma perspectiva de gênero²², o trio de pesquisadores investigou o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido em 1929, no Rio de Janeiro, considerada a maior manifestação pública das ideias eugenistas, sendo uma delas o controle da reprodução humana para selecionar os tipos que formariam as próximas gerações.

²² As autoras/as utilizaram o conceito de gênero desenvolvido pela historiadora Joan Scott no livro *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. “Para ela, gênero é baseado em relações sociais percebidas entre os sexos e que se fundam em relações de poder (Scott, 1990)”. CARLOS, FRANZOLIN, ALVIM, 2020, p. 783).

(...) em *Lições de eugenia*, Renato Kehl (1929) estabeleceu o parâmetro de mulher ideal eugênica: branca, cabelos louros e longos (dentro do padrão de beleza nórdico), educada e praticante de exercício físico (desde que não a masculinizasse). Assim, pela análise de Góes (2015, p.172-174)²³, Kehl parametrizava as mulheres por meio daquelas pertencentes às elites, enquanto às mulheres pobres e negras ele recomendava procedimentos médicos para a esterilização. (CARLOS, FRANZOLIN, ALVIM, 2020, p. 786).

As funções de mãe e esposa eram reforçadas pela lógica eugenista, que também se preocupava com a moralidade das futuras gerações e, por isso, recomendava a distância das mulheres dos trabalhos fora da esfera doméstica, uma vez que o contato com o mundo externo à família poderia corrompê-las à prática sexual e mesmo à prostituição. “Pode-se definir o pensamento eugenista geral sobre as mulheres como se elas representassem “úteros a serviço da nação”. (CARLOS, FRANZOLIN, ALVIM, 2020, p. 782-783). Não à toa, as feministas foram tratadas como ameaças no evento, havendo pelo menos dois trabalhos sobre elas. O congresso não foi exclusivo para a classe médica, sendo aberto para sociólogos, jornalistas e educadores, numa tentativa de difundir suas propostas. (MACIEL, 1999).

No jornal *A Voz da Raça*, os discursos dirigidos às mulheres negras são semelhantes aos discursos dirigidos às mulheres brancas do século XIX, que mostramos na primeira parte deste capítulo. Percebe-se o esforço da Frente Negra Brasileira para valorizar as funções de esposa e mãe, com orientações às “frentenegrinas” para que se comportassem moralmente bem até conseguirem se casar. Ou seja, o casamento era recomendado para as mulheres negras como método de garantir reconhecimento social. “Nada mais triste, mais desolador, mais digno de lástima do que uma moça ou sra. não possuir uma educação completa, para saber ser boa dona-de-casa” (A VOZ DA RAÇA²⁴ in DOMINGUES, 2007, p. 368).

Vale registrar a existência de Antonieta de Barros, catarinense negra de Florianópolis, nascida em 1901, filha de lavadeira. Em 1921, formou-se professora, praticamente a única profissão intelectual possível para as mulheres desde o final do século XIX. Alfabetizada aos 5 anos pela família, aprovada em concurso público, dedicou a vida à educação, e também escreveu para jornais locais, como o *República*. Nesse jornal, publicou por vinte anos, a partir de 1929, a coluna *Farrapos de Ideias*, assinada com o pseudônimo Maria da Ilha. Ela incentivava a participação feminina na política. Por seu trabalho, ganhou o respeito da

²³ GÓES, Weber Lopes. Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília. 2015.

²⁴ Edição *Voz da Raça* do dia 15/12/1934, página 1.

população e, em 1934, elegeu-se a primeira deputada estadual de Santa Catarina. Antonieta esteve na minoria negra que escapou do destino de doméstica. (NUNES, 2000).

Candidata a deputada federal pelo Rio de Janeiro na mesma eleição que Antonieta de Barros, Almerinda foi derrotada nas urnas. Ela não se envolveu com a imprensa negra, de acordo com Patrícia Tenório. Não há registros da participação da alagoana na Frente Negra Brasileira, que chegou a tornar-se partido político. Também não há indícios de que tenha combatido as ideias eugenistas da época. Este fato é interessante, pois indica como os debates acerca das relações raciais do início do século XX foram incorporados por Almerinda, uma trabalhadora viúva que se identificava como “mulata”. Entre as suas obras, Patrícia Tenório localizou dois textos sobre a população negra: o livro de poemas *Zumbi* (1942) e o artigo *Raça*, publicado no jornal catarinense *A Notícia*, em 1938. (TENÓRIO, 2020).

No artigo, Almerinda registrou suas impressões sobre a discussão racial no país. Ao mesmo tempo em que rejeita a superioridade intelectual ou física de brancos sobre negros e mestiços, Almerinda adota um tom apaziguador, apregoando que no Brasil não havia conflitos de raça. O artigo enaltece a miscigenação e a diversidade das raças no país. (TENÓRIO, 2020, p. 100).

Pietra Diwan explica que o regime republicano no Brasil favoreceu adesões às ideias eugenistas, uma vez que seus propagandistas alertavam que o país era ainda uma nação sem povo. “O ideal de uma República embasada na igualdade e na democracia criou a necessidade de formalizar e gerar novos campos de saber, para a produção de corpos constituintes de um povo homogêneo, tipicamente brasileiro”. (DIWAN, 2015, p. 96). O progresso rumo à modernidade era incompatível com a miscigenação reinante no Brasil, sendo necessário “limpar” o “povo” dos genes inferiores para finalmente a brancura triunfar na sua composição biológica. Renato Kehl, em 1929, publicou: “a nacionalidade brasileira só embranquecerá a custa de muito sabão de coco ariano”. (DIWAN, 2015, p. 87).

Ainda segundo Pietra Dawin, as teorias eugenistas, apesar de quarenta anos de intensos debates no Brasil, caiu no esquecimento na década de 1940, seguindo os mesmos passos que os países europeus, onde a eugenia, enquanto fundamento científico, se originou. Segundo a autora, o abandono destas ideias enquanto propostas de práticas oficiais foi consequência da deflagração da Segunda Guerra Mundial e da divulgação dos métodos de esterilização e de limpeza racial utilizados pelos nazistas. Só a partir deste momento, a eugenia passou a ser reconhecida mundialmente como uma ciência à serviço da intolerância e da

violência contra a humanidade. (DIWAN, 2015, p. 88). No entanto, no Brasil, o projeto de embranquecer a sua população não foi esquecido. A criação “do/a mulato/a” prova isso.

Os homens também são assim. Há raças variadas. Cada raça tem suas qualidades peculiares, quer seja sob o ponto de vista físico, quer seja sob o ponto de vista moral. Um e outras necessitam-se e completam-se. Como poderia o pobre do homem branco lavrar as terras africanas, se a sua pele não resiste ao sol? Exposto á incidência do sol tropical, recebe queimaduras de terceiro grau como se tivesse recebido um banho de água fervente. A pele fica toda empolada. Só o negro resiste com galhardia. O nosso índio – de raça vermelha ou amarela – conforme queiram afirmar os cientistas, traz consigo a altivez e o sentimento da liberdade. [...] No Brasil, se reconhece o valor do individuo sem levar-se em conta a raça a que pertence. E os maiores valores nacionais não têm sido de raças puras, mas de mestiços bem caldeados e negros. (GAMA *in* TENÓRIO, 2020, p. 101).

Conforme percebeu Patrícia Tenório, este trecho do artigo *Raça*, escrito por Almerinda Gama e publicado em *A Notícia*, em 1938, demonstra sua posição apaziguadora em torno das relações raciais, em sintonia com os pressupostos apresentados em *Casa Grande e Senzala*, livro de Gilberto Freyre, lançado em 1933. A obra inaugura a ideia de que, no Brasil, as relações raciais decorrentes da escravidão resultaram em harmonia social, sendo a miscigenação uma prova cabal da tolerância entre as populações branca, negra e indígena. Com isso, a figura do/a mestiço/a passa a ser notabilizada e, sobretudo, utilizada como argumento para a negação do racismo brasileiro. É neste momento que a mestiçagem deixa de ser um problema para o país e passa a ser uma solução. (TENÓRIO, 2020).

Patrícia Tenório buscou entender os não-ditos de Almerinda Gama sobre seu pertencimento racial. Nas fotografias que observou, a cor mais escura da pele de Almerinda, entre as demais integrantes da Frente Brasileira pelo Progresso Feminino, a diferenciava. No obituário, de 1921, que localizou da irmã da alagoana, Júlia Gama Martins, lá estava escrito: parda. Na pesquisa de campo, Patrícia entrevistou, no interior de São Paulo, Alana Mara Batista, amiga mais nova de Almerinda que ela considerava como filha. Alana dá pistas de como Almerinda Gama se reconhecia em termos raciais. “Ela era mulata. Ela se chamava de mulata. Era isso que ela gostava de ser chamada, de mulata – porque, realmente, ela é a mistura, ela falava ‘uma mistura do negro com um branco’”. (TENÓRIO, 2020, p. 104).

Pesquisadores como Lélia Gonzalez (GONZALEZ, 2020), Eduardo Oliveira e Oliveira (OLIVEIRA, 1974), Abdias Nascimento (NASCIMENTO, 1978) e Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2018) afirmam que a miscigenação que marca a população brasileira é resultado de séculos de estupros das mulheres negras cometidos pelos senhores brancos, prática que permeou gerações. “O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado é a

miscigenação, daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (CARNEIRO, 2018, p. 91). Lélia Gonzalez acrescenta: “o efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação” (GONZALEZ, 2020). Nasceu, assim, a mulata brasileira:

Já que a existência da mulata significa o "produto" do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social. (NASCIMENTO, 1978, p. 62).

Numa analogia ao período da escravidão, Abdias do Nascimento situa o mulato “no meio do caminho entre a casa grande e a senzala”. (NASCIMENTO, 1978, p. 69). Ele explica que o mito da democracia racial posiciona o/a mulato/a no primeiro degrau do embranquecimento sistemático da população, indicando o início da liquidação da raça negra. Vale lembrar que liquidar a raça negra era o propósito das teorias eugenistas. O pesquisador enfatiza que, diante da superioridade branca, a mestiçagem não garante vantagem para a ascensão, ficando a/o mulata/o na mesma categoria de exclusão da população negra. Ambos são “vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca”. (NASCIMENTO, 1978, p. 69).

Um episódio narrado por Patrícia Tenório sugere que Almerinda Gama, nordestina e “mulata”, sofreu discriminação em um dos eventos realizados pela Frente Brasileira pelo Voto Feminino, presidida por Bertha Lutz, mulher branca, nascida em família abastada e com trânsito entre os políticos brasileiros. A principal estratégia da entidade não era o confronto público com protestos nas ruas, mas o *lobby* amigável entre os legisladores que podiam, de fato, alterar a Constituição Brasileira e garantir o sufrágio feminino. Em um dos congressos feministas organizados pela Frente, Bertha Lutz se dirigiu a Almerinda, que secretariava o evento, e pediu para que ela se retirasse da mesa e desse lugar a um dos “medalhões” convidados, pedido que a alagoana prontamente atendeu. (TENÓRIO, 2020).

Na década de 1950, Almerinda Gama, que antes também colaborou com traduções do francês na *Revista do Trabalho*, profissionalizou-se como jornalista, passando a integrar o quadro fixo do jornal carioca *O Dia*, o único onde atuou como profissional contratada no alto de seus 50 anos de idade. (TENÓRIO, 2020). Embora tenha desempenhado as funções de secretária, datilógrafa, revisora, escrevente de cartório e tradutora, Almerinda sempre dizia que sua profissão era a de jornalista. De acordo com Patrícia Tenório, até a velhice, a jornalista

esteve vinculada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do município do Rio de Janeiro e à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj). Nas redações, não se curvou ao machismo, conforme sinaliza Alana Mara, a amiga criada como sua filha:

(..) toda hora, ela tava se emperecando com alguém; porque, se fosse homem e fosse barrar ela, ela já dava uma de homem também — achava que nenhum homem tinha que peitá-la, porque quem era ele? Ela já não tinha marido, pra poder não tá dando satisfação; por que ela ia dar satisfação ao que não era nada dela, nem patrão, nem nada? Então, ela, toda hora, tava se alterando com alguém ou achando que ele não tinha o direito de tá tomando satisfação na vida dela. (TENÓRIO, 2020, p. 138).

A valentia de Almerinda Gama entre colegas, numa época em que o jornalismo ainda era majoritariamente masculino, remete à forma como Ana Arruda Callado precisou lidar com a sua equipe. “Tive de ser sargentona para ganhar respeito”²⁵, lembrou a jornalista branca, nascida em Pernambuco, em 1937, e que em 1966 se tornaria a primeira mulher a exercer a chefia de reportagem. De família numerosa, com 15 filhos, quando criança, Ana Callado já montava uma redação em casa e brincava de fazer jornal. Na adolescência, fez jornais para jovens da igreja. Boa em matemática, decepcionou o pai e a professora quando resolveu ser jornalista. Esteve na gráfica do então recém-criado *Última Hora* (1951), com uns 15 anos, e não teve dúvida de qual profissão queria. (CHICO; UCHA, 2013).

Aos 17 anos, Ana Arruda entrou na faculdade de jornalismo. “A faculdade me formou, principalmente, para eu poder entrar numa redação de jornal”. (CHICO; UCHA, 2013). Em 1957, concluiu o curso e procurou ingressar no mercado de trabalho. Recebeu de um amigo a dica de que o *Jornal do Brasil* estava passando por uma reforma, poderia haver alguma oportunidade. Foi lá, pediu uma vaga e aos dezenove anos, iniciou estágio no *Jornal do Brasil* (1891), um dos cinco maiores jornais na virada do século XX. Os outros eram *Correio da Manhã* (1901), *Gazeta de Notícias* (1875), *O Paiz* (1884) e *Jornal do Commercio* (1921). “A popularização dos jornais diários e a construção do grande público transformaram essas empresas em verdadeiras indústrias da informação”. (BARBOSA, 2013, p. 199).

Alzira Alves de Abreu explica que após a Segunda Guerra Mundial, os jornais tornaram-se empresas comerciais, detentoras de poder econômico, com inovações técnicas, gráficas e editoriais. No Brasil, a pesquisadora aponta que a crise política que levou o presidente Getúlio Vargas ao suicídio, em 1954, pode ter sido um divisor de águas para o jornalismo, que abandonou seu caráter político-opinativo e entrou de vez na era da notícia. Segundo ela, antes deste episódio, a imprensa intensificava a linguagem violenta e apaixonada

²⁵ Entrevista para BBC News Brasil.

para tratar temas políticos, passando a investir na objetividade para construir e transmitir notícias. (ABREU, 2008, p. 10). Nesta época, conforme Alzira Abreu, o anticomunismo e os projetos de desenvolvimento nacionalistas inflamavam os debates.

Também na década de 1950, se constata a profissionalização da atividade jornalística, embora as primeiras ideias de criar um curso de jornalismo no Brasil tenham surgido na primeira década do século XX. Em 1907, Gustavo de Lacerda fundou a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, desde então, sonhava com uma Escola de Jornalismo. Na época, ele percebeu uma hierarquia nas redações cariocas, deixando em posição subalterna os repórteres que supriam a necessidade dos jornais de irem às ruas para estarem mais perto dos leitores, fazendo notícias sobre a cidade que se popularizava. Gustavo de Lacerda, repórter de rua, sentia o desprezo e a “divisão de classe” que vinham dos “jornalistas de gabinete”, conhecidos como redatores, mais alinhados com o jornalismo do século XIX. (MELO, 2004).

Gustavo de Lacerda faleceu precocemente, segundo José Marques de Melo, mas seu projeto de criar uma Escola de Jornalismo no Brasil foi levado adiante pela ABI que, no 1º Congresso de Jornalistas, em 1918, aprovou a ideia. Em 1938, o curso foi criado na Universidade do Distrito Federal, tendo à frente o alagoano Costa Rego, político, jornalista e também integrante da Associação Brasileira de Imprensa. O curso não prosperou e, apenas na década de 1950, a formação em nível superior alcançou o jornalismo de modo mais decisivo. (MELO, 2004). “As faculdades de filosofia colocaram no mercado um novo contingente de profissionais, com formação mais especializada, determinando o aparecimento de um novo jornalismo, mais voltado para a informação. (ABREU, 2008, p. 10).

Ana Arruda ingressou nesse “novo jornalismo”, mas numa redação que ainda tinha a maioria dos colegas habituados ao jornalismo sem formação superior. Os redatores, até então, costumavam ser recrutados nos cursos de Direito. (MELO, 2004). Devido à chegada com a credencial de formada em um curso de jornalismo na redação do *Jornal do Brasil*, Ana Arruda recebeu um conselho: “O Wilson até me recomendou logo na primeira semana: “Ana, não conta que você fez curso de Jornalismo, não, porque vão rir de você. Aqui ninguém fez curso de Jornalismo”. (risos) É engraçado isso, né?” (CHICO; UCHA, 2013). Embora pioneira na chefia, Ana não foi a primeira mulher a trabalhar no *Jornal do Brasil*. Quando chegou na redação, ela revelou existir uma convivência respeitosa com os colegas.

Na entrevista a Paulo Chico e Francisco Ucha, Ana Arruda recorda episódios que revelam as funções que as mulheres exerciam na redação e como era vista uma jornalista na época. Silvia Donato, como repórter, e Clecy Ribeiro, da editoria internacional, eram suas colegas no *Jornal do Brasil*. A jornalista não esquece da presença das “noticiaristas”.

Conforme conta, “eram funcionárias do Ministério que traziam as notícias do Ministério para o jornal no fim do dia. Eram senhoras de mais idade”. Por ser mulher e jornalista, Ana Arruda enfrentou o preconceito da sociedade. “Pessoas que eu ia entrevistar, em viagem. Aí havia. “Pô. O que é isso? Jornalista o quê? Mulher andando sozinha, viajando sozinha...”. Eu escutei isso muitas vezes. Agora, do pessoal de Redação não”. (CHICO, UCHA, 2013).

Quando assumiu a chefia de reportagem, em 1966, no jornal *Diário Carioca*, Ana Arruda contou que enfrentou resistências dos jornalistas mais antigos na profissão. Certo dia, precisou demitir um deles na frente dos demais para impor respeito:

Falavam que não tinham que me explicar o que iam fazer, para ver como é que eu ia reagir. Aí, um dia, o Jorge Segundo me disse: “Não tenho que explicar nada não. Estou dizendo que a matéria não deu, ué!”. E eu levantei e disse: “Tem que explicar sim. Tem que me dizer o que é que houve, o que é que você fez!”. E ele fez assim: “Ah!”, botou o paletó assim e deu as costas para mim. Nunca me esqueci o gesto com o paletó... Aí eu olhei e tinha três dos antigos no fundo da sala. Eu peguei o telefone: “Seu Zélio, Ana Arruda!” Zélio Valverde, o gerente. “Oi, dona Ana, tudo bem? O que a senhora deseja? Estou às ordens...” E eu falei: “Eu quero que o senhor faça agora a demissão do Jorge Segundo”. Ele disse: “Como?” “Estou pedindo... Pedindo não, estou mandando o senhor demitir esse rapaz agora!” Bati o telefone. Ficou aquele silêncio de morte. Ele foi demitido e nunca mais ninguém chegou para dizer que a matéria não deu e eu não explico. Mas isso é horrível! Eu tinha que ser violenta porque sendo amável não impunha respeito. Que coisa, né? Claro que é cruel ver. Mas eles achavam um desaforo ser comandados por uma mulher. Coisa curiosa, né? (CHICO, UCHA, 2013).

Enquanto a profissão de jornalista acompanhava as transformações impostas pela industrialização, com a produção em escala de notícias formatadas por padrões importados dos Estados Unidos e a rendição à publicidade crescente ao ritmo capitalista da modernidade (ABREU, 2008), vale acrescentar que as mulheres negras, enquanto grupo social, ainda lutavam por condições mínimas de trabalho nas funções subalternas de domésticas que lhes restaram praticamente como único meio de remuneração. Se a profissão de jornalista passava a exigir o domínio de técnicas como a datilografia e habilidades no manejo da língua portuguesa, fica evidente que para ingressar e ascender na carreira, a formação escolar e a especialização profissional garantiam vantagens para quem tinha acesso à educação.

O censo de 1950 foi o último a nos fornecer dados objetivos, indicadores básicos relativos à educação e aos setores de atividade econômica da mulher negra. O que não se constatava era o seguinte: nível de educação muito baixo (a escolaridade atingindo, no máximo, o segundo ano primário ou o primeiro grau), sendo o analfabetismo o fator dominante. Quanto às atividades econômicas, apenas 10% trabalhavam na agricultura e/ou na indústria (sobretudo têxtil, e em termos de Sudeste-Sul); os 90% restantes concentrados na área de prestação de serviços pessoais. (GONZALEZ, 2020a), p. 56-57).

Os dados trazidos por Lélia Gonzalez demonstram que as mulheres negras estavam, em massa, colocadas às margens da industrialização, distantes das vagas melhor remuneradas no mercado de trabalho. A pesquisadora acrescenta que a indústria têxtil entrou em decadência com a modernização, fazendo as mulheres negras perderem seus postos de operárias. E, diante das tentativas de ingressar em outros setores, como a indústria de alimentos e de roupas, enfrentava outra barreira, além da defasagem em educação: a seleção racial que “favorece muito mais a operária branca ou “morena” do que a negra”. (GONZALEZ, 2020a). Neste contexto, mulheres reivindicavam direitos na imprensa negra.

Assistente social, Maria de Lourdes Valle Nascimento era também redatora, diretora e gerente do jornal *Quilombo*, entre os anos 1948 e 1950. Foi fundadora do Conselho Nacional de Mulheres Negras. Neste período, manteve a coluna Fala Mulher, para discutir as condições de sobrevivência das mulheres negras no pós-abolição. Segundo ela, ao ocupar o lugar de empregada doméstica, a mulher negra estava sujeita à discriminação estatal, sendo tratada como criminosa pela polícia, uma potencial ladra. “Muita gente não sabe que, ao invés de carteira profissional, as domésticas são fichadas na polícia”, escreveu ela, num texto de 1949. (NASCIMENTO *in* SANTANA, 2019, p. 36). No mesmo artigo, Maria de Lourdes reivindica a regulamentação da profissão de doméstica e enumera suas vulnerabilidades:

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possam existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e pós-parto, sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão. (SANTANA, 2019, p. 35).

O trabalho doméstico no Brasil só foi regulamentado em junho de 2015, mais de 70 anos depois, quando entrou em vigor a Lei Complementar nº 150. Isso evidencia que a negação de direitos para as empregadas domésticas atravessou o século XX e ainda consumiu uma década e meia do século XXI. Em 1936, Laudelina de Campos Mello criou a primeira associação de empregadas domésticas do Brasil, fato que comprova ser histórica a luta pelo reconhecimento profissional desta categoria no país. Em 1990, numa entrevista, Laudelina recordou episódios que demonstram a seleção racial em prática na década de 1950, mesmo em empregos de menor remuneração e nenhuma garantia trabalhista, como os domésticos. Para ocupar as vagas no período da industrialização brasileira, “prefere-se branca”:

Foi logo que eu vim pra Campinas, 54, 55, por aí: de manhã, comprava o jornal Correio Popular, tava “precisa-se de uma empregada, prefere-se portuguesa, precisa-se de uma cozinheira de forno e fogão, prefere-se branca”. Falei: “eu vou acabar com essa coisa”, aí fui lá no Correio e perguntei: “quem é o diretor daquela parte?”, e o porteiro lá me disse “é Bráulio Mendes Nogueira”. Subi no elevador, já saí em frente dele, falei: “Você que é o Bráulio Mendes Nogueira?” — “Sou, em que lhe sirvo?” — “vai servir em muita coisa”. Falei: “E que história é essa de precisa-se de uma empregada, prefere-se branca; precisa-se de uma empregada, prefere-se portuguesa?”. Aí o Bráulio disse: “É, eles vem pedindo, traz o anúncio já escrito, a gente é obrigada a publicar. Mas quer saber de uma coisa? Vou acabar com esse negócio, a senhora topa a briga?”. Falei: “Topo”. Dia seguinte, seis horas, comprei o jornal, não tava... “precisa-se de uma empregada”, mas não dizia a cor nem a nacionalidade. (MELLO in SANTANA, 2019, p 44-45)

A longa citação se faz necessária para evidenciar que o plano de embranquecimento da população atuou também na economia, mantendo à margem do trabalho assalariado as pessoas negras. Ao mesmo tempo, o mito da democracia racial criava uma falsa identidade de povo cordial e estabelecia “um pacto narcísico da branquitude”, conforme explica Cida Bento: “que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais”. (BENTO, 2002, p. 7). Um efeito disso é fazer pensar que “havendo oportunidades iguais para todos, aqueles que não conseguem êxito serão os incompetentes, os despreparados. Nestes residirá o problema e não na sociedade e suas instituições”. (BENTO, 2002, p. 12). O racismo, assim, passa a ser negado como prática no Brasil.

As mudanças nas experiências comunicacionais no país foram aceleradas durante o século XX, que começou com a imprensa ilustrada sendo a novidade no início dos anos 1900, com desenhos, charges e fotografias requerendo do público a capacidade da leitura simultânea de imagens e textos, adiantando percepções que mais tarde, na década de 1950, seriam ainda mais massificadas com a chegada da televisão. Antes, a partir de 1920, o rádio já oferecia noticiário e entretenimento com a comodidade da escuta e a vantagem de alcançar pelo som distâncias geográficas com maior velocidade e economia do que os impressos. A popularização de novos meios estabeleceu uma concorrência que até então inexistia para os jornais, que tiveram que se reinventar enquanto empresas. (BARBOSA, 2013).

Gerson Moura explica que foi no embalo da Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos investiram na difusão da indústria cultural no Brasil, momento em que rádio, jornais, revistas e emissoras de TV proliferaram em território nacional. Com acordos econômicos costurados entre os dois países aliados na guerra, a população brasileira, a partir da década de 1940, passa a ser influenciada pelo estilo de vida norte-americano cada vez mais estimulado ao consumo de produtos largamente fabricados. (MOURA, 1984). Se antes tais influências vinham

da Europa, primeiro de Portugal e depois da França, na segunda metade do século XX, chegavam dos Estados Unidos, que, naquele momento, enxergaram no Brasil mais um parceiro para levar adiante seu projeto de tornar-se a maior potência da economia mundial.

Já se disse que a fantástica difusão cultural norte-americana após a Segunda Guerra Mundial foi algo não programado e que, por algum motivo, o imperialismo americano teve um sucesso sem precedentes na exportação de padrões de comportamento, gostos artísticos, hábitos de consumo - o que praticamente universalizou o chamado "american way of life". A existência de canais e conexões nacionais que reproduziam espontaneamente tais padrões de consumo, arte, ciência, técnica e comportamentos pode ser constatada na década de 50 e daí por diante. (MOURA, 1984, p. 4).

A ironia do autor encontra respaldo no monopólio da produção e da distribuição da informação mundial, formado pelos países detentores das tecnologias bélica, nuclear e industrial, conforme detalha Ana Alakija. A pesquisadora analisou os impactos deste monopólio na formação de identidades nas Américas, sobretudo no Brasil. "Oitenta por cento das informações internacionais que circulavam em todo o mundo naquela época era difundida pelas agências noticiosas UPI-AP (Estados Unidos), Reuters (Inglaterra) e AFP (França)". (ALAKIJA in BORGES, BORGES, 2012). Ana Alakija salienta que a construção de identidades sociais se dá através de aparelhos como a educação e a comunicação, sendo inegável a influência deles na determinação e na reprodução de valores éticos e estéticos.

O padrão de expressão da informação e das ideias que serviu para mitificar o Brasil como um país onde reinava a democracia racial verificou-se, principalmente a partir de 1964, com a ascensão do governo militar, que respondia ao projeto liberal, na época bipolarizando o mundo, e buscava a sua consolidação no Cone Sul, através da implantação de ditaduras apelidadas de 'verdes-olivas'. (ALAKIJA in BORGES, BORGES, 2012, p. 122).

Após o fechamento da Frente Negra Brasileira, em 1937, com a instalação do Estado Novo, o movimento negro voltou a se organizar, em 1944, com a fundação do Teatro Experimental do Negro, que editava o jornal *Quilombo*, já mencionado anteriormente. O pesquisador Abdias do Nascimento foi o criador deste órgão de luta que, nas suas palavras, "tanto denunciava as formas de racismo sutis e ostensivas, como resistia à opressão cultural da branquira". (SOUZA, 2006, p. 79). A entidade buscou, através da arte, "instalar mecanismos de apoio psicológico para que o negro pudesse dar um salto qualitativo para além do complexo de inferioridade a que o submetia o complexo de superioridade da sociedade que o condicionava". (SOUZA, 2006, p. 79).

Mais tarde, durante a ditadura militar imposta ao Brasil a partir de 1964, é criado o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, em São Paulo. Florentina Souza explica que a organização apontava explicitamente as ambiguidades da democracia racial e denunciava o racismo presente na sociedade brasileira. De acordo com a autora, o MNU não visava “adestrar o negro para integrá-lo, mas contribuir para mudanças no perfil da sociedade, de modo que negros e outras minorias também tenham suas identidades e espaços de atuação assegurados”. (SOUZA, 2006, p. 80). Lélia Gonzalez integrou os quadros do Movimento Negro Unificado e percebeu que o sexismo estava presente na militância, o que dificultava o debate sobre os problemas específicos enfrentados pelas mulheres negras.

Para ampliar os espaços de luta a partir de uma visão feminista e antirracista, o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras foi criado no Rio de Janeiro, em 1983, tendo Lélia Gonzalez como uma das fundadoras. Faziam parte do grupo desde mulheres da periferia até aquelas que conseguiram maior mobilidade social como acadêmicas. A entidade manteve, entre 1985 e 1989, o *Informativo Nzinga*, com objetivo de valorizar as influências africanas na cultura brasileira e repercutir a exclusão das mulheres negras, considerando gênero, raça e classe como categorias essenciais. Em seu número 4, Pedrina de Deus, uma das integrantes do coletivo, enumera as opressões enfrentadas pelas mulheres negras que as colocavam em lugar de maior desvantagem, uma vez que racismo e sexismo agiam imbricados:

Toda essa ideologia cai em dobro na cabeça da mulher negra (...). Porque nasceu mulher, a mulher negra já cresce numa situação de desvantagem em relação a qualquer outro membro da sociedade. Ela vai recebendo desde pequena a informação de que a servidão está na sua natureza de mulher e negra. E, à medida que ela vai se convencendo de que sua posição é de dependência em relação ao homem e em relação aos brancos, ela se torna um ser passivo diante da sociedade. (...). Essa sensação de incapacidade como mulher e como negra nos afasta da luta pelos nossos direitos de pessoa humana. (DEUS in NZINGA INFORMATIVO, n. 4, 1988, p. 4-5).

Enquanto isso, nas empresas de comunicação de massa que, de acordo com Ana Alakija, “sintonizava com a política geral implementada pelos governos, que privilegiava minorias em detrimento dos interesses da maioria do povo brasileiro, favorecendo a objetivos de grandes grupos nacionais e estrangeiros” (BORGES, BORGES, 2012, p. 126), a presença de profissionais negros e negras era escassa. Muniz Sodré atesta a divisão racial do trabalho dentro das redações. “Quem trabalhou muito tempo na imprensa brasileira sabe que aos negros, quando um ou outro conseguia ser admitido, reservava-se sempre o lugar da “cozinha”, velha gíria jornalística para tarefas que não requeriam visibilidade pública - como diagramação, revisão, copidescagem etc” (BORGES, BORGES, 2012, P. 173).

Sandra Almada acrescenta que, embora sejam concessões públicas, os meios de comunicação são geridos como bens patrimoniais de natureza familiar, oriundos de “elites descendentes dos grupos sociais que, no passado histórico do país, sempre gozaram de privilégios”. (BORGES, BORGES, 2012, p. 26). Muniz Sodré corrobora: “a mídia desenvolveu-se aqui (e também em muitos outros países, vale sublinhar) como um bem patrimonial - os sujeitos econômicos da indústria da informação e do imaginário são predominantemente famílias”. (SODRÉ, 2015, p. 277). Ele iguala as empresas a “feudos” das elites nacionais e internacionais “que tiveram o seu poderio aumentado (na razão direta da concentração de renda) desde a república getulista até hoje”. (SODRÉ, 2015, p. 277).

Não podemos partir para o século XXI, sem antes mencionar o pioneirismo de Glória Maria, a jornalista negra que, em 1971, ingressou na TV Globo, a emissora que, desde a sua fundação, em 1965, possui significativa audiência e participação no mercado da comunicação de massa no país. As informações sobre a admissão de Glória Maria que circulam na internet não são precisas, sendo ela uma mulher que escolheu não revelar detalhes da sua vida publicamente. Para a pesquisadora Cristine Gerk, Glória Maria concedeu entrevista sobre as suas percepções acerca das mudanças no jornalismo desde o início da sua carreira até hoje. Das oito perguntas, apenas duas foram relacionadas à história pessoal da jornalista.

Ao responder sobre o que a inspirou a ser jornalista, Glória Maria falou sobre seu gosto pela escrita, sobre a paixão pela notícia e sobre a ideia que sempre nutriu de mudar o mundo com a profissão. Neste trecho, ela fala que, quando começou a carreira, não havia glamour na televisão. “Eu comecei numa época que o jornalismo não tinha glamour, o repórter não aparecia no vídeo, aparecia em função da notícia. Então, durante anos eu trabalhava e só aparecia a minha mão no ar. Então eu tinha que ser alguém pela notícia que eu conseguia”. (GERK, 2020, p. 269). Sem o rosto revelado por anos, Glória Maria, na segunda resposta sobre a sua trajetória, enfatiza que, por ser negra, não tinha referências na profissão.

Primeiro que eu era mulher, negra, de uma família pobre, então eu não tinha em quem eu me espelhar porque não havia outra mulher, não havia outra mulher negra, não havia outra mulher que fosse pobre como eu, então não tive referência, eu tive que buscar meu próprio caminho (MARIA in GERK, 2020, p. 269).

E este caminho percorrido continuou solitário por décadas, adentrando o século XXI. Muniz Sodré, omitindo o nome de quem fala, dá pistas de que se refere à Glória Maria, uma vez que só ela se enquadra no perfil que desenha. O pesquisador analisa, numa nota de rodapé, a permanência longa e até então solitária da jornalista negra na Rede Globo:

Vale registrar a respeito deste tópico que a rede hegemônica de televisão no Brasil (Rede Globo) vem concedendo há muito tempo espaço para uma repórter negra no vídeo. Há algo aí do que se poderia chamar de know-how norte-americano na gestão da imagem empresarial: reserva-se um lugar único para uma colored, à maneira do sistema de quotas, produzindo-se um simulacro profissional de democracia racial. (SODRÉ, 2015, p. 280).

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, nos anos 1990, a partir de cabos e satélites, proporcionando a ampliação das redes de radiodifusão, informática, vídeo e telefonia, segundo Ana Alakija, mas, sobretudo, com a abertura do mercado para estas inovações, o mundo começou a viver uma revolução nas experiências comunicativas. Porém, conforme salienta a pesquisadora, “o Brasil dos anos 1990 foi ainda marcado por um modelo altamente verticalizado, com os meios de comunicação de massa determinando e pautando o que deve ser notícia”. (BORGES, BORGES, 2012, p. 130). Foi neste momento, entre o arcaico e o inovador, que o jornalismo no Brasil começou a feminilizar a profissão. Em 1999, a dois meses de completar 100 anos de vida, Almerinda Gama faleceu sem ver esta inversão.

1.3. Século XXI: A feminização do jornalismo e o lugar das jornalistas negras

“O jornalista, até final dos anos de 1990. A jornalista, a partir de então”. É com esta frase que a pesquisadora Roseli Figaro apresenta a feminilização do jornalismo no Brasil. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho, tabulados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), a mudança do perfil dos jornalistas teve início em meados dos anos 1980 e se manteve crescente no início dos anos 2000. Em 1986, havia no país 11.352 homens com registro profissional de jornalista, contratados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Em 2001, esse número era 11.440, o que mostra variação irrisória no contingente masculino. Porém, no mesmo período, as jornalistas mulheres passaram de 6.176 para 9.521, deixando evidente a velocidade da entrada de mulheres na profissão. (FIGARO, 2018).

Roseli Figaro atenta para a falta de informações sobre as/os jornalistas sem carteira assinada, ou seja, em situações precárias de trabalho, nos números apresentados acima. A pesquisadora demonstra a feminilização do jornalismo também em estatísticas do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, baseadas nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No levantamento de 2006, havia 11.771 jornalistas empregadas/os, sendo 6.131 mulheres, o que representa 52% da categoria local. (FIGARO, 2018). De São Paulo para o mundo, a feminilização do jornalismo não tem fronteiras. De acordo com Thales Vilela Lelo, em escala

global, as jornalistas, em 1995, ocupavam 28% do mercado de trabalho. Em 2009, o percentual subiu para 39%. (LELO, 2019).

Importante esclarecer a diferença entre os termos “feminilização” e “feminização”, este último empregado com maior frequência nos estudos que discutem a entrada de mulheres em quantidade superior a de homens no jornalismo. Porém, para o entendimento destes fenômenos, iremos adotar as categorias propostas por Silvia Yannoulas (2011):

Silvia Yannoulas (2011) propõe o uso de categorias específicas para cada um dos processos: “feminilização”, para se referir ao aumento numérico de mão de obra feminina em determinado tipo de ocupação, e “feminização”, que diz respeito às transformações qualitativas, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante em determinado período e cultura. (DANCOSKY, MICK, ROCHA, 2022, p. 3).

Sendo assim, para além da quantidade de jornalistas no mercado de trabalho, a feminização representa um fenômeno qualitativo de mudança nas estruturas hierárquicas em consequência da maior presença numérica (feminilização) de mulheres no jornalismo.

Em 2012, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), traçou o perfil do/a jornalista brasileiro/a, após coletar dados de 2.731 profissionais de todas as regiões do país. Segundo o estudo, naquele ano, o jornalismo do Brasil era formado majoritariamente por mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos de idade. Havia 64% de mulheres e 36% de homens. No total pesquisado, 72% eram brancos/as, 18%, pardos/as e 5%, pretos/as. Percebe-se, junto à feminilização da profissão, o quanto o jornalismo continua embranquecido. Além disso, em 2012, as mulheres eram as piores remuneradas; a maioria dos profissionais se formou em instituições privadas; e apenas um em cada quatro jornalistas não havia estagiado. (MICK, LIMA, 2012).

Em 2022, uma nova versão da pesquisa de 2012 foi divulgada com o título *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, bem mais abrangente do que a pesquisa anterior, com um total de 6.594 respostas válidas de profissionais de todas as regiões do Brasil. Quase uma década depois, a última pesquisa também constatou que a presença das mulheres é majoritária no jornalismo (58%), sendo elas brancas (68%), solteiras (53%), com até 40 anos, um perfil que permanece inalterado, comparado àquele divulgado em 2012. A novidade é que a presença de pessoas negras na profissão cresceu de 23% em 2012 para 30% em 2021.

Outro dado inédito que surgiu no *Perfil do Jornalista 2021* também merece destaque, além de demandar um monitoramento permanente em pesquisas futuras. Foi constatado um declínio no processo de feminilização do jornalismo no Brasil, indicador que vai de encontro à

tendência de maioria feminina indicada nos estudos anteriores, mencionados neste capítulo. De acordo com o perfil divulgado no ano passado, embora a profissão continue sendo exercida por mulheres em maioria, a participação delas “se reduziu em seis pontos em comparação ao estudo anterior (64%)”, ao mesmo tempo em que “a presença masculina cresceu de 36% para 42%, revertendo em parte o movimento de feminização da profissão”. (LIMA, NICOLETTI, MICK, 2022, p. 207). A precarização e reestruturação da profissão são alguns motivos indicados.

Andressa Kikuti Dancosky, Jacques Mick e Paula Melani Rocha (2022) relacionam o fenômeno da “desfeminização” do jornalismo às consequências da crise do capitalismo, desencadeada em 2008 nos Estados Unidos, somadas ainda às transformações tecnológicas que atingiram a profissão, impactando modelos de negócio e organização laboral.

Há, desse modo, correlações entre os processos de reestruturação e precarização do mercado e da profissão, a feminização e posterior desfeminização do jornalismo no contexto de crise – relação ainda invisibilizada por muitos estudos publicados na área, como alerta Thales Lelo (2019). A manutenção do jornalismo como atividade masculinizada favorece o movimento de expulsão das mulheres da profissão em contextos de crise, a desfeminização. (DANCOSKY, MICK, ROCHA, 2022, p. 3).

Desta forma, as mudanças nas estruturas técnicas e humanas do jornalismo estão relacionadas à crise do capital e seguem em plena atividade, exigindo pesquisas recorrentes para prever expulsões das mulheres da profissão, como alertam os pesquisadores. Da mesma forma, o incremento de pessoas negras na profissão também precisa ser monitorado, uma vez que é resultado de incansáveis lutas dos movimentos negros, a exemplo da instituição das cotas nas universidades e do combate cotidiano ao racismo, além de ser um enfrentamento à presença majoritária de pessoas brancas no exercício do jornalismo. No entanto, devido ao racismo estrutural, na mesma velocidade em que este incremento acontece, torna-se urgente averiguar as condições nas quais as mulheres negras exercem a profissão.

Em 2017, a agência Gênero e Número (GN) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), com o apoio da Google News Lab, lançaram a pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*. A partir de questionários online e da realização de grupos focais, os resultados confirmaram que ser mulher nas redações é um fator de risco, seja para a ascensão profissional ou mesmo para a segurança pessoal no dia a dia de trabalho. (GN, ABRAJI, 2017). Porém, o racismo que, assim como o sexismo, estrutura a sociedade brasileira, não apareceu em debate na pesquisa, que focou na “discriminação de gênero”, o que é comum entre várias pesquisas sobre a feminização do jornalismo. (FIGARO, 2018, VEIGA, 2012, LELO, 2019).

Entre as mulheres que responderam ao questionário da GN/ABRAJI, as diferenças dos percentuais referentes à cor da pele reforçam os sinais do quanto o jornalismo brasileiro é embranquecido (GN/ABRAJI, 2017, p. 27). Do total de entrevistadas, 76,9% eram brancas, 4,9%, pretas, 15,7%, pardas, 0,6% amarelas e 0,4%, indígenas. 1,4% não respondeu.

Os achados de pesquisa nos grupos focais - realizados com 42 participantes no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Porto Alegre, segundo a GN e ABRAJI, cidades onde se concentra o maior número de profissionais -, serviram também para orientar a construção do questionário, que ficou disponível na internet por dois meses, entre junho e agosto de 2017. No período, 531 mulheres jornalistas retornaram com dados. Após excluir os questionários com respostas incompletas e de assessoras de imprensa, que não estavam no recorte, foram validadas as contribuições de 477 mulheres que atuavam em 271 veículos de comunicação, sendo 40% jornais, 16% veículos nativos digitais, 16% televisão, 9,9% revistas, 8,2% rádios, 2,5% agências de notícias e 7,1% de outros tipos. (GN/ABRAJI, 2017, p. 7).

Os debates entre as mulheres jornalistas foram instigados a partir dos tópicos:

- 1 Satisfação pessoal no trabalho;
- 2 Percepção de atitudes sexistas e formas de assédio no trabalho;
- 3 Avaliação sobre chances e oportunidades;
- 4 Percepção do impacto de gênero no desempenho profissional;
- 5 Avaliação sobre gênero e cobertura jornalística.

Da forma como foram elencados, os tópicos não enfatizam as violências enfrentadas por aquelas que, além de serem mulheres, têm a pele escura. Para que mudanças de fato ocorram nas estruturas sociais, considerar apenas o sexismo desarticulado do racismo não garante transformações para todas as mulheres. É como alerta Sueli Carneiro: desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores determinantes das violações dos direitos das mulheres no Brasil. (CARNEIRO, 2018).

Ainda segundo a pesquisa GN/ABRAJI, 86,4% das jornalistas afirmaram já terem sido vítimas da discriminação de gênero nas redações. Não à toa, o assunto mais mencionado e debatido nos grupos focais foi o assédio sexual. Os assediadores geralmente são “chefes, colegas, fontes ou audiência” - ou seja, os homens que cercam as mulheres no exercício do jornalismo. Os relatos a seguir mostram que as mulheres são assediadas desde que chegam às redações, em começo de carreira, na função de estagiárias ou recém-contratadas:

Comigo ele foi bem direto em tom de brincadeira, mas ele falou “E aí quando é que você vai dar para mim?” (GN/ABRAJI, 2017, p.15).

“Mas porque você tá falando isso? Eu quero transar!” E quando ele disse isso eu tinha 18, 19 anos “Mas você é um senhor!” (GN/ABRAJI, 2017, p.15).

...ele perguntou se o meu chefe tem alguma estagiariazinha bonitinha para poder ir com ele tomar um vinhozinho (...). Daí o meu chefe chegou na mesa rindo, contando aquilo e meio que jogou a história pra cima de mim e eu disse que não iria porque eu namorava. (GN/ABRAJI, 2017, p.15).

Cheguei para cobrir o judiciário, que assim como a política, é machista, e tem uma cultura de “mulher gostosa”, a estagiária gostosa, a novinha... (GN/ABRAJI, 2017, p. 17).

Os assédios também ocorreram a partir do contato físico, além das propostas de sexo, perseguições e piadas de cunho sexual, tudo isso em clima de brincadeira e de cumplicidade entre os profissionais homens que, em geral, minimizam as denúncias e evitam punições, conforme pontuou o relatório da pesquisa. Os toques sem consentimento e as tentativas de agarrar as jornalistas foram as agressões consideradas mais preocupantes:

Passou um cinegrafista e deu um tapa na minha bunda. Juro! (GN/ABRAJI, 2017, p. 17).

E, um dia, [...] ela foi encoxada na sala [...] por um editor. Depois disso, ficou um clima horrórico e sempre quando ela voltava das pautas ela tinha que subir [acompanhada] para evitar certos tipos de problemas. (GN/ABRAJI, 2017, p. 17).

O controle e a exploração dos corpos das mulheres são outras violências recorrentes no jornalístico, como demonstrou a pesquisa da GN e da ABRAJI. A pressão para que não engravidem e não precisem sair em licença maternidade é corriqueira nas empresas. Também é comum nas redações, conforme revelou o estudo, a ideia estereotipada da mulher que usa a sexualidade para conquistar os favores dos homens. O controle oscila entre exigir que a profissional cubra o corpo para ser respeitada e não “atrapalhar” a concentração masculina, até o inverso, de sugerir que as colegas exponham e usem seus corpos como instrumentos de trabalho para conseguir informações. (GN/ABRAJI, 2017, p. 18).

Os seguintes relatos revelam a visão patriarcal dos corpos “disponíveis” nas redações:

Com a roupa que eu estou hoje, numa sessão da plenária do Supremo, eu não sentaria na primeira fileira porque eu estou de saia. E eu já fui retirada da primeira fileira por estar de saia, porque atrapalharia a TV Justiça e desconcentraria os Ministros. (GN/ABRAJI, 2017, p. 18).

...um editor me falou “Ah, eu sugiro que você bote um decote bem caprichado e vá falar. (GN/ABRAJI, 2017, p. 18).

Quando eu cheguei na redação o meu chefe falou para mim que me levaria para coletivas mais vezes e de vestido. (GN/ABRAJI, 2017, p. 18).

Sobre machismo de mulheres, tive uma chefe mulher que falava “Você vai falar com Fulano de Tal? Coloca uma saia curta, um decote... Aproveita que você tem isso e use a teu favor. (GN/ABRAJI, 2017, p. 18).

Das entrevistadas, 75,3% já ouviram piadas ou elogios sobre suas roupas, corpo ou aparência que as deixaram desconfortáveis. (GN/ABRAJI, 2017). Além das violações sexuais, os grupos focais indicaram que a discriminação de gênero produz impactos em outras dimensões da carreira. O sexismo aparece também nas contratações, nas demissões, nas negociações salariais, nas oportunidades de ascensão e até na definição de escalas de trabalho. Ora as mulheres são acusadas de conseguirem sucesso com barganhas sexuais, ora têm a competência questionada. O ideal de mulher frágil interfere na distribuição de pautas, da mesma forma que a exclusão histórica da mulher na política a coloca como inexperiente para exercer cargos de maior poder e até mesmo a fala, sendo constantemente interrompida.

Já me tiraram de uma pauta justamente por ser mulher e deram para o homem fazer porque seria algo perigoso para mim. (GN/ABRAJI, 2017, p. 11).

Foram dividir os acontecimentos diários pelos diretores executivos e ela, a única mulher ali, ficou com “Beleza e comportamento”. (GN/ABRAJI, 2017, p. 11).

Eu deixo de fazer determinados jogos e coberturas pelo fato de ser mulher. (GN/ABRAJI, 2017, p. 11).

Em contrapartida, quando aparece uma pauta que tem um apelo mais sensível sempre se coloca menina. Quando é pauta com criança é mulher fazendo, sempre! (GN/ABRAJI, 2017, p. 11).

É desta forma que ascender no jornalismo e ocupar espaços de poder competindo com os homens tornam-se conquistas mais difíceis para as mulheres. Não é à toa que os cargos de liderança são mais preenchidos por eles, conforme perceberam 65,4% das entrevistadas. Nas editorias em que trabalhavam, 49,5% eram comandadas por mulheres, havendo proporção equilibrada com os homens em Política/País, Internacional, Cultura, Cidade e Ciência. No entanto, nas editorias de Turismo, Moda, Gastronomia e Estilo de Vida, há proporcionalmente mais mulheres do que homens. (GN/ABRAJI, 2017). Além disso, a persistência do ideal secular do “homem provedor da família” favorece a ascensão masculina em detrimento das mulheres, vistas ainda como inferiores ou complementares.

Eu tive um colega na mesma posição que eu, antes de eu ter o cargo de chefia, com o salário muito mais alto por ele ser o homem da família. Então, eu não podia ganhar mais do que ele porque ele sustentava a casa. Então ele precisava ganhar mais do que eu. (GN/ABRAJI, 2017, p. 11).

[no jornal X] as mulheres não tinham o direito de colocar os maridos no plano de saúde porque os maridos precisam ganhar mais porque eles sustentam a casa. Por isso eles precisam ter as mulheres (enquanto dependentes) porque são frágeis, são donas de casa... Então eles precisam ter plano de saúde pros filhos e pra mulher; e a mulher não pode ter o marido [no plano] (...) quem é ela pra sustentar o marido? (GN/ABRAJI, 2017, p. 11).

Além de serem tratadas conforme estereótipos, de acordo com o estudo, que vão de mulher frágil e incompetente à sedutora e emocionalmente desequilibrada, existe ainda nas redações a resistência de chefes e editores em produzir pautas de interesse das mulheres. “Muitas delas se queixam da mentalidade de seus colegas homens, que na sua percepção tendem a banalizar temas como violência doméstica, estupro, feminicídio, discriminação e machismo” (GN/ABRAJI, 2017, p. 21). Para 43,1% das entrevistadas, há o esforço das jornalistas para diversificar as pautas e acionar mais mulheres como fontes.

No entanto, pautas feministas são tratadas como tabus nas redações. (GN/ABRAJI, 2017), A única menção sobre a presença de negros e negras nas redações apresentada pela pesquisa da GN e ABRAJI diz apenas o seguinte: “No tocante à cor ou raça, o quadro é dramaticamente desigual. Um total de 94,5% das respondentes disseram haver mais pessoas brancas do que negras em seus veículos. Nos cargos de liderança, esse percentual foi de 95,6%”. (GN/ABRAJI, 2017, p. 9). E não se falou mais sobre racismo na pesquisa.

Um levantamento do Laboratório de Mídia e Esfera Pública do IESP/UERJ²⁶ dá outra dimensão do branqueamento nos veículos de comunicação. Foram avaliados os perfis dos colunistas dos principais jornais do Brasil - O Globo, Folha de São Paulo e Estadão. Os homens predominavam nos três jornais, com 74%, 73% e 72% das vagas, respectivamente. Quando o recorte de raça é aplicado, verifica-se que mais de 90% dos colunistas são brancos, sendo 91% no O Globo, 96% na Folha de São Paulo e 99% no Estadão. Entre as mulheres negras, os percentuais quase inexistem. A Folha de São Paulo não possuía nenhuma jornalista negra como colunista, enquanto elas somavam 1% no Estadão e 4% no O Globo²⁷. A discrepância mostra o domínio branco no jornalismo opinativo, já que estes espaços são ocupados quase que totalmente por homens brancos.

²⁶ IESP/UERJ, disponível em:

<http://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-genero-cor-raca-dos-colunistas-dos-principais-jornais/>

²⁷ Idem.

Em junho de 2017, o portal Vaidapé divulgou a pesquisa *A Cor dos Apresentadores de TV no Brasil*²⁸. Foram analisados os perfis de 272 apresentadores, atuantes em 204 programas de 7 emissoras de TV aberta: SBT, Cultura, Rede Globo, Record, Bandeirantes, RedeTV! e Gazeta. Resultado: só 3,7% dos apresentadores são negros - foram apenas dez apresentadores negros para 261 brancos. A RedeTV! registrou o maior percentual de negros e negras (9%) enquanto que Record e SBT tinham apresentadores 100% brancos. No SBT, Joyce Ribeiro era a única jornalista negra, mas foi demitida no início de 2017. Além de subrepresentados na TV, 80% dos jornalistas negros/as estavam longe das questões políticas, em programas culturais e de entretenimento, e os outros 20%, em programas religiosos.

Figura 3 – Michelle Sampaio



Fonte: Reprodução portal UOL, 2019.

Nos últimos anos, demissões de jornalistas chamaram atenção no Brasil. Eles servem para indicar como operam o sexismo e o racismo na trajetória profissional das mulheres. Um caso demonstra a gordofobia como causa do rompimento do contrato pela emissora de televisão²⁹. No dia 23 de março de 2019, aconteceu com Michelle Sampaio, apresentadora da Rede Vanguarda, afiliada da Globo, no Vale da Paraíba, interior de São Paulo. Há dois anos ela tentava emagrecer e recuperar o peso que tinha antes de engravidar. Como não conseguiu emagrecer, Michelle foi demitida.

Angela Davis explica que quando a produção foi transferida da casa para as fábricas, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais, na virada do

²⁸ Pesquisa Vaidapé, disponível em: <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao>.

²⁹ UOL. Apresentadora da Globo é demitida por ficar gorda depois da gravidez. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/apresentadora-da-globo-e-demitida-por-ficar-gorda-de-pois-de-gravidez-25556>

século XIX para o XX. (DAVIS, 2016). A tal imagem da mulher branca, “bela, recatada e do lar”, loira e de cabelos lisos, passou a ser valorizada ao longo do tempo como uma espécie de troféu. (CARNEIRO, 2018). No caso de Michelle Sampaio, uma mulher branca, até então dentro do padrão idealizado de beleza predominante nas telas, ela falhou quando engravidou, traiu quando engordou. Trabalhar e ser mãe tornou-se incompatível. Ser mulher, mãe e ainda por cima gorda, pareceu demais.

Foram 14 anos priorizando o trabalho, mas desde a chegada da minha filhinha, ela virou minha prioridade número um de vida, de tempo e de dedicação. Nesses últimos dois anos, por estar acima do peso, fiquei um bom tempo trabalhando nos bastidores, cheguei a emagrecer um pouco, voltar pra de fato voltei ao peso antes da gravidez, que foi pedido da emissora³⁰.

Outras duas demissões articulam sexismo e racismo. No dia 7 de novembro de 2018, Camila Silva foi demitida da Rede Globo após oito anos de contrato. A repórter já tinha trabalhado no canal GloboNews e na cobertura de Esporte, quando foi transferida para a madrugada, fazendo reportagens para os telejornais Hora 1, Bom Dia SP e Bom Dia Brasil.

Figura 4 - Camila Silva



Fonte: Reprodução portal UOL, 2018.

Camila Silva relatou, em uma entrevista, que não entendeu bem a própria demissão. Ela não descartou a suspeita de racismo e falou das discriminações na profissão:

³⁰ UOL. Apresentadora da Globo é demitida por ficar gorda depois da gravidez. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/apresentadora-da-globo-e-demitida-por-ficar-gorda-de-pois-de-gravidez-25556>

“Quando fui trabalhar na madrugada, um cinegrafista muito amigo meu perguntou: 'Vão te colocar na madrugada? Essa gente está maluca? De noite, como vão fazer para trabalhar a luz com você?'. A preocupação dele era que eu era negra e que eu não ia aparecer. Obviamente deu tudo certo, mas quando ele falou pensei: 'O que as pessoas acham que eu sou? Eu sou só negra', mas estamos interiorizados com a história de as pessoas que trabalham no vídeo serem brancas.

No Rio, um cinegrafista falou para mim: 'Você é muito bonita, eu já te vi no vídeo, você trabalha muito bem, tem feito coisas muito boas. Você só deveria fazer uma chapinha nesse cabelo, né?'. A gente fica até sem palavras. As pessoas são ruins? Não acho isso. Mas elas têm isso interiorizado e nem se dão conta.

Eu era a única mulher durante uma coletiva de imprensa do Corinthians. Dois homens começaram a brigar e um falou: 'O que foi? Está naqueles dias? Está de 'chico' [apelido para menstruação]? Está assim, parecendo mulherzinha?'. Eu falei: 'Vocês estão com algum problema psicológico? Porque esse comentário não faz o menor sentido'. As pessoas nem fazem ideia do quão preconceituosas elas podem ser com mulheres³¹.

No dia 19 de setembro de 2019, Etiene Martins publicou a sua história no portal The Intercept³², explicando como as denúncias de racismo que registrou contra um colega desencadearam outras agressões, até ser formalizada a sua demissão. Em outubro de 2017, ela foi nomeada gerente de Prevenção à Violência e Criminalidade Juvenil, um cargo de confiança na prefeitura de Belo Horizonte. Em novembro de 2018, Etiene registrou a primeira queixa, contra um guarda municipal do seu setor que disse: “negro bom é negro morto”. Na corregedoria do órgão, o racismo não foi reconhecido e tudo não passou de “fala inapropriada”. Insatisfeita, a jornalista foi à delegacia, quando recebeu mensagens de chefes pedindo para desistir. Ela seguiu, acabou exonerada. “Depois da sua argumentação de hoje, você me faz constatar que para representar a SMSP é necessário um gerente branco como o Sebastião e lugar de negra é limpando o chão”, escreveu num e-mail a sua então chefe.

Todos esses exemplos ajudam também a refletir sobre os significados da ascensão da jornalista Maria Júlia Coutinho no jornalismo da Rede Globo. A recente trajetória de Maju Coutinho significa que as empresas de comunicação finalmente começaram a demonstrar um recuo do sexismo e do racismo, mesmo elas tão capitalistas? Vale perguntar: por que entre a ascensão das jornalistas Maju e Glória Maria, as pioneiras jornalistas negras da televisão brasileira em rede nacional, existem 40 anos? Se o sexismo e o racismo são ideologias que historicamente interferem na economia, na política, nas relações sociais do Brasil, quais seriam

³¹ UOL. Repórter demitida pela Globo elogia emissora mas relembra casos de racismo, 2018. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/22/reporter-demitida-pela-globo-elogia-emissora-mas-relembra-casos-de-racismo.htm>

³² THE INTERCEPT. Denunciei o racismo e fui exonerada, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/19/denunciei-o-racismo-fui-exonerada/>.

os reais interesses das empresas de comunicação quando resolvem contratar negras para a cobiçada (e branca) função de apresentadoras de telejornais?

Investigar o perfil das empresas de comunicação no Brasil, mais precisamente o perfil de seus donos, pode lançar pistas a estes questionamentos. Em 2017, os grupos Intervozes e Repórteres Sem Fronteiras divulgaram relatório com o Monitoramento da Propriedade da Mídia do Brasil. A pesquisa traz o mapeamento dos veículos com maior audiência no país e apresenta o perfil dos seus donos. Além disso, o estudo define indicadores de risco ao pluralismo, à independência da mídia e à transparência. Segundo o documento, “o risco ao pluralismo se torna ainda maior quando não fica claro para a audiência - e mesmo para os jornalistas - quem tem controle sobre cada veículo, que outros negócios possuem e que interesses podem guiar a produção das notícias”. No início do relatório, é lançada a pergunta: “se os conteúdos que circulam pelos meios de comunicação influenciam a formação da opinião pública, o que esperar se não há diversidade de informações e de pontos de vista?”³³

Sílvio Santos responde. Filho de um imigrante grego e de uma imigrante turca, desde 1966, ele investe em programas de TV. Passou por diversas TVs como Bandeirantes e Globo, até ganhar a concessão do canal 11 no governo do general Ernesto Geisel, em 1976. Em 2016, portanto, quarenta anos depois de virar o “dono do SBT”, o apresentador perguntou, durante um show de talentos, a uma menina de 5 anos pronta para cantar com black power se ela se sentia bem com o cabelo. A menina respondeu que sim. Sílvio Santos ainda disse que o cabelo “estava chamando atenção demais”. Seu racismo foi assunto nas redes sociais e chegou a ser o mais comentado do Twitter no dia do ocorrido³⁴.

³³ INTERVOZES E REPÓRTERES SEM FRONTEIRA. Monitoramento de propriedade da mídia do Brasil, 2017. Relatório disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>

³⁴ VEJA SÃO PAULO. Sílvio Santos é acusado de racismo após comentário sobre cabelo de garota, 2016. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/coluna/pop/silvio-santos-e-acusado-de-racismo-por-causa-de-comentario-sobre-cabelo-de-garota/>

Figura 5 - Júlia Olliver e Silvio Santos



Fonte: portal Veja, 2014.

Dois anos antes, em 2014, o apresentador recebeu no palco do SBT o elenco da novela *Chiquititas*. Nele, estava uma garota de 11 anos, Júlia Olliver, a única negra do grupo. Sílvio Santos perguntou às crianças o que gostariam de ser na fase adulta. Júlia respondeu “atriz ou cantora” e em seguida não escondeu o constrangimento quando ouviu do dono do SBT: “mas com esse cabelo?”³⁵. Em 2016, o empresário da mídia se mostrou gordofóbico e racista quando, ao entrevistar um grupo de mulheres que atuam como modelos contra o padrão de beleza magro, falou para a modelo negra: “Você é muito graciosa, embora você seja negra, a única negra entre as brancas, mas é bonita”³⁶. Sílvio Santos é só um exemplo de patrão.

Na pesquisa sobre os donos da mídia, 50 veículos de comunicação³⁷ foram avaliados de quatro segmentos (TV, rádio, mídia impressa e online). Eles pertencem a 26 grupos. Muito importante ressaltar que dos 26 grupos, 21 possuem propriedades cruzadas, ou seja, investimentos em outros setores como finanças, educação, agropecuária, imobiliário, turismo, cosméticos, energia, transportes, infraestrutura e saúde. Além disso, a presença de religiosos e políticos entre os donos de mídia ou entre seus acionistas merece atenção. Conforme o levantamento, nove veículos são de propriedade de líderes religiosos, todos cristãos. Desses, cinco dirigem 100% do conteúdo à pregação da religião dos donos. Outros seis veículos não se definem como religiosos, mas mantêm fixas atrações religiosas em suas programações.

Outra característica dos donos da mídia é a tradição de passar os negócios (inclusive concessões públicas) para filhos ou demais parentes, principalmente homens, tornando a

³⁵ VEJA. Sílvio Santos é chamado de racista após piada com atriz, 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/silvio-santos-e-chamado-de-racista-apos-piada-com-atriz/>

³⁶ YOUTUBE. Sílvio Santos comete gordofobia no Telecon 2016? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0wGm8qXnSm4>

³⁷ Sendo: 11 redes de TV, 12 redes de rádio, 17 veículos de mídia impressa e 10 veículos online. Dos 50 veículos, 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo (considerando o Grupo Record e a Igreja Universal do Reino de Deus, do mesmo proprietário), 4 ao grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha.

comunicação algo de herdeiros, um mercado das famílias. De acordo com a pesquisa, entre os donos da mídia há alguns bilionários listados pela revista Forbes, em 2017: Roberto Irineu Marinho, José Roberto Marinho e João Roberto Marinho (Grupo Globo), Aloysio de Andrade Faria (Grupo Alfa), além de Carlos Sanchez e Lírío Parisotto (Grupo NC, que tem parceria com o Grupo RBS). Em outros anos, os irmãos Victor Civita Neto e Giancarlo Francesco Civita Santos (SBT) também estiveram incluídos entre os bilionários da Forbes.

No relatório da pesquisa, a semelhança do perfil do senhores escravocratas com os dos donos da mídia pode estar resumida na assertiva: “Os interesses dos grupos impedem a existência de uma pluralidade de vozes, o embate de opiniões e a coexistência de valores e visões de mundo diferentes. A mídia brasileira de maior audiência é controlada, dirigida e editada, em sua maior parte, por uma elite econômica formada por homens brancos”, frisa as conclusões do estudo. A branquitude, assim, ainda reina soberana na comunicação brasileira.

Figura 6 - Luciana Barreto na CNN Brasil



Fonte: portal O Dia, 2019.

Devido às contratações recentes de jornalistas negras, percebe-se na cobertura da mídia em geral não só a comemoração do “momento histórico” como também o destaque aos agradecimentos de jornalistas negras/os dirigidos aos donos da mídia pela oportunidade. Na foto acima, em julho de 2019, a jornalista Luciana Barreto aparece ao lado de seus futuros chefes, formalizando contrato com a rede CNN Brasil³⁸. A imagem chama atenção porque representa bem a branquitude masculina no comando dos negócios. Um ano antes, a Rede TV!

³⁸ O Dia. Luciana Barreto é a nova contratada da CNN Brasil, 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/televisao/2019/07/5666580-luciana-barreto-e-a-nova-contratada-da-cnn-brasil.html>

era aplaudida pelo pioneirismo de escalar uma bancada toda negra para seu telejornal³⁹. O próprio canal se vangloriou do feito, conforme publicação nas redes sociais do veículo:

Figura 7 – Luciana Camargo e Rodrigo Cabral



Fonte: Portal UOL, 2018.

Luciana Camargo e Rodrigo Cabral passaram a dividir a apresentação do jornal Rede TV News. Na estreia, ambos agradeceram a “oportunidade histórica” aos patrões. Disseram os jornalistas aos telespectadores:

E a RedeTV! sai na frente. Pela primeira vez em nosso país uma emissora de TV dá oportunidade a dois jornalistas negros, né, Rô, de apresentar juntos o principal telejornal da casa. Nós agradecemos à diretoria da RedeTV! por essa oportunidade. (Luciana Camargo). (UOL, 2018).

Sem dúvidas. Agradecemos sim, Lu. Obrigado, RedeTV!, por nos permitir participar desse marco histórico. É uma grande honra e uma grande responsabilidade também. (Rodrigo Cabral). (UOL, 2018).

Uma espécie de concorrência empresarial pelo pioneirismo de contratar jornalistas negras para sua programação pode ser observada nos últimos anos, desde que a jornalista Maju enfrentou ataques racistas a partir de 2015, período no qual não só conquistou destaque com a

³⁹ UOL. Rede TV! faz história e escala primeira dupla negra em bancada de telejornal. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2018/08/06/redetv-faz-historia-e-escala-primeira-dupla-negra-em-bancada-de-telejornal.htm>

sua autenticidade no quadro da previsão do tempo no Jornal Nacional, mas também defensores. Telespectadores racistas e sexistas chegaram a ventilar um romance entre a profissional e o chefe branco William Bonner, âncora do telejornal, como explicação para seu sucesso. Entre os colegas da Rede Globo, a campanha #SomosTodosMaju foi lançada em defesa da jornalista e contra a violência racista nas redes sociais. Mas, diante da escassez histórica de jornalistas negras nas empresas, do racismo que afeta as trajetórias profissionais, e do perfil empresarial que pouco se diferencia do perfil dos senhores escravocratas, somos todos Maju mesmo? Será que a comoção alcança outras jornalistas?

bell hooks oferece um caminho para tentar compreender os empresários brancos que, de uma hora para outra, resolveram promover algumas jornalistas negras em seus principais telejornais. As elaborações teóricas da autora nos fazem perguntar: a negritude no jornalismo virou *commodities*? Conforme ela explica, a cultura de massa é o local contemporâneo que ao mesmo tempo declara publicamente e perpetua a ideia de que existe prazer a ser descoberto no reconhecimento e na apreciação da diferença racial. Para a autora, “o desejo de fazer contato com esses corpos considerados Outros, sem nenhum intuito aparente de dominar, ameniza a culpa do passado, ou ainda toma a forma de um gesto de desobediência em que o sujeito nega sua responsabilidade e conexão histórica”⁴⁰. (HOOKS, 2019, p. 71-72).

Algo parecido com o que alerta bell hooks pode estar acontecendo no jornalismo brasileiro com as recentes contratações de negras para seus telejornais. bell hooks usa o termo “comodificação da outridade” e explica que dentro da cultura das *commodities*, “a etnicidade se torna um tempero, conferindo um sabor que melhora o aspecto da merda insossa que é a cultura branca dominante”. (HOOKS, 2019, p. 66). A autora diz que, do ponto de vista do patriarcado supremacista branco capitalista, a esperança é que os desejos pelo “primitivo” ou fantasias sobre o “Outro” possam ser exploradas de modo contínuo, e que tal exploração ocorra de uma maneira que reforce o *status quo*. Neste contexto, bell hooks afirma que grupos marginalizados, considerados “Outros”, que têm sido ignorados, tratados como invisíveis, podem ser seduzidos pela ênfase na “Outridade”, pela comodificação, porque ela oferece a promessa de reconhecimento e reconciliação.

Será que isso está acontecendo no jornalismo atualmente? Considerando a ascensão de jornalistas negras em audiências televisivas nacionais e a auto celebração das empresas como pioneiras da presença negra, não seria ingênuo acreditar que a “Outridade” pode ser o produto da vez para manutenção do *status quo* do patriarcado moderno que nunca deixou de ser branco. bell hooks acrescenta que o anseio contemporâneo pelo primitivo é expressado pela projeção

⁴⁰ HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 71-72

no “Outro” de uma percepção de fatura, de recompensa, de um campo de sonhos. A autora cita Hal Foster para comentar o que ela mesma chama de estratégia:

A diferença é então usada de modo produtivo; de fato, em uma ordem social que parece não conhecer o que está fora (e que precisa arquitetar suas próprias transgressões para redefinir seus limites), a diferença geralmente é fabricada de acordo com os interesses do controle social e também como uma commodity de inovação. (HOOKS, 2019, p. 72).

Sendo assim, considerando também a possibilidade de a “Outridade” estar circulando como commodities no jornalismo, investigar as trajetórias de jornalistas negras promete ser ainda mais revelador. Vimos, neste capítulo, como surgiram no Brasil as ideologias racistas e sexistas que serão perseguidas como “rastros” nos capítulos seguintes. No século XIX, enquanto as mulheres brancas editaram jornais para fortalecer as suas lutas pela autonomia feminina em meio ao patriarcado, as mulheres negras estavam escravizadas ou libertas tendo que encontrar os próprios meios de sobrevivência. Isso não significa que estiveram a parte dos processos comunicacionais, tendo elas participações importantes na cultura brasileira.

Vimos também que os argumentos eugenistas ganharam credibilidade científica nas primeiras décadas do século XX, no pós-abolição, associando a população negra a todo mal e a responsabilizando pelo suposto futuro degradante da nação. A sujeira, a feiúra, as doenças, a má-influência, a criminalidade, a incompetência, o descrédito, entre outros aspectos, foram vinculados às/aos negras/os, na época, por irrefutáveis médicos e por políticas públicas de modo tão incisivo que até hoje tal articulação teórica ainda causa efeitos, conforme veremos adiante. Com a trajetória da alagoana Almerinda Gama, conhecemos como a burocracia se instalou no Brasil por exigência da industrialização. O mito da democratização racial, após o fracasso da eugenia, tornou-se a ideologia prioritária para a negação do racismo e com isso, a negação da população negra, que seguiu desamparada, sem chances de ascensão social.

A história de Almerinda Gama nos mostrou ainda indícios de conflitos entre mulheres brancas e negras na ocupação de lugares políticos, num momento em que a Frente Negra Brasileira lutava para integrar a população negra aos caminhos brancos de elevação social, a exemplo do casamento como destino para as mulheres. Negras e brancas deveriam casar e ter filhos para serem felizes, conforme as expectativas sociais. De Almerinda para Ana Callado, em meados do século XX, a divisão sexual do trabalho só mudou de cenário. Nos escritórios ou nos jornais, a presença feminina não era bem-vinda como a dos homens, cujas condutas seguiam as normas patriarcais. A intelectualidade das mulheres não era reconhecida, muitas

vezes apenas as suas representações sexuais. O embranquecimento das pessoas e dos lugares como método da destruição da negritude tornou-se padrão social.

Apenas nas últimas décadas do século XX, uma jornalista negra, Glória Maria, ganha maior notoriedade nacional, podendo sua “diferença” ser interpretada como commodity da TV Globo daquele período, de acordo com as formulações de bell hooks. Apesar de outras repórteres negras serem contemporâneas de Glória Maria, como Zileide Silva e Dulcinéia Novaes, apenas ela alcançou popularidade. Porém, com a chegada do século XXI, da crise capitalista, das transformações tecnológicas e da crescente precarização do jornalismo, surgiu, em diferentes países, o fenômeno da feminilização, com maior número de mulheres do que de homens na profissão. No Brasil, além da feminilização, como vimos, o crescente aumento de pessoas negras no jornalismo também foi registrado.

Para seguir os “rastros” que ligam o passado ao presente, no próximo capítulo iremos apresentar como a pesquisa foi elaborada e o perfil das jornalistas entrevistadas. Nas trajetórias escolares e profissionais de jornalistas negras, buscaremos identificar “vestígios” das ideias eugenistas que marcaram a virada do século XX, do mito da democracia racial e do seu efeito de embranquecimento da população brasileira, que percorreram todo o século XX, bem como investigar como opera o pacto da branquitude, conforme os ensinamentos de Cida Bentes anunciados neste capítulo, nestas primeiras décadas do XXI, momento em que é registrada a maior presença de mulheres e de pessoas negras no jornalismo brasileiro.

Capítulo 2 - A pesquisa e as entrevistadas

Grada Kilomba inicia o livro *Memórias da Plantação* falando da máscara de flandres. Para este trabalho, na área da comunicação, e que busca seguir os “rastros” do passado que nos interligam ao presente, a simbologia deste objeto de tortura torna-se importante para referenciar não só o silêncio imposto à população negra desde a escravidão, mas também a conveniência de “não ouvir” da população branca, como modo de negar o racismo e emudecer a negritude. A autora chama a máscara de flandres de “a máscara do silenciamento”. Assim, ela a descreve:

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comecem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. (KILOMBA, 2019, p. 33).

O senso de mudez e de medo que Grada Kilomba menciona se constitui em ingrediente essencial para a perpetuação do racismo contemporâneo, uma vez que, conforme a pesquisadora, há a fixação de uma estrutura psíquica na sociedade que faz nela brotar o que chamamos de branquitude e de negritude. Interessante notar que Grada Kilomba, negra nascida em Portugal, em 1968, teoriza de forma parecida com o francês Frantz Fanon (1925-1961) a respeito do poder branco dominante, que instaura não só uma hierarquia para acessar as condições materiais de vida, mas também para poder existir de forma subjetiva no mundo.

Fanon diz que “falar é existir absolutamente para o outro”. (FANON, 2008, p.33). Impedir a fala é, neste sentido, um jeito de matar quem se cala. O autor considera que “a civilização branca, a cultura européia, impuseram ao negro um desvio existencial”. (FANON, 2008, p. 30). Ainda conforme Fanon, “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”. (FANON, 2008, p.33). E para desviar da mudez e existir em sociedades regidas pela branquitude, o povo negro muitas vezes é levado a embranquecer.

“Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritude, seu mato, mais branco será”. (FANON, 2008, p. 34). Porém, por mais que pensem e sintam baseadas nos ideais da população branca, por mais que tentem negar as suas origens, pessoas negras jamais gozarão dos privilégios da

branquitude, os quais só existem pela fundação da diferença. Grada Kilomba acrescenta que “a negritude serve como forma primária de *Outridade*, pela qual a branquitude é construída”. (KILOMBA, 2020, p. 38). A autora avalia ainda que o sujeito negro torna-se tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo.

No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável - permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa. (KILOMBA, 2019, p. 37).

Nesta perspectiva, Neusa Santos Souza, nascida no Brasil de 1948, já dizia que o sujeito branco sequestra para si a “feição ímpar, uniforme e universal: o da brancura”. (SOUZA, 1983, p. 4). Conforme explica, “pela fome de lucro e poder, o branco condenou e condena milhões e milhões de seres humanos à mais abjeta e degradada miséria física e moral”. (SOUZA, 1983, p. 5). E uma das estratégias para garantir esse poder é instaurar e manter a diferença. Grada Kilomba reforça que “a branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “*Outras/os*” raciais ‘diferem’”. (KILOMBA, 2019, p. 75).

Sendo assim, não se é “diferente”, torna-se “diferente” pela discriminação, conforme explica a pesquisadora. O poder de diferenciar estabelece a hierarquia, cria os sujeitos normais e anormais, os superiores e os inferiores. Afinal, quem é diferente de quem? “Uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como ‘normal’”. (KILOMBA, 2019, p. 121). E como esta diferença é marcada de modo a permanecer ao longo do tempo? Surge, a partir da diferença imposta, uma gama de imagens que irá determinar lugares para as pessoas brancas e negras, através do estigma, da desonra e da inferioridade. (KILOMBA, 2019). Patrícia Hill Collins as chama de imagens controladoras. A autora cita pesquisadoras para falar sobre elas:

[Mae] King sugere que os estereótipos são uma representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana que têm sido centrais para a desumanização de mulheres negras e para a exploração do seu trabalho. (...). [Cheryl] Gilkes indica que a assertividade das mulheres negras ao resistirem à opressão multifacetada que vivenciam tem sido uma ameaça constante ao *status quo*. Como punição, mulheres negras têm sido atacadas com uma variedade de imagens externamente definidas, projetadas para controlar seu comportamento assertivo. (COLLINS, 2016, p. 103).

Percebe-se que a estratégia de diferenciação permanece no tempo ou no espaço. Após a abolição da escravidão no Brasil, a eugenia e o mito da democracia racial se sucederam, conforme demonstrado no capítulo anterior. As mesmas lógicas permanecem até hoje, porém, com conceitos adaptados. Grada Kilomba explica que não se fala mais em “raça biológica”, por exemplo. A marcação passou a ser pela “diferença cultural”. (KILOMBA, 2019, p. 112). De um jeito ou de outro, é pelo racismo que privilégios são mantidos, colocando as pessoas brancas no centro e perpetuando o lugar das pessoas negras nas margens. Inspirada em bell hooks, Grada diz que estar na margem é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal.

Tal hierarquia introduz uma dinâmica na qual a *negritude* significa não somente “inferioridade”, mas também “*estar fora do lugar*” enquanto a branquitude significa “*estar no lugar*” e, portanto, “superioridade”. (...) No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. (KILOMBA, 2019, p. 56).

Ao longo desta tese, os conceitos de branquitude e negritude virão à tona, a partir dos relatos das jornalistas e das estatísticas fornecidas por elas. Segundo Lia Vainer Schucman, a branquitude é a posição em que sujeitos classificados como brancos “foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade”. (SCHUCMAN, 2014, p. 136). Os privilégios de pessoas brancas em detrimento das negras serão observados na escola, no curso superior e no mercado de trabalho.

Importante salientar também que o racismo, ou a classificação de indivíduos a partir da ideia de “raça” pelo colonialismo europeu, é a “tecnologia”, conforme define Silvio Almeida (2019), responsável pela manutenção da branquitude na sociedade brasileira. Para o pesquisador, a sociedade contemporânea não pode ser entendida sem a compreensão de raça e racismo, uma vez que, por integrarem a organização política e econômica da mesma, são sempre estruturais. E sendo o racismo estrutural em nossa sociedade, nos capítulos seguintes, veremos as suas manifestações em duas esferas institucionais que elegemos como essenciais na trajetória das jornalistas que colaboraram com a pesquisa: a educação e o trabalho.

A partir das formulações de Silvio Almeida, nosso foco, então, estará centrado no que o pesquisador define como racismo institucional, já que as instituições educacionais e o mercado de trabalho refletem a organização da sociedade em que estão inseridas e que, por isso, a estruturam. Conforme acrescenta o autor, “a estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à

vida social”. (ALMEIDA, 2019, p. 29). Ele ressalta que “absorver” significa normalizar, no sentido de estabelecer normas e padrões que irão orientar a ação dos/as indivíduos.

(...) é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências. (ALMEIDA, 2019, p. 29-30).

O argumento que sustenta a existência do racismo institucional é que os conflitos raciais participam das instituições. (ALMEIDA, 2019, p. 30). Assim, a desigualdade racial, conforme diz Silvio Almeida, é uma característica da sociedade, não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, “mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos”. (ALMEIDA, 2019, p. 30). Detém o poder sobre as instituições, portanto, aqueles que dominam a cultura, a política e a economia.

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas - por exemplo o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades públicas etc. - e instituições privadas - por exemplo, diretoria de empresas - depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (ALMEIDA, 2019, p. 31).

A longa citação se faz necessária para evidenciar a branquitude como uma categoria a ser identificada como norma nas estatísticas e nos relatos que esta pesquisa traz, de maneira que interfere nas relações dentro das instituições de ensino e nas dinâmicas do mercado de trabalho do jornalismo. No final da citação, o autor atesta a inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade social e de gênero e que esta ausência naturaliza a dominação masculina branca. Ao longo dos próximos capítulos, iremos apontar a falta destes espaços nas instituições, a partir das narrativas escolares, do ensino superior e do mercado de trabalho.

Para Grada Kilomba, “o racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados”. (KILOMBA, 2019, p. 77-78). A definição de racismo cotidiano, trazida pela autora, será central nas análises. Conforme ela explica, o racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens,

gestos, ações e olhares que colocam as pessoas negras não só como “diferentes”, condição que atribui universalidade às pessoas brancas, “mas também como *Outridade*, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca”. (KILOMBA, 2019, p. 78).

A partir desta lógica, ainda de acordo com a autora, é negado às pessoas negras o direito de existir como “igual”, sendo elas a representação de tudo que a branquitude considera tabu. “É por isso que, no racismo, a pessoa negra pode ser percebida como “intimidante” em um minuto e “desejável” no minuto seguinte”. (KILOMBA, 2019, p. 78).

Não foi à toa que Lélia Gonzalez definiu o racismo no Brasil como sintoma de uma neurose. “Para nós o racismo se constitui como a *sintomática* que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. (GONZALEZ, 2020b , p. 76). E será pelo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares, por onde transita o racismo cotidiano, conforme delineou Grada Kilomba, que iremos identificar, nas narrativas das jornalistas, a articulação entre racismo e sexismo da qual fala Lélia Gonzalez, sem esquecer as opressões de classe.

É chegada a hora, então, de aprofundar um pouco mais o conceito de patriarcado. No capítulo anterior, através dos jornais da imprensa feminina e feminista do século XIX, vimos como o patriarcado funcionou como norma para organizar a vida de homens e mulheres, com papéis sociais bem delimitados, a partir das diferenças biológicas, principalmente as sexuais e reprodutivas. Heleieth Saffioti (2015), citando Carole Pateman, identifica o patriarcado como dinâmica estruturante do “pacto original” que até hoje organiza a sociedade moderna.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. (SAFFIOTI, 2015, p. 56).

Heleieth Saffioti enfatiza que “do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado”. (SAFFIOTI, 2015, p. 57). De acordo com a autora, ainda que não se possa ignorar a prevalência das atividades privadas na esfera da família e das atividades públicas nos espaços do trabalho, do Estado e do lazer coletivo, é fundamental considerar que estes espaços estão profundamente ligados e

parcialmente mesclados. “Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas, são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social”. (SAFFIOTI, 201, p. 57).

O problema do conceito clássico de patriarcado é que ele não inclui os efeitos do racismo e tende a universalizar as experiências de homens e mulheres, independente da cor da pele. Grada Kilomba oferece explicações que são úteis para a compreensão da nossa pesquisa. De acordo com a autora, o modelo de mundo dividido entre homens opressores e mulheres subordinadas tem sido criticado por teóricas dos feminismos negros, que identificam a invisibilidade das mulheres negras neste debate. Inspirada em bell hooks e Patrícia Hill Collins, Grada Kilomba explica que o conceito clássico de patriarcado é limitante por vários motivos:

Primeiro, porque ele ignora estruturas raciais de poder entre mulheres diferentes; segundo, porque não consegue explicar porque homens negros não lucram com o patriarcado; terceiro, porque não considera que, devido ao racismo, o modo como o gênero é construído para mulheres negras difere das construções da feminilidade branca; e, por fim, porque esse modelo implica um universalismo entre mulheres, que localiza o gênero como foco primário e único de atenção e, desde que “raça” e racismo não são contemplados, tal ideia relega as mulheres negras à invisibilidade. (KILOMBA, 2019, p. 101).

Para rechaçar a limitação do conceito de patriarcado que não leva em conta os impactos do racismo nas relações sociais hierárquicas e com objetivo de aprofundar o debate a partir da perspectiva das mulheres negras, feministas negras, conforme Grada Kilomba, adotaram o termo patriarcado racial. O mais importante é enfatizar que “mulheres *negras* não são somente oprimidas por homens - brancos e negros - e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo - tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos -, além de por formas institucionalizadas de racismo”. (KILOMBA, 2019, p. 103).

Sendo assim, as estatísticas econômicas tornam-se boas fontes para visualizarmos o patriarcado racial, estando as mulheres negras em posição de maior desvantagem. De acordo com o estudo *Brasil: a inserção da população negra e o mercado de trabalho* (DIESSE, 2021), havia 6,4% de homens não negros em cargos de direção em 2021, enquanto homens negros nestes cargos eram 2,2%. Entre as mulheres, no mesmo ano, os cargos de direção eram de 5% das não negras contra 1,9% das negras. A subutilização da força de trabalho atingia 40,9% das negras e 27,7% das não negras. Já o rendimento médio das não negras era de R\$ 2.674 enquanto que para as negras a renda média era bem menor, de R\$ 1.617.

Ainda conforme Grada Kilomba, “feministas brancas estavam interessadas em refletir sobre opressão como membras subordinadas do patriarcado, mas não sobre suas posições como brancas em uma sociedade supremacista branca - isto é, um grupo no poder em uma estrutura

racista”. (KILOMBA, 2019, p. 104). De fato, sempre é fundamental perguntar por que homens brancos e mulheres brancas seguem à frente de homens negros e mulheres negras, quando observamos variados indicadores sociais, por exemplo. O patriarcado racial responde.

No estudo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, publicado em 2019, o IBGE atesta que, em 2018, os cargos gerenciais no mercado de trabalho eram ocupados por 68,6% de pessoas brancas, contra 29,9% de pessoas pretas ou pardas. Considerando renda e moradia, pessoas abaixo da linha da pobreza⁴¹, no mesmo ano, eram 15,4% brancas e 32,9%, pretas ou pardas. Também em 2018, a taxa de analfabetismo, entre pessoas com 15 anos de idade ou mais, era de 3,9% para as pessoas brancas e 9,1% para as pretas ou pardas. E, para finalizar, um dado ainda mais impactante: em 2017, a taxa de homicídio, com vítimas entre 15 e 29 anos, era de 34% entre os jovens brancos e de 98,5% entre os jovens negros.

Voltando à crítica ao conceito tradicional de patriarcado, “esse modelo de homens contra mulheres obscurece a questão da “raça” e coloca a mulher branca fora das estruturas racistas, poupando-as de ter responsabilidade pelo racismo e/ou de verem-se praticando racismo contra outros grupos de mulheres (e homens)”. (KILOMBA, 2019, p. 104). A partir deste entendimento, Grada Kilomba dialoga com pesquisadoras brasileiras, como Lélia Gonzalez (2020a, 2020b), Sueli Carneiro (2018) e Cida Bento (1995). “Há décadas a mulher negra vem sendo apontada como aquela que experimenta a maior precariedade no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, os estudos que aprofundaram a perspectiva de gênero raramente levam em consideração a variável cor”. (BENTO, 1995, p. 479).

Uma das estruturas racistas que neste trabalho convocamos para visualizar o mito da democracia racial ainda em voga na sociedade brasileira é o mercado de trabalho. Cida Bento explica que nos anos 1980, estudiosos brasileiros começaram a inserir o olhar racial na leitura dos números oficiais referentes aos empregos no país. Nesta época, duas características são identificadas acerca da trabalhadora negra: a remuneração extremamente baixa quando comparada a outros grupos, e a concentração em determinados setores do mercado e em certas atividades cujos salários e condições de trabalho são inferiores. (BENTO, 1995, p. 480).

Nos anos 1990, ainda com base nas pesquisas de Cida Bento, outros estudos são realizados no Brasil com novas perspectivas para a compreensão das condições de acesso e permanência no mercado de trabalho das mulheres negras. Observou-se que a trabalhadora negra constava como “o segmento que mais precocemente ingressa no mercado de trabalho e o que mais tempo nele permanece e também o segmento que mais investe na escolarização e o

⁴¹ Inferior a US\$ 5,50 por dia.

que menos retorno tem do aumento de sua qualificação e o que sofre as mais altas taxas de desemprego”. (BENTO, 1995, p. 480 - 481).

Estas disparidades, traduzidas em números, apareceram no *Mapa do Mercado de Trabalho*, um estudo realizado pelo IBGE, em 1990 (BENTO, 1995). Na época, por exemplo, a média nacional em salários mínimos dos homens brancos era de 6,3 e dos homens negros, de 2,9. Já entre as mulheres, as brancas recebiam em média 3,6 salários mínimos enquanto que as negras, apenas 1,7. (BENTO, 1995, p. 481). Trinta anos depois, o mesmo cenário se repete na década de 2020. As mulheres negras permaneceram com os menores salários, conforme demonstrou pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em julho de 2022.

Reproduzidos em canais de comunicação de grande audiência no país, os dados da referida pesquisa⁴² atestam que, entre janeiro e março de 2022, das quase 49 milhões de mulheres negras em idade produtiva, apenas metade estava inserida no mercado de trabalho (51,2%). Entre homens brancos e amarelos, o índice foi de 72,2%. Das mulheres negras que estão empregadas, 43% atuam no mercado de trabalho informal, número acima da média nacional. Além disso, as mulheres negras ganham, em média, menos da metade do que os homens brancos e o equivalente a 60% do salário médio que recebem as mulheres brancas.

Considerando a manutenção histórica das mulheres negras como o grupo social pior posicionado nas estatísticas acerca do mercado de trabalho, precisamos concordar com Williams Melo e Lia Schucman quando dizem que, até hoje, o mito da democracia racial serve para camuflar, em maior ou menor grau, o racismo em operação para manter a supremacia branca nos espaços de poder. (MELO; SCHUCMAN, 2022). Ressaltam eles: “o ideal de “democracia racial” faz parte do imaginário brasileiro e constrói um senso de identidade nacional do qual os brasileiros, em sua maioria, não abrem mão”. (MELO; SCHUCMAN, 2022, p. 16).

Ainda conforme Williams Melo e Lia Schucman, “o ideal propagado pelo mito da democracia racial tem a função de socializar a ideia de que o Brasil oportuniza igualdade de direitos e oportunidades para os diferentes grupos raciais”. (MELO; SCHUCMAN, 2022, p. 16). No contexto brasileiro, a meritocracia configura-se como uma face atualizada do mito da democracia racial, servindo à supremacia branca como ideologia que legitima o privilégio da população branca a partir da ideia de merecimento, o que resulta, ao mesmo tempo, em um artifício para reafirmar superioridade e esconder o racismo.

Conforme Maia (2017), citado por Williams Melo e Lia Schucman,

⁴² Resultados da pesquisa publicados no Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/25/cai-participacao-de-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-em-relacao-ao-periodo-pre-pandemia.ghtml>

A meritocracia – desenvolvida no âmbito do modelo individualista ocidental –, é uma perspectiva de acordo com a qual o indivíduo ocupa uma determinada posição na hierarquia social devido ao seu próprio mérito, ou vontade e capacidade individuais. Tal perspectiva negligencia a relação dos indivíduos com seu grupo social, e torna apenas coincidente o sucesso individual e o fato de o vencedor pertencer a camadas privilegiadas da população, com acesso a bens materiais e simbólicos que são negados à maioria da população. (MELO, SCHUCMAN, 2022, p. 17).

Desta forma, no Brasil, a meritocracia se manifesta e se afirma como sistema justo por meio de mecanismos institucionais, a exemplo de processos seletivos para o acesso a espaços de poder como as escolas, as universidades e o mercado de trabalho. (MELO; SCHUCMAN, 2022). Em citação de Williams Melo e Lia Schucman, Silvio Almeida (2019) ressalta que “no Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia”. (MELO; SCHUCMAN, 2022, p. 18). Assim, investigar os impactos do racismo na trajetória de jornalistas negras nos impõe verificar a possível continuidade de desvantagens que recai sobre elas, desde a infância, sem abrir mão da análise crítica do acesso à profissão.

2.1. Metodologia

Esta pesquisa tem o objetivo principal de identificar os impactos do racismo estrutural na trajetória de jornalistas negras, desde a formação escolar e superior, até a permanência (ou não) no mercado de trabalho. Da mesma forma que Grada Kilomba (2008), Frantz Fanon (1952) e Neusa Santos Souza (1983)⁴³ utilizaram em suas pesquisas episódios extraídos do cotidiano de suas/seus entrevistadas/os, este trabalho também busca analisar acontecimentos rotineiros vivenciados e narrados pelas jornalistas que viabilizaram o estudo.

Grada Kilomba chama este método de análise episódica. “Escolhi (...) selecionar episódios baseados nos tópicos centrais das experiências com o racismo como contados pelas entrevistadas por meio de suas biografias. Chamo essa forma de análise de episódica”. (KILOMBA, 2019, p. 88). Conforme a autora, “uma análise episódica descreve os diferentes contextos nos quais o racismo é performado, criando uma sequência de cenas do racismo cotidiano. (KILOMBA, 2019, p. 88). É isso que nos propomos a fazer neste trabalho.

Grada Kilomba evidencia sua preocupação com as experiências subjetivas de mulheres negras vítimas do racismo. O mesmo ocorre ao longo desta pesquisa, que reúne memórias escritas por 137 mulheres de todas as regiões do país. Fazendo uma crítica à hegemonia de pessoas brancas na produção do conhecimento acadêmico, sobretudo sobre racismo, Grada Kilomba diz que “na maioria dos estudos, nos tornamos visíveis não através de

⁴³ Anos da publicação da primeira edição das pesquisas referidas.

nossas próprias autopercepção e autodeterminação, mas sim através da percepção e do interesse político da cultura nacional branca dominante”. (KILOMBA, 2019, p. 71).

Neste trabalho, a autopercepção e a autodeterminação das jornalistas entrevistadas são centrais. As mulheres negras não são consideradas meros objetos nesta pesquisa, mas sujeitas ativas na construção do conhecimento. A partir de suas próprias visões e definições sobre o que vivenciaram e vivenciam, as análises serão realizadas, na tentativa de abarcar pontos de vista pouco explorados na produção acadêmica e de extrema importância para a compreensão da realidade racista brasileira e, sobretudo, para a proposição de mudanças.

Tal posição de objetificação que comumente ocupamos, esse lugar da “Outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade negra. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (KILOMBA, 2019, p. 51).

Como Grada Kilomba descreve, esta pesquisa também se coloca centrada em sujeitos a partir das suas percepções autobiográficas. O termo sujeito, segundo define, “especifica a relação de um indivíduo com sua sociedade; e não se refere a um conceito substancial, mas sim a um conceito relacional”. (KILOMBA, 2019, p. 74). De acordo com a pesquisadora,

Ter o status de sujeito significa que, por um lado, indivíduos podem se encontrar e se apresentar em esferas diferentes de intersubjetividade e realidades sociais, e por outro lado, podem participar em suas sociedades, isto é, podem determinar os tópicos e anunciar os temas e agendas das sociedades em que vivem. Em outras palavras, elas/eles podem ver seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade - o status absoluto de sujeito. O racismo, no entanto, viola cada uma dessas esferas, pois pessoas negras e Pessoas de Cor não veem seus interesses políticos, sociais e individuais como parte de uma agenda comum. (KILOMBA, 2019, p. 74-75).

Nas análises, buscaremos identificar as interdições impostas pelo racismo cotidiano que impediram ou ameaçaram os “status de sujeitos” das entrevistadas ao longo da vida. Grada ressalta a importância da perspectiva biográfica nas análises episódicas porque, segundo frisa, “a experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização”. (KILOMBA, 2019, p. 85). Conforme explica, inspirada em Paul Mecheril, a pesquisa centrada em sujeitos “examina as experiências, auto-percepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do

sujeito. Tem-se o direito de ser um sujeito - político, social e individual - em vez da materialização da *Outridade*, encerrada no reino da objetividade”. (KILOMBA, 2019, p. 81).

Levando em conta os ensinamentos de Conceição Evaristo, podemos dizer que a coleta dos dados numéricos e das narrativas episódicas para esta pesquisa proporcionou um exercício da “escrevivência” para as mulheres que se voluntariaram e se dedicaram às respostas escritas para viabilizar o estudo. Em rede aberta, no programa Roda Viva⁴⁴, da TV Cultura, exibido em 2021, a escritora e pesquisadora explicou a utilidade analítica que o conceito da escrevivência promove, conforme abaixo:

Quando pensamos a escrevivência, muitas pessoas perguntam: olha, a escrevivência, ela seria uma escrita de si? Ela seria uma escrita-ego? Ela seria uma ficção de si? Ela seria uma escrita narcísica? E o que a gente tem dito para pensar a escrevivência, aproveitando os nossos mitos: uma escrita narcísica, ela tem como modelo, ela tem como parâmetro, como suporte para análise pensar no mito de Narciso, né? O sujeito que se perde diante da própria beleza. A escrevivência, ela se distancia, por exemplo, deste mito narcísico. Preferimos pensar a escrevivência a partir de mitos afro brasileiros ou africanos. Primeiro, o espelho de Narciso não reflete o nosso rosto. A beleza negra nunca foi reconhecida, ela é reconhecida a partir de um movimento nosso de autoestima. Então, o mito de Narciso não reflete o nosso rosto. Como ler a escrevivência a partir de mitos afro brasileiros? Vamos pensar no espelho de Oxun e no espelho de Iemanjá. O espelho de Oxun é aquele espelho que revela a beleza negra que coloca minha auto dignidade, me faz reconhecer como bela. E aí a gente parte para o outro espelho, nós vamos para o espelho de Iemanjá. É o espelho que acolhe a comunidade. Iemanjá é aquela que cria, aquela que cuida. Então, se você ler a escrevivência a partir de mitos afro brasileiros, você não pode pensar a escrevivência como uma escrita narcísica, porque ela não é a história de um sujeito, ela reflete a história de uma coletividade. (TV CULTURA, 2021).

É com a perspectiva de enxergar nos relatos a história de uma coletividade que os dados serão analisados, com base nos conceitos apresentados na primeira parte deste capítulo. Faremos a leitura dos episódios biográficos com o objetivo de identificar o racismo cotidiano nos espaços escolares, no ensino superior e no mercado de trabalho. A partir daqui, também chamaremos as entrevistadas de escrevíveis, aderindo às formulações de Conceição Evaristo. A principal hipótese é a de que as escrevíveis negras carregam em suas trajetórias, desde a infância, continuadas desvantagens decorrentes do racismo estrutural - mais especificamente devido à branquitude - que, por força do racismo cotidiano, atravessam a sua formação escolar e acadêmica em desfavor do ingresso, da permanência e da ascensão na carreira profissional.

Para verificarmos esta hipótese, elaboramos um questionário (em anexo) com 122 perguntas, entre questões abertas e fechadas, direcionado a jornalistas com diploma do curso superior. O questionário foi dividido em cinco partes, sendo a primeira dedicada a captar dados

⁴⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J-wfZGMV79A>

pessoais como nome, idade, estado onde nasceu e estado onde mora, ocupação da mãe e do pai, estado civil, maternidade e autodeclaração racial.

A segunda parte do questionário foi dedicada às vivências no ensino fundamental e médio. Já a terceira, trouxe questões sobre as experiências durante o ensino superior. E, por fim, a quarta e a quinta partes do questionário foram dedicadas ao mercado de trabalho, sendo a quarta parte direcionada apenas às jornalistas que, no momento em que responderam às questões, não estavam inseridas no mercado de trabalho do jornalismo. Já a quinta e última parte foi elaborada exclusivamente para aquelas que estavam no exercício da profissão.

Com relação aos objetivos desta pesquisa, o principal é revelar os impactos do racismo nas trajetórias escolares e profissionais das jornalistas negras. Devido à falta de informações sobre as condições de trabalho das jornalistas negras, já evidenciada nos estudos que buscaram levantar o perfil profissional no jornalismo brasileiro, apresentados no capítulo anterior, os objetivos secundários são gerar dados sobre as condições de aprendizagem escolar, acadêmica e de trabalho das entrevistadas, e apontar caminhos para maior diversidade na profissão.

O anonimato das jornalistas foi acordado, com intuito de tornar a pesquisa um local seguro para que relembassem passagens marcantes de suas vidas, muitas vezes traumáticas. Para a divulgação do questionário, foi construída uma lista prévia com os nomes e os contatos de 100 jornalistas identificadas a partir de redes sociais como LinkedIn, Facebook e Instagram, além da indicação de mais jornalistas por colegas de profissão. Para as jornalistas presentes na lista prévia, o convite para a pesquisa foi feito individualmente, por e-mail ou perfis nas redes sociais. Só após o aceite, o link do questionário foi enviado. Esta estratégia favoreceu o comprometimento das entrevistadas, além de maior controle sobre o número de participantes.

A meta inicial era obter 100 questionários respondidos em dois meses. Durante abril e maio de 2021, o questionário esteve aberto para receber respostas. Em menos de um mês, a meta foi alcançada. Na divulgação, foi importante o apoio de instituições como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Sindicato dos Jornalistas Profissionais em vários estados, a exemplo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, além do apoio da Associação Profissão Jornalista (APJor), das Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojiras), da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça, do Coletivo Lena Santos de Jornalistas Negras e Negros, entre outras instituições.

Como já dito, a ideia foi perseguir os “rastros” que ligam o passado ao presente para demonstrar o racismo cotidiano nas suas formas atualizadas e institucionalizadas, na tentativa de compreender como, na vida das jornalistas, a ferida do presente ainda é a ferida do passado.

(...) o passado se torna presente, é outra característica do trauma clássico. Experimenta-se o presente como se estivesse no passado. Por um lado, cenas coloniais (o passado) são reencenadas através do racismo cotidiano (o presente) e, por outro lado, o racismo cotidiano (o presente) remonta cenas do colonialismo (o passado). A ferida do presente ainda é a ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado. (KILOMBA, 2019, p. 158).

Para identificar o citado entrelaçamento do passado com o presente, verificamos, nas “escrevivências” das entrevistadas, o racismo construído a partir das imagens que Patrícia Hill Collins chama de imagens controladoras, conforme já mostramos. Grada Kilomba diz que o racismo não é biológico, mas discursivo. “Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes: africano - África - selva - selvagem - primitivo - inferior - animal - macaco”. (KILOMBA, 2019, p. 130). Este esquema servirá como guia para identificar imagens que garantem o racismo em ação.

Importante frisar que este trabalho não tem a pretensão de aprofundar conhecimentos acerca da psicanálise, porém, algumas referências desta área serão norteadoras, uma vez que, nas “escrevivências” das entrevistadas, buscaremos apontar imagens controladoras que foram internalizadas, sobretudo em decorrência do branqueamento da população brasileira.

Grada Kilomba explica que, “em termos freudianos, os dois aspectos da “agressão” e da “sexualidade” categorizam a organização psicológica de um indivíduo. Na sociedade branca, no entanto, a “agressão” e a “sexualidade” têm sido reprimidos e reprojatados de forma massiva em outros grupos raciais”. (KILOMBA, 2019, p. 79). Cida Bento incrementa, dizendo que o medo da perda de privilégios e o medo da responsabilização pelas desigualdades raciais “constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade”. (BENTO, 2002, p. 7). Grada apresenta um esquema de imagens importante para nossas análises que indica como negros e negras são percebidas/os e controlados:

Infantilização: O *sujeito negro* torna-se a personificação do incivilizado - o menino, a menina, a criança ou a/o serva/o assexuada/o - que não pode sobreviver sem o senhor;
Primitivização: O *sujeito negro* torna-se a personificação do incivilizado - a/o selvagem, a/o atrasada, a/o básica/o ou a/o natural -, aquele que está mais próximo da natureza.

Incivilização: O *sujeito negro* torna-se a personificação do outro violento e ameaçador - a/o criminosa/o, a/o suspeita/o, a/o perigosa/a -, aquele que está fora da lei.

Animalização: O *sujeito negro* torna-se a personificação do animal - a/o selvagem, a/o primata, a/o macaca/o, a figura do “King Kong” -, outra forma de humanidade.

Erotização: O *sujeito negro* torna-se a personificação do sexualizado, com um apetite sexual violento: a prostituta, o cafetão, o estuprador, a/o erótica/o e a/o exótica/o. (KILOMBA, 2019, p. 79).

Neusa Santos Souza (1983) usa o conceito do “Ideal do Ego” para explicar como o desejo de tornar-se branca nasce como forma de livrar-se das imagens controladoras das quais falamos. O Ideal do Ego é “formado a partir de imagens e palavras, representações e afetos que circulam incessantemente entre a criança e o adulto, entre o sujeito e a cultura”. (SOUZA, 1983, p. 4). Segundo ela, “a função deste ideal é favorecer o surgimento de uma identidade do sujeito, compatível com o investimento erótico de seu corpo e de seu pensamento, via indispensável a sua relação harmoniosa com os outros e com o mundo”. (SOUZA, 1983, p. 4). Mas, para as pessoas negras, esta possibilidade é, em grande parte, sonhada. Diz a autora:

O modelo de Ideal de Ego que lhe é oferecido em troca da antiga aspiração narcísico-imaginária não é um modelo humano de existência psíquica concreta, histórica e conseqüentemente, realizável ou atingível. O modelo de identificação normativo-estruturante com o qual ele se defronta é o de um fetiche: *o fetiche do branco*, da *brancura*. (SOUZA, 1983, p. 4).

No racismo cotidiano, como operam estas imagens controladoras e como elas impactam na formação escolar, profissional e na carreira das jornalistas? Buscamos capturar respostas para esta pergunta, colocando em prática também a perspectiva interseccional. Como enfatiza Lélia Gonzalez, considerando gênero, raça e classe: “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. (GONZALEZ in RIOS, LIMA, 2020a, p. 58). Sendo assim, nossa perspectiva precisa ser interseccional.

Patrícia Hill Collins explica que o termo interseccionalidade emergiu nos Estados Unidos como método científico na década de 1990, a partir das pesquisas de Kimberlé Crenshaw. Porém, ainda conforme a autora, esta perspectiva já era discutida pelos movimentos sociais e por intelectuais negras desde a década de 1980. O Coletivo Combahee River, formado por mulheres negras, lançou, em 1982, o manifesto *A Black Feminist Statement*, documento que já registrava o risco de análises parciais ou incompletas, caso raça fosse desvinculada de outras opressões, já que “raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra”. (COLLINS, 2017, p. 8). Patrícia Hill Collins registra ainda que os livros *Civil Wars*, de June Jordan (Jordan, 1981); *Sister Outsider* (Lorde, 1984) de Audre Lorde; e *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis (Davis, 1981), também já traziam a perspectiva interseccional nas análises que produziram.

A construção de sistemas de poder fabrica “identidades desempoderadas que mulheres de cor carregam, as posiciona em inequidades sociais complexas, de forma diferente daquelas

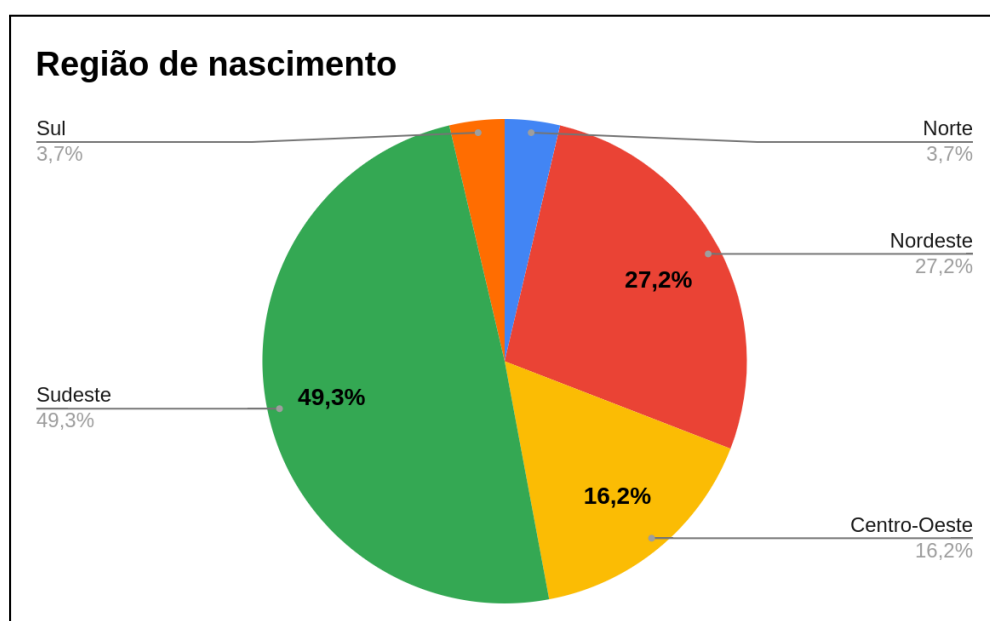
vividas por homens ou mulheres brancas”. (COLLINS, 2017, p. 8). Desde o ano 2000, “a interseccionalidade como projeto de conhecimento se expandiu na academia, ganhando aceitação em muitos campos de estudo”. (COLLINS, 2017, p. 12). Patrícia Hill Collins frisa que “esse ponto de vista muda todo o foco da investigação, partindo de uma abordagem que tinha como objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas”. (COLLINS, 2016, p. 108). Assim, esta pesquisa explora a interseccionalidade como ponto de vista no campo da comunicação.

2.2. Perfil das jornalistas

Neste tópico, iremos apresentar um perfil das 137 entrevistadas, expondo os dados que constam na primeira seção do questionário. Foram obtidas informações sobre o estado onde nasceram e onde moravam, idade, ocupações dos pais e das mães, estado civil, maternidade, além de narrativas sobre autodeclaração racial. Acreditamos que, com estes dados, temos um retrato do grupo de mulheres negras que, nos capítulos seguintes, falarão de suas vivências.

Responderam ao questionário jornalistas nascidas em todas as regiões do país, o que torna o estudo representativo no sentido de territórios vivenciados. Buscamos não apenas saber onde nasceram as escritoras, mas identificar onde elas viviam em 2021, para avaliar se o processo migratório ocorreu em suas trajetórias. Abaixo, o gráfico 1 mostra o percentual de entrevistadas nascidas em cada região. Apenas uma jornalista não respondeu.

Gráfico 1 - Região de nascimento

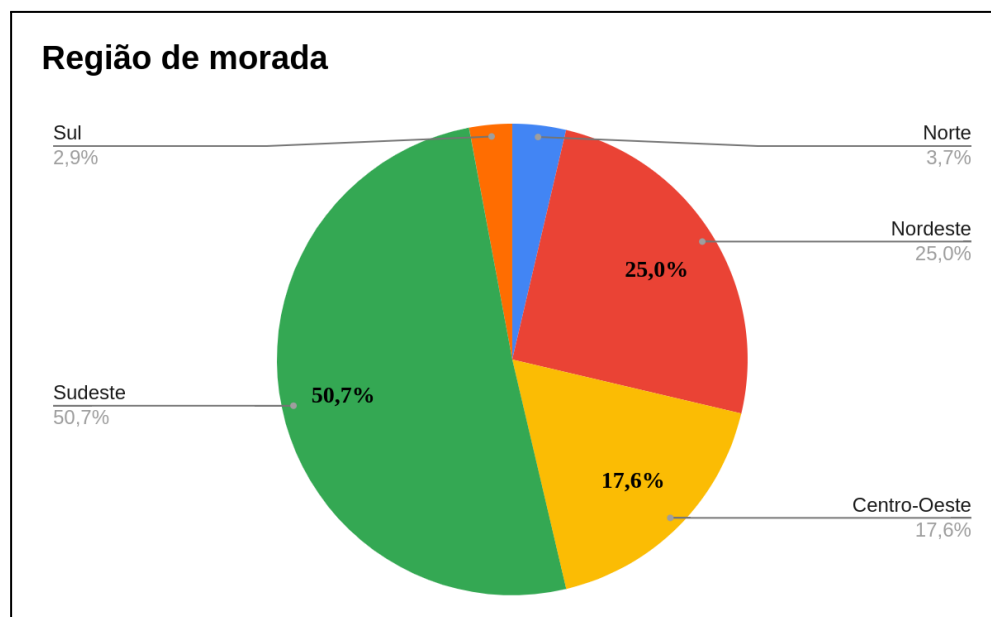


Verifica-se que quase metade das entrevistadas (49,3%) nasceu na região sudeste. Esta região, em meados do século XX, foi a que mais recebeu investimentos no processo de industrialização do país. Devido a isso, conforme Lélia Gonzalez, baseada em dados do final da década de 1970, o sudeste passou a ser a região de maior concentração da população branca.

(...) não foi por acaso que os imigrantes europeus se concentraram em regiões que, do ponto de vista político e econômico, detêm a hegemonia quanto à determinação dos destinos do país. Refiro-me sobretudo à região sudeste. Por isso mesmo, pode-se afirmar a existência de uma divisão racial do espaço em nosso país, uma espécie de segregação, com acentuada polarização, extremamente desvantajosa para a população negra: quase dois terços da população branca (64%) se concentram na região mais desenvolvida do país, enquanto a população negra, quase na mesma proporção (69%), concentra-se no resto do país, sobretudo em regiões mais pobres como é o caso do Nordeste e Minas Gerais. (GONZALEZ, 2020b, p. 94).

Os percentuais apresentados por Lélia Gonzalez indicam o efeito da política de embranquecimento da população, sobretudo na região de maior poder econômico e político do país, uma vez que esta mesma região recebeu grande migração escrava a partir do século XVIII, conforme Abdias do Nascimento (NASCIMENTO, 1978). Com a industrialização do século XX, a migração de famílias nordestinas em busca de empregos foi intensa para o sudeste. No gráfico seguinte, podemos perceber o deslocamento das entrevistadas, deixando a região nordeste em direção ao centro do país, o que indica a continuidade migratória.

Gráfico 2 - Região de morada



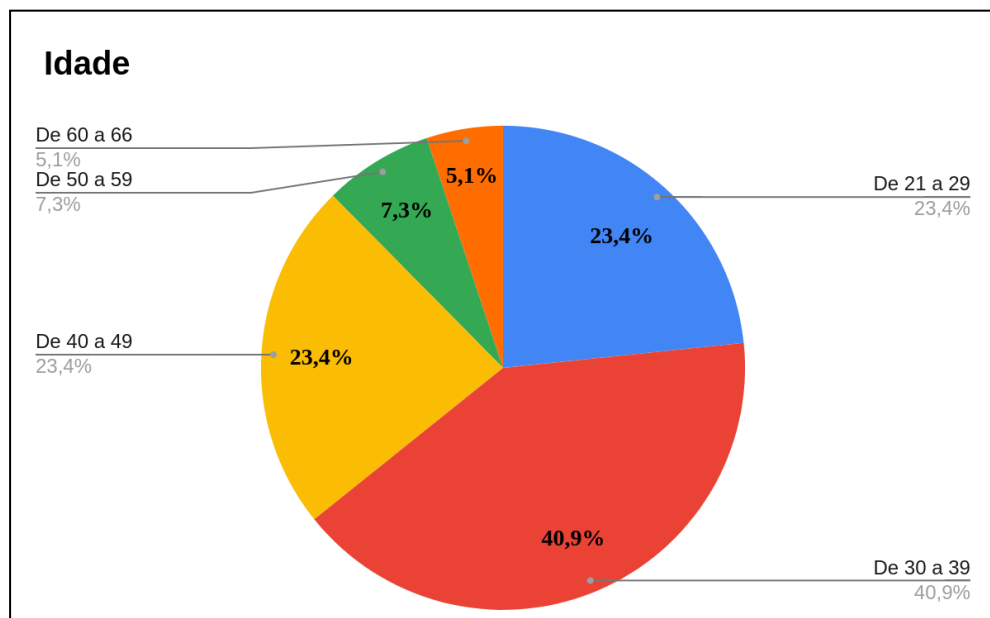
Fonte: autoria própria.

Comparando os gráficos 1 e 2, percebe-se que o sudeste passou a concentrar mais da metade das entrevistadas (50,7%), registrando aumento em relação ao percentual de nascidas na região. Já a região nordeste, onde nasceram 27,2% das jornalistas, em 2021 era a morada de 25%, o que evidencia a migração. Ainda comparando os gráficos, verifica-se que a região Sul também reduziu o número de escrevintes da pesquisa, de 3,7% para 2,9%, enquanto que a região Centro-Oeste passou de 16,2% para 17,6%. Já a região Norte não sofreu alterações.

Levando em conta o nosso objetivo principal de identificar os impactos do racismo na formação e na carreira das jornalistas negras, quando necessário, para melhor compreensão dos dados e dos episódios narrados, serão utilizadas as referências das regiões onde moravam as escrevintes em 2021 e não onde elas nasceram, sobretudo quando as vivências no mercado de trabalho forem analisadas, no último capítulo.

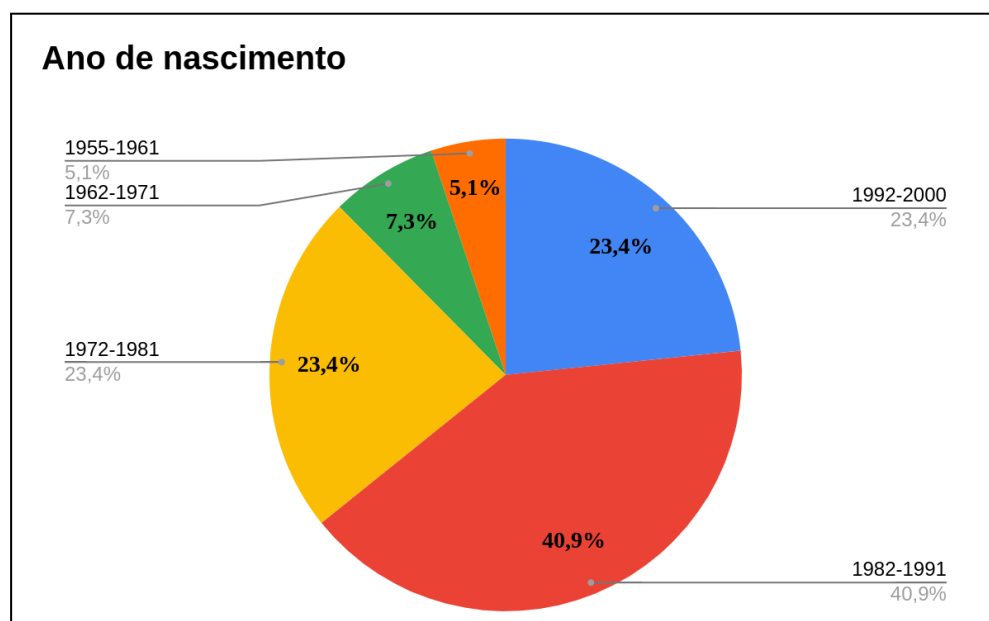
Do mesmo modo que comemoramos a abrangência espacial que a pesquisa atingiu, as diferentes gerações alcançadas pelo questionário também foram celebradas, uma vez que responderam às questões mulheres com idades entre 21 e 66 anos, o que nos permite analisar as experiências dentro de um período de 45 anos, que é a diferença entre as idades.

Gráfico 3 - Idade



Fonte: autoria própria.

Gráfico 4 - Ano de nascimento



Fonte: autoria própria.

Os gráficos mostram as faixas de idade (gráfico 3) e as escalas dos anos de nascimento (gráfico 4) das entrevistadas. O objetivo foi não só revelar o tempo de vida das escrevintes, mas também o período e o contexto em que nasceram, tendo em vista as mudanças estruturais pelas quais passa o jornalismo desde a transição dos séculos XX e XXI. Considerando que a transformação tecnológica nos meios de comunicação ocorreu no Brasil a partir da década de 1990 (ALAKIJA *in* BORGES; BORGES, 2012), podemos dizer que pelo menos 23,4% já nasceram inseridas no contexto das novas tecnologias.

De acordo com Jacques Mick e Andressa Kikuti, devido às transformações digitais na comunicação, “entre 1990 e 2010, o número de cursos de graduação em jornalismo subiu de 60 para 317, tendo se estabilizado nessa escala de oferta desde então”. (MICK; KIKUTI, 2020, p. 211). Com isso, cresceu também o interesse científico para investigar as condições de trabalho em cenários de profundas mudanças laborais e de gestão, com foco na precarização e nos efeitos da tecnologia. Esta pesquisa está inserida neste momento de dedicação acadêmica já que 76,6% das entrevistadas nasceram até 1991, quando as transformações estavam iniciando.

Com o intuito de perseguir os rastros do passado que se fazem presentes nas trajetórias das jornalistas, perguntamos sobre a ocupação dos pais e das mães na tentativa de entender em que condições materiais elas cresceram. Agrupamos as profissões informadas em questões

abertas, com objetivo de identificar semelhanças nos destinos de trabalhadoras negras e negros, a partir de meados do século XX, quando começaram a nascer as escritoras.

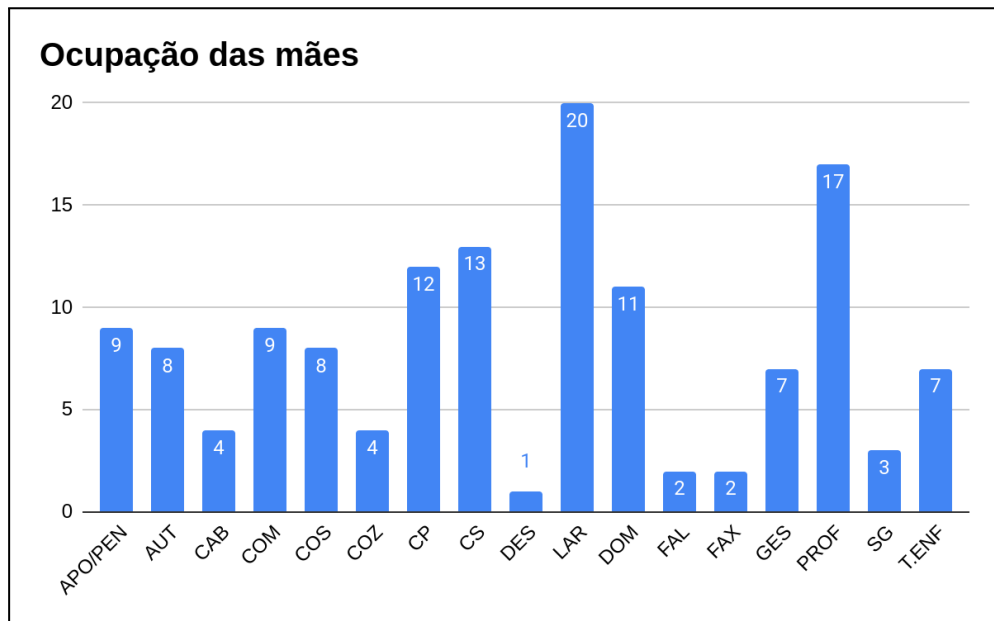
Até 1950, conforme explica Abdias do Nascimento, a discriminação em empregos era uma prática recorrente. “Em geral os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor.” Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma”. (NASCIMENTO, 1978, p. 82). O pesquisador acrescenta que a discriminação explícita foi substituída pela exigência da “boa aparência”, entendida como uma diretriz informal para a não aceitação de negros e negras no preenchimento das vagas ofertadas. Sobre as consequências desta discriminação na autoestima das mulheres negras, Sueli Carneiro informa:

O caráter devastador que esse conjunto de práticas discriminatórias que vão desde as restrições sofridas no mercado de trabalho aos estereótipos negativos que estigmatizaram de maneira especial as mulheres negras, pode ser medido pelas palavras da militante negra Adélia Santos, a propósito do baixo grau de expectativa encontrado entre mulheres negras cariocas sobre sua inserção no mercado de trabalho: “A gente começou a ver que principalmente as meninas, o que elas pediam como uma iniciação profissional eram as profissões mais baixas, queriam preparação para serem domésticas, culinária, manicure, e a gente tentou ver porque isso aí, começamos um trabalho de arte cênica com elas e se chegou à conclusão que a autoestima dessas meninas é baixíssima, porque elas não esperam nada... por exemplo, se a mãe é doméstica, elas acham que devem ser, e muitas delas já estão inseridas na prostituição (14 ou 15 anos), trocadoras de ônibus, etc”. (CARNEIRO, 2018, p. 55-56).

Sueli Carneiro (2018) recolheu o relato de Adélia Santos numa palestra, em 1984, durante o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, em São Paulo. Adélia, militante negra e feminista, integrante do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), falava, quase 40 anos atrás, de uma realidade constatada nas trajetórias das entrevistadas nesta pesquisa.

A partir dos agrupamentos que elaboramos com as ocupações das mães informadas no questionário, percebe-se que os trabalhos desempenhados por elas, em parcelas ainda bastante significativas, estão relacionados aos serviços domésticos.

Gráfico 5 - Ocupação das mães



Fonte: autoria própria.

Quadro 1 - Siglas: Ocupação das mães

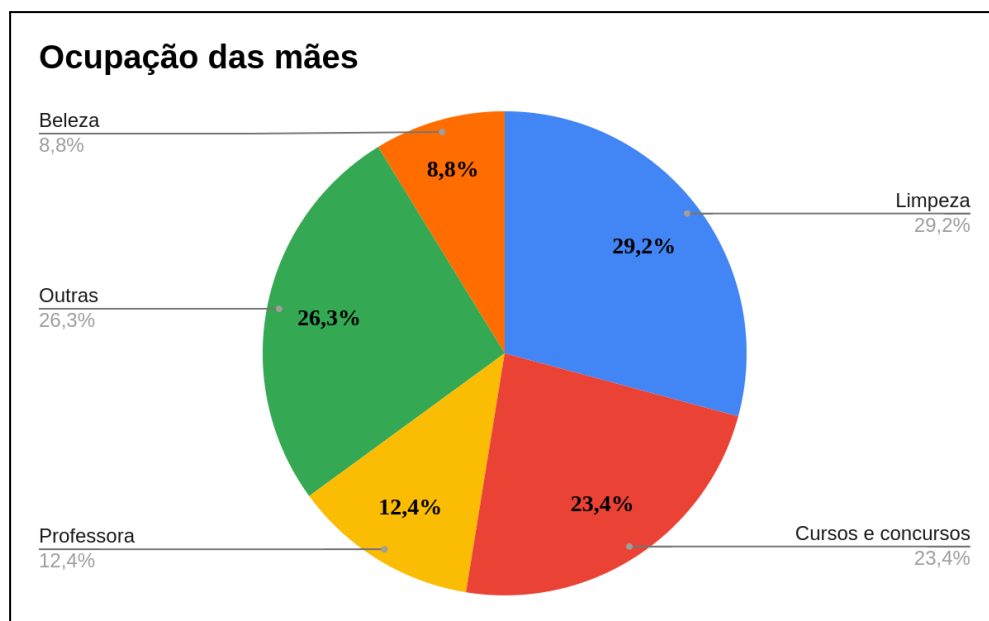
Siglas: Ocupação das mães			
APO/PEN	Aposentada e pensionista	LAR	Do lar/dona de casa
AUT	Autônoma	DOM	Doméstica
CAB	Cabeleireira	FAL	Falecida
COM	Comércio	FAX	Faxineira
COS	Costura	GES	Gestão
COZ	Cozinha	PROF	Professora
CP	Concurso público	SG	Serviços gerais
CS	Curso superior	CT/T. ENF	Técnica em enfermagem
DES	Desempregada		

Fonte: autoria própria.

Para que ficasse ainda mais evidente o trabalho doméstico das mães, fizemos novo agrupamento, desta vez com foco maior nas tarefas relacionadas à limpeza. Colocamos na mesma categoria as mulheres “do lar/donas de casa”, as domésticas, as faxineiras e as que desempenhavam “serviços gerais”. Para esta categoria, demos o nome de “Limpeza”, conforme o gráfico 6. Também classificamos na categoria "beleza", as mães que se dedicam à costura e

aos serviços de cabeleireira e manicure. Mantivemos a profissão de professora à parte, e reunimos as que fizeram curso superior, curso técnico ou que passaram em concurso público. Percebe-se, de forma mais nítida, a predominância das tarefas domésticas no destino das mães, sendo a maior fatia (29,2%), em sintonia com o que falava Adelia Santos em 1984.

Gráfico 6 - Ocupação das mães (%).



Fonte: autoria própria.

Deixamos a profissão de professora à parte por entender que esta foi a primeira possibilidade agarrada por mulheres entre os séculos XIX e XX que tentaram fugir do destino traçado pelo patriarcado de mães e esposas, quando brancas, ou, caso não fosse isso para as negras, de exploradas braçais na informalidade. Conforme explica Karla Nunes, que estudou a trajetória da professora, cronista e deputada estadual negra Antonieta de Barros⁴⁵,

(...) o Magistério era, praticamente, o único trabalho socialmente aceito para as mulheres das ditas “elites” e possivelmente o sonho de ascensão das advindas de camadas sociais menos privilegiadas. A profissão considerada ideal já que vinculado diretamente à maternidade e ao ser boa dona de casa. O papel da mulher professora, como já salientaram alguns pesquisadores, seria a extensão de uma atividade que ocorria dentro de casa, um aprimoramento de suas funções. (NUNES, 2001, p. 62-63).

⁴⁵ Nascida em 1901, Antonieta de Barros foi eleita deputada estadual por Santa Catarina em 1934.

No gráfico 6, percebe-se que o magistério ou a formação em pedagogia continuaram, como no passado, sendo uma busca na vida das mulheres negras, estando esta profissão representativa entre tantas outras mencionadas, sendo a profissão de 12,4% das mães.

Já para analisar as ocupações dos pais, nossa meta foi observar em que medida estes foram alocados em empregos informais ou em funções que exigiam maior força física do que esforço intelectual. Isso, considerando a exclusão da população negra das seleções para vagas de trabalho que surgiram com a industrialização do Brasil, a partir das primeiras décadas do século XX, devido à política imigratória e à discriminação racial institucionalizada no Brasil.

Abdias do Nascimento explica que, em 1959, quase uma década após a promulgação da lei "Afonso Arinos", o preconceito racial foi mencionado pelo *O Jornal do Rio de Janeiro*, como o principal fator de desemprego. Conforme trecho da matéria recolhido pelo pesquisador,

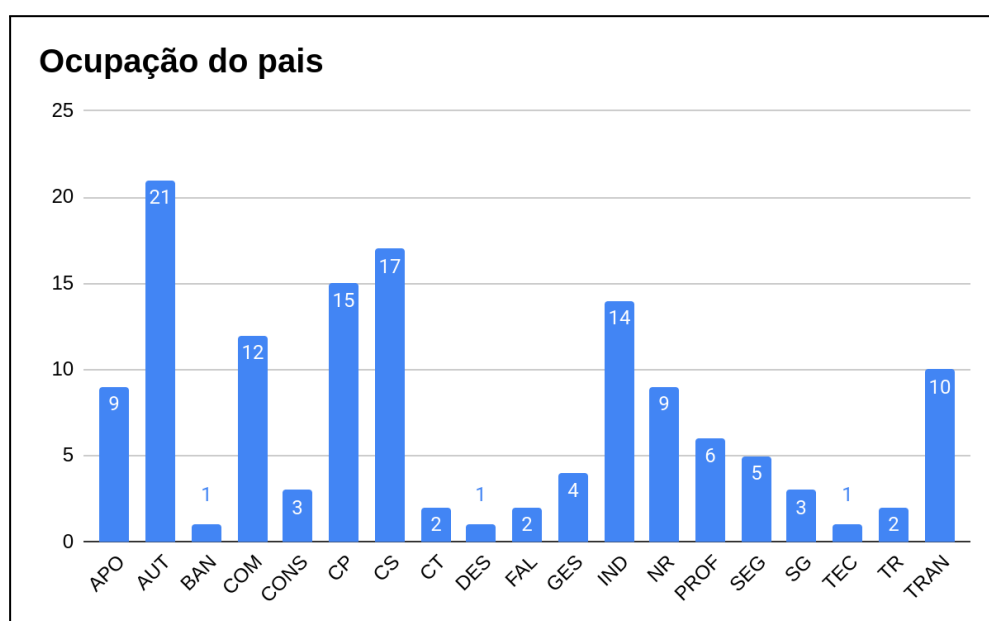
Com efeito, candidato de côr, mesmo com habilitação para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos que exigem pessoas de "boa aparência", não conseguem trabalho. (...) É o preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como fator de desemprego, em seguida vêm a idade e a nacionalidade. (NASCIMENTO, 1978, p. 85).

Como fizemos com as ocupações das mães, reunimos em grupos as ocupações dos pais, na tentativa de evidenciar os trabalhos mais recorrentes nas respostas da questão aberta, levando em conta a diferenciação entre trabalhos manuais e não manuais. Em *O lugar do negro na força de trabalho*, Lúcia Oliveira, Rosa Porcaro e Tereza Araújo consideram que “os grupos profissionais de nível superior, empresários e administradores e Profissionais de nível médio e pessoal de escritório estão referidos às ocupações não manuais, enquanto os demais representam as ocupações manuais”. (OLIVEIRA, 1981, p. 25-26).

No caso das ocupações não manuais, o primeiro grupo engloba as pessoas de mais alto nível de escolaridade representadas pelos profissionais de nível superior e aquelas que têm a propriedade ou gerenciam os meios de produção, no caso os empresários e os administradores. O segundo grupo ocupacional engloba as ocupações que exigem um certo grau de escolaridade para o seu desempenho. (...) Para os trabalhadores com ocupações manuais considerou-se relevante identificar sua forma de inserção no processo produtivo, uma vez que se constitui fator de diferenciação social se estar vinculado ao sistema de produção dominante ou a outras formas mais tradicionais de organização da produção, que envolvem relações de trabalho não capitalistas, como por exemplo, aquelas baseadas exclusivamente no trabalho familiar. (OLIVEIRA, 1981, p. 27).

Para esta pesquisa, no entanto, optamos em criar categorias baseadas na participação no processo produtivo, levando em consideração as áreas de trabalho, a exemplo de indústria, comércio e atividades rurais, mas também o nível de profissionalização, separando, a partir das ocupações informadas, aquelas que exigem formação superior e técnica, daquelas que poderiam se aproximar do que as autoras chamaram de “formas mais tradicionais de organização da produção”. Elas últimas, foram reunidas no grupo “autônomos”, que contempla os postos de pintor, marceneiro, eletricista, carpinteiro, mecânico, encanador, desenhista, etc. O gráfico 7 revela, em números absolutos, estes agrupamentos, segundo o quadro das siglas na sequência.

Gráfico 7 - Ocupação dos pais.



Fonte: autoria própria.

Quadro 2 - Siglas: Ocupação dos pais.

Siglas: Ocupação dos pais			
APO	Aposentado	GES	Gestão
AUT	Autônomo	IND	Indústria
BAN	Bancário	NR	Não respondeu
COM	Comércio	PROF	Professor
CONS	Construção	SEG	Segurança
CP	Concurso público	SG	Serviços Gerais
CS	Curso superior	TEC	Tecnologia

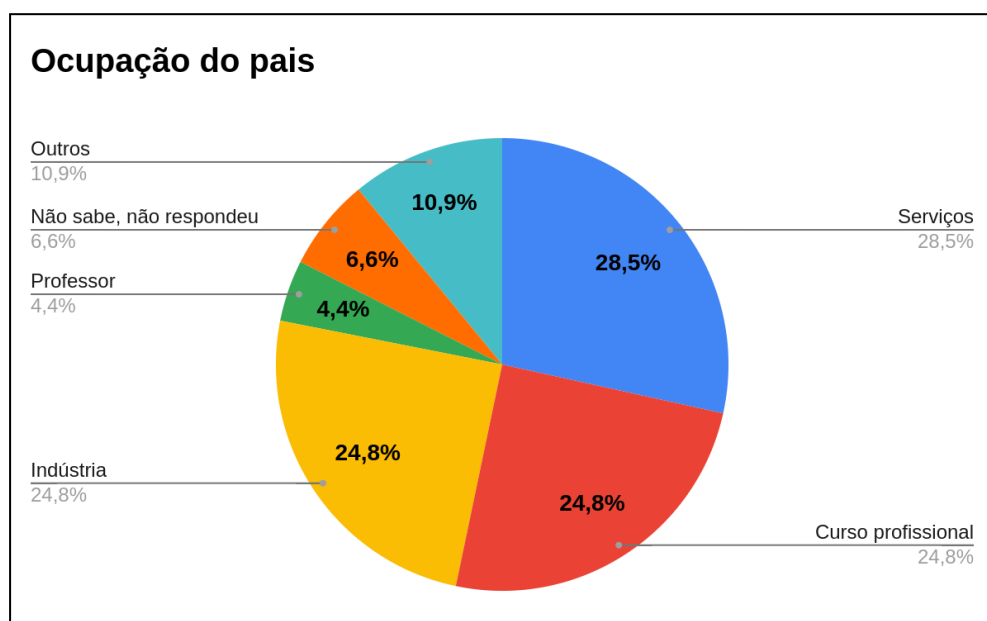
CT	Curso técnico	TR	Trabalhador rural
DES	Desempregado	TRAN	Transporte
FAL	Falecido		

Fonte: Autoria própria.

Vale destacar que a categoria “autônomo”, nesta pesquisa, é formada por profissões tradicionalmente exercidas para a prestação de serviços, geralmente sem vínculos empregatícios. Pode acontecer de algum pai estar neste grupo, mas possuir vínculo profissional com alguma instituição privada ou pública. Verificar esta condição individualmente não foi nosso objetivo, e sim, classificar as áreas de trabalho e as funções exercidas, com base nas ocupações manuais e não manuais, conforme já dito, mesmo que de modo preliminar.

Num segundo momento, os dados do gráfico 7 foram refinados, com intuito de separar as ocupações manuais diretamente vinculadas às empresas, que, no gráfico 8, englobamos na categoria “indústria”, daquelas destinadas a prestação de serviços, reunidas na categoria “serviços”, para, por último, identificar o percentual de pais que tiveram a oportunidade de ascender profissionalmente, exercendo funções não manuais, que exigem formação superior, aprovação em concurso público ou mesmo formação em cursos técnicos. Como fizemos nas análises das mães, deixamos à parte a função de professor.

Gráfico 8 - Ocupação dos pais (%).



Fonte: Autoria própria.

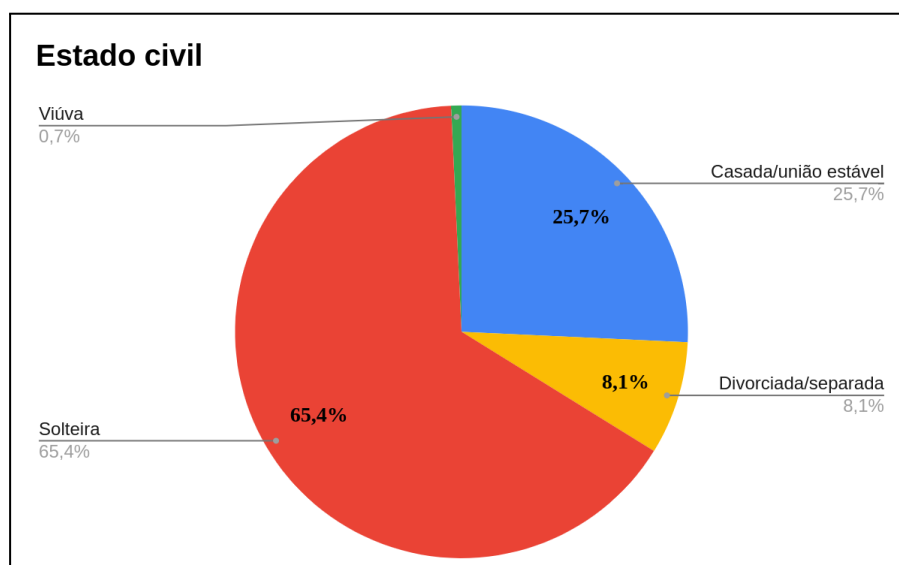
Com isso, ao observarmos o gráfico 8, concluímos que o percentual de homens negros graduados ainda segue menor (24,8%) do que os percentuais daqueles que prestam serviços (28,5%), possivelmente sem garantias trabalhistas. Se somarmos “serviços” com os trabalhadores da indústria, considerados também manuais e com percentual igual aos que possuem curso profissional, teremos 53,3% de trabalhadores manuais contra 29,2% de não manuais, somando os professores ao grupo “curso profissional”.

Importante destacar que entre as mães e os pais das entrevistadas, apenas três pessoas se formaram em jornalismo, sendo dois pais e uma mãe. Ou seja, aparece aqui a equação de mais homens do que mulheres na profissão, um indício da época em que mais homens exerciam a profissão. De igual relevância é atentarmos para o fato de apenas um pai trabalhar na área da tecnologia, cada vez mais estruturante de nossa sociedade, sobretudo das relações sociais. A única pessoa identificada na pesquisa trabalha como programador de computador.

O estado civil e a maternidade também entraram no escopo do perfil das entrevistadas. Diversas pesquisas identificaram uma maior presença de mulheres solteiras e sem filhas/os no jornalismo, não só em contexto brasileiro, mas num panorama global, conforme indica Thales Lelo (2019). O pesquisador ressalta que existe relação entre esta preferência do mercado com a cultura organizacional das empresas de comunicação, ainda majoritariamente masculina.

Conforme o gráfico 9, no universo de 137 escritoras, 65,4% disseram estar solteiras, 8,1% se identificaram como divorciadas ou separadas e 25,7% responderam estar casadas ou em uniões estáveis. Apenas uma afirmou ser viúva.

Gráfico 9 - Estado civil.

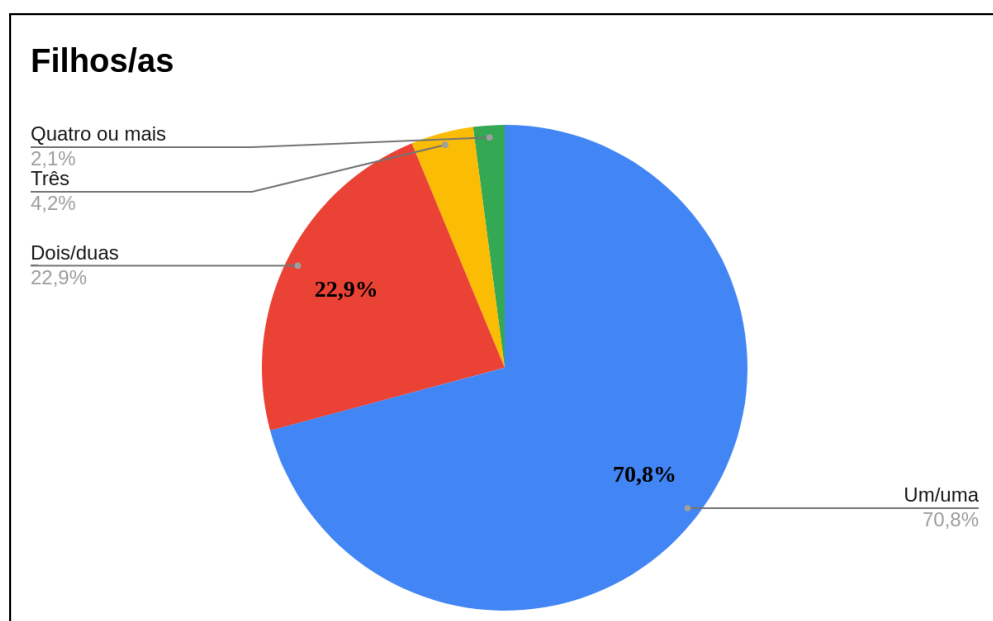


Fonte: autoria própria.

Identificamos que a maioria das entrevistadas (65%) não tem filhas/os, enquanto que 35% são mães, totalizando 48 mulheres. Mesmo relacionado à minoria das jornalistas (35%), o tema maternidade permanece importante devido à feminilização do jornalismo (FIGARO, 2018; LELO, 2019, BANDEIRA, 2019). Este recente fenômeno, conforme já demonstramos no capítulo anterior, exige esforços acadêmicos para a compreensão das especificidades de gênero num mercado profissional cuja cultura organizacional ainda é majoritariamente masculina.

Entre as jornalistas mães, a grande maioria (70,8%) possui apenas uma/um filha/o, enquanto que 22,9% têm duas/dois filhas/os, 4,2% têm três e 2,1%, quatro filhas/os ou mais.

Gráfico 10 - Filhos/as.



Fonte: autoria própria.

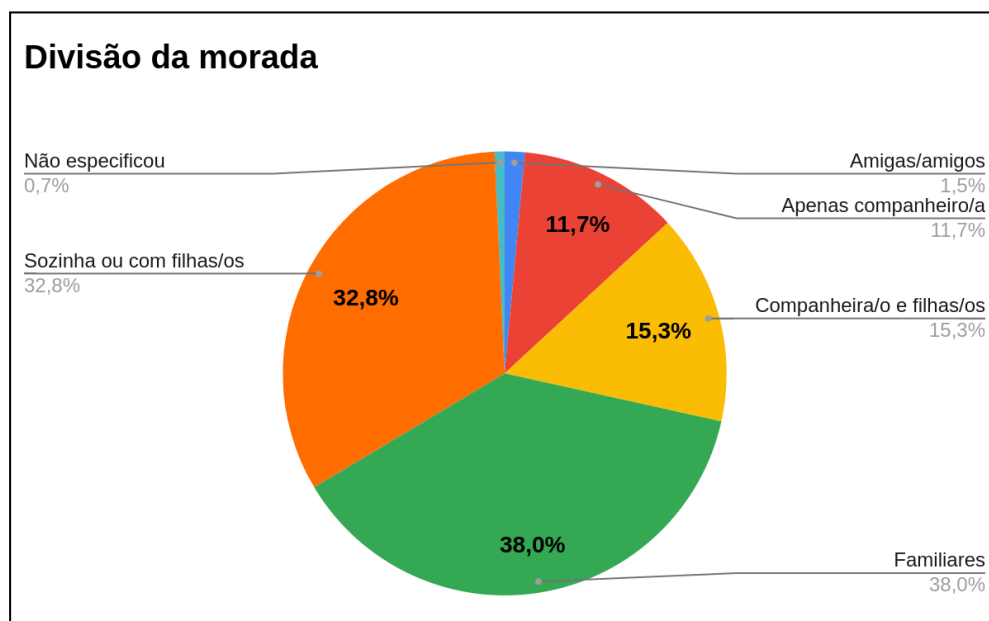
A idade das/os filhas/os pode indicar o grau de dependência que as/os mesmas/os possuem, seja afetivo ou financeiro. 72,9% das jornalistas são mães de crianças ou adolescentes menores de 18 anos, o que sugere a necessidade destas mulheres de conciliar a vida profissional com as responsabilidades materna. Outras 27,1% têm filhas/os maiores de 18 anos.

Referente à participação financeira para o sustento das/os filhas/os, embora a maioria (70,8%) não seja a única responsável por arcar com os custos materiais das/os filhas/os, identificamos que quase um terço (27,1%) das jornalistas não possui ajuda financeira de outras pessoas para sustentar as crianças e os/as adolescentes. Verificamos também que 25% das mães não contam com nenhuma rede de apoio para dividir as atividades rotineiras da maternidade. 66,7% afirmaram que possuem rede de apoio e 8,3% não responderam.

Ao problematizar as condições laborais das jornalistas no contexto de feminilização da profissão, Thales Lelo (2019) frisa que “um primeiro aspecto a ser ressaltado em nível global é a dificuldade vivenciada pelas repórteres em conciliarem o exercício de suas funções (em uma carreira que vem exigindo sacrifício acentuado dos tempos de descanso) com seus projetos familiares”. (LELO, 2019, p. 4). O autor se apoia em pesquisas internacionais para enfatizar a existência do que chama de “custos proibitivos” para o engajamento profissional de mulheres, sobretudo daquelas que possuem filhos. Ou seja, barreiras patriarcais para ascender.

Em se tratando de mulheres negras, não podemos desvincular as questões de gênero do racismo estrutural, intersecção de opressões que amplia as dificuldades a serem enfrentadas por jornalistas negras no mercado de trabalho. Os “custos proibitivos” tendem a ser maiores. Para todas as entrevistadas, buscamos saber com quem moravam, com intuito de visualizar possíveis redes de apoio. Das 137 escritoras, 32,8% moravam sozinhas ou com filhas/as, enquanto que 38% dividiam a casa com outros familiares. 15,3% viviam com companheiros/as e filhos/as, 11,7% apenas com companheiros/as e 1,5% com amigas/os, conforme o gráfico.

Gráfico 11 - Divisão da morada.



Fonte: autoria própria.

Estes dados dialogam com pesquisas que investigam a solidão de mulheres negras (SOUZA, 2008, OLIVEIRA, 2019, VIEIRA, 2020), numa perspectiva que extrapola a vida privada e abrange o contexto social regido pelo racismo estrutural. No gráfico 11, percebe-se que 27% compartilham a vida com companheiros/as, enquanto que 72,3% vivem sozinhas, com

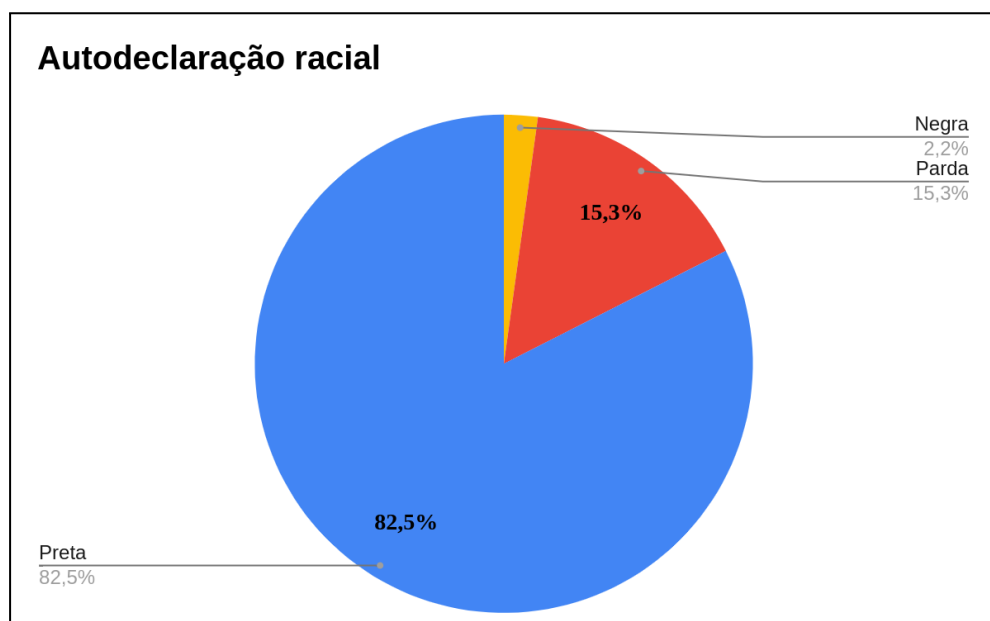
amigos/as, com filhas/os ou outros familiares. Historicamente, mulheres negras são preteridas por homens brancos e também por homens negros, conforme já discutiram Sueli Carneiro (2018) e Beatriz Nascimento (RATTS, 2006). No próximo capítulo, voltaremos a falar sobre a solidão das mulheres negras, a partir dos vínculos afetivos na infância e na adolescência.

Para completar o perfil das jornalistas entrevistadas, quisemos entender como se deu o processo da autodeclaração racial de cada uma. Até o início do século XXI no Brasil, os censos não mantiveram constante a contagem da população negra, havendo a exclusão do critério cor em 1970, por exemplo. Sueli Carneiro afirma que “esse “tratamento” dispensado à população negra nas estatísticas oficiais faz parte de um elenco de estratégias que têm determinado a invisibilidade do negro nas diferentes esferas da vida nacional, através dos conhecidos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial”. (CARNEIRO, 2018, p. 14). Diante desta invisibilidade, como as entrevistadas se perceberam negras?

A exclusão histórica do quesito cor nos censos, muitas vezes justificada pela dificuldade na contagem das diversas classificações geradas pela miscigenação, traduz o “esforço oficial de embranquecimento do país”. (CARNEIRO, 2018, p. 14). Lia Schucman e Felipe Fachim atestam que “os movimentos negros nascidos na década de 1970 vêm trabalhando para construir uma identidade negra positivada que incluía tanto pretos como pardos”. (SCHUCMAN; FACHIM, 2016, p. 182). Na categoria parda, estão as “mestiças”.

Os movimentos negros defendem que são “irrelevantes os diferenciais socioeconômicos perceptíveis entre pretos e pardos” (CARNEIRO, 2018). Diante deste argumento, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela realização do censo a cada dez anos, passou a reconhecer que a população negra é composta pela soma de pessoas pardas e pretas. Considerando, então, que entre negras há dois tipos possíveis de autodeclaração (pretas e pardas), em questão fechada, mas com o campo “outros” aberto, perguntamos às entrevistadas como elas se autodeclaravam. 82,5% responderam pretas, 15,3%, pardas e 2,2%, optaram por informar que são negras, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 12 - Autodeclaração racial.



Fonte: autoria própria.

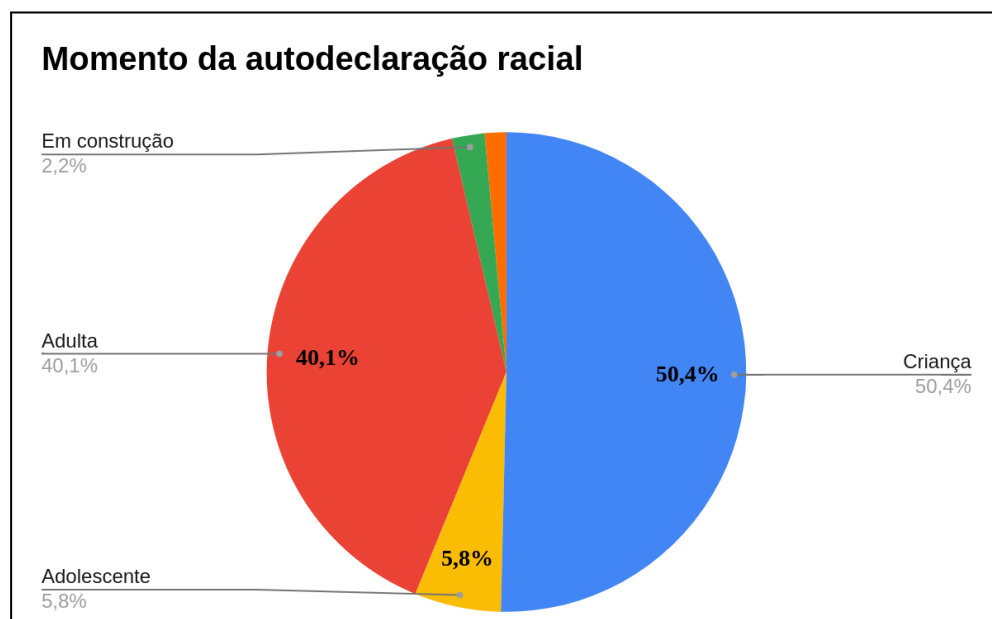
Segundo Lia Schucman e Felipe Fachim, diversos pesquisadores deste tema no país, com raras exceções, afirmam que “o tipo de classificação racial brasileiro se dá por aparência e não por ascendência/origem/ancestralidade”. (SCHUCMAN, FACHIM, 2016, p. 183). Neste sentido, vale apresentar os cinco modos de classificação racial elencados por D’Adesky, trazidos por Lia Schucman e Felipe Fachin, com objetivo de evidenciar que o processo de autodeclaração racial no Brasil pode ocorrer de diferentes maneiras.

D’Adesky (2001, p. 135) indica o uso de cinco modos de classificação racial: 1) o uso das cinco categorias oficiais do IBGE⁴⁶; 2) “o sistema branco, negro e índio, referente ao mito fundador da civilização brasileira”; 3) o sistema classificatório popular de 135 cores, segundo apurado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1976); 4) o modo binário branco e não branco usado por inúmeros pesquisadores nas Ciências Humanas e 5) o modelo binário branco e negro, proposto pelas organizações e movimentos negros. (SCHUCMAN, FACHIM, 2016, p. 184).

Com isso, mas também considerando a ideologia de embranquecimento da população, que privilegia pessoas conforme os níveis cromáticos da pele, seguindo a lógica de que “quanto mais escura a cor da pele de um indivíduo, mais perto da ideia de raça negra estereotipada e estigmatizada pelo racismo moderno ele está localizado, e quanto mais perto da cor de pele branca, mais status e privilégios ele ganha” (SCHUCMAN, FACHIM, 2016, p. 184), quisemos saber em que fase da vida as jornalistas se autodeclararam negras.

⁴⁶ Branco, preto, pardo, amarelo e indígena.

Gráfico 13 - Momento da autodeclaração racial.



Fonte: autoria própria.

A grande parte (50,4%) afirmou que se autodeclara negra desde a infância. Nesta fase da vida, coincidindo com o que dizem vários pesquisadores deste tema, segundo Lia Schucman e Felipe Fachim (2016), a aparência física, como a pele retinta e a textura dos cabelos, foi uma das principais referências para a autodeclaração das entrevistadas, e não o reconhecimento da ancestralidade negra, como podemos verificar nas afirmativas abaixo:

Me reconheço como negra, desde a infância, porque sou uma mulher negra de pele retinta. (Preta, 40 anos).

Nunca tive dúvidas, sou negra retinta. (Preta, 55 anos).

Sempre me reconheci negra desde criança. Cabelo crespo. Com trancinha. (Preta, 46 anos).

Meu tom de pele, a textura do meu cabelo, o formato do meu nariz e boca não deixam dúvidas. (Preta, 45 anos).

Me reconheço negra desde a infância me olhando no espelho mesmo não gostando do que via, na época. (Preta, 45 anos).

Outra referência observada nos relatos daquelas que se autodeclaram negras desde a infância é a violência racista a que já foram expostas. Interessante notar que esta forma de se reconhecer negra não aparece na lista de D'Adesky, mencionada anteriormente. Nos relatos,

percebemos que as agressões devido à cor da pele foram indicadoras para que as escrevintes entendessem pertencer à população negra. Aqui, o racismo é ele mesmo marcador da raça.

Sou uma mulher negra de pele escura. Então, desde a infância entendo que sou negra porque a sociedade nunca me deixou esquecer isso. Nasci em uma família classe média e estudei em escolas particulares durante toda a vida e, desde a infância, sofri racismo no ambiente escolar. (Preta, 34 anos).

Fui alvo predileto dos meus colegas. Com pele negra e cabelos crespos, recebia muitos apelidos e contestações. (Preta, 58 anos).

Sempre soube que sou negra, pela forma que chamavam o meu pai de Negão, pelas formas que tentavam me ofender ou me chamar de forma carinhosa, neguinha, pretinha... (Preta, 29 anos).

Minha pele tem o tom bem escuro, assim como a minha mãe, e ela sempre me orientou sobre como identificar e reagir a episódios de racismo. (Preta, 39 anos).

Desde a infância, já que sou retinta e sempre vivi em espaços com maioria branca, sendo constante alvo de racismo. (Preta, 40 anos).

Apesar de ser uma preta de pele clara, eu sempre fui referida enquanto negra e também sofri racismo. (Preta, 30 anos).

A composição da família também foi referenciada pelas jornalistas que desde crianças se autodeclaram negras, conforme os relatos abaixo:

Sou filha de pais negros, venho de uma família materna majoritariamente negra, me reconheço negra desde a infância. (Preta, 33 anos).

Minha família é negra dos “dois lados”. (Preta, 27 anos).

Reconhecimento vem de casa, fruto de uma relação preta junto com meus 7 irmãos. (Preta, 62 anos).

Quando a referência para a autodeclaração foi a família, identificamos situações que queremos destacar. A primeira delas é o silêncio sobre o racismo que algumas sinalizaram. Esta situação nos remete ao que Grada Kilomba fala sobre o efeito do silêncio para a manutenção da branquitude em lugar dominante. Segundo ela, “existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o””. (KILOMBA, 2019, p. 41). Os silêncios escritos abaixo podem ser frutos do “medo branco”, produtor do mito da democracia racial, criado e alimentado para negar a legitimidade da discriminação.

Na minha casa ninguém nunca falou sobre o racismo, então não entendia quando acontecia e só fui aprender na quinta série. Isso impactou diretamente na minha personalidade. A mudança principal foi que passei a odiar meu cabelo, uma vez que entendia porque ninguém gostava dele. (Preta, 29 anos).

Me reconheço negra desde a minha infância, mas não entendia o racismo porque toda a minha família é negra e meus amigos não falaram sobre raça. (Preta, 38 anos).

Mesmo vindo de uma família de baixa escolaridade, minha família sempre foi muito consciente de que somos pretos. Nunca teve uma conversa sobre ser negro, mas ouvia os adultos falando sobre. Logo, como era parecida com eles, passei a me considerar negra também. Só depois de maiorzinha, lá pelos 11, 12 anos, minha mãe passou a comentar comigo de leve o tratamento que tínhamos por sermos negros. (Preta, 30 anos).

Por outro lado, identificamos famílias que, ao contrário destas, conversaram com as entrevistadas sobre as suas origens negras desde as suas infâncias, com o objetivo de valorizar a negritude, mas também de prepará-las para o racismo que poderiam enfrentar.

Me reconheço negra desde a infância, meus pais sempre fizeram questão de ressaltar isso. (Preta, 22 anos).

Me reconheço negra desde criança, minha família sempre fortaleceu a cultura afro. (Preta, 41 anos).

Sempre me reconheci como negra. Minha formação familiar foi embasada no pertencimento. (Preta, 44 anos).

Meu pai é branco e minha mãe era negra e sempre conversou comigo e com minha irmã sobre nossa negritude. (Parda, 41 anos).

Minha mãe, enquanto mulher negra, sempre positivou a nossa negritude. (Negra, 34 anos).

Sou filha de militantes, então sempre me reconheci como negra e orgulhosa desde a mais tenra idade. (Preta, 31 anos).

Desde a infância minha Mãe formou, mesmo sem apoio de outros parentes, a minha identidade como de mulher negra, sem nenhum tipo de transição, ainda que nossa pele seja clara e a dela também. Tenho mais 4 irmãos e todos nós sempre soubemos que devíamos nos identificar como negros e negras. Na nossa época de infância era muito raro e minha mãe era vista como moderninha. Mas, como ela teve formação de pedagoga e mãe ao mesmo tempo, sabia como era importante solidificar nossa identidade logo cedo para enfrentar melhor o racismo. Já cresci sabendo que o mundo é racista. Me ajudou muito. (Preta, 49 anos).

Porém, foram muitas as entrevistadas que entenderam ser negras na infância, mas que não foram orientadas para compreender o que isso significava.

Sempre me reconheci como negra, mas o letramento racial é algo que venho construindo nos últimos anos. (Preta, 33 anos).

Sabia que era negra, mas entendi o significado político disso mais tarde, aos 26 anos, quando vim para São Paulo. (Preta, 33 anos).

Sempre me reconheci como negra, mas a consciência do que é ser negra foi construída aos poucos e se fortaleceu quando me tornei mãe. (Preta, 47 anos).

O entendimento tardio foi do lugar reservado aos negros na sociedade, como a cor da minha pele era estigmatizada. (Preta, 27 anos).

Na infância e adolescência, havia um entendimento de que era negra, contudo, isso visto de modo inferiorizado. Na juventude, essa percepção de inferiorização se aguça bastante, claro, usando os artifícios para disfarçar os traços mais marcados de negrura como cabelo, nariz, largura da boca, do quadril. Na medida em que me politizo mais, no ofício como educadora e como jornalista, mais fortalecida fica minha estima e afirmação como mulher negra. Por ser artista, isso afeta totalmente minha produção. (Preta, 42 anos).

Este último relato resume bem o que identificamos em geral no conjunto de narrativas sobre o processo de autodeclaração racial das jornalistas. Como vimos, na infância, muitas foram informadas de sua negritude pela aparência física, pelo racismo ou pela cor da pele dos familiares. Porém, a partir da adolescência, as percepções ganham outras lentes, como um sentimento maior de inferioridade, surgindo de modo recorrente nesta etapa, a necessidade de disfarçar a aparência estigmatizada, alisando os cabelos, por exemplo.

Entre as entrevistadas que se autodeclaram negras desde a adolescência, dois relatos apontam não só a desconstrução da aparência física, mas dão indícios de como a gradação da cor da pele define critérios para a aceitação social. São dois relatos longos, o primeiro de uma jornalista de 66 anos de idade, o segundo, de uma jornalista de 26.

Mulata, escurinha, roxinha...

*Minha autodefinição foi construída com o tempo. Embora meu pai fosse militante da negritude - pelo viés artístico -, **minha mãe demonstrava não gostar de pretos, sentia-se favorecida, aceita, ao estar entre pessoas brancas.** Mesmo sendo criança, minha sensibilidade me fazia perceber que a aceitação não era plena. Notava que alguns termos, um ou outro olhar, atitudes discriminavam nossa família. **O estranhamento se acentuava porque morávamos numa vila pobre do subúrbio carioca de Bonsucesso (Rio de Janeiro), porém eu e meus dois irmãos éramos bons alunos e destacados na escola onde estudávamos pela impecabilidade da nossa aparência. Sempre bem penteadas (eu e minha irmã); meu irmão de cabelo aparado; uniforme diariamente limpo, com blusas bem alvas e sapatos engraxados.** Além disso, paizinho comprou um piano de segunda mão e estudávamos os três, todos os dias. Como se não bastasse (para os vizinhos, entre eles alguns negros) minha mãe se esforçava, lavando roupa alheia, ajudando na compra de material escolar e, dessa forma, contribuindo para meu pai se formar advogado na Universidade do Brasil (atual UFRJ). Nos anos 60, me encantava a figura de Ray Charles que veio ao Brasil, via nos noticiários da TV as figuras de Martin Luther King e Angela Davis, **mas ainda alienada sobre a questão racial.***

*Eu me denominava mulata. Achava que o termo suavizava o meu aspecto e era assim que se dizia das mulheres negras na época (mulata, escurinha, roxinha e outros eufemismos). Os cabelos eram esticados desde a infância: a ferro quente e depois henê. Acho que eu tinha uns 14 anos de idade (1969) quando conversava com um rapaz branco (estrangeiro) e disse a ele que eu era mulata. Ouvi risos de zombaria de outros rapazes atrás de mim. Morri de constrangimento. Eles não comentavam nenhuma mentira. **Só às vésperas de completar 16 anos libertei meus cabelos e comecei a me inteirar sobre racismo.***

*Meu pai era minha grande referência. Foi ele que me falou da nossa origem Hauçá, de gente alfabetizada e usuária de talheres (portanto, metais), bem ao contrário do que a história oficial contava. **Também a atuação dele no Teatro Experimental dos Negros e na Orquestra Afro Brasileira me levou a enveredar pelo Movimento Negro** conduzida por amigos dele, como o ator Jorge Coutinho, que me apresentou à GRAN Quilombo - Grêmio Recreativo Arte Negra Escola de Samba Quilombo, um dos pilares da minha dissertação de mestrado. (Preta, 66 anos).*

Como nos contou a entrevistada, a mãe, que não gostava de pretos, percebia que era mais vantajoso para a família fortalecer vínculos com as pessoas brancas. A classe social aparece como mais uma desvantagem para a socialização da família. Na escola, para favorecer as crianças, o investimento na aparência era intensificado com cabelos bem aparados e roupas limpas. Mas ainda havia uma alienação racial, conforme enfatiza a entrevistada, que costumava se autodeclarar “mulata” para “suavizar” o próprio aspecto.

Com os cabelos esticados à ferro quente desde a infância, foi na adolescência que ela passou a compreender as prisões simbólicas em que vivia e “libertou os cabelos”, contando com a referência do pai, militante do movimento negro, para entender sobre as consequências do racismo e compreender as próprias origens ancestrais.

O relato que acabamos de ler é de uma mulher que nasceu em 1955. Abaixo, as palavras de uma jornalista que nasceu 40 anos depois, em 1995. Comparando as duas “escrevivências”, iremos perceber que a discriminação racial e a ideologia do embranquecimento agindo juntas contra as mulheres negras pouco ou nada mudaram no tempo.

A modelo de “traços finos”

*De modo geral, identifico que **ser negra na minha vida sempre esteve associado a ser mulher.** Não há como eu analisar uma sem mencionar a outra. E a primeira vez que percebi isso eu estava na adolescência.*

Eu sempre fui a cota racial dos castings de modelo dos quais participei, não foi nenhuma carreira de anos, mas era nítido que dentro do padrão excludente que existe no mundo da moda eu só estava ali, naquelas filas de testes porque eu tenho “traços finos”. Sim, as palavras estão entre aspas, pois elas não são minhas, a primeira vez que ouvi-las estava justamente gravando um comercial [em um colégio] dos mais tradicionais de São Paulo. Essas palavras surgiram em uma roda de conversa entre os demais participantes, brancos. Esse dia serviu para que eu me reconhecesse como negra, pois é um tanto difícil fazer isso quando te dizem o tempo todo de inúmeras formas o quanto ser negra é pejorativo. Enfim, o colorismo que há nesse país foi esfregado na minha cara quando um dos presentes me “elogiou” por eu ser tão bonita APESAR DE SER NEGRA, não satisfeita, a pessoa pontuou que eram os

MEUS TRAÇOS FINOS que me agregavam tal beleza exótica e particular.

Na hora eu não respondi, mal conseguia pensar, precisava de oxigênio, sentia por todo meu corpo um incômodo, percebia que havia algo de errado, mas não sabia identificar. Aos 16 anos é difícil identificar, classificar e reagir a essas coisas, quando você cresceu cercada de pessoas iguais a você, que nunca tiveram a necessidade de mexer no seu cabelo crespo/enrolado sem a sua permissão, quando você estudou a vida toda em um colégio público e isso de algum modo te salvou de ser alvo desse tipo de coisa, pois lá (...) eu não era apontada como diferente, pois estava entre os meus iguais, eu não era a cota racial.

E por falar em cota, no mesmo dia eu ouvi uma moça da minha idade se lamentando por não ter entrado na Escola Técnica Estadual (...) por causa das cotas, tive vontade de jogar na cara dela que eu era cotista, mas me contive e apenas respirei tentando ver até que ponto aquela conversa ia. É válido ressaltar que eu era cotista de escola pública, pois até outro dia eu entrava em conflito se seria justo eu me candidatar à seleção de cota racial. Quem fez com que eu acreditasse que eu não sou tão negra assim e duvidasse de ser quem eu sou? Voltando a história, enquanto eu ainda educadamente questionava a moça sobre a sua educação, ela me contava que tinha estudado em um colégio bem semelhante aquele em que estávamos e tentava me convencer que tínhamos tido o mesmo nível de educação, um senhor ao nosso lado vociferou: nós brancos estamos sendo injustiçados, tem cota para tudo agora nesse país. Neste momento, eu me ausentei da presença daquelas pessoas, nunca antes tinha sentido a vontade de ser agressiva com pessoas brancas por elas serem brancas, nunca tinha percebido com tanta clareza como a questão racial, de gênero e classe me faz ser quem eu sou. (Negra, 26 anos).

A jornalista não desassocia gênero, raça e classe, nem se autodeclara preta ou parda. Ela percebeu que sempre foi “a cota racial” como modelo, sinalizando o seu isolamento enquanto mulher negra na profissão que exercia à época. A aparência física, de novo, surge como marcadora, desta vez com “traços finos” valorizados por seus interlocutores que a consideram “bonita” (ou branca) apesar da negritude. Nestas situações, a entrevistada cita reações físicas, como a falta de ar. Grada Kilomba também identificou alterações fisiológicas decorrentes do racismo cotidiano nos relatos de suas entrevistadas. “A necessidade de transferir a experiência psicológica do racismo para o corpo - o soma - pode ser vista como uma forma de proteção do eu ao empurrar a dor para fora (somatização)”. (KILOMBA, 2019, p. 161).

A jornalista explica que veio a vontade de ser agressiva com pessoas brancas, algo que não havia experimentado na escola pública, por estar entre “iguais”. Sobre o ímpeto de raiva, é como explica Grada Kilomba: “obviamente, falar sobre essas posições marginais evoca dor, decepção e raiva. Elas são lembretes dos lugares onde mal podemos entrar, dos lugares nos quais dificilmente “chegamos” ou não “podemos ficar””. (KILOMBA, 2019, p. 57). A jornalista se questiona, quando se vê em dúvida sobre a conveniência de disputar cotas raciais nas unidades de ensino por onde passou: “Quem fez com que eu acreditasse que eu não sou tão negra assim?”. Sueli Carneiro indica saídas para esta questão:

Estas identidades criadas com base num espectro cromático que vai da preta à mestiça, passando por mulatas, pardas, morenas-jambo e tantas outras designações utilizadas

em nossa sociedade, promovem como já colocado em outros artigos, em primeiro lugar a fragmentação da identidade racial negra o que tem por função política escamotear a importância populacional dos negros e seus descendentes na população do país e de enfraquecer politicamente o grupo negro impedindo a sua unidade. (CARNEIRO, 2018, p. 163).

Não é nossa intenção aprofundar o debate sobre o colorismo, conceito usado por Alice Walker em 1982, para nomear as adaptações do racismo estrutural com o passar do tempo, a partir de uma hierarquização de desvantagens com base nas gradações da cor da pele negra. Em resumo, entende-se que quanto mais escura a cor da pele, mais rejeição e exclusão. No entanto, devido aos vários relatos colhidos nesta pesquisa que expressam dificuldades no processo de autodeclaração racial decorrentes da miscigenação do povo brasileiro, pensamos ser relevante registrar a necessidade da ampliação de debates sobre a negritude das pessoas pardas.

Conforme Lia Schucman e Felipe Fachin, “apesar de existir uma exaltação da ideologia da mestiçagem no Brasil, é raro encontrar trabalhos contemporâneos que falem sobre a identidade mestiça no que tange à própria construção e experiência cotidiana dos processos de racialização destes sujeitos”. (SCHUCMAN, FACHIM, 2016, p. 185).

O tema “colorismo” surgiu nos dados coletados, indicando confusões ou dúvidas, por parte das jornalistas, sobre o seu lugar de negra enquanto mestiças, ou melhor, enquanto negras descendentes também da população branca e/ou indígena. Devido à escassez de estudos que falem sobre a “identidade mestiça”, conforme frisou Lia Schucman e Felipe Fachim, abaixo reproduziremos todas as “escrevivências” que fizeram menção à autodeclaração parda.

Quando criança era a morena no meio de vários parentes brancos. Meu pai não morava com a gente e eu não convivia muito com o lado da família parda e indígena. Só depois que viemos morar no nordeste eu entendi melhor minhas origens, a partir da adolescência. Ainda fico confusa às vezes sobre qual é o meu lugar, por conta dos debates sobre colorismo. (Parda, 54 anos).

Apesar de ser classificada como "parda", me reconheço como mulher preta, embora exista toda uma discussão acerca do colorismo.

Ainda estou em construção do reconhecimento de minha identidade negra, especialmente por conta do tom de pele mais claro. A mestiçagem deixa nossa cabeça confusa. (Parda, 40 anos).

Me reconheci negra apenas depois de adulta, aprendi desde criança que era morena/mulata por ser filha de branca com pardo. Mas apesar da cor não ser retinta, me considero sim uma mulher negra. (Preta, 34 anos).

Meu pai é negro e minha mãe é branca, então eu não sabia muito bem o que eu era. Já estava no mercado de trabalho quando as pessoas começaram a me perguntar como eu me declarava e eu comecei a pensar no assunto. (Parda, 34 anos).

Com o tempo fui percebendo que parda não me definia. Nem gosto dessa palavra. (Preta, 54 anos).

Eu me reconheço como uma pessoa não branca desde criança. E sempre fui colocada nesse lugar de escurinha demais pra ser branca. Associei por muito tempo a minha classe, e também por morar em bairro periférico. Atualmente, já consigo ver os traços do racismo. (Parda, 29 anos).

Acho que até uns 3 anos atrás me considerava parda. Comecei a refletir sobre a negritude conforme outras pessoas me consideravam negra, mas eu não. Pensava: mas eu não sou negra. Entendi que negra não é apenas quem tem a pele mais escura. (Preta, 33 anos).

Apenas depois dos 30 anos me considerei mulher negra. Depois quando passei a me autodeclarar negra, sempre ouvia: mas você não é negra! Aí eu desisti de explicar que pode existir negro de pele mais clara e agora voltei a dizer que sou parda. Mas no meu íntimo me considero negra. (Parda, 38 anos).

Me reconheço negra desde sempre, mas antes enquanto parda, só aos 15 entendi que não me enxergar preta fazia parte de uma tentativa de embranquecimento centenário na sociedade brasileira (Preta, 31 anos).

Fui criada pra me reconhecer como parda, minha relação com a família, as diversas falas preconceituosas que sempre escutei nesse ambiente e em outros também, me fizeram ter essa demora em me reconhecer como preta. (Preta, 25 anos).

Reconheço o meu privilégio por não ser retinta. Sei que pessoas negras retintas sofrem muito mais com o racismo. (Parda, 32 anos).

Meus pais têm a pele mais clara e meu cabelo é quase liso, mas ao mesmo tempo passei por alguns poucos episódios de racismo devido à cor da pele. Meus pais se negam a me reconhecer como negra e se incomodam quando falo disso. Mas penso na Camila Pitanga⁴⁷, da mesma cor e com pais negros: não dá para falar que somos brancas. (Parda, 33 anos).

Durante minha infância e parte da adolescência o racismo me "protegeu" do racismo e sempre fui clarinha demais pra ser negra. Quando me tornei adulta passei a pesquisar sobre origem e miscigenação, parei de alisar os cabelos e venho aprendendo sobre quem sou. (Parda, 24 anos).

Eu era racializada em casa e fui aprendendo que eu era diferente do meu irmão que tinha a pele clara e cabelo "bom". Mas, filha de família nordestina, o que se colocava é que não era problema de cor, porque não existia racismo, mas ser escurinho de cabelo ruim. Tinha que tentar ser a melhor, como [a filha de um conhecido] - de pele escura de longos cabelos lisos. Ela era linda, eu, no máximo, engraçadinha. Meu apelido era "fubica", como carro velho, era assim que meu pai às vezes me chamava brincando. Doía muito. Eu era sua única filha e caçula. No colégio diziam que eu era adotada, preta. Para me proteger, eu me tornei agressiva, brigava na Vila em que morávamos. Mamãe dizia que eu tinha o grande defeito de ser respondida, sempre tinha uma resposta na ponta da língua. Era a minha defesa, para entender quem eu era, pois não me enquadrava nos estereótipos de filha de empregada doméstica, suburbana (...) meu pai não era bêbado e nem criminoso... fui procurar reuniões do movimento negro, ler, conhecer e me conhecer. (Preta, 63 anos).

⁴⁷ Atriz brasileira.

No último relato, vale chamar atenção para a intersecção de gênero e raça, quando a entrevistada revela que seu pai a chamava de “fubica” e que o apelido causava dor. O relato dialoga com Sueli Carneiro, quando criticou o cronista Joel Rufino, que comparou as mulheres a modelos de carros para explicitar a preferência de homens negros pelas mulheres brancas. (CARNEIRO, 2018). Segundo a pesquisadora, o texto de Joel Rufino utiliza as mulheres como cortina de fumaça para uma briga não declarada entre homens negros e brancos, na qual os negros são impulsionados pela inveja do poder branco, por ressentimento e ódio acumulados.

Ainda sobre ser parda, a classificação racial registrada em documentos oficiais, como certidão de nascimento, se não definiu, participou do processo de autodeclaração de algumas jornalistas, demonstrando a influência institucional nas autodeclarações:

Apesar do meu pai ser negro e toda a família dele também, existe ainda um certo receio deles de se autodefinirem negros. Como, na época, o cartório registrava como "moreno", é assim que ele se define. Então eu tinha essa dificuldade de me definir como alguma coisa, geralmente usava o que estava na minha certidão, que era "parda". (Preta, 23 anos).

Na resposta anterior respondi [parda] porque é que sempre me falaram, por ter a pele mais clara, e o que está registrado em meus documentos. Mas sempre me vi como uma pessoa negra porque de fato é o que sou. (Parda, 42 anos).

Sou negra desde sempre, mesmo estando parda na certidão de nascimento. Meus pais sempre deixaram bem claro a cor da minha pele e minha descendência étnica. (Preta, 50 anos).

A maior parte da minha vida fui levada a me assumir como morena, até pq na minha certidão de nascimento esta morena cravo. (Preta, 48 anos).

Declarei-me preta no censo de 2006 depois de um embate com a minha mãe que queria que fosse registrada como parda. Foi a primeira vez que tive que me posicionar. (Preta, 37 anos).

As experiências religiosas também apareceram em alguns relatos, demonstrando o potencial da espiritualidade para a valorização da negritude e para o favorecimento da autodeclaração negra entre as entrevistadas:

O processo de ruptura com o mito da democracia racial, da mestiçagem, veio em 2010, quando visitei um terreiro de candomblé. A partir deste momento, entendi que eu fazia parte de algo muito maior. Passei a me interessar e a buscar minha ancestralidade. Considero que meu processo de autodefinição veio pelo amor, não pela dor. (Preta, 35 anos).

Após o contato com a faculdade de jornalismo e durante uma crise pelo término de um relacionamento abusivo, me reconectei com a religião e na busca da leitura sobre história e cultura. Com a religião, foi algo de quebra de paradigmas e estudo. Me

remeteu para a ancestralidade e a força das tradições no cotidiano. Ao me colocar dentro do Carnaval e do samba, trabalhando a cobertura do evento e das Escolas de Samba esse mergulho de ancestralidade, dor e construção social foi ainda maior. Sem contar que me senti acolhida e fazendo parte de uma família que me enxergava como preta e não apontava ou queria que eu mudasse. (Preta, 39 anos).

Me reconheço negra desde os 27, sou negra de pele clara de uma família adotiva branca. O processo se deu através de leituras de intelectuais negras e da aproximação de religiões de matriz africana. (Preta, 33 anos).

Já as jornalistas que se reconheceram negras somente na vida adulta trouxeram, com recorrência, suas experiências de reconstrução da própria aparência. A transição capilar foi um divisor de águas para muitas entrevistadas. Devido ao embranquecimento da população e ao poder da branquitude, alisar os cabelos foi uma estratégia bastante utilizada (e ainda é) para disfarçar a negritude e ser aceita socialmente, na busca pela exigida “boa aparência”.

Grada Kilomba diz que “uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização”. (KILOMBA, 2019, p. 127).

Segundo a pesquisadora, “os dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação à “raça”, gênero e beleza”. (KILOMBA, 2019, p. 127). Nos relatos seguintes, identificamos a posição política das entrevistadas na forma como passaram a lidar com os próprios cabelos.

Me reconheci como negra aos 23 anos, quando passei pela transição capilar. Sou filha de um casal interracial, mãe branca e pai negro, sempre ouvi de familiares que o belo era ser branca, ter cabelo liso. Dessa forma, sempre busquei meios de me sentir mais branca e fazer parte dessa família. Mas ao passar pela transição capilar percebi quem eu realmente era e qual era a minha real beleza. A transição capilar foi o meu despertar da minha identidade como mulher negra. (Preta, 29 anos).

Foi construída há pouco tempo, quando fiz a transição capilar. Deixei de usar química, cortei praticamente todo o cabelo e hoje (mais de cinco anos depois) tenho um black bem power. (Preta, 42 anos).

A partir dos 18 anos comecei meu processo de reconhecimento como preta por meio do processo de transição capilar, desde então iniciei um processo de estudos relacionados à questão racial no Brasil. (Preta, 25 anos).

Antes eu me via como "moreninha", "morena clara", e naturalizava as palavras que eram direcionadas a minha aparência como ter o "cabelo duro", "ser feia". Com isso, alisava os cabelos, passava relaxantes, tudo para tentar romper com esse aspecto estético do "feio". Parei de alisar os cabelos um tempo depois quando entrei na faculdade. Lembro que esse processo com o cabelo era algo doloroso também, já que produtos químicos eram fortes e o ar quente da prancha, do secador, era uma tortura. (Parda, 27 anos).

Nos relatos seguintes, a transição capilar aproximou mulheres negras de outras pessoas negras e, com isso, o processo de autodeclaração racial ocorreu de forma mais consciente, com a valorização ancestral e o reconhecimento da beleza negra.

Esse processo de eu me reconhecer como negra, aconteceu um pouco mais tarde, durante a adolescência. Antes, olhava para o espelho e não gostava dos meus traços (sobrancelhas grossas, nariz largo, cabelo crespo), reflexo das experiências escolares e preconceitos do dia a dia. À partir do momento que comecei a reconhecer minha história e a dos meus ancestrais, passei pela transição capilar, ia para encontro de pessoas com cabelos cacheados e crespos e lá conversava sobre diversos assuntos sobre a negritude, autoestima e preconceitos. (Preta, 21 anos).

Me descobri negra já adulta, com o processo de transição capilar dos cabelos alisados para os naturais (crespos). O que colaborou com esse processo foi o trabalho realizado por outras mulheres negras a fim de valorizar nossos traços e cabelos afro. (Preta, 27 anos).

Em muitas escrivências, a faculdade se revelou um lugar de descobertas negras. Entre as entrevistadas que afirmaram ter se autodeclarado negras na vida adulta, o ingresso no ensino superior e as experiências que viveram a partir disso apareceram como incentivadores para a desconstrução da branquitude e para o fortalecimento da negritude. Isso, mesmo num contexto de minoria entre pessoas brancas, porém com maior acesso aos estudos sobre relações raciais e com maiores chances de interações intelectuais com outras pessoas negras.

Foi construída a partir do momento em que reconheci em meu cabelo as minhas raízes. Fui criada pela minha mãe que não reconhece as nossas origens pretas e, por ter a pele clara, acabei tendo essa autodefinição somente durante a faculdade. (Preta, 27 anos).

Me reconheci negra quando estava na faculdade, graças aos debates realizados a partir do início da política de cotas 2 anos depois do meu ingresso e a entrada de uma professora negra no curso de Jornalismo, a única. A partir disso, reconheci e percebi os vários episódios que traziam à minha negritude durante a infância e a adolescência. (Parda, 32 anos).

Sempre soube que era negra, mas sempre tentei ocultar isso, alisando o cabelo, evitando tomar sol, em alguns casos cheguei a passar água sanitária (alguém me falou que isso ajudaria a ser mais clara). Quando entrei na faculdade, construí um processo de autoestima e respeito pela minha identidade, deixei meu cabelo natural e aceitei todos os meus traços. (Preta, 23 anos).

Me reconhecer como negra foi um processo confuso, e essa autodefinição se deu na universidade a partir de 2010, quando eu cursei Pedagogia (minha primeira formação) e tive contato com professoras negras da militância, teorias de identidade e classe etc. Meu pai é negro e minha mãe é branca. Eu sempre soube que eu era um "meio termo", porque as pessoas falavam que eu sou mais clarinha do que outras irmãs e irmãos, mas meu cabelo é "ruinzinho", nas palavras dos outros. Então desde criança eu tinha essa confusão na minha mente, apesar de entender que eu não era nem branca, nem preta.

Eu também percebia que duas das minhas irmãs, que são pretas no tom de pele, sofreram e sofrem racismo, o que não acontece comigo da mesma forma. Na universidade, entendi a questão da diversidade negra e passei a autoafirmar que sou negra, passei a corrigir quem me chamava de moreninha clara, quem me falava que eu deveria alisar o cabelo, e levar isso para a minha família também, num processo contínuo. (Parda, 30 anos).

Neste último relato, a consciência negra no processo de autodeclaração impulsionou a jornalista a multiplicar o seu conhecimento entre familiares e demais pessoas num processo contínuo, efeito positivo para o fortalecimento da negritude que, muitas vezes, se vê forçada a se impor, como entre a maioria branca nas universidades, por exemplo. Algumas entrevistadas se reconheceram negras quando se perceberam sendo as únicas entre colegas e professores/as.

Demorei muito tempo para me identificar como preta, já que sou lida como parda pela sociedade. Acredito que só fui me "descobrir" como mulher preta na faculdade de Jornalismo quando me deparei com uma sala de 60 pessoas, sendo eu uma dos quatro alunos negros na turma. (Preta, 21 anos).

Passei a me identificar realmente como negra na Faculdade, com ajuda do Coletivo Negro no qual eu participava e, também, porque haviam poucas pessoas negras na Faculdade. (Negra, 22 anos).

Eu me entendi e reconheci como negra em 2014, com 23 anos, durante a Universidade de jornalismo. Foi um processo solitário, doloroso, mas pontuado por encontros com outras mulheres negras que me ajudaram a não só me entender, mas a reconhecer e afirmar minha negritude. Desde então, venho num processo de autoconhecimento sobre minha ancestralidade e identidade negra. (Preta, 30 anos).

O contato com outras mulheres negras durante o ensino superior, mencionado no último relato, mostrou-se potente no processo de autodeclaração racial de algumas jornalistas, assim como o acesso a conteúdos que facilitaram a identificação com suas ancestralidades.

Foi muito importante encontrar um refúgio na faculdade, nas leituras, nos grupos de estudo, assim fui compreendendo a minha história e traçando rumos para que outras pessoas como eu também possam sonhar para além dos padrões impostos ao nosso corpo. (Parda, 27 anos).

Sou filha de mãe branca, loira dos olhos verdes. Meu pai era preto mas não cheguei a conhecê-lo. A família materna é composta por pessoas brancas, então não tive referências negras. Passei a me enxergar como mulher negra quando me tornei adulta e comecei a entender mais sobre feminismo, auto estima, negritude. A universidade (contato com pessoas de outras áreas, por exemplo) me ajudou muito nessa construção. (Preta, 29 anos).

Sempre tive noção do meu tom de pele, porque cresci em uma cidade de imigração europeia. Para reconhecer minha negritude (de forma consciente e empoderada), precisei chegar aos 20 anos, dentro da faculdade. Minha consciência racial começou aliada ao estudo e acesso à internet, enfim. (Preta, 28 anos).

Foram anos tentando aceitar que me identificava como parda, mas através de leitura e aulas de sociologia, passei a aceitar essa realidade. (Preta, 34 anos).

Passei a me identificar como mulher negra a partir do momento em que uma colega branca da universidade me cobrou posicionamento sobre ser ou não a favor das cotas raciais. Desde então, o assunto passou a me incomodar, então veio aquela ânsia de ler mais sobre questões étnico-raciais. Na graduação comecei a fazer parte do NEAA (Núcleo de Estudos Ameríndios e Africanos), li bastante textos publicados no Geledés, Blogueiras Negras e Coletivo Meninas Black Power de São Paulo, bem como acompanhei muitas páginas no facebook que publicavam conteúdo sobre este assunto. Em seguida, comecei a procurar mais pessoas que se posicionavam dessa forma, em específico mulheres negras. A Rede de Mulheres Negras em Curitiba me acolheu, cheguei a participar da primeira marcha do orgulho crespo na capital paranaense e até mesmo a transição capilar tomou conta de mim. (Preta, 27 anos).

Construída com o tempo. Hoje vejo alguns fatores que contribuíram para isso, o principal é a falta de representatividade de mulheres pretas. Estudei a vida toda em escolas particulares. Tive poucas professoras pretas, colegas de turma muito menos, amigas pretas, nenhuma. Também não tinha referências na música, TV ou filmes para me sentir igual. Não me via enquanto preta até o início da fase adulta. Foi um processo de me esconder, ter vergonha de algumas características e de fato não me reconhecer. Acredito que este pertencimento só tenha acontecido de fato na universidade, já depois dos 20 anos. Com a socialização, leituras e experiências com movimentos sociais, pude me enxergar e me orgulhar de ser preta. (Preta, 31 anos).

Demorou bastante pra me reconhecer, a percepção cresceu com o passar do tempo, especialmente depois de entrar na faculdade. Mas o reconhecimento mesmo veio depois de formada, com uns 24/25 anos de idade. Tive contato com muitas mulheres que passaram a ser espelhos, no trabalho e principalmente em eventos que participei, e foram peça chave nessa construção. (Preta, 33 anos).

Sempre me senti negra, mas me sentia mal em reconhecer. Cresci sofrendo muito preconceito até na minha própria casa. Desde adulta e já graduada percebi que estava atuando em um ambiente "branco" e passei a buscar mais referências e vivências negras. Até que fiz uma formação sobre comunicação e igualdade racial, aos meus 28 anos. Isso mudou tudo muito positivamente. (Preta, 30 anos).

A escrivência abaixo é de uma jornalista que só se autodeclarou negra após ter concluído o curso de jornalismo, diante do racismo cotidiano no mercado de trabalho.

Eu descobri que não era branca na faculdade. Fui adotada por uma família branca e sempre estudei em escola pública, onde a cor não era uma questão, ao menos uma questão que eu percebesse.

Na faculdade particular tive um choque já no primeiro dia. Achei que tinha entrado na sala errada ao ver tantas pessoas brancas no mesmo lugar. Mas foi no final do primeiro bimestre que tive certeza que não era branca. Tive as melhores notas da sala e ouvi de colegas que eu não parecia ser tão inteligente. Sempre fui boa aluna, mas de repente deixei de ser porque era a única diferente.

Mas preta mesmo só me descobri trabalhando na redação. Foram tantos episódios tristes, alguns, absurdos. Uma vez me mandaram entrar pela entrada de serviço em um hotel cinco estrelas. O segurança achou que eu era a copeira. Quando disse que eu era repórter, ele pediu para não falar pra ninguém, pois poderia ser demitido. Há tantas forças atingindo o preto trabalhador. Porque ele era preto. Tinha medo, claro.

Cheguei no jornal e comentei com colegas, disseram que não tinha a ver com cor, mas talvez com a roupa que eu estava vestindo. Sim, eu era a mais má vestida realmente. Nesse dia, comprei roupas.

Um episódio me marcou. Mandaram um email vexatório para a redação, falando mal das mulheres. De cada uma sendo exaltada uma característica negativa. O meu dizia assim: "Não é da turma das bonitas. Devia estar numa escola de samba. Eita cabelo ruim".

Como todas as mulheres, protestei. Pedi que a empresa fizesse algo. Até tentamos por meio de um advogado conseguir descobrir quem mandou o email. Nunca soubemos.

Mas o que me chocou não foi a mensagem racista. Mas a reação dos meus amigos. Disseram que a minha tinha até elogio, afinal escola de samba era legal. Eu estava mais sozinha do que imaginava.

Mas foram tantos, que é até ruim de contar. O mais recente, tem uns 5 anos. Procurava emprego após o mestrado no exterior e ouvi isso de uma editora: nunca imaginei que você ganhasse tanto no emprego anterior. Você não parecia alguém que ganhava bem. Bom, jamais vou parecer. (Preta, 43 anos).

O longo relato traz uma variedade de aspectos importantes. Primeiro, filha adotiva em uma família branca, onde, de forma estrutural, a branquitude também convivia. Por frequentar escolas públicas, nas quais estudam geralmente pessoas negras ou classe social mais baixa, a entrevistada não se percebia negra. Quando ingressou numa faculdade particular, enxergou a própria negritude na diferença. Sua competência também foi colocada em questão, uma vez que deixou de ser vista como uma boa aluna, coisa que sempre foi. Mas, conforme conta, foram no mercado de trabalho as piores experiências.

O racismo cotidiano que ela percebia no trabalho foi refutado e as roupas passaram a ser o motivo para os olhares da discriminação. Um e-mail anônimo, ao analisar as mulheres da redação, a chamou de feia, atacou seu cabelo e resgatou os sentidos racistas e patriarcais da mulata quando fez referência à escola de samba, visto como “legal” pelo colega. Mesmo com advogado, não houve desfecho para o caso e o racista anônimo permaneceu impune.

A mesma jornalista, em certo momento de sua trajetória profissional, é vítima de outra faceta do racismo cotidiano, quando escuta que não tem cara de quem ganha bem, o que indica lugares para negras e, em contraposição, para as brancas, na ascensão profissional.

No último capítulo, voltaremos a falar do mercado de trabalho, indicando os impactos do racismo estrutural na trajetória das jornalistas. Neste capítulo, o objetivo foi apresentar o perfil das entrevistadas e como a pesquisa foi realizada. Um total de 137 mulheres contribuíram com dados, sendo 82,5% pretas e 15,3% pardas e 2,2% que preferiram se autodeclarar negras.

As entrevistadas têm entre 21 e 66 anos de idade, o que nos permite verificar por um período de 45 anos como o racismo estrutural liga o passado ao presente, impactando as trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais das jornalistas negras. A pesquisa alcançou todas as regiões do país, estando metade das entrevistadas concentradas no sudeste. Entre as

escrevintes, 65,4% são solteiras, 65% não têm filhos e 72,5% dividem a casa com familiares, filhas/os ou amigas/os, sem um/a parceiro/a, pontuando sinais da solidão das mulheres negras.

Metade das entrevistadas se reconhece negra desde a infância, mas 40% começaram a perceber a própria negritude apenas na vida adulta, depois de vivenciarem episódios de racismo e, em boa parte dos casos, após terem iniciado processos de embranquecimento e terem decidido pela transição capilar. Identificamos que a decisão de não mais alisar os cabelos e deixá-los crescer naturalmente permitiu que as jornalistas se aproximassem de outras mulheres negras, potencializando o processo da autovalorização da negritude.

Vimos também que o ingresso no ensino superior e o contato maior com estudos sobre as relações raciais no Brasil despertaram a autodeclaração racial negra em várias entrevistadas, tornando as universidades e faculdades locais promissores para o fortalecimento coletivo das percepções negras, a partir da criação de vínculos promovida pelo compartilhamento da rotina com mais pessoas negras, sobretudo em ambientes com maior presença de pessoas brancas.

Em *A ciência do comum*, Muniz Sodré (2014) convoca a ampliar a perspectiva sobre a comunicação para além da fabricação e transmissão da informação. O pesquisador sugere o resgate do sentido etimológico de “pôr em comum” como uma ação legítima e revolucionária, com potencial criador de reinventar a vida a partir da sua função de vincular. Segundo o autor,

Originariamente, comunicar – “agir em comum” ou “deixar agir o comum” – significa vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo. (...) os seres humanos são comunicantes, não porque falam (atributo consequente ao sistema linguístico), mas porque relacionam ou organizam mediações simbólicas – de modo consciente ou inconsciente – em função de um comum a ser partilhado. (SODRÉ, 2014, p. 7).

Provocada por Muniz Sodré (2014) e inspirada pela filosofia e teorias da linguagem, Rosane Borges (2019) discute a reconfiguração do campo científico da comunicação, “a partir da noção radical de vínculo que, por sua vez, nos endereça àquilo que ameaça a realização do vínculo, a exemplo das práticas racistas e outras formas de destituição”. (BORGES, 2019, p. 17). Assim, “a comunicação é compreendida como uma prática do comum cujo objetivo é a criação e manutenção de vínculos”. (BORGES, 2019, p. 17). A autora detalha:

Como atividade humana e social, a comunicação remonta a períodos bem mais longínquos ou, para ser mais precisa, institui-se à medida que o homem se constitui simbolicamente. Do latim, *communicatio*, a palavra “comunicação” se constrói a partir de três elementos: uma raiz, *munis*, que significa “estar carregado de”, que é acrescida do prefixo *co*, o qual expressa simultaneidade, reunião, forma a ideia de uma

“atividade realizada conjuntamente”, e completada pela terminação tio, que, por sua vez, reforça a ideia de atividade. (BORGES, 2019, p. 22).

Na perspectiva que nos trazem Muniz Sodré e Rosane Borges, podemos pensar que a branquitude e a negritude são produtos do “agir em comum” ou do “deixar agir em comum”, uma vez que os seus significados são comunicados no cotidiano, definindo comportamentos a partir da criação ou não de vínculos. Estar vinculado é pertencer. O embranquecimento como forma de pertencer acompanha a vida das mulheres negras desde crianças, sendo comunicado pelos privilégios que promete. Já a negritude é negada e só se potencializa quando partilhada.

No próximo capítulo, iremos analisar os impactos do racismo nas trajetórias escolares e acadêmicas das jornalistas, com foco nas possibilidades de criação ou não de vínculos que o cotidiano oferece nas escolas e nas universidades. Com o objetivo de verificar os “rastros” do passado no presente, da infância à vida adulta, iremos identificar como a branquitude se impõe de modo a ameaçar a formação de vínculos, a partir dos relatos das escritoras.

Capítulo 3: Racismos nas escolas e nos cursos de jornalismo

Desde a segunda metade do século XIX, as escolas públicas registravam a frequência de pessoas negras nas salas de aula, conforme Mariléia dos Santos Cruz (2005). Segundo a pesquisadora, estudos indicam a inserção de escravos e libertos em processos educacionais no ano de 1871. Mas somente a partir de 1970, cem anos depois, com a entrada de estudantes negros/as nas universidades, estes esforços foram registrados em trabalhos acadêmicos.

De acordo com Mariléia,

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência. Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império deram-se em nível legislativo, quando se proibiu o escravo, e em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando, mesmo garantindo o direito dos livres de estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito (CRUZ, 2005, p. 29).

Amauri Mendes Pereira (2005) explica que a inserção da população negra na educação brasileira só se deu a partir da preocupação do Estado com o desenvolvimento econômico e a segurança nacional, em meados do século XX. No entanto, ao citar pesquisadores pioneiros das práticas pedagógicas, Amauri evidencia que o silenciamento das crianças negras passou a ser estratégia de punição uma vez que a exclusão deixou de ser legalmente possível.

O pesquisador cita Benilda Brito dizendo que a prática da “reclusão ritualizada em procedimentos escolares de efeito impeditivo, cujo resultado é o silenciamento da criança negra em curto prazo, e do cidadão para o resto da vida”. (PEREIRA, 2005, p. 39). Ao longo das décadas, os movimentos negros produziram avanços importantes na tentativa de interferir nesta situação. As legislações se tornaram dispositivos utilizados, desde meados do século passado XX, para garantir maiores acessos e tratamentos igualitários nos processos educacionais.

Aprovada em 1961, a lei 4.024 já condenava “qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como qualquer preconceito de classe ou de raça”. (DIAS, 2005, p. 52). Segundo Lucimar Rosa Dias, os debates políticos não avançaram para além disso até 1987, período da redemocratização do Brasil, a partir do qual foi deflagrado um movimento fortalecido pelo centenário da abolição (1988) e pelos 300 anos da morte de Zumbi (1995). Este contexto favoreceu a discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no país. A autora sintetiza os avanços entre a LDB de 1996 e a de 2003, que vigora.

No art. 26, parágrafo 4o, da lei 9.395/96, lê-se que o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as de matriz indígena, africana e europeia. (...) A lei no 10.639 altera a lei no 9.394/96 nos seus artigos 26 e 79, e torna obrigatória a inclusão no currículo oficial de ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira” (DIAS, 2005, p. 57-58).

As leis evoluíram mas apenas suas aprovações não garantem o fim das discriminações raciais entre as crianças, os adolescentes e as instituições escolares. A pesquisadora Lucimar Dias entende que “para resolver essas questões, é preciso dar dois passos sempre. O primeiro é a lei; o segundo, o estabelecimento de políticas públicas que a efetivem”. (DIAS, 2005, p. 60).

Ou seja, agir para que a lei 10.639/2003 seja suficientemente implementada torna-se tarefa constante e necessária. Enquanto temáticas sobre o racismo e a valorização da cultura negra não forem trabalhadas no cotidiano escolar de forma sistemática, para além de iniciativas isoladas, o poder da branquitude sistematicamente seguirá impondo a sua dominação.

A mesma vigilância é necessária para a lei 12.711/2012, que completou 10 anos em 2022, chamada “lei das cotas”, que determina a reserva de vagas nas universidades e institutos federais. Igualmente resultado dos movimentos negros, a conquista derivou da participação brasileira na 3ª Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em 2001, na África do Sul, conhecida como Conferência de Durban.

A lei de 2012 foi decisiva para a mudança do perfil de estudantes nas universidades que, em 2019, passou a ser de maioria negra. Desde 2003, no entanto, devido a Conferência de Durban, iniciativas isoladas de instituições como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de Brasília (UnB) já haviam garantido cotas no ensino superior.

Em sua dissertação *O racismo no cotidiano escolar*, Azoilda Trindade (1994) analisa os episódios de racismo que observou em escolas públicas do Rio de Janeiro com a perspectiva da micropolítica. Neste capítulo, faremos o mesmo, sem deixar de perseguir o olhar macropolítico pelo qual se pode constatar o racismo estrutural. Conforme explica a autora, “a micropolítica está sempre em ligação estreita com uma micropolítica”. (TRINDADE, 1994, p. 35). Ela utiliza os termos molar e molecular para diferenciar as duas dimensões.

(...) a primeira constitui-se no regime molar dos acontecimentos em curso na sociedade (organização e funcionamento das instituições, dos grandes segmentos hierárquicos, incluindo os dos sexos, das idades, das classes, das raças, dos partidos etc, que cobrem o corpo social como uma rede binarizante, fazendo-o centrar-se no poder do Estado, o qual abrange várias projeções, públicas e privadas); a segunda constitui-se no regime molecular dos fluxos e processos onde estamos, nós e nossas relações; mergulhados e pelos quais somos (quase sempre inconscientemente) movidos e arrastados. (TRINDADE, 1994, p. 35).

Azoilda Trindade completa, dizendo que a micropolítica é essencial ao funcionamento da macropolítica, uma vez que “a primeira é o campo de organização (sobre-codificação e distribuição) das forças que pertencem à última”. (TRINDADE, 1994, p. 37). É, portanto, com a visão macropolítica que iremos pensar o racismo estrutural e o patriarcado racial, e com a micropolítica, o racismo cotidiano dentro, não só das escolas, mas dos cursos de jornalismo.

As instituições de ensino tornam-se importantes para a pesquisa por duas razões que Azoilda Trindade resume: primeiro, “(...) a escola do dia-a-dia é, para nós, como um palco. Um palco onde são representados e apresentados os mais belos e os mais cruéis textos sobre o processo ensino/aprendizagem, onde se transita do humor ao trágico como se estivéssemos sobre uma corda-bamba”. (TRINDADE, 1994, p. 45). Segundo, a escola é meio da ascensão social, ao mesmo tempo em que é um lugar de disputa o *status quo*. (TRINDADE, 1994, p. 61).

O objetivo deste capítulo, portanto, é identificar a disputa do *status quo* nas interações, desde a vivência escolar até o ensino superior, a partir da análise da criação ou não de vínculos decorrentes da branquitude e do racismo cotidiano nos episódios narrados. Com isso, queremos apontar as continuidades de privilégios das pessoas brancas em detrimento das desvantagens enfrentadas pelas entrevistadas em seus processos escolares e na formação profissional.

3.1. As instituições

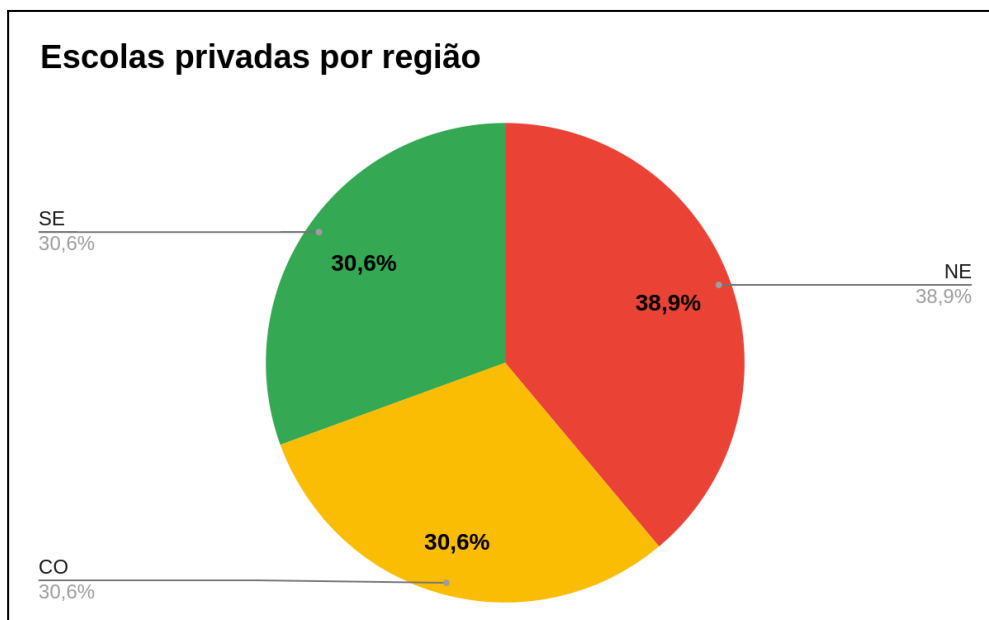
A maior parte das jornalistas estudou somente em escolas públicas durante os ensinos fundamental e médio, totalizando 38,7% das entrevistadas. As que frequentaram tanto escolas públicas como privadas, nesta fase escolar, somaram 35%. Já as que só estudaram em escolas particulares representam 26,3% das escrevintes. Desta forma, podemos dizer que 73% vivenciaram o ensino público, em algum momento de suas trajetórias escolares.

Quando cruzamos estes dados com as regiões em que as jornalistas nasceram, surge uma informação curiosa que, por não ser nosso foco, não será aprofundada, mas que mereceria melhor apuração posterior: a região nordeste, que possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil⁴⁸, apresenta o maior percentual (38,9%) de jornalistas que estudaram apenas em escolas privadas. As regiões sudeste e centro-oeste aparecem com 30,6% cada uma. No sul e no norte não houve nenhuma entrevistada que estudou em escolas particulares.

⁴⁸ Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras : 2016. Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%C3%B5es%20brasileiras.pdf>

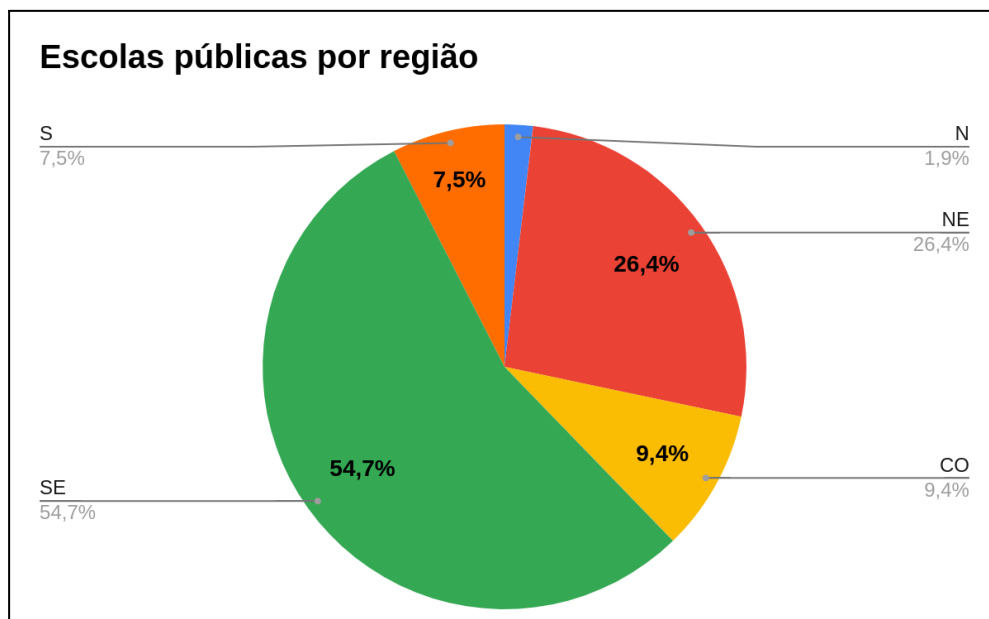
Com os ensinos fundamental e médio realizados somente nas escolas públicas, a maior proporção de escrevientes (54,7%) se concentrou na região sudeste. Em seguida, aparecem o nordeste (26,4%), o centro-oeste (9,4%), o sul (7,5%) e o norte (1,9%).

Gráfico 14 - Escolas privadas por região.



Fonte: autoria própria.

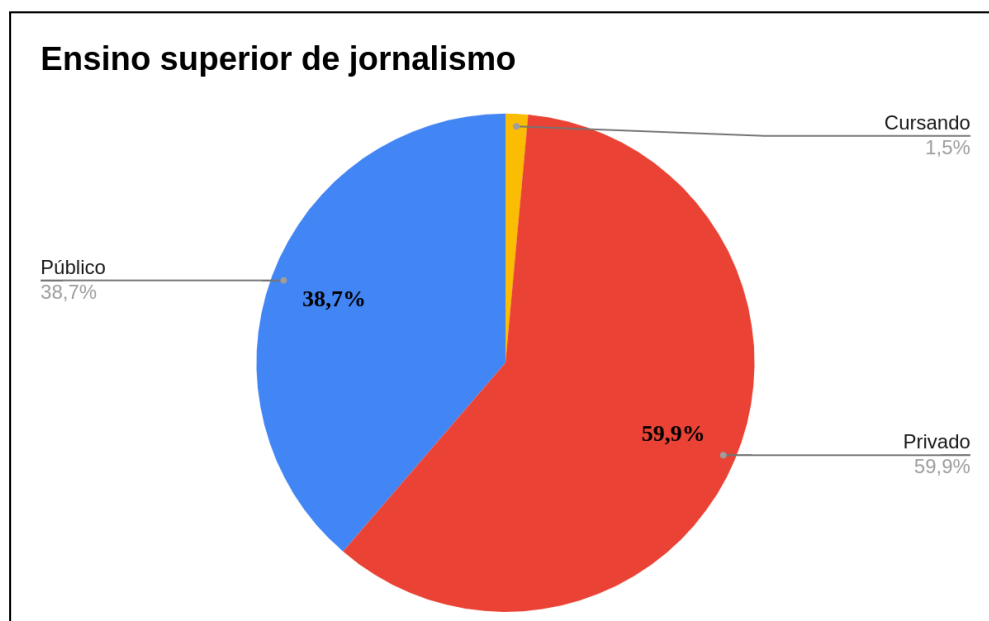
Gráfico 15 - Escolas públicas por região.



Fonte: autoria própria

No ensino superior, apenas 38,7% se graduaram em instituições públicas, enquanto que 59,9% concluíram o curso em instituições privadas. Duas entrevistadas ainda estavam cursando jornalismo quando responderam ao questionário e não puderam fornecer o dado, uma vez que a pergunta solicita o tipo de instituição em que se formaram, como mostra o gráfico.

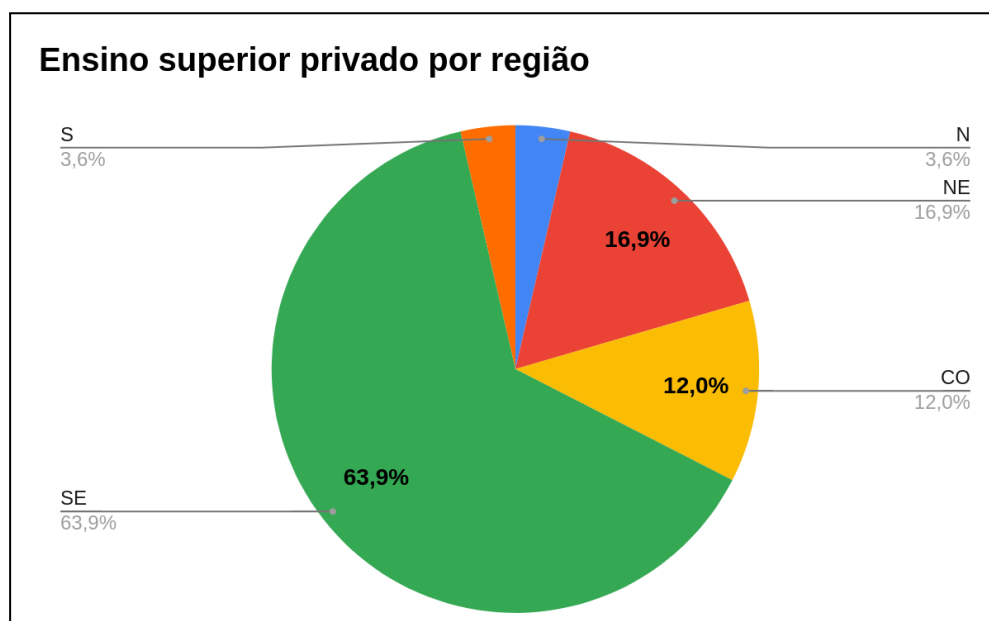
Gráfico 16 - Ensino superior de jornalismo.



Fonte: autoria própria

Quando é aplicado o recorte regional, o sudeste aparece com a maior quantidade de jornalistas formadas em instituições privadas, totalizando 63,9% das entrevistadas. O nordeste surge com 16,9%, o centro-oeste com 12%, e as regiões norte e sul com 3,6% cada. Entre as formadas em instituições privadas, mais de um terço (35,4%) precisou financiar mensalidades.

Gráfico 17 - Ensino superior privado por região.

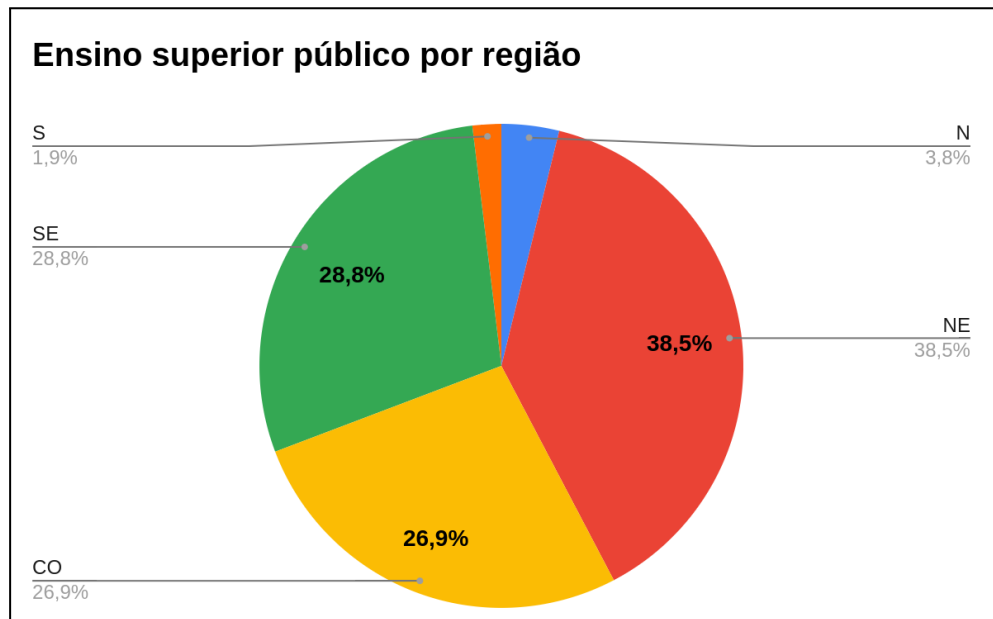


Fonte: autoria própria

Quando comparamos os percentuais de jornalistas formadas em instituições privadas e públicas nas regiões, o nordeste salta de 16,9% graduadas em instituições privadas para 38,5%, em públicas, conforme o gráfico seguinte, deixando evidente a importância do ensino superior público para a formação de jornalistas nesta região.

O centro-oeste também registrou um salto. Enquanto 12% das jornalistas desta região se formaram em instituições privadas, 26,9% concluíram o curso em instituições públicas. No sudeste, apenas 28,8% tiveram a oportunidade de estudar jornalismo em instituições públicas, enquanto que 63,9% se formaram em instituições privadas. Já na região sul, 1,9% se formou em instituições públicas, enquanto que no norte foram 3,8% das escrevintes.

Gráfico 18 - Ensino superior público por região.



Fonte: autoria própria

As entrevistadas que ingressaram no curso de jornalismo a partir de 2012, quando as cotas se tornaram obrigatórias nas instituições federais de ensino, somam 17,5% do universo pesquisado. Entre elas, 50% foram beneficiadas pelas políticas afirmativas. 45,8% ingressaram por ampla concorrência e 4,2% não responderam.

Estes dados sobre os ingressos nas instituições públicas e privadas, desde a infância até o curso superior, com o recorte para as regiões, demonstram que os ensinos fundamental e médio foram, em grande parte, realizados em escolas públicas. Porém, quando a formação avança para a graduação, percebe-se que quase 60% das entrevistadas precisaram recorrer às instituições privadas, havendo mais de um terço com necessidade de financiar as mensalidades.

Neste contexto, buscamos saber quantas escritoras precisaram trabalhar durante o ensino médio. 28,9% tiveram que conciliar trabalho e estudo nesta fase da vida, enquanto que 70,8% responderam que não precisaram trabalhar. Já no curso superior, 51,8% afirmaram que precisaram trabalhar em outras áreas, fora do jornalismo, para seguir com os estudos, enquanto que 47,4% disseram que não precisaram trabalhar. Apenas uma não respondeu a esta questão.

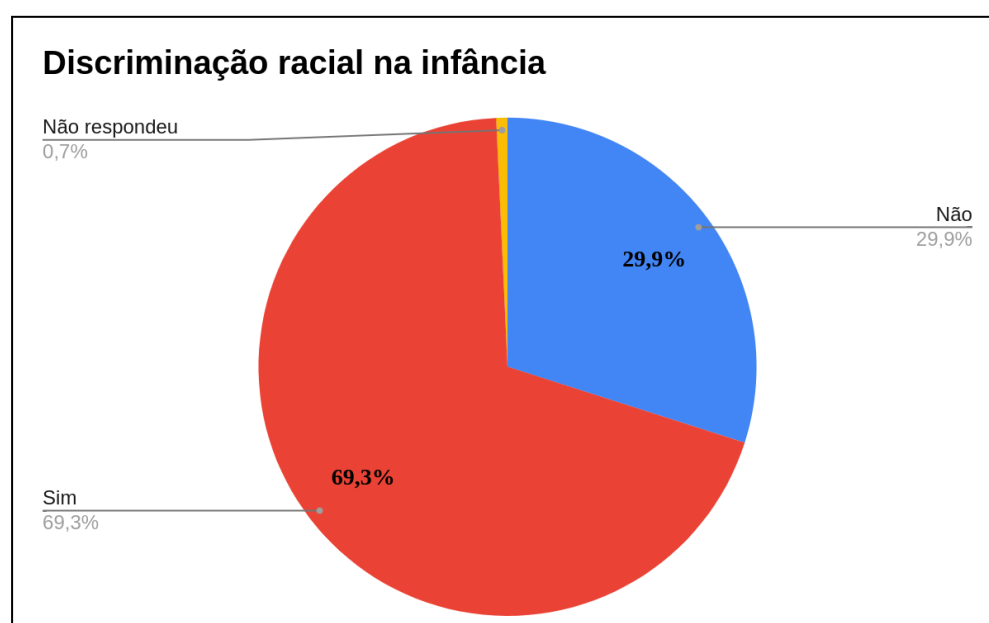
Para descobrir a quantidade de jornalistas que ingressaram no ensino superior a partir das políticas de cotas raciais, separamos aquelas que iniciaram o curso a partir de 2012, quando a lei 12.711 foi sancionada, obrigando a reserva de vagas nas instituições federais. Entre essas, 50% foram beneficiadas com as cotas, mas 45,8% não. 4,2% não responderam. Estes números

demonstram que as ações afirmativas nas universidades públicas não só precisam continuar existindo, como também precisam ampliar o número de mulheres negras beneficiadas.

3.2. Racismos nas escolas

Para falar sobre racismo cotidiano nas escolas, pedimos que as jornalistas recordassem episódios marcantes na infância e na adolescência. Com o cuidado para não sugerir situações, em cada etapa da vida, apenas foi perguntado se sofreu discriminação racial no ambiente escolar. 69,3% responderam que foram vítimas da discriminação racial na escola, durante a infância. Já 29,9% afirmaram que não. Apenas uma mulher não respondeu. Ou seja, quase 70% das entrevistadas vivenciaram a discriminação racial na escola quando crianças.

Gráfico 19 - Discriminação racial na infância



Fonte: autoria própria.

A aparência física, com recorrentes menções ao cabelo, aparece como um dos motivos principais motivos para a discriminação racial nos ambientes escolares. Fica evidente o quanto a ideologia do embranquecimento ainda afeta e influencia as relações no universo escolar, seja no ato mesmo de discriminar, seja como recurso para se proteger dos ataques racistas.

Já fui chamada de burra preta na escola (sendo que eu era uma das mais inteligentes/nerds da sala de aula e eles sabiam disso). Além disso, piadas e comentários infelizes sobre o meu cabelo e meus lábios. (25 anos).

As crianças escondiam lápis e canetas no meu cabelo. Eu usava o cabelo preso, com um coque baixo. As outras crianças tentavam colocar lápis e canetas no meu coque. Acho que elas pensavam que eu não sentia. No tempo eu não entendia isso como racismo, hoje já entendo. (42 anos).

Quando coloquei tranças, na quinta série, fui perseguida por um grupo de meninas, brancas e mais velha que queriam ficar puxando minhas tranças. (50 anos).

Os relatos seguintes demonstram o alisamento dos cabelos como estratégia de proteção, indicando a desconstrução da negritude para lidar com a branquitude e suas formas violentas de se manter dominante. Importante prestar atenção nas idades. São pelo menos duas gerações que relatam o mesmo sofrimento dentro das escolas.

Comecei a alisar meus cabelos com menos de 10 anos de idade por causa de piadas no colégio. (24 anos).

Por ser magra e alta chamavam de girafa, mas nada além pq já usava o cabelo alisado. (48 anos).

Sofri muito com relação ao meu cabelo, e por isso alisei ainda muito nova. Não tenho muitas lembranças, mas sei que me incomodava e insisti com minha mãe pra alisar. (29 anos).

A discriminação racial ocorria por meio do bullying devido ao fato de eu ter cabelo crespo, na época isso me tornou uma criança insegura e por isso passei a fazer alisamentos. (25 anos).

A associação das pessoas negras à sujeira apareceu na pesquisa. Já vimos com Grada Kilomba, no capítulo anterior, como o racismo se atualiza no cotidiano, seguindo fórmulas do passado, como a inferiorização da população negra, posta compatível à animosidade, uma forma de negar sua humanidade. A discriminação racial se dá inclusive pela repulsa “ao fedor”, reflexo da ideia de que as pessoas brancas quem são asseadas, limpas, puras e cheirosas.

Na rua diziam pra eu não andar na calçada "sua negrinha fedida" e também nega do cabelo duro. Mas eu apesar de autoestima baixa era até forte pra ser uma criança. (38 anos).

Tudo que eu era e representava era alvo de risos e piadas. Minha cor, meu cabelo, meu cheiro. Tudo. (40 anos).

Eu tinha seis anos e ouvi na escola que eu não era branca nem preta, mas que era suja. Cheguei em casa e me tranquei no banheiro, me lavando com escova de lavar roupa. (34 anos).

Eu não tenho essa lembrança, mas minha irmã conta que um colega meu me chamou de preta fedida e ela bateu nele. (32 anos).

Foram várias. Pelo cabelo crespo. Pela cor que as crianças diziam que eu era suja. (39 anos).

Apelidos, com isolamentos, diziam que minha pele era suja e o cabelo de "bozo". (34 anos).

O primeiro episódio de racismo na escola que me lembro, eu deveria ter uns 12 anos. Participava de uma atividade com outros dois colegas, quando um deles 'limpou' o braço depois de encostar em mim. Os dois começaram a rir falando que estavam sujos. Na hora, não entendi o motivo, depois saquei que a sujeira era minha pele mais escura que a dele. (31 anos).

Sim, as crianças sempre tinham uma piada racista para mim. Era chamada de macaca, de preta fedida, de feia, suja, de "mulher das cavernas" (sim, igual recentemente com um participante do BBB). (23 anos).

A feiúra foi outro elemento mencionado pelas entrevistadas, ao escreverem sobre suas memórias de infância. Novamente, a ideologia do embranquecimento se mostra presente no que podemos chamar de “construção do comum” (MUNIZ, 2015) implícita nas vivências escolares. Seguindo os esquemas propostos por Grada Kilomba (2018), se feia é a negra, bonita é a branca. Chamar negras de feias é mais uma violência entre colegas que a escola, enquanto tutora, deveria combater. Há casos em que essa violência soma-se à agressão física.

Os meninos implicavam comigo, faziam chacota com meu cabelo e meus traços, me comparavam com macaca e diziam que eu era feia. Estudava em escolas particulares e geralmente era a única negra da turma, o ser exótico. (45 anos).

Me chamavam de cabelo de vassoura. Já levei um tapa de uma colega porque “ela me achou feia”. (37 anos).

Outro recurso do racismo cotidiano é a utilização de apelidos. Enquadrar quem se quer ridicularizar numa imagem “engraçada” numa perspectiva da branquitude e ter sempre ao redor quem irá rir é um jeito de colocar em comum o racismo, convocando muitas vezes imagens controladoras fornecidas pela grande mídia, como as figuras das propagandas ou celebridades.

Quando eu tinha cerca de 5 anos, uma coleguinha disse que eu tinha "cabelo de Bombril⁴⁹". (33 anos).

Tenho o cabelo black desde criança e na fase da escola, falavam que era bombril para arear panela. Ficava nervosa e chegava a bater em quem me ofendia. (41 anos).

Eu era xingada de alguns apelidos, apanhava das outras crianças. (27 anos).

Era chamada de Valderrama⁵⁰, jogador de futebol que tinha o cabelo loiro e crespo. Feriu minha auto estima. (32 anos).

Estudei em escola particular com maioria esmagadora branca. Me chamavam de café rancheiro por causa da cor da pele. (33 anos).

⁴⁹ Bombril é uma marca de fabricante de palha de aço, feita para ariar panelas.

⁵⁰ Carlos Valderrama é um ex-jogador colombiano que possui cabelos cheios e cacheados.

Piadas em relação ao cabelo armado e o apelido 'bocão da Royal'⁵¹ devido ao tamanho dos meus lábios eram os mais recorrentes. (33 anos).

(...) vez ou outra alguém xingava minha cor, fazia comparações vexatórias com personagens da tv ou falava do meu cabelo. Enfim. (24 anos).

Na escola, ocorria na forma de bullying. Os colegas inventavam apelidos e musiquinhas para atacar quando eu passava. A cultura de massa também não ajudava. Uma das músicas preferidas deles era a "nega do cabelo duro", de Luís Caldas. Acabei me isolando muito e evitava participar de eventos da escola. Nunca cheguei a dançar quadrilha, por exemplo. (39 anos).

Bullying, cortando meu cabelo em sala de aula, apelidos discriminatórios, isolamento social em festinhas. (36 anos).

Dentro das escolas, identificamos que o isolamento é um dos mais recorrentes produtos do racismo cotidiano, que silencia as crianças negras e compromete a criação de vínculos. Os episódios narrados abaixo comprovam que “a máscara de flandres”, da qual falou Grada Kilomba (2019), segue existindo de modo metafórico, perpetrando o castigo do silenciamento indicado Amauri Mendes Pereira (2005), no começo deste capítulo.

Na infância, o isolamento é imposto em diversas situações, como nas brincadeiras. Ser a recorrente preterida é comum nas escolas, conforme demonstram as memórias narradas. Mais uma vez, as idades comprovam a violência continuada dentro das instituições de ensino.

A que mais me marcou, foi na infância, quando colegas cheiravam meus brinquedos e sempre ficava sozinha para brincar ou fazer qualquer atividade. (28 anos).

A primeira vez que sofri racismo eu tinha 6 anos de idade e estava na pré escola. Nenhuma criança brincava comigo e cantavam a música do Luiz Caldas para mim Nega do cabelo duro. Macaca e fedida eram outros adjetivos que usavam para me desqualificar. (40 anos).

Eu era sempre a última a ser escolhida nas brincadeiras. (46 anos).

A primeira lembrança de racismo que tenho é de estar em um grupo de 4 ou 5 amigas, todas com cerca de quatro anos de idade, e pra fazer alguma brincadeira em dupla, uma pessoa sobraria. Pra definir quem sobraria, uma delas indicou a cor da pele como critério e como eu tinha a cor mais escura, fui a excluída. (33 anos).

Muitas entrevistadas relataram dificuldades para fazer amizades na infância. Junto ao isolamento, as crianças, mesmo que de modo subliminar, perceberam (ou foram comunicadas) de que a cor da pele justifica a exclusão. A branquitude põe em comum sua dominação, sendo a escola um lugar privilegiado para isso, uma vez que as instituições raramente interferem.

⁵¹ Marca de gelatina que usava um boneco de boca enorme como personagem nas propagandas.

Passei a perceber que a cor da pele era tema de comentários infelizes e que quem não é branco era tratado de um jeito diferente. Não consegui construir laços muito fortes e duradouros com "colegas" de infância, os tenho nas redes sociais, mas não mantenho relação com nenhum. (25 anos).

Um momento marcante foi na 2ª série do ensino fundamental quando eu havia recém entrado na escola e ela⁵² chegou perto de mim e disse que eu não teria nenhum coleguinha por ser preta. (33 anos).

Por não saber quem eu era durante a infância, demorei pra entender em quais momentos eu sofri racismo. Sei que tive uma infância e uma adolescência bastante solitárias, sem ter as mesmas experiências que minhas colegas brancas. Contudo, fui chamada de 'macaco' por um colega durante o ensino fundamental. (27 anos).

Para além de fazer novas amizades, outra dificuldade identificada foi pertencer a um grupo, seja para passar o tempo no recreio ou para realizar trabalhos em equipe. Nos relatos seguintes, a classe social também aparece como marcador de quem era autorizada a participar de grupos nas escolas, a partir dos recursos materiais que se tinha ou de como se vestia.

Eu percebia que meus colegas me rejeitavam em trabalhos de grupo, no recreio e não era muito convidada a participar de festas e encontros. (54 anos).

Quando viemos morar no nordeste com meu pai e fui estudar em escola particular, senti que as meninas não me aceitavam no universo delas, mas era mais evidente pela condição social inferior do que pela cor. (54 anos).

Eu e minha irmã estudávamos em escolas boas mas não nos vestíamos como as outras alunas. Não tínhamos a mochila e lancheira da moda. Não lembro de receber ofensas, mas lembro de me sentir excluída. (37 anos).

Chamou atenção repetidas referências às festas juninas. Elas compõem o calendário escolar e, portanto, são atividades pedagógicas elaboradas pelas próprias instituições de ensino. As idades das escritoras demonstram que os constrangimentos são impostos há décadas. Além de nunca serem as protagonistas, muitas sequer eram escolhidas para dançar.

Eu nunca era bonita e nunca era convidada para nada. Acho que o que mais me marcou foi que sempre sonhei em ser a noiva na festa junina, e descobri que nunca seria, já que meu cabelo não era grande para as tranças. (29 anos).

Eu sabia que nunca seria a noiva da festa junina, ou a menina que recebia toda a atenção e foco em qualquer evento da escola ou ainda entre os amigos. (29 anos).

Eu nunca era escolhida como par nas festas juninas por ser "diferente" das outras meninas e falavam coisas horróricas sobre o meu cabelo. (34 anos).

⁵² A entrevistada não especificou de quem falava.

Amava festa junina, mas só podia dançar com [um colega] que era preto. Um dia, ele me recusou e as meninas me zoaram porque queria ser noiva, a professora disse que não existia noiva escurinha. Nunca mais eu quis dançar nas festas juninas por toda a minha vida. (63 anos).

Eu sempre gostei de dançar quadrilha, minha mãe fez um esforço enorme pra eu ser a rainha da pipoca, na época tinha que vender rifã rsrs. A família toda comprou e eu consegui ser, porém quando foi chegando próximo ao dia da festa uma professora me chamou e disse que tinha uma aluna triste, chorando porque não conseguiu ser rainha, além de branca ela era filha de uma professora. Então eu boba deixei, passei meu posto que minha mãe fez esforço pra gente conseguir para essa menina. Minha mãe foi chamada na escola e por ela não tinha aceitado, porém eu já tinha falado que tudo bem. Eles então me deixaram como princesa e a outra como rainha. Outra coisa que eu tinha muita dificuldade era de ter um par para dançar, sempre era a última, aquela que a professora tinha que entrar no meio e dizer, fulano você vai dançar com ela. Foram os episódios que lembrei nesse momento. (34 anos).

O último episódio evidencia que, mesmo sendo merecedora dentro dos critérios da meritocracia propostos pela escola, é retirada da criança negra a sua conquista de rainha para privilegiar uma criança branca que sofria por não ter alcançado o papel principal. Esta violência foi praticada diretamente pela própria instituição, inclusive à revelia da mãe, dentro de uma atividade curricular. Os relatos abaixo dão sinais de que a solidão das mulheres negras possui raízes na infância, com suas companhias rejeitadas ou adequadas apenas em um par negro.

Apesar da pele mais clara, sempre tive cabelos crespos e fenotipos negros (nariz, boca). Meu cabelo sempre era motivo de piadas racistas, eu sempre era a que tinha piolho e na quadrilha ninguém queria dançar comigo. Tive que dançar com uma outra menina. (40 anos).

Era uma das únicas crianças negras na escola e os coleguinhas me chamavam de preta, de negra, cabelo de Bombril. Na minha sala havia apenas mais um garoto preto e diziam que eu ia namorar com ele. (43 anos).

Eu não era convidada para ser noivinha da quadrilha e ninguém queria ser meu "namorado" na escola, por exemplo. (39 anos).

Vimos no capítulo anterior que um dos efeitos da “Outridade” é personificar nas pessoas negras os aspectos reprimidos na sociedade branca. Conforme Grada Kilomba (2019), por isso, muitas vezes a população negra passa de intimidante para desejável. Uma entrevistada de 58 anos conta que era “posta de lado, acusada de coisas que não cometi só pelo fato de ser negra”. Ao mesmo tempo, as amizades eram “toleradas” por vantagens que poderiam oferecer às pessoas brancas, a exemplo de boas notas nos trabalhos em equipe.

Era deixada de lado por colegas de turma na maior parte das vezes, brincadeiras, mas incluída em grupos de trabalho. (...) Habilidades intelectuais eram toleradas, suponho, pois não me lembro de me sentir inferiorizada neste quesito. (59 anos).

Por ser uma das poucas crianças de cor, era vista como uma pária no meio. As coisas amenizaram quando passei a ter as melhores notas da turma. (34 anos).

Os relatos seguintes revelam o racismo institucional indicado pela negligência de professores/as, algumas vezes coniventes, por omissão, em outras, promotores diretos da discriminação racial através da rejeição, inclusive verbalizada, e do preterimento afetivo. Uma entrevistada ouviu de uma professora que nunca seria jornalista. Outra contou que foi amarrada a uma árvore pelos colegas. Como algo assim pode acontecer sem a intervenção da instituição?

Festa Junina, sentimento de inferioridade por causa do cabelo pq professoras falavam mal, falta de representatividade no material didático, bullying. (45 anos).

Bullying dos colegas, omissão dos professores e violência a ponto de ter sido amarrada a uma árvore. (35 anos).

Eu era chamada de bruxa e cabelo de vassoura, por conta do meu cabelo. Já fui chamada de burra e de macaca também, por colegas na época. Com olhos adultos posso ver que não tinha tanta atenção, por parte dos professores, quanto minhas colegas brancas. (30 anos).

Ela (professora) tinha uma irmã adotada que era preta e todos os dias contava casos pra retratar o quanto a irmã preta era porca, detesto essa professora até hoje. (37 anos).

Tive uma professora que só tocava nas crianças brancas, passava a mão nos cabelos lisos, elogiava. Era ríspida e seca com as outras que não eram "bonitinhas", mesmo sendo bons alunos. (40 anos).

Discriminação em relação a minha aparência, ao meu cabelo, aos meus traços, mas que também ocorriam de forma mais velada, como o lugar em que eu ficava nas filas na escola. Salvo algumas exceções, também não tinha afeto de muitas professoras na escola, mesmo sendo uma criança bem tranquila. (24 anos).

No terceiro ano do antigo primário, uma colega de turma disse que não poderia brincar, pois cheirava a macaco. No mesmo ano, uma professora, ao questionar os alunos qual profissão que seguiria, afirmou que eu nunca seria jornalista. (60 anos).

Creio que todos os casos de discriminação ocorreram por conta do meu cabelo e de meus traços, especialmente sendo preterida nas relações de afeto desde a minha infância, seja na escola no convívio com colegas e professoras. Pois eu sou uma mulher negra de pele preta, com traços não finos e cabelo crespo 4C, e, talvez, por conta disso eu sempre fui uma criança de baixa autoestima e tímida. (36 anos).

Me chamavam de cabelo duro, de fedorenta, nega safada, suvaqueira, testa de amolar facão, diziam que eu não servia nem pra o lixo. Meus professores nunca faziam nada. Tudo era invisível e eu aguentava calada, até um dia que eu cansei e eu li pra toda turma o que significava racismo. Pedi licença numa aula de inglês e li o significado da palavra racismo. A turma ouviu calada. E o professor de inglês continuou a aula, como se eu não tivesse dito nada. Eu tinha 14 anos, acho. Estava na oitava série. Mesmo tendo lido o significado da palavra racismo, a ideia que ficava pra mim era que meus colegas eram pessoas ruins e não exatamente racistas. Eu falei de racismo, mas não estava claro ainda pra mim a sua dimensão no contexto escolar. (36 anos).

Eu era a única criança preta de uma escola particular de classe média. As situações de discriminação só entendi quando adulta, mas isso afetou minha concentração nos estudos e minha vontade de estudar, a ponto de pedir pra trocar de escola. (47 anos).

Quando tinha uns 5 ou 6 anos, falei que não queria ir mais para a escola. Depois, meus pais descobriram que essa mudança de comportamento aconteceu porque eu sofria racismo na escola. Mais velha, continuei sofrendo racismo, fosse por estudantes ou até pelos professores. (34 anos).

Pudemos observar que o racismo institucional impacta na motivação escolar, havendo alunas que pediram a mudança de escola por causa do racismo cotidiano permitido pelas instituições. Para além disso, alguns depoimentos alertam para a inclusão das famílias em ações pedagógicas, uma vez que o racismo geralmente vem de casa, como os relatos demonstram.

Com um dos melhores desempenhos escolares no ano de 1966, fui chamada para um evento natalino organizado pela instituição. Eu seria uma das responsáveis por uma das distribuições de presente, até ser hostilizada por pais, acompanhantes e colegas que gritavam: "Papai Noel não é preto!". Grito que ecoa até os dias atuais. (62 anos).

Lembro-me de que gostava muito de brincar com um menino da mesma escola, que também era meu vizinho. Um dia, chegamos da escola e eu queria ficar na casa dele para brincar. O pai dele não permitiu. Me mandou embora e dizia pro filho dele me xingar de cabelo de bombril. (35 anos).

Eu tinha uma amiga da escola, que a avó dela era racista e não gostava da nossa amizade. Toda vez que eu ia na casa dela, no final de semana, pra conversar, a avó dela chamava ela pra dentro e interrompia nossa conversa e ela dava um fora na avó e continuava conversando comigo e me explicava que a avó era racista. (36 anos).

A primeira vez foi com um "namoradinho" no jardim. Um dia ele me disse que não poderia mais me "namorar" porque eu era o feijão e ele o arroz. Na época não entendi bem, mas nunca esqueci a história e depois fui processando. (33 anos).

Não era algo que na época eu entendia, mas sempre pegavam no meu pé por diversos motivos, meu cabelo e meu peso eram os principais. Mas eu lembro de uma amiga que a mãe não gostava de mim e eu nunca entendi o motivo, só fui entender quando essa menina que era minha amiga começou a namorar um menino preto e a mãe dela fez um escarcéu, aí eu pensei que o motivo poderia ser meu tom de pele. (21 anos).

Poucas jornalistas não sofreram com o racismo cotidiano em suas trajetórias escolares ou tiveram professoras/es que valorizavam suas habilidades. Os relatos abaixo mostram como a proteção institucional, inclusive da própria família, pode fazer a diferença na infância, não só preservando as crianças das violências racistas, mas disseminando a postura antirracista.

Acho que meus colegas me respeitavam porque as professoras me prestigiavam pelo meu bom desempenho (aos 5 anos já era alfabetizada) e pelo meu comportamento, sempre me dispondo para executar tarefas ou apresentações artísticas. (66 anos).

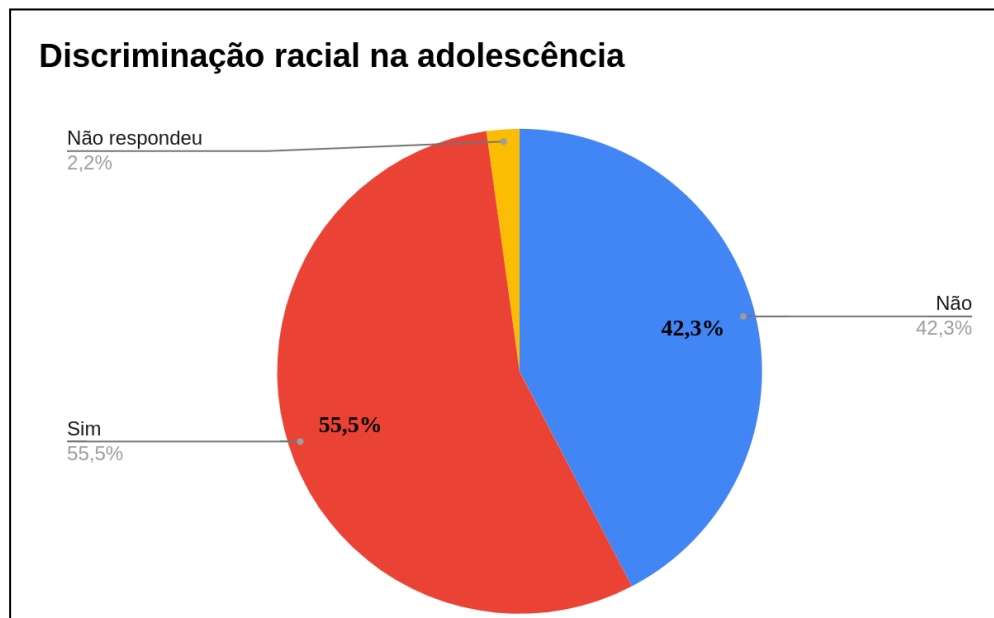
Felizmente tive uma professora não negra, da 1 a 4 série, que reconhecia em mim potencialidades, me elogiava na turma e isso fez diferença tanto pra mim e quanto no modo que a maioria me tratava, até porque éramos todos majoritariamente negros/as. (42 anos).

As "brincadeiras" em relação ao meu cabelo e penteados afro. No entanto, tinha uma mãe incrível que não permitiu que eu criasse traumas, pois sempre me ensinou a me aceitar. (44 anos).

Meu primeiro episódio de racismo aconteceu aos quatro anos de idade na escola, com piadas sobre meu cabelo. Isso foi continuando de formas amenas até que aos nove anos de idade, pixaram o mural da escola dizendo: Raíssa Macaca. Este episódio mobilizou meus pais a realizarem uma formação com professores para atuarem na orientação de estudantes e suas famílias no combate ao racismo. (31 anos).

Na adolescência, houve uma redução dos 69,3% de entrevistadas que afirmaram terem sofrido racismo na infância. 55,5% disseram que sofreram racismo na adolescência, enquanto que 42,3%, não. 2,2% não responderam. De todo modo, mais da metade permaneceu como alvo da discriminação racial numa fase em que a violência ocorre de modo “mais sutil”, como algumas classificaram. Além disso, com o despertar da puberdade, a solidão das mulheres negras é intensificada pelo preterimento afetivo que impacta diretamente na autoestima.

Gráfico 20 - Discriminação racial na adolescência.



Fonte: autoria própria.

Sobre a adolescência, uma jornalista, de 36 anos, respondeu: “Vivi o mesmo dilema experienciado na infância”. Foram muitas as jornalistas que continuaram enfrentando barreiras para a criação de vínculos afetivos por causa da própria aparência física, com foco recorrente

nos cabelos. A ideia da “feição” como arma da branquitude contra as negras também apareceu nos relatos, assim como os apelidos, o isolamento e a negligência institucional.

Esse processo na adolescência tinha mais a ver com a aparência mesmo, principalmente cabelo. Nessa época, minha mãe e eu alisávamos o cabelo, que quando recém-alisado era elogiado e quando a química começava a cair, era como se o encanto fora perdido. (42 anos).

Meu cabelo era muito volumoso e sem cuidados. De tanto falarem mal dele usei somente preso em coque, por anos seguidos. (34 anos).

Era tida sempre como a mais feia da turma. Passei a usar produtos químicos nos cabelos, que viviam presos e repuxados a ponto de sentir dores de cabeça. (39 anos).

Já com o cabelo alisado e tendo a pele clara, meu nariz foi o alvo das piadas na minha adolescência. Como comecei a usar óculos, as armações evidenciavam a largura do meu nariz e passei toda fase de adolescente sem rir na frente de colegas. (24 anos).

Quando eu tinha uns 11 anos existia o flogão onde se postava fotos. Eu postava com as amigas da escola e recebi um comentário que parecia uma macaca. Também já fui chamada de espantilha do Fandangos por causa do cabelo. Na época eu não entendia muito bem o que significava isso pois eu não me identificava como negra. Mas nunca esqueci essas situações. (29 anos).

Sim, mas não era tão forte, era uma questão mais de exclusão, ver os meninos achando suas amigas bonitas, mas eu era a amiga feia. (23 anos).

Na adolescência fui chamada de macaca por um menino, que estudava comigo. Perdi a paciência e atirei o apagador nele. No fim levei advertência, porque machucou a testa dele. E ele não foi punido. (41 anos).

Desenvolvi a síndrome da "garota invisível", onde sempre me escondia das pessoas para não me tornar alvo de comentários maldosos. Automaticamente, isso produziu uma dificuldade de interação nas outras áreas da minha vida. (21 anos).

O próximo relato comove pela dor da humilhação e, principalmente, pela potência da menina negra que, mesmo excluída do prazer pela cor da pele, não desistiu do desejo. Rejeitada na “gentileza” de um garoto, que zomba da sua negritude, mesmo em outro contexto posterior, ela abandona a posição de vítima e faz acontecer sua vontade para estabilizar a autoestima.

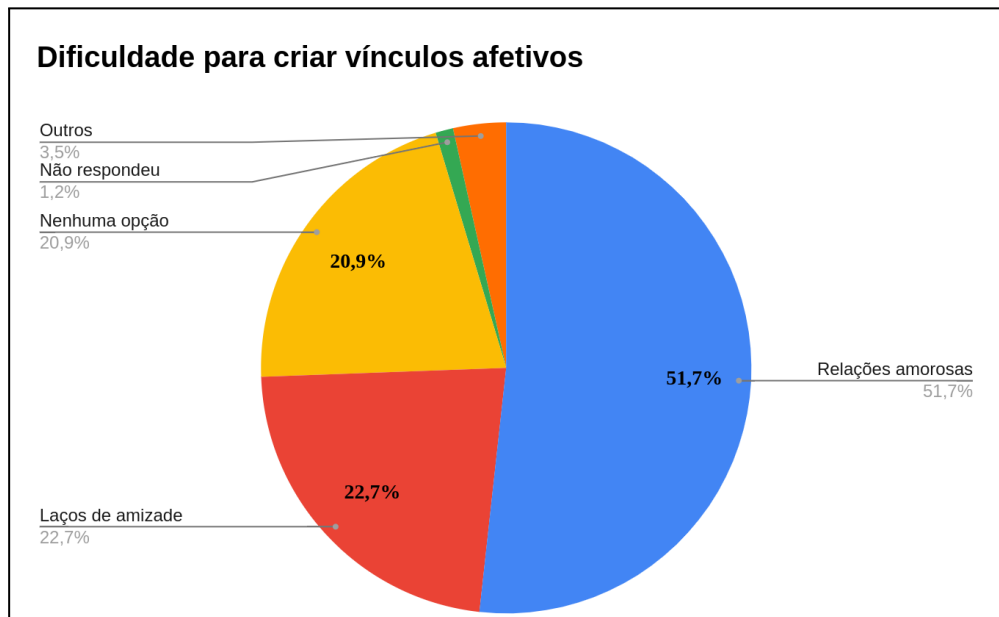
Na escola, percebi que meu cabelo e a cor da minha pele sempre foram os piores incômodos que meus colegas poderiam ter. Na época, meu cabelo era alisado e tinha química com alguns cachos falhos e eu era muito magra. Toda vez em que eu entrava na sala, cantavam a música da novela: 'Chica da Silva - a negra', durante um ano inteiro ao entrar na sala eu era recebida dessa forma pelos meus colegas. Sem falar, quando propagavam palavras racistas diretamente a mim: que eu fedia, preta imunda e até mesmo que eu não deveria estar ali. Isso se perpetuou na 4ª série. Quando cheguei na 8ª série, ao participar de uma feira de ciências, um dos colegas da turma me negou um suco de maracujá. Eu perguntei para ele o porquê não poderia pegar um pouco, ele negou dizendo que porque eu era preta (rindo de mim). Não contei para ninguém, fui embora. Meus pais no dia almoçaram em um restaurante no centro da cidade, eu sempre pedia refrigerante para acompanhar a refeição, naquele dia resolvi pedir o suco

de maracujá que me tinha sido negado (com o choro entalado na garganta). Depois desse dia, decidi não me calar mais diante de situações racistas. (27 anos).

O preterimento afetivo é resultado do racismo cotidiano e cedo na vida de algumas jornalistas começou a avisá-las de que o amor não seria adequado para elas. A dificuldade de criar vínculos de amizade na infância migra para a adolescência com as barreiras raciais também nas relações amorosas. Uma entrevistada, de 33 anos, disse que “era como se fosse assexuada”. Foi frequente a afirmação de que os namoros só começaram na vida adulta. A preferência dos meninos pelas brancas atacava frontalmente a autoestima das meninas negras.

Conforme mostra o gráfico abaixo, até a juventude, 51,7% das jornalistas enfrentaram dificuldades para vivenciar relações amorosas, 22,7% disseram que enfrentaram barreiras raciais para estabelecer laços de amizade, e 20,9% informaram que não tiveram dificuldade para criar vínculos afetivos. Ou seja, quase 75% das entrevistadas tiveram vínculos negados ou ameaçados em decorrência do racismo cotidiano que impactou as suas trajetórias escolares.

Gráfico 21 – Dificuldade para criar vínculos afetivos.



Fonte: autoria própria.

O padrão de beleza branco supervalorizado afastava as meninas negras das chances de serem privilegiadas nas relações de amizade. A amiga “feia”, com cabelo crespo ou com nariz mais grosso, não possuía vínculos firmes ao grupo. “Não conseguia me enquadrar nos padrões existentes, me gerou um sentimento de que era necessário seguir sozinha. Acabei formulando a frase: não nasci filha única à tôa”, contou uma jornalista, de 32 anos. Outra, de 66 anos, fala da

solidão nos aniversários que ninguém comparecia: “Não tinha amigos para comemorar. Nos meus aniversários não ia ninguém do colégio. Eu parei de esperar pelos amigos e suas respostas mentirosas”. Algumas amizades eram toleradas a partir das vantagens que podiam render.

Para algumas entrevistadas, ser a amiga fiel, que escutava as outras, que as consolava ou que as divertia, mas sem ser amada como as demais, a fizeram ver que as amizades estavam condicionadas a alguma vantagem para o grupo, a exemplo de ajudar a turma com as provas.

O racismo (pelo meu cabelo) se deu em outros espaços, mas não na escola. Na escola pública, muitas crianças eram fenotipicamente como eu, e eu sempre estive entre as mais inteligentes nas turmas, o que me oferecia um privilégio. Digo isso porque eu tinha muitas/os colegas, e nunca tive apelidos, o que eu achava estranho. Um dia, entendi o motivo disso acontecer: numa situação na escola, eu chorei por algo que não me recordo (acho que esconderam algum objeto meu, não lembro ao certo), mas escutei um colega dizer para os demais que não poderiam me magoar porque precisavam de mim para a "cola" nas provas. A partir disso, percebi que eu tinha um privilégio pelo que eu poderia oferecer nas provas, atividades, enfim, mas que talvez as amizades não eram verdadeiras. (30 anos).

Muitas entrevistadas iniciaram os namoros somente na vida adulta. A preferência por relações duradouras com meninas brancas colocava as negras disponíveis apenas para relações casuais. O despertar para as experiências sexuais acontecia para as jovens negras ao mesmo tempo em que elas percebiam que não teriam as mesmas chances que as brancas.

Eu não era convidada para sair, nem para dançar nas festinhas. Os relacionamentos amorosos não faziam parte do rol de possibilidades que tinha. Parecia que eu deveria seguir como uma amiga simpática e inteligente. (33 anos).

Sempre houve o preterimento, sempre integrei o grupo das meninas menos bonitas, que não por acaso eram as meninas negras. Na adolescência, isso passou a pesar muito mais. Enquanto boa parte da turma já tinha beijado, ficado, eu demorei muito a desenvolver relações amorosas - e não foi na escola. (31 anos).

Sabe a única garota que não namorava? Era eu. Eu penso que por causa da aparência, principalmente do cabelo. Eu não era paquerada pelos garotos. Não lembro de nenhuma cobiça a esse respeito. E quando lembro das meninas cobiçadas eram as brancas de cabelo liso. (42 anos).

Quanto aos relacionamentos amorosos, eu nunca fui o "padrão" de mulher desejado, ainda mais por não me interessar por garotos, apenas por garotas. Então a mistura desses dois fatores acabaram que eu fiquei em um sofrimento por não me aceitar e me permitir vivenciar relacionamentos. (21 anos).

O racismo colaborou muito com a minha baixa autoestima e com o fato de não ser vista como bela por muitos homens. Do meu ciclo de amigas, amigas brancas, eu era a última a não conseguir sair com algum cara. (29 anos).

Até a vida adulta eu só era vista como cupido das amigas, nunca tinha alguém que gostasse de mim. Sempre fui aquela amiga de todos os meninos, mas não servia para

ser amada. Não tive paqueras nem namoros na adolescência. Minha vida sexual começou depois dos 20 e tantos anos e só fui ter um namorado aos 31. (34 anos).

Meu primeiro relacionamento é recente, e nem assumido como namoro ou relacionamento sério é. Em 2018 conheci um cara e ficamos desde então, somente no final de 2019 decidimos ter uma relação monogâmica. Apesar de saber que levamos a sério a nossa relação, não temos uma "classificação" pra ela. Acredito que sempre tive dificuldade em sentir algo por alguém por medo desse sentimento ser tratado como chacota, ou como de costume, ele preferir se relacionar com uma mulher branca. Essa foi a primeira vez que me permiti gostar e ser gostada. (25 anos).

A dificuldade para estabelecer relações amorosas também está relacionada à imagem controladora da “mulher boa de cama” atribuída às negras. Algumas entrevistadas perceberam o interesse dos homens apenas pelo sexo. Importante notar que, quando o convite para a transa era rejeitado, os homens esnobavam, achando que estavam fazendo um favor.

Nas relações amorosas um colega de faculdade chegou a dizer quando recusei um convite para sair pra eu parar de posar de difícil porque ele era louco para transar com uma mulata. (37 anos).

Acredito que muitos homens encaram a minha pessoa como disponível para sexo casual. Ou, em casos piores, eles voltam com insistência no assunto. O mesmo não acontece com as minhas amigas brancas. (21 anos).

Os meninos nunca queriam namorar comigo, só ficar. Como comecei a conviver cedo com a hipersexualização do meu corpo, sempre tive muita vergonha dele. (40 anos).

Na Bahia, no interior que morava, os rapazes achavam que as negras tinham que ser disponíveis. Recusei no ginásio namorar com um colega e ele achou um absurdo. Na visão dele eu deveria agradecer o interesse. Como recusei ele disse que me encontraria mais tarde gorda, feia, cheia de filhos. Ou seja, indesejável. (58 anos).

Meu primeiro namoro foi com um rapaz descendente de polonês e croata aos 15 anos de idade. Como na época não tinha muito conhecimento sobre esses assuntos, muitas coisas passaram despercebidas. Ele evitava sair comigo em público, tinha vergonha de mim pela aparência. Nunca diretamente para mim, e eu não questionava pois como era ingênua me contentei com o pouco em que ele me oferecia. Me relacionei com muitos homens brancos, mas depois percebi que era só objeto sexual de alguns. (27 anos).

No ensino médio, os garotos fizeram um "concurso" das "partes mais bonitas" do corpo das garotas, entre eles. Eu ganhei como "melhor bunda". Apesar disso, eu nunca tive um namorado sério na época e os garotos da sala não se interessavam por mim. Infelizmente um caso que me marcou muito foi um garoto, negro retinto de outra sala, que ficou comigo e mentiu para os colegas que havíamos tido relações sexuais. Foi bastante triste e eu nunca entendi por completo a razão de ele ter feito isso. (30 anos).

Comecei a conviver muito cedo com a hipersexualização do meu corpo por parte de homens mais velhos. E com os meninos da minha idade eu sempre era opção para ficar, mas nunca para namorar. (40 anos).

Eu era muito sexualizada, tanto pelos colegas quanto pelos professores. O mesmo não ocorria com alunas brancas. A questão do cabelo também era muito presente, falavam

que meu cabelo era ruim é que não adiantava eu alisar que todo mundo via. Que eu até era bonita de corpo, mas tinha um rosto feio (traços negros). (34 anos).

A falta de diálogo sobre o racismo, seja nas escolas ou dentro das famílias, favorece a permanência da discriminação nas escolas, já que não há reações sistemáticas para combatê-la, principalmente das instituições de ensino, conforme vimos nos relatos. Entre as entrevistadas, 75,2% disseram que nunca haviam sido orientadas por ninguém sobre como agir diante do racismo. Já outras 24,8% receberam instruções, algumas desde a infância, mas que variam bastante, vão de andar sempre arrumadas, não levantar suspeitas nas lojas, rebater as ofensas e jamais aceitar apelidos, até partir para agressão física ou se manter em silêncio. Ser a melhor entre os colegas apareceu recorrente como recomendação para driblar o racismo cotidiano.

Na minha família a gente sempre se aceitou como preto e isso faz muita diferença. Lembro de ouvir da minha avó que fulano não era bonito e sim, branco. Minha mãe também foi muito importante para construir o meu amor próprio. (29 anos).

Meus [pais] me orientavam que ninguém era melhor que eu e que eu deveria me defender. Por outro lado, como forma de proteção alisavam meus cabelos e me mantinha sempre muito arrumadinha para não ser alvo de ataques. (45 anos).

Minha mãe sempre disse que não era para “mexer muito na bolsa” quando estivesse em lojas, porque podiam pensar que estávamos roubando. Também sempre disse para estar arrumada. Tudo isso para me afastar de episódios racistas. (32 anos).

Minha mãe sempre me disse para nunca deixar alguém me diminuir, que ninguém tinha esse direito, e que eu deveria contar tudo à ela quando acontecesse. Talvez por ser professora ela soubesse o que eu poderia passar na escola e me preparou antes. Eu sempre contei tudo à ela, e ela sempre foi atrás de resolver. (21 anos).

A reação que a minha mãe transmitiu: engole o choro. Não considero um conselho, mas uma postura dela. De peito estufado e nariz empinado quando necessário. Certa vez, no jardim de infância, um colega me chamou de banana preta. Lamentosa, narrei à ela. Resposta: "Liga não. Você não é mesmo." E fim de papo. (66 anos).

Fui orientada desde cedo pelo meu tio materno, minha mãe e meu pai a reagir a casos de racismo. Reagir inclusive fisicamente, o que só foi efetivado uma vez, no primeiro caso de racismo que sofri. Que devolvi a agressão com um chute na canela do colega que me discriminou. (31 anos).

Fomos para o judô muito novas (somos três filhas e um filho). Meu pai queria que soubéssemos nos defender. Sempre nos ensinou a gritar, reclamar, expor e confrontar os racistas. E também afirmar nosso lugar de negros, sempre negros. (50 anos).

Apesar de vir de uma família negra, eu nunca tive orientações sobre racismo no seio de minha família. Somente na fase da adolescência que eu passei a ter orientações, mas através de um projeto social de comunicação comunitária, o Jornal do Beirú, idealizado pela jornalista Márcia Guena. Através desse projeto eu comecei me aceitar como uma jovem negra e valorizar a minha ancestralidade. (36 anos).

Tive um professor de biologia que certa vez me disse: você precisa ser melhor que todo mundo, sempre, porque você é negra. Achei isso muito forte e impactante. De

fato, a gente precisa ser melhor, porque a branquitude é forjada na mediocridade e ainda assim consegue os melhores cargos e salários. (34 anos).

A principal orientação foi a construção de identidade. "Você é negra, pobre, mulher, estude, se destaque, ninguém vai conseguir te impedir de alcançar o que você quer, mesmo sendo considerada inferior pela maioria das pessoas". Estudar foi sempre a porta indicada pela minha Mãe para ter progresso material e a identidade me fez avançar, mesmo sabendo que o racismo ia tentar me barrar. (49 anos).

Fui alfabetizada aos seis anos, comecei a ler muito cedo, eles me instruíram e a leitura da Bíblia me abriu um horizonte totalmente novo. Ajudando a compreender a sociedade. Aliado a isso meu pai trabalhava numa companhia estrangeira cheia de pessoas de outros países. Sempre fui observadora e isso me ajudou. (58 anos).

Sempre dos meus pais. Aprendi desde cedo que tinha que ser melhor e mais esforçada que os brancos. Lembro de minha mãe dizendo: "Somos pretos e já chamamos atenção por isso, então chame atenção pelo seu melhor". Meu pai também dizia: "não sei quais escolhas fará, mas estude, se forme para fazer a diferença". (44 anos).

Perguntamos também se as entrevistadas desenvolveram estratégias de defesa contra o racismo cotidiano na escola. 48,9% responderam que sim, 49,6%, que não. Ou seja, metade das jornalistas, desde a infância e da adolescência, buscaram, de forma individual, conscientes ou não, evitar a discriminação racial. As estratégias são bastante variadas. Alisar os cabelos, mantê-los presos e disfarçar os traços negros foram recursos frequentemente usados, com o objetivo de evitar a exclusão. Ou seja: embranquecer, como demonstram os próximos relatos.

Parecer o menos negra possível. Lembro de com 12 anos presenciar uma situação de racismo violenta com um menino retinto e eu pensei que queria que não descobrissem que eu era negra também. O que me impressiona é que ao lembrar da situação, quase todas as crianças envolvidas naquela situação eram negras. Só que todas fingiam não ser. Aquele garoto, tão escuro, não tinha como fugir, como nós. A minha principal estratégia era buscar ser muito inteligente, pois achava que assim as pessoas iriam me respeitar. Bem como uma certa subserviência, ser solícita. (42 anos).

Tentar me tornar mais parecida possível com o valorizado mundo branco e masculino aceitando o alisamento dos cabelos, mantendo atração por garotos brancos em segredo (infância) e focar na busca de um grande amor, desistindo de colocar minha fortaleza na aparência, mas principalmente desenvolvendo habilidades intelectualizadas, igualmente valorizada nesse mundo, como minha trajetória confirmava. (59 anos).

Eu sempre deixava meu cabelo preso para evitar que alguém comentasse que estava bagunçado. Na escola, não lembro de alguém ter falado sobre meu cabelo, mas em outros espaços sim, então eu já deixava preso pensando em me proteger. (30 anos).

A agressão física também foi estratégia utilizada, como conta a jornalista de 34 anos. "Eu batia nos meninos que falavam do meu cabelo, corria o recreio todo atrás deles. Imaginava que isso traria um respeito ou pelo menos medo neles de mexer comigo". Para outras, agradar tornou-se uma saída. "Eu acredito que desenvolvi uma personalidade extrovertida pra nunca ser excluída", disse uma entrevistada de 33 anos. "Tentava me misturar, me comportando como as

outras crianças e adolescentes, fingindo naturalidade ao apelidos racistas”, revelou a jornalista de 37 anos. “Tinha que ter brinquedos legais”, acrescentou a entrevistada, de 45 anos.

Identificamos que a prática de esportes também foi uma estratégia usada para garantir respeito e conquistar a admiração na escola. “Eu me tornei líder de turma e atleta, então abri meu espaço”, explicou a entrevistada de 54 anos. O relato seguinte é de uma escritora que, além de ter entrado para o vôlei, andava com vários prendedores de cabelo para ficar tranquila.

Eu não era reconhecida como negra, pelas crianças negras. E nem era aceita como branca pelas crianças brancas. Consegui superar essa rejeição com o esporte. Era jogadora de vôlei e tinha um bom desempenho. Isso ajudou a suplantar a questão racial. Mas o cabelo sempre foi o motivo maior de "problemas". Em várias situações os colegas puxavam meu cabelo. Roubavam a liga que eu usava para prender o cabelo e fugiam. Eu ficava com as mãos ocupadas tentando conter o volume do cabelo. Aprendi a andar com vários prendedores de cabelo na mochila, para me livrar de situações como essa. (42 anos).

Para outras jornalistas, o isolamento foi a estratégia adotada, mesmo que a solidão, o choro e a impossibilidade de criar vínculos viessem como consequências dolorosas. Afastar-se das pessoas, senti-las com indiferença, na tentativa de “anular o sofrimento”, como disse uma entrevistada, muitas vezes foi a única saída possível, geralmente de modo inconsciente.

Passei a me colocar em um lugar extremo, de ojeriza a qualquer relacionamento. Já que não havia essa possibilidade para mim, agora quem iria combatê-la, era eu. Em um exercício inconsciente. (33 anos).

Não sei se pode ser considerada uma estratégia, mas me blindava dessas situações me afastando das pessoas que provocavam isso. Por muitas vezes também procurei não pensar no que acontecia e isso anulava o sofrimento. (25 anos).

Sem perceber, fui me fechando. Também sei que me esforço muito mais que meus colegas brancos para conquistar posições na vida profissional e acadêmica. (27 anos).

Durante muito tempo me isolei dentro da minha zona de proteção, não me permitindo ir além das fronteiras do meu bairro. Quando saímos dessas fronteiras podemos nos tornar alvos de olhares e comentários maldosos. (21 anos).

Eu evitava abordar garotos brancos pelos quais eu me interessasse. E nunca acreditava quando diziam que eu era bonita, achava, quando muito, que a pessoa estava sendo educada. (39 anos).

Quando sofria racismo de parentes, simplesmente me afastava. Chorava sozinha e me afastava. Não tenho laços com tios e tias como meus irmãos adotivos, mas foi para me proteger dos comentários como: bom que você arrumou uma pretinha para ajudar na limpeza. (43 anos).

Garantir as melhores notas, destacar-se em alguma área, investir toda inteligência para ser respeitada foi o caminho que outras jornalistas trilharam. Um caminho muitas vezes árduo,

de cansaço e autocobrança. “Sendo a melhor em sala de aula, com as melhores notas, ficou impossível de me ignorar”, contou a entrevistada de 28 anos. “A estratégia era não errar. Sempre me cobre muito no que fazia, por mais simples que fosse, não podia falhar”, contou a jornalista de 40 anos. “Eu sofri muito com o esforço, mas procurei ser duas vezes melhor que as outras em tudo. Só depois encontrei as saídas coletivas”, revelou a entrevistada, de 54 anos.

A procura pelas “saídas coletivas”, ou seja, pelo “comum partilhado”, também foi uma estratégia escolhida por algumas jornalistas. Uma delas, de 50 anos, disse que deixou “de ser branca para ser franca”. As entrevistadas falaram que, ao estarem com outras pessoas negras, conscientes do racismo estrutural, compreenderam que as rejeições ao longo da vida tinham origens na estrutura social dominada pela branquitude e não vinham de falhas individuais. Esse despertar, através do pertencimento a grupos de iguais, ajudou a elevar a autoestima.

Meu jeito de me vestir, falar e portar mudaram com a entrada na universidade, muitas pessoas se afastaram de mim depois que me assumi politicamente e esteticamente como negra. Alguns comentários como: "agora ela está paranoica, com esse negócio de negritude", ou, "ela era mais legal, antes disso tudo acontecer". Atualmente, faço uma reflexão de todos esses casos e das pessoas em que me cerco, pois somos nós que permitimos ou não o que o outro pode nos fazer. (27 anos).

Na juventude, não tive muitas questões porque já tinha mais autoconfiança e fui morar em Salvador/BA, onde era vista como muito bonita, era muito paquerada e tive muitos namorados, tanto de curto como longos períodos. Foi onde realmente vi que o racismo é persistente, pela desigualdade, mas que a mulher negra tem opções para namorar, ficar, casar, se divertir entre os seus e fortalecer a autoestima. As pessoas de Salvador se namoram, se divertem, em muitos espaços a negritude é o valor mais precioso, como em blocos afros, sambas, Hip-Hop, a cena cultural de modo geral. (49 anos).

Uma das dimensões mais impactadas pelo racismo cotidiano ao longo da infância e da adolescência, a autoestima das meninas negras é fragilizada sistematicamente nas interações com colegas e professores/as, conforme constatamos nos relatos sobre as trajetórias escolares. Resultado das discriminações raciais, a baixa autoestima tende a afastar as mulheres negras das interações sociais, as faz duvidar da própria potência, entre outras consequências. bell hooks cita a definição do psicoterapeuta Nathaniel Branden, que vale reproduzir. Segundo ele,

(...) a autoestima é a confiança em nossa habilidade de pensar, confiança em nossa habilidade de lidar com os desafios da vida e confiança em nosso direito de sermos bem-sucedidos e felizes, o sentimento de ter valor, de merecer, de ter direito a afirmar nossas necessidades e desejos, alcançar nossos valores e aproveitar os frutos de nossos esforços. (HOOKS, 2020, 190).

Sendo assim, no próximo tópico, iremos conhecer como as potencialidades intelectuais das mulheres negras são recebidas no ensino superior de jornalismo. Buscaremos

evidenciar as violências continuadas do racismo estrutural, observando o racismo institucional. Nas escolas, o isolamento, a dificuldade de criar vínculos de amizade ou de ser aceita nas relações amorosas duradouras deram sinais dos impactos da discriminação racial. Já colocamos que a maior parte das entrevistadas (60%) estudou em instituições privadas na graduação. Na fase adulta, com a metade das escrevintes na condição de cotistas, conforme já demonstrado, descobriremos como o racismo cotidiano interfere nas suas trajetórias acadêmicas.

3.3. Racismos nos cursos de jornalismo

Os motivos que atraíram as entrevistadas para o jornalismo foram muitos, desde o gosto pela escrita, por ouvir ou contar histórias, até a esperança de mudar o mundo com a profissão estiveram entre as respostas. Algumas já se viam jornalistas desde a infância, outras escolheram o curso como segunda opção, já que o que gostariam em primeiro lugar não foi possível.

Os relatos abaixo informam como as trajetórias escolares podem influenciar, de maneira positiva ou não, a descoberta e a confiança nas habilidades profissionais. Os primeiros revelam que as experiências nas escolas ajudaram as entrevistadas a optarem pela carreira de jornalista. Nos últimos, as decisões tiveram o intuito de superar professoras que marcaram negativamente.

Desde adolescente, percebi a minha afinidade com comunicação; contato com o público; meu texto na escola era muito elogiado e minha maneira de falar também. Eu participava do teatro da escola e eu era sempre uma espécie de apresentadora, oradora na abertura das peças teatrais. Eu sempre me senti bem comunicando alguma coisa, escrevendo e essa sensação me levou ao jornalismo. (36 anos).

Um professor de Língua Portuguesa, do 2o ano do Ensino Médio me disse que me via numa redação de jornal, acho que era teste vocacional e cada um dizia o que queria ser. No mesmo dia pesquisei sobre a profissão e foi amor à primeira vista. (35 anos).

Sempre gostei de escrever, mas também [escolhi jornalismo] porque, na primeira série, ao final do ano, a professora chamou minha mãe e disse que eu não tinha aprendido a ler, mas que ela ia me passar assim mesmo. Virei chacota na escola e na família. (40 anos).

Escolhi por desafio pessoal. Para provar pra mim e indiretamente pra professora de português do ensino fundamental que eu era capaz de escrever corretamente. (37 anos).

Outras escrevintes explicaram que o jornalismo surgiu como uma possibilidade de carreira por causa do consumo que faziam do próprio jornalismo ou por desejar as experiências que a profissão poderia proporcionar, como conhecer lugares e pessoas. Uma entrevistada citou

a revista Raça Brasil, lançada em 1996, considerada pioneira por trazer conteúdos dirigidos à população afrobrasileira. Outra disse que se inspirou nas jornalistas Glória Maria e Dirceneia Novaes, pioneiras por serem negras na TV, na segunda metade do século XX.

Poucas mulheres citaram jornalistas na família ou parentes como incentivadores. Por conta do jornalismo ser historicamente embranquecido, conforme já demonstramos no primeiro capítulo, foram raros os relatos que indicaram apoio de familiares para o ingresso na profissão. Por outro lado, o entendimento de que o jornalismo interfere na realidade e define os registros dos acontecimentos influenciou muitas escolhas. A ideia de “salvar o mundo” foi recorrente entre as escritoras. Promover “outras narrativas” também surgiu como motivação.

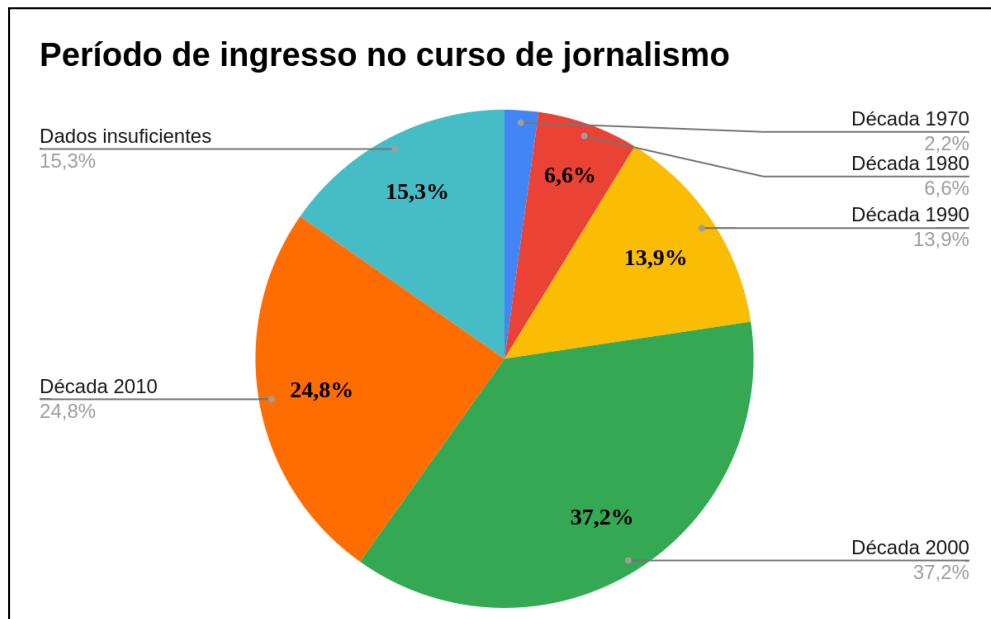
Por acreditar que o jornalismo é propagador de informação e de conhecimento, que são vitais para a sociedade. Sempre me identifiquei com o exercício da profissão no que se baseia em ouvir e contar histórias. (25 anos).

Gostava de escrever, pesquisar, falar com pessoas diferentes, acho que esses foram os motivos de início, mas depois o motivo foi se fortalecendo no sentido de ocupar esse espaço com outras narrativas. (27 anos).

Acreditava ser uma profissão que impactava a sociedade mostrando as mazelas sociais e injustiças, com isso acreditava ser uma profissão que auxiliasse na promoção de direitos humanos e no desenvolvimento da democracia. (25 anos).

O gráfico mostra os períodos de ingresso, agrupados em décadas. Podemos ver que 62% das entrevistadas iniciaram o curso a partir do ano 2000, momento em que as novas tecnologias reconfiguravam as necessidades do mercado de trabalho. Importante esclarecer que 15,3% das respostas vieram inconclusas, uma vez que a pergunta no questionário foi aberta, o que gerou dados inconsistentes de 21 escritoras.

Gráfico 22 - Período de ingresso no curso de jornalismo.

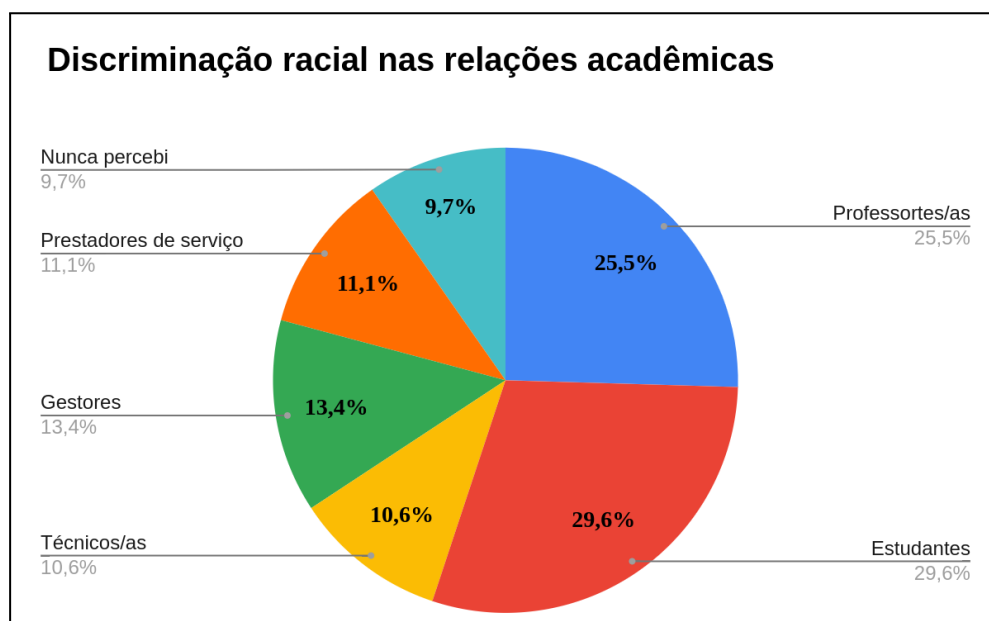


Fonte: autoria própria.

Para dimensionar, de alguma forma, o embranquecimento dos cursos de jornalismo, identificamos que 45,2% das entrevistadas conviveram com apenas uma ou duas colegas negras na graduação, enquanto que 13,9% afirmaram que foram as únicas negras em sala de aula. O mesmo percentual (13,9) representam as que tiveram três colegas, 10,9%, quatro colegas, e 16,1%, cinco ou mais. Com relação a professoras negras, 49,6% disseram que não tiveram nenhuma, enquanto que 47,4% afirmaram que sim. Outras 2,9% não responderam.

Na tentativa de mensurar a percepção das entrevistadas acerca do racismo cotidiano nas instituições de ensino superior, perguntamos em quais relações elas acreditam ser mais comum a discriminação racial. 29,6% acreditam ser entre estudantes, 25,5% indicaram as relações com professores/as, 13,4% com gestores/as, 11,1%, com prestadores/as de serviços, 10,6% com técnicos/as e 9,7% não perceberam discriminação racial nas relações acadêmicas.

Gráfico 23 - Discriminação racial nas relações acadêmicas.



Fonte: autoria própria.

Quando perguntamos se, em algum momento, foram vítimas da discriminação racial no curso de jornalismo, 25,5% das escrevintes responderam que sim, enquanto que 73,7% afirmaram que não. Os números parecem animadores, mas, embora o racismo tenha atingido a minoria das entrevistadas na graduação, o que interessa é que ela existe. Diante disso, iremos tentar compreender quais violências racistas atingem mulheres negras no curso superior.

Da mesma forma que nas escolas, o racismo estrutural nas faculdades e universidades se mostra a partir do público majoritário. Além da cor da pele, a classe social passa a compor com mais frequência os relatos. Uma entrevistada de 34 anos contou que perguntavam se ela tinha televisão em casa, pelo fato de ser moradora da periferia.

Havia um discurso elitista muito forte e vívido na Universidade pública no final dos anos 90, por ser um espaço de elite intelectual e não ter constrangimento em falar disso e expressar isso. Era uma das únicas alunas oriundas de escolas públicas e tinha muita dificuldade em acompanhar e fazer as entregas nos formatos pedidos, especialmente por não ter computador, nem intimidade com as ferramentas. E ficava muito evidenciado por alguns professores que não ter determinadas condições era uma falha minha, que não teria como cursar a faculdade sem ter um computador entre outros. E esse discurso elitista é indissociável do componente racial, pois também era uma das raras alunas negras, a única em muitas disciplinas. (42 anos).

A percepção do eurocentrismo, ou seja, da cultura européia branca como norteadora da humanidade, também apareceu nas respostas. Elementos da cultura africana, como o turbante e o cabelo crespo, eram ridicularizados. Uma entrevistada relata a presença de um

supremacista branco na turma, enquanto outra narra a tentativa de uma professora de negar o racismo. A rejeição de trabalhos que trazem narrativas afrocentradas também foi mencionada.

Em uma discussão na sala de aula, uma professora branca e loira disse que "brancos também sofriam". Eu disse: "Nossa, professora... ôh povo sofrido! Pense num povo sofrido..." e ela insistiu na afirmativa dela. Além de ter discriminado um aluno autista também. Eu fiquei faltando várias aulas porque não queria olhar na cara daquela escrota que se achava superior por ser doutora, branca e rica. (25 anos).

Um professor uma vez se referiu ao meu cabelo como sendo ruim. (37 anos).

Já no último ano da graduação, na disciplina de empreendedorismo, levei um projeto que falava sobre a forma com que mulheres negras atuavam nas escolas públicas em São Gonçalo (afroempreendedorismo) vendendo turbantes e brincos. Alguns colegas riram do meu trabalho, dizendo: ela só pode estar de brincadeira né? O quão isso é importante? (27 anos).

Fui de turbante para sala de aula e a professora me comparou ao Carlinhos Brown. (28 anos).

Uma professora não aceitou meu trabalho que indicava racismo das agências internacionais na cobertura de um atentado no Quênia que dava mais espaço aos poucos mortos americanos do que às centenas de africanos. Esse trabalho fiz com uma colega africana (Cabo Verde) e não aceitamos a nota. Debates. A professora teve que rever a avaliação por que fomos ao Departamento reclamar de discriminação. (49 anos).

Na minha primeira faculdade na aula de estatística tinha um menino de outra turma que era supremacista branco (declarado) e às vezes ele me olhava torto, e ele nunca ficava perto dos pretos da sala (não que tivesse muitos, mas enfim). (21 anos).

O tratamento diferenciado entre pessoas brancas e negras foi outro elemento do racismo cotidiano que algumas entrevistadas observaram nas vivências acadêmicas. O obstáculo para o acesso a livros é um exemplo. Piadas racistas também aparecem entre os relatos, algumas com ofensas que interseccionam gênero e raça. Uma entrevistada, de 32 anos, disse que "escreveram uma carta com palavras em inglês, que eu poderia ser prostituta".

Menosprezar a capacidade intelectual das mulheres negras foi outra forma de racismo cotidiano identificada nos cursos de jornalismo, principalmente praticada por professoras/es.

Me deixavam com as atividades mais fáceis ou não acreditavam que eu ia conseguir fazer algo. (22 anos).

Na minha primeira entrega para a professora orientadora do TCC, ela me perguntou "tu tem certeza que foi tu quem escreveu isso?", dando a entender que eu não seria capaz de escrever bem. (27 anos).

Um professor disse que iria separar os grupos por QI e citou o nome de alguns alunos negros e ao perceber o absurdo disse que estava brincando. E este mesmo só indicava para estágios alunas brancas. (44 anos).

O professor de filosofia foi questionado por mim sobre uma suposta nota baixa que tirei, o mesmo respondeu que preto não teria capacidade pra entender uma matéria onde ele era doutor. (62 anos).

A recorrência de jornalistas brancas na televisão brasileira fornece uma espécie de alibi para a prática escancarada do racismo nos cursos de jornalismo. Nas aulas de telejornalismo, as estudantes negras são rejeitadas com o argumento de não terem perfil para as câmeras. Desde a formação, os postos de repórter e apresentadora de TV são negados às negras.

“Você tem perfil para repórter de tv, mas não sei se conseguira "são muito fechados num dado perfil, então, tem q ser muito boa pra chegar perto". (63 anos).

Na disciplina de telejornalismo, a professora, uma mulher branca, disse que eu podia desistir e buscar outros meios, pois não tinha perfil para TV por causa do meu cabelo. (40 anos).

Nas disciplinas de televisão, sempre era motivo de risadas porque eu ficava muito escura no vídeo. A professora tentava amenizar as risadas, mas não conseguia. Faziam piadas e me chamavam de "linda" com ironia. (47 anos).

Como vimos ao longo das trajetórias escolares, a exclusão dos grupos de amigos/as e o isolamento das mulheres negras também são produtos do racismo cotidiano na graduação.

Olhares julgadores dos colegas de turma e isolamento. Eu só consegui fazer amizade com 4 colegas, 2 negros e todos 4 também estudavam com financiamento estudantil. Éramos 5 amigos pobres em uma universidade elitista de Fortaleza. (30 anos).

Não consegui criar laços de amizade. (27 anos).

Hoje faço Doutorado e o que sinto é o racismo estrutural. Por exemplo, tive um professor que era orientador (hoje não é mais, pois ele mesmo pediu para a coordenação trocar de orientação) que não me convidava para os eventos que ele produzia, me excluía de grupos de pesquisa. Nitidamente ele não gostava de mim e eu demorei a saber o porquê. Depois fui saber que o mesmo professor agia parecido com outros alunos. Esses alunos também eram negros e alguns cotistas como eu. (29 anos).

O racismo cotidiano nos cursos de jornalismo também se manifesta no momento de atribuir notas às estudantes negras. Conforme relataram as entrevistadas abaixo, professores/as utilizam este poder para expressar a discriminação racial em sala de aula.

Uma professora, que sem êxito, tentava me prejudicar em avaliações e viu na falta de pagamento de mensalidade um alvo para conseguir me abalar, ocultando minhas notas e coisas assim. (59 anos).

Um professor da área de TV sempre achava que meu trabalho só era bom em grupo, quando era eu sozinha duvidava dos projetos, era grosseiro. Um dia eu disse a ele, em sala, que ele estava me discriminando. Mudou rapidinho e as notas também.

Tive um professor que tentou me reprovar, pois se sentia incomodado por eu, uma negra, estagiar e já ser reconhecida como uma boa profissional. (60 anos).

Tive um professor que mesmo minha prova valendo 10 ele só me dava 7 ou 8 e me olhava com estranheza. Isso na particular. E na pública simplesmente ele não me dirigia a palavra. Mas eu tracei uma estratégia de confronto, sentava na primeira fila, copiava, prestava atenção, olhava firme a aula inteira e isso passou a incomodar e ele começou a ficar sem graça e começou a me perguntar se eu tinha algo a acrescentar. Eu com firmeza dizia que não. (58 anos).

Com relação às ocorrências de assédio sexual, das 137 entrevistadas, 85,4% afirmaram que não sofreram esta violência durante a formação superior. Porém, outras 14,6% disseram que sim. Outra vez, os números podem parecer positivos. Mas não são. Não podemos esquecer que nenhuma mulher deveria ser vítima de assédio sexual. Nas instituições de ensino superior ele está presente, na maior parte das vezes, praticados por professores.

Entre os relatos das jornalistas que compartilharam as violências sofridas, estão cenas inimagináveis ou pouco conhecidas ao longo do curso. Os depoimentos demonstram como a posição hierárquica de professor, no sentido de mentor intelectual, facilita as agressões, assim como revelam o medo de represálias que inibe as denúncias.

Um dos professores de fotojornalismo disse que tinha olhado para o meu corpo e para os meus "peitinhos" e que eles deveriam ser uma "delícia". (25 anos).

Uma vez meu professor de semiótica beijou meu mamilo por cima da minha blusa. Eu estava em pé, ele sentado, na altura dos meus seios e beijou meu mamilo. Fiquei chocada, mas não o denunciei. (40 anos).

Em plena manifestação contra o aumento de mensalidades, o reitor da universidade me deu uma cantada na hora da discussão com a direção. (38 anos).

Um professor, que veio a ser meu orientador de TCC, era "carinhoso em excesso" e vivia me chamando para sair. (47 anos).

Um professor escroto pousou a mão na minha coxa quando fui pedir pra revisar minha nota na disciplina. (45 anos).

Encontrei um professor em frente a livraria de um shopping. Ele me convidou a sentar para debater sobre uma obra. Mas a intenção dele era outra. Foram muitas investidas, inclusive, dentro da sala de orientação de TCC (ele dividia a sala com minha orientadora). (32 anos).

Já tive professor que implicava comigo por eu ser "séria demais". Sei que é um cara que fazia propostas sexuais a uma colega com quem ele tinha mais contato. (27 anos).

Dois professores dos quais eu iria esclarecer algumas dúvidas, sempre desembocavam num convite voltado para a questão sexual. (62 anos).

Nas relações amorosas um colega de faculdade chegou a dizer quando recusei um convite para sair pra eu parar de pousar de difícil porque ele era louco para transar com uma mulata. (37 anos).

Assédios de professores e colegas mais velhos, principalmente. Mas eu não fazia nada, porque achava que era assim mesmo, que eu tinha que passar por aquelas situações. (30 anos).

Um professor fazia elogios frequentes, e uma vez pediu que eu ficasse na sala após o fim da aula, para me passar alguns vídeos. Eu fiquei, então ele começou a fazer elogios e perguntar sobre minha vida pessoal, eu percebi as más intenções e fui embora. Depois soube que ele assediava várias alunas, e que alguns casos foram levados à coordenação, mas nada fizeram a respeito. Infelizmente é muito comum o assédio dos professores e o silenciamento das vítimas, por medo de represálias como notas baixas e reprovação nas disciplinas. (30 anos).

Nos cursos de jornalismo, constatamos violências similares àquelas identificadas nas trajetórias escolares, como as piadas racistas, o isolamento e a dificuldade de criar vínculos de amizades. Embora a maioria das entrevistadas tenha informado que não sofreu discriminação racial ou assédio sexual, os casos relatados foram suficientes para afirmarmos que o racismo estrutural, no cotidiano acadêmico, segue determinando desvantagens para as mulheres negras e privilégios para a população branca, sobretudo através da conduta de professores.

A discriminação racial se manifestou de diferentes maneiras, sendo o menosprezo pela capacidade intelectual uma queixa de humilhação nas salas de aula. O poder de atribuir notas também foi mencionado como um recurso para comunicar o racismo de professores, amparados na hierarquia e, possivelmente, na ausência de investigações e punições, o que inibe denúncias. No último tópico deste capítulo, iremos abordar os estágios. Etapa importante, muitas vezes decisiva, para a inserção no mercado de trabalho, esta vivência também será analisada.

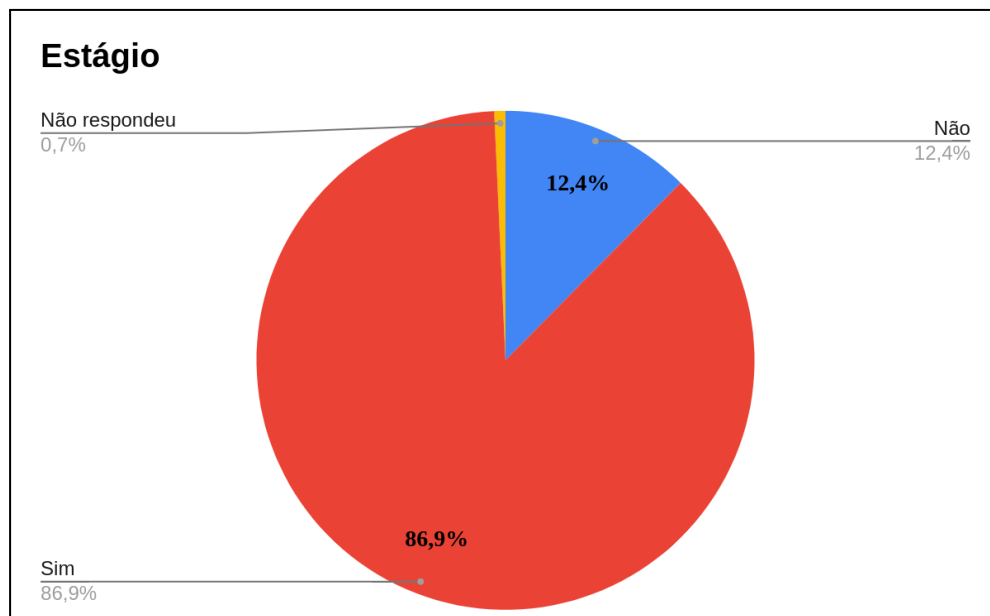
3.4. Estágios

Vale dizer que não é nosso objetivo discutir a regularização do estágio em jornalismo, uma vez que se trata de um debate complexo e, poderíamos afirmar, em andamento. Em 1979, o decreto 83.284 regulamentou a profissão e proibiu o estágio na área. Alguns estudos afirmam que a proibição atendeu aos interesses do então governo militar para manter o controle da atividade jornalística longe de qualquer prática estudantil. (CARVALHO, 2013). Em 2008, foi sancionada a Lei Nacional do Estágio (11.788), que abarca todos os campos de formação do ensino superior. Com base nesta lei, os debates se dividem, uma vez que alguns entendem que a proibição de 1979 perdeu o efeito, enquanto outros acreditam que não. (CARVALHO, 2013)

Nesta pesquisa, interessa o fato de haver entrevistadas que estagiaram em jornalismo. Ao largo das polêmicas sobre a regulamentação, para as nossas análises, importa identificar os impactos do racismo cotidiano nas vivências das jornalistas enquanto eram estagiárias, em

contato direto com os/as profissionais e com a rotina do mercado de trabalho. Entre as 137 entrevistadas, 86,9% realizaram estágio e 12,4%, não tiveram esta experiência.

Gráfico 24 - Estágio.



Fonte: autoria própria.

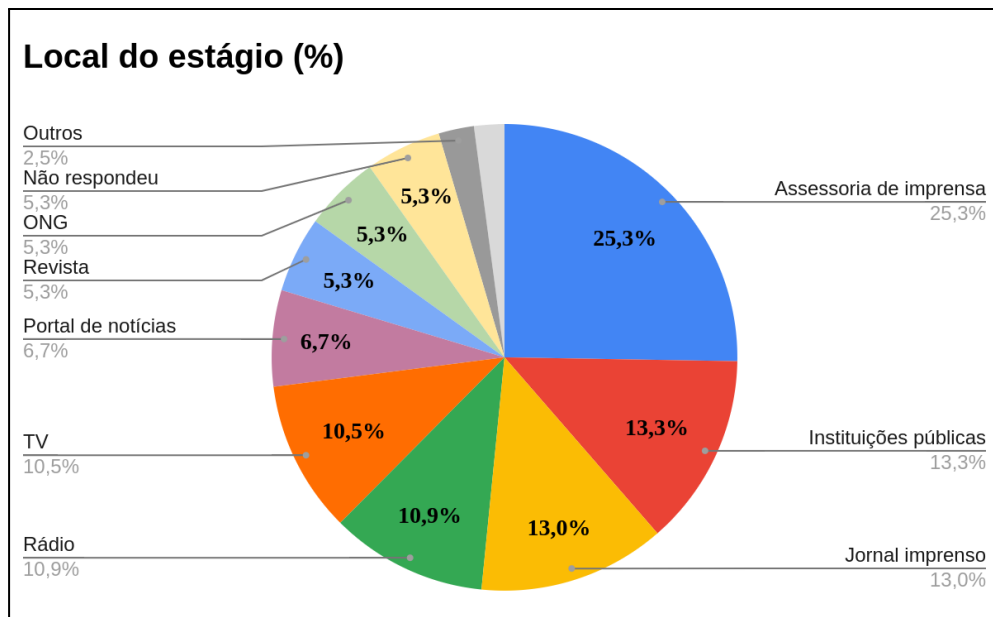
Com objetivo de saber quais as experiências que as entrevistadas tiveram nos estágios, perguntamos onde estagiaram. Cada uma pôde escolher mais de uma opção no questionário, que oferecia o campo “outros” para tipificações que não estivessem entre as alternativas, como entidade sindical, mencionada por uma jornalista. Assessoria de imprensa (25,3%) foi a mais citada, seguida de cargos em instituições públicas (13,3%), jornal impresso (13%), rádio (10,9%), TV (10,5%) e portal de notícias (6,7%). Revistas e ONGs ficaram com 5,3% cada uma, mesmo percentual das que não responderam. 2,1% estagiaram em mídias independentes.

Gráfico 25 - Local do estágio – Números absolutos.



Fonte: autoria própria.

Gráfico 26 - Local do estágio (%).



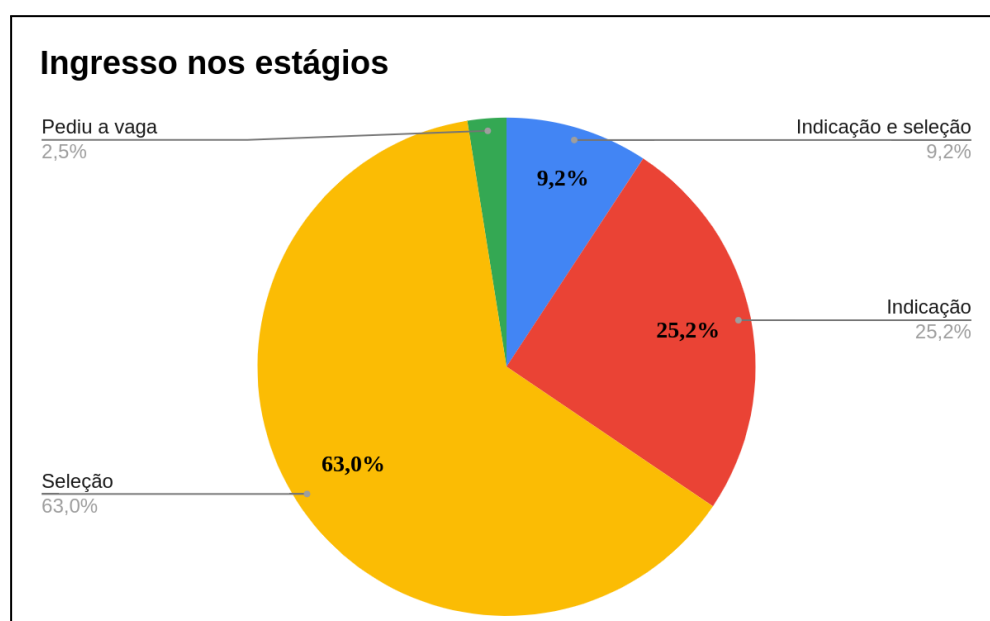
Fonte: autoria própria.

A assessoria de imprensa é uma atividade jornalística considerada “fora das mídias pelo *Perfil dos Jornalistas 2021*, sendo da mídia, entre as categorias ilustradas no gráfico acima, os trabalhos nos jornais impressos, nas rádios, nas TVs, nas revistas e nos portais de notícias. (MICK, NICOLETTI, LIMA, 2022). Diante disso, recalculando os percentuais com base nesta categorização, podemos dizer que 46,4% das entrevistadas trabalham nas mídias

enquanto que 46,4%, trabalham fora das mídias. Exatamente uma metade está dentro e a outra está fora. 5,3% não responderam. No próximo capítulo, falaremos da assessoria de imprensa.

Referente aos estágios, a atenção será nos acessos. Conforme vimos, desde o capítulo anterior, as interações com os grupos brancos, seja nas escolas ou nos cursos de jornalismo, são mediadas pela discriminação racial, prejudicando a criação de vínculos e produzindo exclusão. Buscamos, então, conhecer as formas de ingresso nos estágios. A maioria (63%) participou de seleções. 25,2% ingressaram por indicação de alguém. 9,2% informaram, no campo “outro”, que tanto foram indicadas como selecionadas. 2,5% só estagiaram porque pediram a vaga.

Gráfico 27 - Ingressos nos estágios.



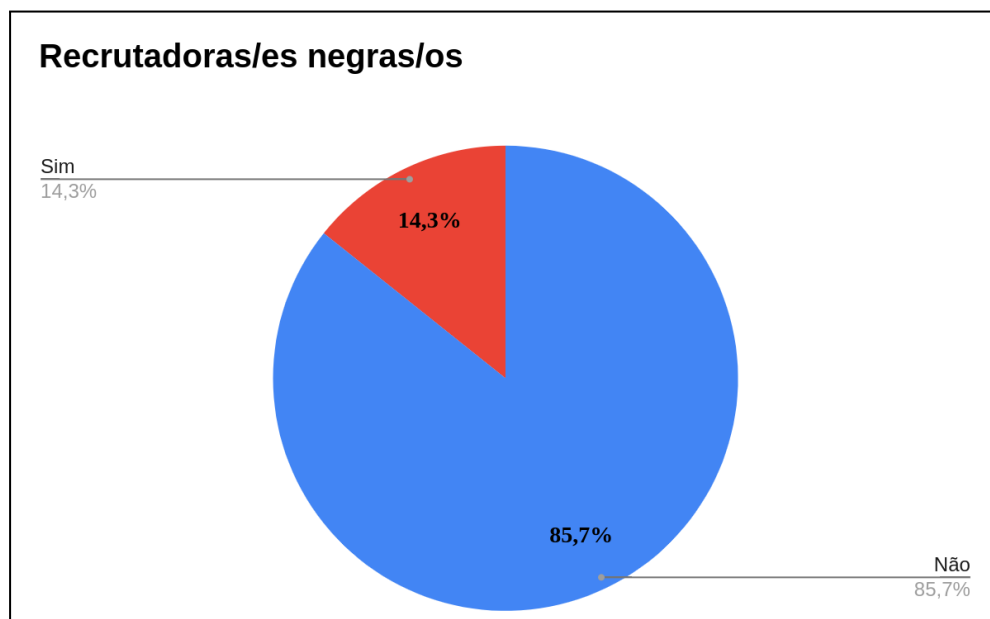
Fonte: autoria própria.

Com objetivo de verificar a presença de pessoas negras como avaliadoras nos processos de admissões para estágios, perguntamos se alguma vez as entrevistadas foram selecionadas por profissionais negros/as. 85,7% afirmaram que não. Apenas 14,3% disseram que sim, conforme revela o gráfico abaixo. Numa releitura dos números, percebe-se que 34,4% já foram indicadas para alguma vaga, enquanto que 72,2% viveram a experiência das seleções.

Quando perguntadas se alguma vez participaram de seleções com reserva de vagas para estagiárias/os negras/os, fica evidente que as políticas afirmativas não chegaram ao mercado de trabalho de modo significativo. Apenas 5% das escritoras tiveram a experiência de serem selecionadas por cotas para os estágios. Já 94,1% disseram que nunca participaram de seleções com reservas de vagas para pessoas negras. Uma jornalista não respondeu.

Com 72,2% das jornalistas com experiências em seleções de estágio, entre elas, 94,1% concorrendo às vagas com pessoas brancas, achamos importante saber se havia pessoas negras entre os/as recrutadores/as. 85,7% afirmaram que nunca foram entrevistadas por outra pessoa negra, enquanto 14,3% responderam que sim. Fica evidente que as pessoas brancas decidem, na grande maioria das vezes, quem serão as/os escolhidas/os para ocupar as vagas concorridas.

Gráfico 28 - Recrutadoras/es negras/os.



Fonte: autoria própria.

Para capturar a percepção das escrevintes sobre a interferência do racismo cotidiano nas seleções para estágio, perguntamos a opinião sobre a existência da discriminação racial nas contratações. 76,6% responderam que a discriminação racial existe e 18,2% que não. O racismo estrutural, questões de gênero na intersecção com raça e classe, o pacto da branquitude, as exigências junto com os pareceres de incompetência foram algumas justificativas apresentadas.

Nos relatos abaixo, as entrevistadas elaboram entendimentos sobre o racismo estrutural e sobre as formas como ele atua no cotidiano. A interferência nas seleções acontecem porque o racismo está por toda parte, perpassando as oportunidades, inclusive no jornalismo.

Na verdade fiquei um pouco em dúvida se especificamente no jornalismo. Mas o racismo é estrutural, então mesmo que subjetivamente ele vai existir em praticamente todas as seleções. (38 anos).

A discriminação racial está presente em todas as formas de contratação e não somente em estágios. Penso assim porque nossa sociedade é racista e o racismo é velado em algumas situações como por exemplo em contratações quando você recebe um e-mail dizendo que você não se encaixa no perfil de determinada empresa. (29 anos).

Se sabemos do racismo institucional, como podemos negar que exista o racismo nas seleções e nas contratações? Mesmo em Salvador, a cidade mais negra fora do continente africano, poucos apresentadores de TV são negros e as redações também não são majoritariamente negras. Um reflexo do que vivemos. (31 anos).

O racismo estrutural que ainda permeia as relações e construções das profissões. Esteticamente e como credibilidade, o negro ainda não possui a segurança (audiência) buscada pelos veículos. E hoje, com mais espaço, ainda há uma seletividade dentro da comunidade negra, seja traços, corpo físico, cabelo e aparência. (39 anos).

A intersecção entre gênero, raça e classe apareceu em alguns relatos, dando sinais de que as mulheres negras, em especial, sofrem discriminações específicas, que tem relação com a colonização, marcando um rastro no presente que leva ao passado. “Vez ou outra, na redação, surgiam comentários sexistas, que ficavam entre o machismo, o racismo e o assédio, em forma de ‘elogios’”, contou uma jornalista de 26 anos. Uma das escritoras comenta sobre a desregularização do estágio na sua época e de como isso prejudicava as pessoas negras.

Apesar de haver um progresso mínimo e lento, existem resquícios da escravidão e corporativismo. Seguindo este raciocínio, vejo mulheres pretas sofrendo também por questões de gênero. (62 anos).

Na realidade, eu marquei não, pois eu nunca vivenciei ou percebi discriminação racial nas seleções que eu participei, até porque não foram muitas. Mas acredito que exista sim, principalmente com mulheres que têm traços, cabelos ou cor de pele que se distanciam dos padrões eurocêtricos. (26 anos).

Numa das empresas, o coordenador colocou as estagiárias para assinar o ponto no andar de cima, pois tinha uma escada e todos os homens ficavam admirando as pernas das meninas ao subir. Eu me recusei a obedecer e o coordenador mandou me chamar pra saber o porquê, ameaçando de não receber o salário do mês. (58 anos).

As seleções não aprovaram os pretos. Certa vez, uma RH disse que eu era mais morena que preta, por isso seria aceita no estágio. O assédio sexual era absurdamente grande, quem não se submetia não estagiava. Outro ponto importante: o estágio não era regido por legislações, trabalhávamos de graça. Isso dificultava que pretos e pobres ficassem seis meses sem nenhum tipo de apoio. (66 anos).

Abaixo, como a falta de vínculos, somada ao isolamento territorial, se agrava com o incremento da classe social. “Já não fui aprovada pela localização da minha residência que foi considerada de risco para me deslocar para o estágio”, contou uma entrevistada de 32 anos. O tal “network”, como categoriza a jornalista no relato a seguir, influenciado pelo capital social, exigia investimentos na própria imagem que pessoas de classes mais baixas não alcançavam.

Sou de outra geração. Fiz estágios no período entre 1999 e 2002. Contudo, a coisa que mais me afligia naquele momento era que percebia que tudo se dava por meio de relações, o tal network. Que eu não tinha. Eu era uma garota de classe baixa, vinda de

um contexto sem nenhuma relação com o universo do jornalismo, da comunicação. Então, até saber das seleções de estágio, ter condições de participar contava muito. Naquele momento, era exigido um determinado padrão de vestimenta para trabalhar em assessoria e lembro que minhas colegas faziam unha, escova, se preparavam para seleção e eu não tinha as roupas descoladas. Empresas de comunicação que abriam seleção de estágio sem salário. Uma série de situações onde fica muito difícil para uma jovem negra poder vivenciar o estágio em pé de igualdade com os jovens brancos, com melhor aparato. Trata-se de racismo estrutural mesmo, que atravessa e gera impedimentos antes da seleção em si. (42 anos).

A classe social é uma marcadora de exclusão, sempre acompanhada do racismo. Mas, para além dela, a aparência, por si só, já elimina possibilidades. “Ainda há discriminação sobre qual deve ser o perfil de beleza”, disse a jornalista de 54 anos. A “boa aparência”, a exigência que operou o racismo institucional abertamente nas seleções para empregos a partir de meados do século passado, aparece no presente, quando fotos no currículo ou a presença física definem o perfil inadequado. Com isso, entra a beleza branca como padrão e parâmetro para os cortes.

Muitas vezes, se tem foto no currículo, por mais graduado que você seja, você nem é chamado. E quando você é convidado para entrevista, que veem que se trata de uma pessoa preta, logo uma desculpa aparece para dispensar a entrevista. (34 anos).

No meu primeiro estágio (por indicação de um amigo ex-estagiário), quando fui receber o primeiro salário, a secretária me confidenciou, como um "elogio", que o editor chefe havia falado bem de mim, mas nesses termos: "a menina escreve bem, a gente precisa contratar mais estagiárias assim, em vez de pegar as bonitinhas". Ou seja, acredito que se não fosse a indicação, talvez não tivesse sido selecionada. Entendi ali que eles davam preferência a estagiárias "padrão", diferentes de tudo que eu era. (33 anos).

Eu presenciei conversas em meu ambiente de estágio em que um dos profissionais confessou que escolheu a estagiária que trabalhava com ele porque ela era loira e bonita. (37 anos).

Uma agência se mostrou extremamente interessada em contratar e quando compareci para a entrevista, a empresa que só tinha funcionários brancos, conversou comigo por 2 minutos e me dispensou. (23 anos).

O jornalismo tem algumas funções de exposição pública. Como o racismo institucional persiste, bem como o padrão europeu de estética, esse imaginário se reproduz no momento da contratação pela exigência da tal "boa aparência". (66 anos).

Já presenciei em algumas empresas por onde passei a preocupação com a boa aparência. E os negros não se encaixam nesse quesito. Embora a boa aparência não seja um critério explícito, ela é colocada em ação na hora da escolha. (42 anos).

O exigido padrão de beleza branco fica ainda mais evidente nas contratações para a TV. Uma entrevistada abaixo conta que alisar os cabelos era condição para fazer o teste.

Nunca consegui estágio em TV, por exemplo. E lembro que, quando fui chamada para uma seleção, pela primeira vez, uma exigência para fazer o teste na frente do VT era "ir com o cabelo escovado e passado a chapinha". Nesse período, estava começando a entrar em fase de transição capilar. (32 anos).

Cida Bento (2002) explica que as “alianças inter-grupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambigüidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder”. (BENTO, 2002, p. 7). A pesquisadora diz que isso ocorre “pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política do negros, no universo social. (BENTO, 2002, p. 7). A preferência branca nas contratações para estágios revela este esforço permanente do qual fala Cida Bento, percebido pelas jornalistas.

Na maioria das vezes, pessoas negras não chegam nem a participar dessas seleções, a grande maioria acontece por indicação de pessoas brancas que já estão nesses espaços há anos e indicam outras pessoas brancas. (24 anos).

Percebi isso como professora no curso de Jornalismo. Os alunos brancos conseguiam estágio com mais facilidade. (39 anos).

A manutenção de privilégios é essencial para os pactos narcísicos no racismo, seguindo o entendimento de Cida Bento (2002). Os próximos relatos indicam que as bolsas dos estágios são distribuídas após a discriminação racial interferir nas seleções. Candidatos/as que sustentavam estágios sem bolsas ou com remunerações mais baixas acessavam as vagas distantes da concorrência de quem não podia abrir mão de pagamento justo para estagiar.

Eu mesma precisei estagiar por 10 meses sem bolsa, enquanto o jornal contratava estagiários brancos remunerados. Me diziam que não tinham a bolsa remunerada, mas no período em que eu estagiei surgiram 2 estagiárias com bolsa estágio. (30 anos).

O mercado de trabalho na área é muito precarizado, então vagas de mais prestígio/remuneração muitas vezes exigia que vc tivesse uma estrutura de vida relativamente ok para poder abrir mão de salário justo ou tempo de descanso, ou ficava muito longe. Enfim, questões estruturais. (24 anos).

Para manter os privilégios brancos nos estágios, entram em ação as exigências para concorrer às vagas. Por exemplo, outros idiomas, intercâmbios, ser egressa de universidades públicas ou de faculdades caras, desclassificam, muitas vezes, as mulheres negras.

Muitas empresas querem apenas alunos de faculdades notadamente com baixa presença negra, geralmente por serem mais caras. Além disso, há uma série de experiências requeridas que não condiz com o aprendizado do estagiário. (30 anos).

Acho que a discriminação já começa no processo seletivo. É estrutural. Um exemplo simples é que algumas redações exigem inglês fluente e/ou que a pessoa esteja cursando uma faculdade "mais renomada". (24 anos).

Basta ver os selecionados para essas seleções, no LinkedIn das emissoras ou no caso do programa de Trainee do Estadão ou Folha. A maioria são pessoas brancas. Um ou outro preto. Agora, com o programa do Trainee da Folha para jornalistas negros, mas acredito que se exige é desleal. Exemplo: domínio de inglês e/ou pacote Adobe, as pessoas que têm condição de bancar o estudo de um ou ambos é seleta e normalmente, branca. (21 anos).

Na verdade, avalio que em estágios em que eu não fui aprovada, a cor da pele não foi o fator determinante. Queria entrar em um grande jornal e a seleção pareceu ser um jogo de cartas marcadas. Os candidatos conheciam intimamente os recrutadores por serem professores de faculdades particulares. Além disso, a bagagem de vida dos candidatos que tinham feito intercâmbios acabou pesando também. De qualquer forma, seria uma forma de exclusão já que os negros naquela época tinham poucas oportunidades de estudar nas particulares e muito menos de morar fora do país. Vale destacar que, como as formas de financiamento eram restritas, fiz três vestibulares até passar na universidade pública. (45 anos).

Considerar pessoas negras incompetentes é outra forma de privilegiar pessoas brancas. “Pois alguns contratantes não acreditam que somos capazes de exercer a mesma função que estagiários brancos e/ou brancas”, disse uma jornalista, de 27 anos. “Sempre dão preferência para pessoas brancas menos capazes e sem experiência”, reclamou outra, de 28 anos. “Acredito que em ambientes em que nós negros somos sempre minoria, como na Comunicação, os negros ainda são encarados com desconfiança”, opinou a escrevente de 38 anos. No relato abaixo, a marcação de território voltou a aparecer.

Ainda há uma ideia de que negros no jornalismo são mais incompetentes, principalmente aqueles que vêm de regiões afastadas ou faveladas. Crê-se que não há nesses espaços variedade de vivências e acúmulo teórico para disputar espaços como o do jornalismo. (27 anos).

Para outras entrevistadas, a ausência de cotas raciais nas seleções para estágio facilita que pessoas brancas se multipliquem no jornalismo, por seleções ou através das indicações.

Acredito que o que existe nas redações é indicação. Quem está dentro indica outro e assim vai. O que pode acontecer é que poucos negros cheguem até a seleção e quando chegam, têm menor expertise. Justamente pela falta de oportunidade e de formação. (45 anos).

O racismo está em todas as etapas dos caminhos profissionais (e fora dele também), principalmente quando as empresas/instituições não se preocupam com a temática. Constantemente se vê pessoas brancas conquistando boas posições por meio de indicação, mas sem entregar uma boa qualidade de trabalho. Nisso, várias pessoas pretas qualificadas ficam para trás. (27 anos).

A percepção de que mais pessoas negras estão sendo contratadas para estágios apareceu na pesquisa. São relatos que sinalizam para uma redução da discriminação racial.

Uma entrevistada de 25 anos afirmou que até podia escolher onde estagiar. Estas perspectivas podem ser inspiradas em movimentos isolados de seleções exclusivas para pessoas negras.

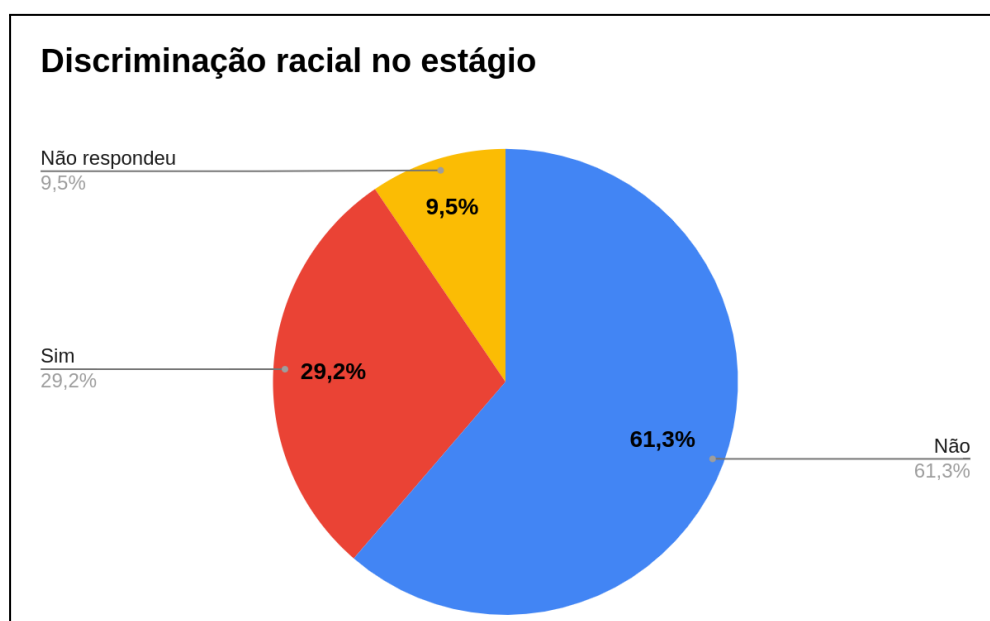
De modo geral, entendo que sim, por conta da quantidade de negros e negras que não vemos nas redações - tanto dos níveis mais baixos aos mais altos nas hierarquias. Mas acredito que esta situação esteja mudando em relação aos cargos mais baixos como os estagiários. Vejo cada vez mais jovens negros nos estágios. No semestre passado, os estagiários do meu trabalho eram 50% de negros. (31 anos).

Eu recebi muitos convites para vagas onde pediam por pessoas pretas, como cursei a faculdade recentemente, eu vi o movimento contrário. Além disso, meu grupo na faculdade era formado por pessoas pretas e todas fizeram estágios em lugares de grande visibilidade. (29 anos).

As entrevistadas dividiram suas percepções sobre os racismos que operam nas seleções para estágios. Percebe-se que o racismo estrutural, atravessado pela interseção de gênero, raça e classe, fomenta a maior presença branca no jornalismo, fazendo uso do racismo institucional para perpetuar a discriminação racial como forma decisora das oportunidades.

Das 137 entrevistadas, 29,2% afirmaram que foram vítimas da discriminação racial na seleção ou no cumprimento dos estágios, enquanto que 61,3% responderam que não. 9,5% não responderam. Ou seja, quase 30% das escrevintes enfrentaram o racismo cotidiano enquanto estudantes inseridas na rotina do mercado de trabalho.

Gráfico 29 - Discriminação racial no estágio.



Fonte: autoria própria.

Algumas formas do racismo se mantêm cotidianas nas interações, percebidas desde a infância, nas vivências escolares. Os cabelos permanecem sob ataques. “Em uma televisão me disseram que se tivesse o cabelo liso ficaria muito bem no vídeo”, contou uma entrevistada de 32 anos. Algumas foram associadas a macacas, reforçando a ideia de animosidade. “Piadinhas, tipo: eu não gosto das macacos, mas pretinhas é diferentes”, descreveu uma jornalista de 63 anos, sinalizando também assédio sexual, do qual trataremos adiante.

O estranhamento que a presença de mulheres desperta ficou demonstrado em alguns relatos. A “Outridade”, da qual falou Grada Kilomba (2019), que além de projetar nas pessoas negras as repulsas da branquitude, estabelece “os lugares de fora” que destinados a elas. O não-lugar reservado às estagiárias negras está implícito nos episódios a seguir.

Cheguei uma vez a ouvir gracinhas sobre minha semelhança com Zileide Silva, quando estagiei na Globo. Eu era a única estagiária negra e ela, a única apresentadora negra. Fui apelidada de "filha da Zileide". (31 anos).

Eu era a única que passava do meu horário e ouvia comentários que me ridicularizavam "ela veio fantasiada de jornalista". Ouvia quando eu ia com blusa social. Outras estagiárias não recebiam as mesmas "piadas". (30 anos).

Não sei bem se foi uma discriminação, mas o motorista do jornal me confundiu com uma Angolana por causa da minha roupa. Eu estava vestida com uma saia estampada e uma blusa básica e achei o comentário desnecessário, mas entendi que para ele, jornalista tinha uma cara ou estilo que não era o meu. (47 anos).

Quase nunca me reconheciam como a repórter da pauta. E internamente, algumas vezes, fui confundida com funcionárias de outros setores, como copa e manutenção. (32 anos).

Quando trabalhei com revista, os entrevistados sempre se dirigiam à motorista, nunca à mim. Era ignorada sempre. (28 anos).

Os assédios morais foram citados em três depoimentos, em um deles, a jornalista de 31 anos conta que uma das supervisoras a achava incapaz o tempo todo, “chegando a promover assédios diretamente”. O tratamento diferenciado entre colegas e o desprezo dos chefes foram relatados como exemplos de discriminação racial, o que, muitas vezes, gerava sobrecarga.

O racismo, o preconceito era velado na relação cotidiana. Às vezes, você pensa que é mau humor da chefia, mas não, era racismo velado, disfarçado em indiferença, desprezo. A questão era racista, então você é tratada como alguém que não é bonita, não é importante, é uma pobre coitada e a ela não se paga hora extra, não se paga o que é justo pagar... (36 anos).

Os funcionários requisitavam demandas além das minhas competências, enquanto os demais estagiários brancos faziam exatamente o que deviam fazer e às vezes não tinham nada. (37 anos).

Fazia parte de um grupo, em um setor de Comunicação e Marketing, era a única negra. Sempre me escalavam para fazer os trabalhos operacionais/braçais, até a gestora descobrir e advertir os funcionários. (47 anos).

Vale pontuar a citação, neste último relato, da intervenção de uma gestora. Não está colocado se a chefe é uma mulher branca ou negra. De todo modo, o importante a pontuar é a raridade de menções deste tipo nas experiências das entrevistadas. Nos próximos relatos, surge uma nova forma do pacto da branquitude se manifestar no jornalismo. A distribuição de pautas privilegia pessoas brancas, as mantendo em maior relevância na produção jornalística.

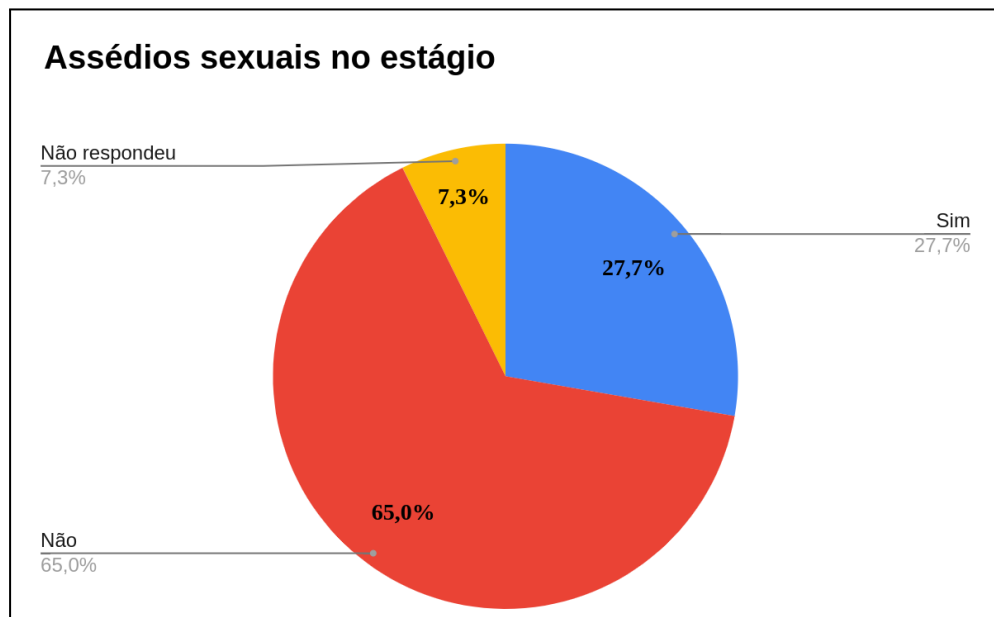
No estágio, geralmente não era convidada a participar de entrevistas com pessoas importantes mesmo sendo tão ou mais qualificada que meus companheiros, por exemplo. (29 anos).

Nunca era chamada para os eventos externos, como todo o pessoal da seção onde trabalhava eram chamados. Nunca era selecionada pra nada. (44 anos).

O secretário de redação dificilmente publicava matéria assinada por mim, enquanto publicava de outros colegas brancos. Com muita frequência no momento da distribuição de pautas, eu sobrava na redação. (66 anos).

Em comunhão com o racismo, o assédio sexual está na rotina dos estágios. Das 137 entrevistadas, 27,7% afirmaram que já foram assediadas. 65% disseram que não e outras 7,3% não responderam, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 30 - Assédios sexuais no estágio.



Fonte: autoria própria.

Cantadas insistentes, convites para sair, comentários sobre os corpos das mulheres negras até toques sem consentimentos foram relatados pelas entrevistadas. Os assédios sexuais acontecem de maneira variada e cotidiana, em boa parte com vítimas negras e brancas, o que atesta o sexismo presente nas relações de trabalho para além da discriminação racial. Porém, a imagem controladora da “mulher boa de cama” volta a fazer parte das trajetórias narradas.

Em dois veículos que trabalhei no início da minha vida profissional tive editores que passaram dos limites. Um insinuou puxar o zíper da minha blusa enquanto passava a pauta com ele, como "brincadeira". Em outro veículo tive um editor que cometia assédio moral diariamente e em algumas ocasiões, sexual. Falava delícia quando eu levantava o braço e a blusa subia um pouco, uma vez chegou de surpresa por trás e beijou minha nuca, outras vezes insinuava que ia avançar e beijar o meu pescoço. Era horrível e eu tinha de ficar "levando na brincadeira" pra não gerar climão e mesmo perder o emprego. (40 anos).

Um representante de um dos patrocinadores me chamava insistentemente para almoçar. E uma vez fez um comentário a respeito das negras serem quentes na cama. (50 anos).

Tipos de brincadeiras relacionadas à cor da pele, dando conotação sexual, como: você deve ser um furacão na cama, eu nem sei se tenho pique pra te aguentar... (37 anos).

Meu ex-chefe um dia se encostou atrás de mim e disse que só não me chamava pro motel, pq respeitava muito a mulher dele e perguntou se mulher preta é quente mesmo. Respondi que não sabia, porque nunca transei com nenhuma mulher preta e sai de perto dele. E falei que da próxima vez, eu iria jogar ele de cima do mezanino. Ainda assim, ele mostrou a bunda pra mim, quando descobriu que eu não gosto de homem com bunda cabeluda. Contei pro meu marido, na época. Mas eu resolvi, saindo da empresa. (47 anos).

Na verdade, ouvia alguns comentários de natureza sexual. Embora não destinados especificamente para mim, achava inadequados para o ambiente de trabalho. Eu era jovem e inexperiente, e essas conversas me assustavam. (47 anos).

Se as conversas já assustavam, os toques sem consentimentos intimidavam diretamente. Em alguns episódios, a recorrência de abraços dos chefes, o toque nas mãos de um entrevistado, e até mesmo ataques deliberados para beijos forçados dentro ou fora do trabalho aconteceram de fato, havendo abusadores entre os colegas, as fontes e os chefes.

Havia um chefe que fazia muitas piadas machistas, parecia ser paternal, mas abraçava além dos limites e era bastante desagradável nos comentários sobre minha aparência. Me sentia desconfortável com ele o tempo todo, sempre me defendendo. (42 anos).

O editor chefe do jornal, que nem era meu chefe direto, vinha falar comigo pegando no órgão genital. (40 anos).

Era estagiária em um grande teatro e, ao entrevistar um artista, fui assediada. Ele não me deixava perguntar nada, ficava tentando segurar a minha mão e dando cantadas. Acabei não conseguindo fazer a entrevista. (39 anos).

Um dos fotógrafos do jornal que estagiei queria não só me beijar na rua (próximo à parada de ônibus), mas outras coisas a mais. (25 anos).

Trabalhei como assistente em uma vaga que não necessariamente tinha a ver com produção jornalística, apesar de ser dentro da redação. Alguns profissionais da casa (bem mais velhos e inclusive casados) davam em cima de mim ou até tocavam em mim sem consento. Eu tinha apenas 19 anos e foi meu primeiro emprego. (27 anos).

A hipersexualização dos corpos das estagiárias gerava comparações com celebridades e comentários sobre nudez entre colegas de trabalho, na presença das entrevistadas. “Estagiei em uma revista de turismo em que o dono me apresentava aos entrevistados como “a nossa repórter Globeleza”, me sentia nua”, contou uma jornalista de 45 anos. Mais uma vez, a figura da mulata surge como imagem controladora, imposta por superiores hierárquicos. “Eu já fui chamada de mulata e comparada com a cantora Iza, enquanto um colega de profissão olhava uma revista na qual ela trajava um biquini”, relatou outra escritora, mais nova, de 26 anos. Nos relatos seguintes, a nudez ronda as entrevistadas entre homens amparados na impunidade.

Em outra situação, o mesmo jornalista elogiou a minha beleza e perguntou se eu já tinha sido modelo, eu agradei e disse que sim, em seguida ele perguntou se eu fazia nudes, insinuando que modelo se igualava a prostituta ou algo do gênero. Eu respondi rispidamente que eu havia trabalhado como modelo e não como puta. Estávamos voltando de uma gravação externa em um carro com o repórter cinegrafista e o motorista, foi muito constrangedor e me gerou muita raiva e repulsa. (26 anos).

Um fotógrafo mandou foto do pênis dele para mim. O RH mandou que eu fizesse a denúncia formal no site de ética e pediu que eu apagasse a conversa com o fotógrafo (incluindo a foto) do meu celular. Meu estágio acabou e não me contrataram. O fotógrafo só foi afastado alguns dias e voltou para a redação e ficou espalhando mentiras sobre mim. (30 anos).

Além da impunidade, as perseguições são acionadas quando as estagiárias recusam os assediadores. “Eu já fui perseguida por homens mais velhos que me intimidavam”, disse uma entrevistada de 27 anos. O assédio de homens mais velhos e casados, denota a violência sexual direcionada para “as novinhas”. As cantadas insistentes eram comunicadas, inclusive, por aplicativos de mensagens, em situações que desencadeavam denúncias ou que eram ignoradas.

Um diretor de fotografia me assediou e, com a negativa, passou a me perseguir na empresa. Eu não me intimidei e briguei com ele dentro do local. Ele foi impedido de se aproximar de mim e movi processo administrativo. (32 anos).

Durante um dos estágios, um dos editores que tinha idade para ser meu pai começou a me dar presentes e falava em árabe com um outro editor de texto toda vez em que eu passava por perto. (25 anos).

Era assediada pelo chefe de redação que sempre cantava as estagiárias via chat do e-mail. Não fui a única, com mulheres brancas também acontecia. Se fosse hoje em dia teria denunciado com certeza. (33 anos).

Tive que falar com uma fonte, e depois ele passou a enviar mensagens por WhatsApp, até que eu o bloqueei. (30 anos).

Assédios, às vezes velados, às vezes diretos, de fontes, colegas de trabalho e chefes. Infelizmente eu via esses assédios enquanto "normais" e nunca tomei nenhuma atitude a não ser fingir demência, que eu não via, não ouvia. (30 anos).

Aliada ao abuso sexual, a ascensão nos postos de trabalho era proposta como prêmio em troca de favores sexuais para superiores ou até mesmo recrutadores. “Ao buscar estágio na TV, o avaliador perguntou o quão ambiciosa eu era, sugerindo que se quisesse um posto teria de me sujeitar a algo mais que o jornalismo”, relatou uma entrevistada, de 59 anos. “Um funcionário sugeriu que eu poderia crescer na empresa se saísse com ele”, disse uma entrevistada, de 29 anos. “Para me manter no local, me foram solicitados favores sexuais”, afirmou uma jornalista, de 62 anos. “Um operador de som tentou me agarrar no estúdio e o chefe de reportagem disse que se eu saísse com ele, seria contratada”, contou outra entrevistada, de 60 anos.

A convivência de outros homens, geralmente chefes, com os abusos sexuais, favorece a continuidade dos assédios, deixando as estagiárias ainda mais vulneráveis. O relato seguinte faz lembrar do que Lélia Gonzalez (2020) pontuou no primeiro capítulo, sobre o ciúme das esposas dos escravocratas, quando as escravizadas eram alvos dos abusos sexuais. Para se proteger e preservar o emprego, a entrevistada tentava ser amiga das esposas e das filhas do chefe.

Certa vez, o diretor perguntou com quem saía na redação. Eu disse que tinha namorado que ele conhecia. O diretor disse: eu sou casado, mas quero saber se sai com alguém daqui. Com tranquilidade, mas morrendo de medo, disse que não e que estava muito satisfeita com minha relação, que entendia o jogo, mas que podia não ter que jogar. “Aprenderá direitinho sendo secretária executiva por mais de uma década”. Ele ficou sem graça e parou. Eu me protegia tentando ser amiga das esposas e filhas e muito muito profissional. (63 anos).

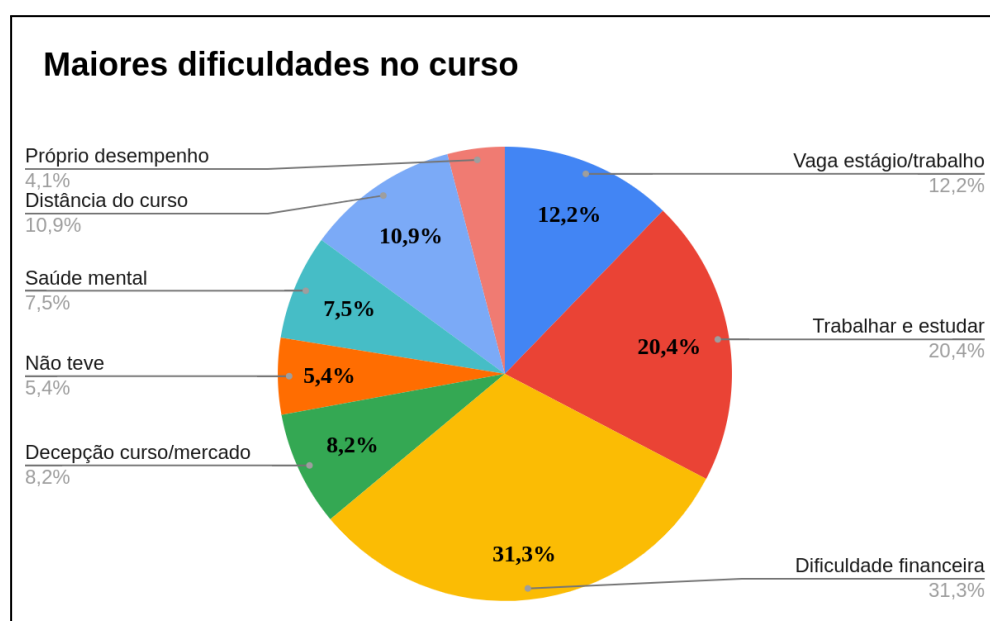
Como vimos, são variadas as barreiras que as mulheres negras, desde os estágios, precisam enfrentar para desempenharem funções dentro de espaços com homens chefes e com a maioria dos colegas brancos. O patriarcado racial estimula os assédios sexuais a partir do poder de perseguir, demitir, permitir ou não a ascensão, por meio de situações intimidadoras que dificultam a criação de vínculos estritamente profissionais com as estagiárias negras.

Para finalizar este capítulo, ainda tratando das experiências no curso de jornalismo, buscamos saber quais as maiores dificuldades que as entrevistadas elencam no percurso da graduação. Das 137 entrevistadas, por exemplo, 51,8% afirmaram que precisaram trabalhar

fora do jornalismo para conseguir concluir o curso superior. Já 47,4% disseram que não. Foram variadas as ocupações: garçonetes, caixa, secretárias, digitadoras, telefonistas, operadoras de telemarketing, vendedoras, recepcionistas, professoras, manicures, entre outras.

Para melhor visualizar as dificuldades mais citadas, agrupamentos as respostas abertas. 31,3% das entrevistadas apontaram a dificuldade financeira, seguida da necessidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo (20,4%) e encontrar vagas de estágio (12,2%). A decepção com a qualidade da graduação e com o mercado de trabalho, além do desgaste da saúde mental, os deslocamentos e o próprio desempenho também foram mencionados, conforme o gráfico.

Gráfico 31 - Maiores dificuldades no curso.



Fonte: autoria própria.

Pagar as mensalidades do curso, ter computador e livros para a realização das tarefas e até dinheiro para se alimentar foram algumas dificuldades financeiras informadas. Arcar com as mensalidades foi uma preocupação recorrente entre as várias entrevistadas.

O aspecto de classe era mais difícil que raça - pois havia alguns poucos estudantes negros, mas como vinham de escolas particulares e viviam uma vida de classe média, não me identificava com eles. Não ter os recursos para acompanhar os conteúdos, entregar os trabalhos nos tempos solicitados e ter a rede de contatos me limitou muito e contribuiu para que não tivesse um desempenho notável na faculdade. Hoje olho deslocada no tempo e vejo que foi um período muito difícil, desestimulante. (42 anos).

Estudei no interior de SP. Minha família morava em SP. Eles não tinham condições financeiras de pagar meu aluguel e alimentação. Por ser a filha mais velha, de cinco filhos, consegui auxílio financeiro do governo do Estado. Em 2003, não tinha ações afirmativas e recebia R\$ 275,00 por mês para sobreviver e me formar. (40 anos).

A dificuldade de pagar mesmo com o financiamento. O que me fazia cursar menos disciplinas e atrasar o curso. (38 anos).

Cheguei a passar fome, por estar em outra cidade, longe da minha família. Eu escondia isso da família. No início, morei com uma tia, mas no meio da faculdade ela se mudou e tive de morar em república. Passei a almoçar só aos finais de semana, quando eu fazia comida, pois como eu estudava de manhã e estagiava à tarde, não dava tempo de almoçar no RU, único restaurante que eu conseguia pagar. (40 anos).

Fiquei desempregada no quarto semestre e a faculdade era quase um salário mínimo, foi um momento bem difícil para pagar os 50%. Fui bolsista Prouni. (31 anos).

Entrei podendo pagar meu próprio curso, perdi o emprego, minha mãe passou a pagar e consegui uma bolsa no segundo ano, que perdi no quarto por ter me envolvido em atividades de apoio à greve dos docentes que ocorreu no ano anterior. (39 anos).

Conciliar trabalho com estudo foi também uma das dificuldades mais citadas. Muitas entrevistadas precisaram trabalhar durante o dia e só podiam estudar à noite, numa rotina que prejudicou a presença nas aulas e o desempenho nas atividades.

Trabalhar e estudar. Trabalhava de 16h até 00h e tinha que fazer minhas atividades de madrugada e acordar 5h40 para ir para a universidade. (30 anos).

Precisava trabalhar o dia inteiro para pagar a mensalidade, não tinha dinheiro para comprar livros nem fazer cópias. E passei os quase cinco anos lanchando no horário de almoço, pois não tinha dinheiro para almoçar. Eu pegava seis condições por dia, para chegar no trabalho, faculdade e voltar para casa. Saía às 5 da manhã e só voltava para casa à meia noite. (40 anos).

Trabalhar e estudar não foi uma fase fácil, pois eu trabalhava no supermercado à noite, saía 00h e estudava de manhã às 7h. Outra dificuldade foi conseguir estágio na área, que consegui voluntário e no final da formação. (34 anos).

Dar conta da formação em jornalismo, realizar estágios significativos e complementar a minha formação (estudar línguas estrangeiras, outros cursos) que não tinha tido oportunidade de estudar antes. Em um curso altamente elitista, com pessoas que falavam inglês desde a infância, há muito para correr atrás na graduação. Fora isso, as condições materiais para custear transporte, alimentação, etc. Por isso, fui atrás e consegui estagiar desde o segundo período para ajudar com os custos. No entanto, sinto que fiz o curso sempre correndo, com uma rotina diária de 16h na rua (acordar às 5h para chegar ao estágio às 8h, Universidade das 13h às 18h, curso de inglês das 10 às 22h - chegar em casa às 23h). E ainda buscar tempo para estudar. (30 anos).

Outras jornalistas pontuaram que a maior dificuldade foi ser admitida nos estágio. “Eu me senti por um tempo depois da faculdade incompetente, apesar das boas notas porque não consegui estagiar e acredito que isso atrapalhou a minha formação”, contou uma jornalista, de 41 anos. Os longos deslocamentos até as aulas entraram na lista de algumas escrevintes. Algumas tiveram que mudar de cidade para prosseguir com o curso, perdendo redes de apoio.

Eu me mudei de São Paulo para Alagoas sozinha para cursar Jornalismo, não conhecia nada e nem ninguém na cidade, essa adaptação, de certo modo, fez parte da minha formação superior e foi difícil. (26 anos).

A maior dificuldade pra mim foi enfrentar o cansaço da rotina pesada. Eu moro a 35 km da Universidade e ia de ônibus ou ônibus + metrô sempre. A partir do segundo semestre fazia estágio, que da metade do curso até o final era de 30 horas. Era comum sair de casa 6h30 e voltar só às 21h, 22h. (33 anos).

Eu morava no ABC e estudava e trabalhava no centro de SP. O caminho era longo, cansativo, transporte cheio. Chegava cerca de 23h em casa. Saía às 6h no dia seguinte. Além disso, na época, o Alzheimer da minha vó começou a ficar mais intenso. Então tinha que cuidar dela, pois minha mãe chegava depois da meia noite e só éramos nós três apesar da minha vó ter outros 4 filhos. Minha vó ficou agressiva depois de um tempo e ficava cada vez mais complicado viver ali e lidar com a faculdade. Tanto é que logo após a faculdade, passei a ter crises de ansiedade. (30 anos).

A decepção com as aulas e com as oportunidades do mercado desestimularam algumas entrevistadas, que passaram a questionar a escolha por jornalismo. A falta de representatividade negra nos cursos e nas empresas também serviram como desestímulos. Os relatos seguintes sinalizam para a saúde mental como uma dificuldade enfrentada na graduação. Isolamento, sentimento de inferioridade, sinais de depressão foram alguns problemas elencados.

Eu era bolsista prouni no período matutino numa universidade, onde era raro haver pessoas negras e periféricas. Como as pessoas com quem fiz amizade mudaram de curso ou desistiram da faculdade, eu era muito isolada. Creio que porque logo no primeiro semestre um grupo ria de mim por eu ser nordestina. Também me sentia diferente pela classe social. Somente no TCC fiz amizade que dura até hoje. (33 anos).

Precisei adiar o TCC por conta da saúde mental prestes a entrar em colapso por conta do modus operandi universitário + problemas pessoais e assédio moral no estágio, e atrasei o curso em um ano por isso. Mesmo assim, considero que foi tranquila minha passagem pela universidade. (24 anos).

Algumas entrevistadas apontaram o próprio desempenho como a maior dificuldade no curso. O déficit do ensino médio e na leitura foram aspectos colocados, assim como a ausência de maior consciência negra, que gerou culpa pessoal diante dos impactos do racismo estrutural.

A falta de ter tido uma formação mais sólida no ensino básico. Meus colegas vieram de escolas de elite de São Paulo e eu vim de escola pública. Às vezes essa diferença batia muito forte. (24 anos).

Acredito que por ter passado pelo processo de construção da minha identidade racial durante o curso, comecei ele "em atraso" comigo mesma. Se eu tivesse chegado à graduação tendo conhecimento de que vários processos que passei não se deviam somente ao meu individual, mas ao contexto em que estava inserida, acredito que teria me defendido melhor e carregado menos culpa no processo. (27 anos).

Uma minoria (5,4%) não teve dificuldade ao longo curso de jornalismo. Apesar de todas as barreiras, o objetivo de conquistar o diploma em jornalismo fez com que grande parte das entrevistadas concluísse o curso sem pensar na desistência. 67,2% afirmaram que não sentiram vontade de desistir. Porém, 32,8% das jornalistas pensaram em abandonar o curso. Dificuldade financeira, problemas psicológicos e a falta de perspectiva com o mercado foram motivos que geraram desejos de desistir. A falta de vínculos também apareceu nas listas.

Falta de estímulo, um pouco de decepção para o que eu imaginava ser o curso (pensava que seria algo mais prático no começo), eu ainda não era tão próxima dos colegas, demorei para criar laços, e também porque estava sem estágio. Foi mais ou menos no terceiro período. (23 anos).

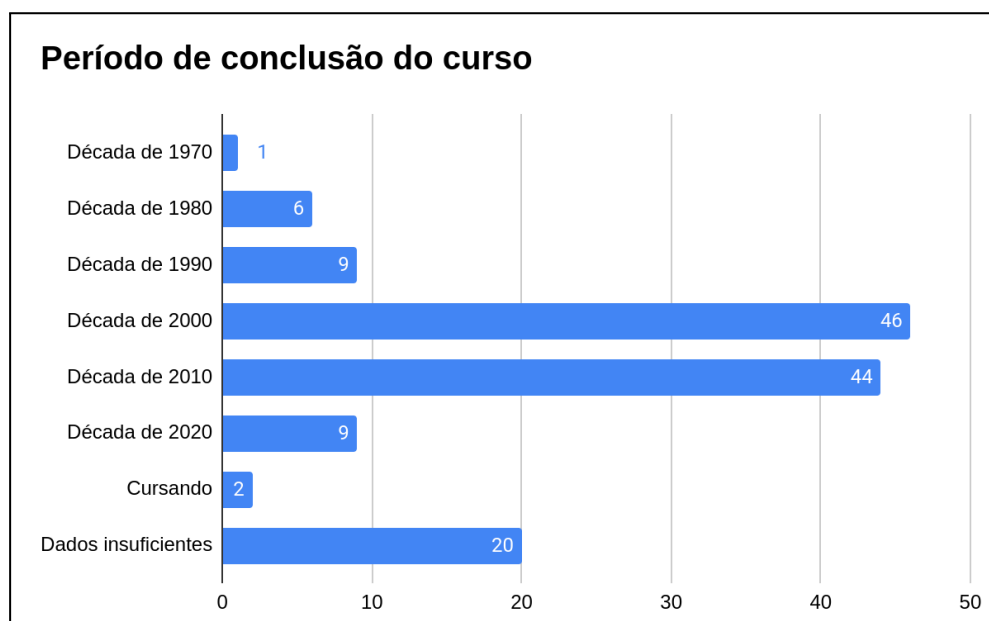
Por me sentir muito isolada, por não conseguir fazer parte dos grupos, ter os equipamentos, conseguir sentir parte da faculdade, acolhida pelos colegas ou professores. Sentia-me em dívida constante, pois não conseguia o dinheiro pra xerocar todo material, nem conseguia entregar os artigos com qualidade pois não tinha computador e tinha que pagar para digitarem meus trabalhos, o que diminuía o tempo da pesquisa. Minhas notas e resultados eram medíocres. Sentia vergonha por ser pobre, num contexto onde quase todos eram de classe média alta. Achava que aquele lugar não era pra mim e temia pelo mercado de trabalho, pois todos eram amigos de pessoas. Não era comum seleção de estágio para as emissoras ou veículos, tudo era por indicação e me via totalmente fora. Isso influenciou muito pra não ter conseguido trabalhar em veículo naquela época e me orientou para o universo da assessoria de imprensa, onde tive mais êxito. Era mais acessível à minha realidade. (42 anos).

Não consegui me encontrar no curso. Como minha terapeuta me disse, parece que é algo comum pra quem sai de escola pública se deparar com a diferença entre ser um bom aluno durante a escola e passar a dividir a sala de aula com quem sempre teve tudo do melhor. Fiquei muito confusa desde o início do curso e isso fez com que eu deixasse de me reconhecer como uma boa estudante. Isso só passou fazendo terapia, e depois de me formar. (27 anos).

Enfrentando dificuldades, a maioria concluiu a graduação nas décadas de 2000 e 2010, conforme mostra o gráfico abaixo, com números absolutos. Este quesito no questionário foi realizado em questão aberta, o que gerou respostas inconclusas de 20 entrevistadas. Para visualizar melhor os períodos de formação das escrevintes, agrupamos as respostas em antes e depois do ano 2000, com percentuais revelados no segundo gráfico.

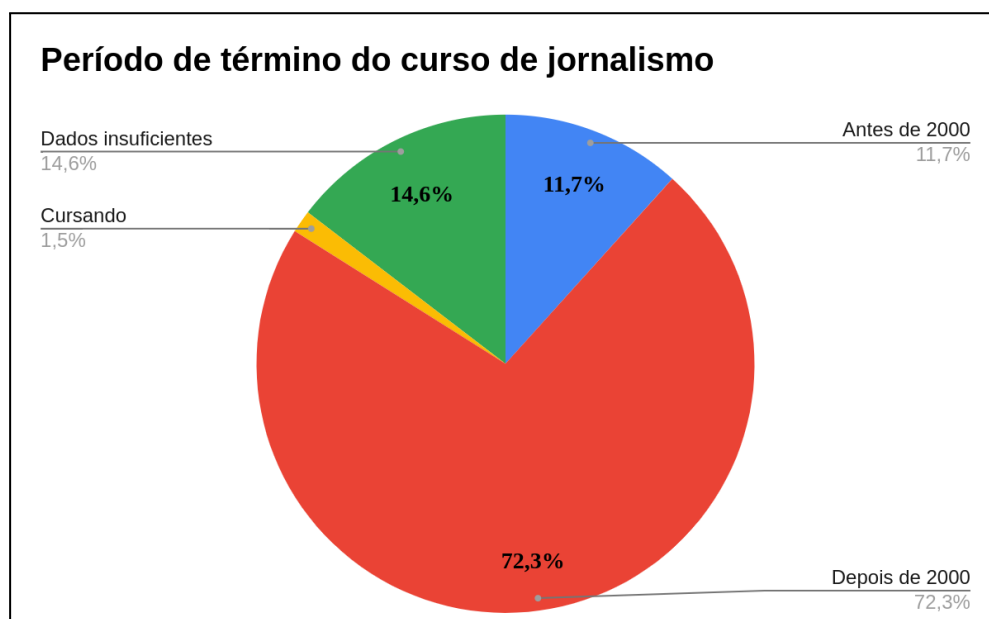
Do total de entrevistadas com respostas válidas, 72,3% se formaram após o ano 2000 e 11,7% antes deste marco. Os dados insuficientes somaram 14,6%. Duas escrevintes (1,5%) ainda estavam cursando jornalismo quando responderam a pesquisa.

Gráfico 32 - Período de conclusão do curso. Números absolutos.



Fonte: autoria própria.

Gráfico 33 - Período de término do curso de jornalismo. (%).

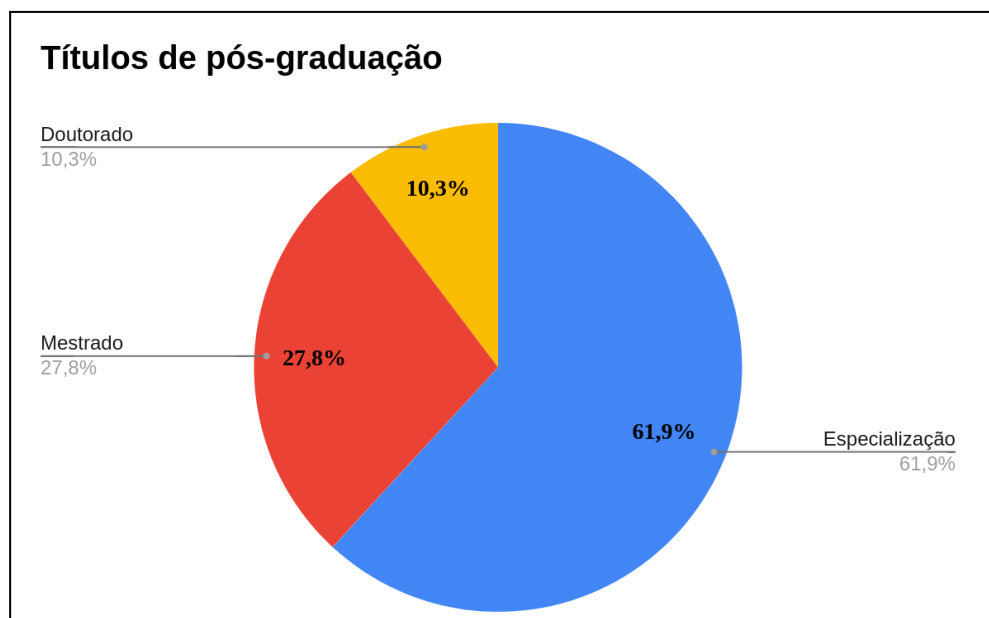


Fonte: autoria própria.

Mesmo com todas as dificuldades, após graduadas em jornalismo, as entrevistadas se empenharam para alcançar novas qualificações em seus currículos. Das 135 escritoras com os cursos finalizados, 62,2% possuem pós-graduações concluídas ou em andamento. Já 37,8% não optaram pela pós-graduação. Entre as que ingressaram em cursos de pós-graduação, 61,9%

se tornaram especialistas, 27,8% são mestras ou mestrandas e 10,3%, chegaram ao doutorado, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 34 - Títulos de pós-graduação.



Fonte: autoria própria.

Nas escolas e nos cursos de jornalismo, o racismo estrutural institucionaliza e protege a branquitude, através do poder e da omissão de professores/as que, em recorrentes casos, aparecem como protagonistas de episódios racistas. Nas graduações, também promovem os assédios sexuais e morais, uma vez que as entrevistadas já estavam na vida adulta. Raros foram os depoimentos que relataram posições oficiais de combate ao racismo cotidiano em favor das estudantes negras. Das aulas na infância às vivências acadêmicas, mediações que estabeleçam a igualdade e o respeito racial não surgiram nos depoimentos como políticas institucionais.

bell hooks, em seu livro *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*, defende a pedagogia engajada que, impreterivelmente, só existe quando há boa interação entre estudante e professor. Ela explica que esta abordagem requer a participação de todas/os no processo de aprendizagem, com resultados promissores quando se estabelece uma comunidade em sala de aula. Alcançar este feito só se torna possível quando as ideias de cada pessoa são valorizadas.

“A pedagogia engajada enfatiza a participação mútua, porque é o movimento de ideias, trocadas entre todas as pessoas, que constrói um relacionamento de trabalho relevante entre todos e todas na sala de aula” (HOOKS, 2020, p. 49). Pudemos constatar neste capítulo que a lógica de ensino, tanto nas escolas como nos cursos de graduação, ainda deixam brechas

para a discriminação racial em espaços pedagógicos por onde circula o racismo sem interdições. “Uma vez que a pedagogia engajada ressalta a importância do pensamento independente e de cada estudante encontrar sua voz, que é única, esse reconhecimento geralmente empodera os estudantes”, acrescentou bell hooks. (HOOKS, 2020, p. 49-50).

Em suas trajetórias, desde a infância até a conclusão do curso superior em jornalismo, o isolamento foi um dos produtos das interações que mais se sobressaiu nesta pesquisa. Algumas vezes, como uma estratégia de defesa. Mas na maioria das vezes, como exclusão decorrente do racismo estrutural, sendo as mulheres negras colocadas quase sempre à parte de todos os grupos, desde o trabalho escolar até as listas para acessar os estágios profissionais.

Retomando as memórias da máscara de flandres, chamada por Grada Kilomba (2019) de a máscara do silenciamento, e também voltando ao pensamento de Azoilda Trindade, “além do controle de quando falar, a escola tenta controlar como o aluno deve falar, já que a palavra (falada ou escrita) dita pode ser um instrumento de luta, mas não dita, a silenciada, reprimida, negada... esta sim, serve para legitimar uma única fala, a fala unívoca do "universal", a fala que submerge às diferenças, a fala da dominação”. (TRINDADE, 1994, p. 73).

Os esforços oficiais iniciados desde o século XIX atravessaram o século XXI com a mesma estratégia de transformar as individualidades negras em “uma história única”, como classifica Chimamanda Ngozi Adichie. “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. (ADICHIE, 2019, p. 22). Sem medo de errar, é assim que ainda acontece no país, considerando que entre as entrevistadas estão reunidas diferentes gerações, com idades entre 21 e 66 anos, que contaram, em muitos relatos, “uma história única” das mulheres negras na perspectiva da branquitude

Vimos que o racismo cotidiano impactou de várias maneiras as trajetórias escolares e acadêmicas das jornalistas porque “a máscara de flandres” continua produzindo silenciamentos enquanto que a branquitude estabelece privilégios nas escolas, nas universidades e no mercado de trabalho, amparada na suposição secular de superioridade que se impõe a partir da estética e da cultura a ponto determinar ingressos e possibilidades de ascensão no jornalismo. Para se manter dominante, a branquitude explora há mais de cem anos “a única história” das negras.

Chimamanda explica sobre o poder de definir a única história de um povo:

Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende de muito poder. (...) O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. (ADICHIE, 2019, p. 22-23).

A história “definitiva” imposta pela branquitude às pessoas negras foi constatada, neste capítulo, pela recorrência das violências continuadas que atravessaram o tempo amparadas nas imagens controladoras das quais Patrícia Hill Collins e Lélia Gonzalez já falaram neste trabalho. A aparência física rechaçada, a minoria em espaços de saber majoritariamente embranquecidos, as barreiras que privilegiam as pessoas brancas são itens que constroem a história única negra desde o período da escravidão no Brasil. No próximo capítulo, que terá o objetivo de desvendar os impactos do racismo estrutural no cotidiano da profissão, diante de tudo que foi exposto, a história única tende a continuar.

Capítulo 4: Racismos no mercado de trabalho

Um desafio encarado na hora de elaborar o questionário foi ouvir também as jornalistas que não estavam inseridas no mercado de trabalho, no momento da coleta de dados. O objetivo foi compreender as ausências e conhecer os caminhos trilhados fora do jornalismo. Para isso, no final da seção 3 do questionário, dedicada às experiências no ensino superior, lançamos uma questão fechada (67) para que fosse indicada a situação profissional em que se encontravam, conforme as opções abaixo, com orientação de marcar apenas uma.

- Jornalista profissional fora do mercado de trabalho da comunicação.
- Jornalista profissional freelancer na comunicação.
- Jornalista profissional com emprego fixo na comunicação.
- Jornalista profissional dedicada ao ensino superior na comunicação.
- Jornalista profissional desempregada em busca de emprego na comunicação.
- Jornalista profissional dona do próprio negócio na comunicação.
- Outro:

A tabulação desses dados gerou o gráfico abaixo, após a categorização das respostas inseridas no campo “outro”.

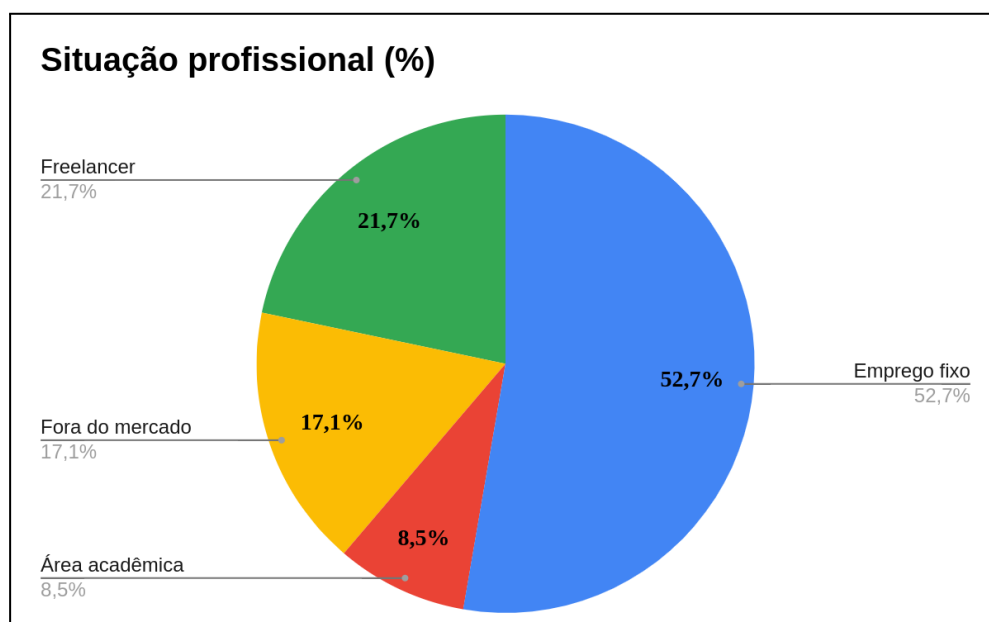
Gráfico 35 - Situação profissional – números absolutos.



Fonte: autoria própria.

Para uma melhor visualização das respostas, um segundo gráfico foi elaborado, com a redução das categorias e a exclusão das seis entrevistadas que não especificaram a situação profissional, conforme abaixo. Também foram excluídas as duas escritoras que ainda não haviam concluído o curso superior. Com o gráfico pronto, verificamos que 52,7% possuíam empregos fixos, 21,7% estavam na condição de freelancers, 17,1% estavam completamente fora do mercado de trabalho e 8,5% se dedicavam apenas à área acadêmica.

Gráfico 35 - Situação profissional (%).



Fonte: autoria própria.

A questão 67 teve o objetivo principal de separar as jornalistas que estavam fora do mercado de trabalho das que estavam no exercício da profissão. Esta separação foi necessária para que perguntas específicas fossem destinadas a cada um desses dois grupos, uma vez que as experiências de quem não estavam exercendo o jornalismo e das que estavam, no período da coleta, eram distintas e poderiam revelar diferentes pontos de vista sobre o jornalismo.

Das entrevistadas que se encontravam fora do mercado de trabalho, interessava saber basicamente o motivo de não estarem atuando com o jornalismo e as experiências que tiveram, no caso daquelas que chegaram a exercer a profissão em algum momento de suas vidas. Já das entrevistadas que estavam atuantes na profissão, o interesse foi verificar em que condições exerciam a atividade jornalística, levando em consideração os efeitos dos racismos estrutural e institucional no cotidiano do trabalho.

Por conta desses objetivos, na sequência do questionário, foram propostas a seção 4, exclusiva apenas para as jornalistas fora do mercado de trabalho, e a seção 5, para aquelas que estavam no exercício da profissão. No cabeçalho da seção 4, foi colocada a seguinte instrução:

ATENÇÃO! As perguntas desta seção são EXCLUSIVAMENTE para jornalistas que atualmente estão fora do mercado de trabalho da comunicação. Caso você esteja atuando no mercado de trabalho - mesmo como freelancer ou na área acadêmica, por favor, pular para a seção seguinte.

Identificamos que, apesar da instrução, esta proposta gerou certa confusão para algumas escrevintes, que na seção 4 registraram comentários, quando perguntamos por quanto tempo estavam fora do mercado de jornalismo. “Fora da redação há 2 anos, do jornalismo, nunca sai”, contou uma jornalista, de 63 anos. “Não estou fora, apenas não estou em grandes empresas com as quais não me identifico pelo tipo de jornalismo que oferecem para a sociedade”, disse outra entrevistada, de 38 anos. Abaixo, mais relatos que expressam o impasse da diferenciação.

Não me considero fora, me considero diferente. Continuo utilizando o jornalismo para trabalhar. Acredito que trabalho como jornalista desde 2015. Mas com a formação ligada ao audiovisual e redes sociais. Só atuei com o jornalismo de reportagem/assessoria nos estágios. (29 anos)⁵³.

Nunca quis trabalhar nos meios de comunicação, principalmente pela questão do tempo de produção da notícia e os veículos existentes na minha cidade. Fiz ainda assessoria, ótima experiência e por sete anos tive com uma sócia um suplemento mensal encartado no maior jornal daqui. Concomitante, conheci a área de Comunicação e Mobilização Social, gosto muito e orientei minha carreira pra trabalhar com comunicação, educação e mobilização social. Infelizmente, os cargos nessa área não vem jornalista profissional, mas várias das habilidades que uso são do curso. (42 anos)⁵⁴.

No cabeçalho da seção 5, construída exclusivamente para as jornalistas que estavam em pleno exercício da profissão, colocamos a seguinte instrução:

ATENÇÃO! Esta seção deve ser respondida EXCLUSIVAMENTE pelas jornalistas que atualmente estão no mercado de trabalho da comunicação, seja com empregos fixos, como freelancer, em funções acadêmicas etc.
IMPORTANTE - As jornalistas fora do mercado, que responderam a seção anterior, devem ir direto para o final desta página e clicar no botão "enviar" para validar a participação na pesquisa.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

Da mesma forma que na seção 4, algumas escritoras registraram comentários na seção 5, que indicaram a falta de clareza sobre a separação proposta, uma vez que, para algumas jornalistas, estar fora do mercado de trabalho seria estar fora das redações das grandes empresas. Seguem os comentários, que demonstraram a mesma dificuldade na diferenciação.

Fora das redações há 2 anos e dois meses, mas estou atuando como assessora de imprensa. Fora por “redução de pessoal”. (40 anos).

Fora há uns três anos. Estava em desvio de função no órgão em que trabalho. Quando chegaram jornalistas no cargo de jornalismo, decidi exercer a função de produtora cultural que é o cargo em que ocupo hoje. (40 anos).

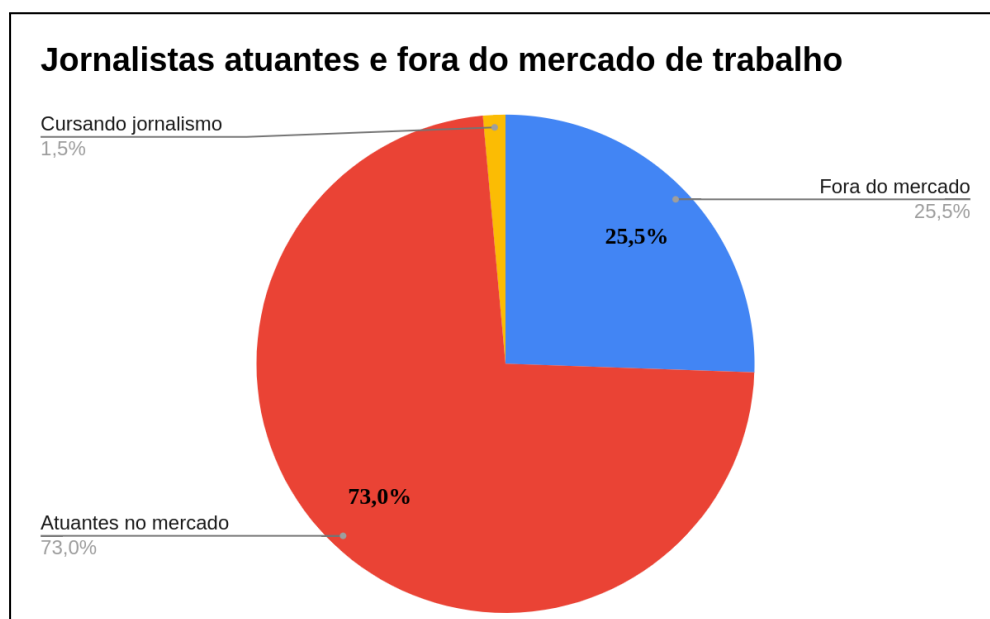
11 anos. Por que precisei arrumar um emprego pra sair do jornal onde era assediada. Só consegui assessoria de imprensa, e como eu precisava me sustentar, aceitei super feliz. Demorou um pouco pra me adaptar e pra gostar de assessoria. Mas hoje eu adoro e não me vejo fazendo outra coisa. Não voltaria para o veículo. (40 anos).

Desejo dedicar-me à vida acadêmica e atuar com comunicação, mais numa perspectiva de gestão. Mas ainda atuo como jornalista, enquanto estou nesse momento de transição de carreira profissional. (42 anos).

Desta forma, identificada a falta de clareza entre as escritoras, foi feita a análise de todas as respostas das seções 4 e 5, considerando a situação profissional das entrevistadas e os dados pertinentes para cada seção proposta. Aquelas cuja renda principal vinha de outras áreas, foram classificadas fora do mercado. As que viviam do jornalismo, dentro do mercado..

Após esta revisão, chegamos aos números abaixo. Excluídas as duas entrevistadas com o curso em andamento, 35 mulheres (25,5%) estavam fora do mercado de trabalho. Outras 100 estavam atuantes na atividade jornalística, totalizando 73% do total de entrevistadas.

Gráfico 37 - Jornalistas atuantes e fora do mercado de trabalho.



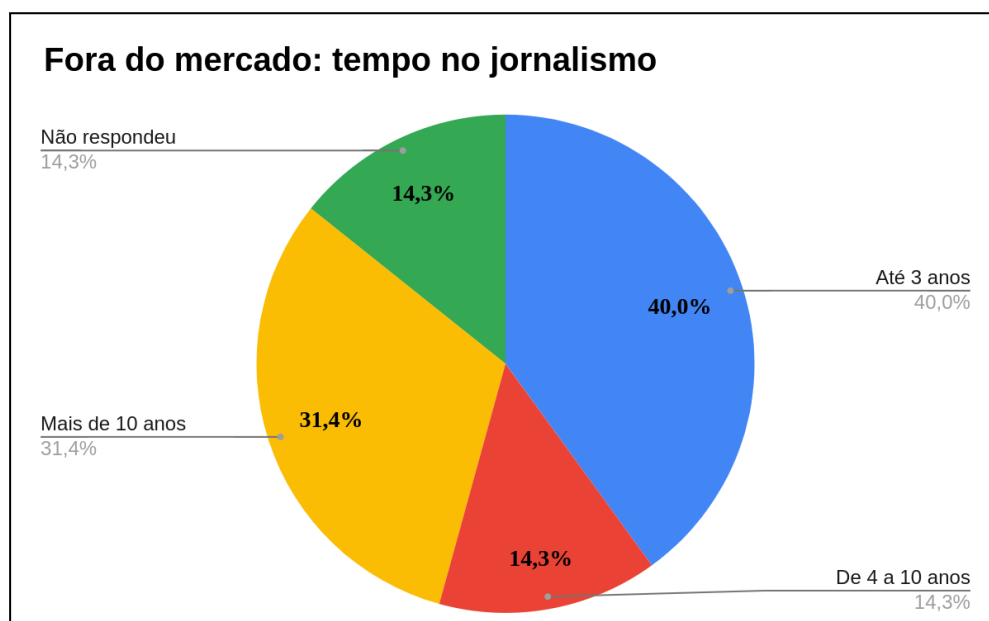
Fonte: autoria própria.

Os objetivos de incluir as jornalistas fora do mercado foram compreender os motivos de estarem distantes da área e conhecer as suas trajetórias após terem se afastado do jornalismo. Acreditamos que as respostas podem revelar barreiras que estejam contribuindo para a baixa presença de mulheres negras no jornalismo.

4.1. Jornalistas fora do mercado de trabalho

Entre as jornalistas que estavam fora do mercado de trabalho quando responderam ao questionário, 85,7% já havia atuado na área, em algum momento, e 14,3%, apesar de terem se formado como jornalistas, nunca exerceram a profissão. A maioria (46,7%) exerceu a profissão por até três anos. Já as com experiência entre 4 e 10 anos somaram 16,7%. Outras, se afastaram do jornalismo após mais de dez anos de dedicação, representando o percentual de 36,7%.

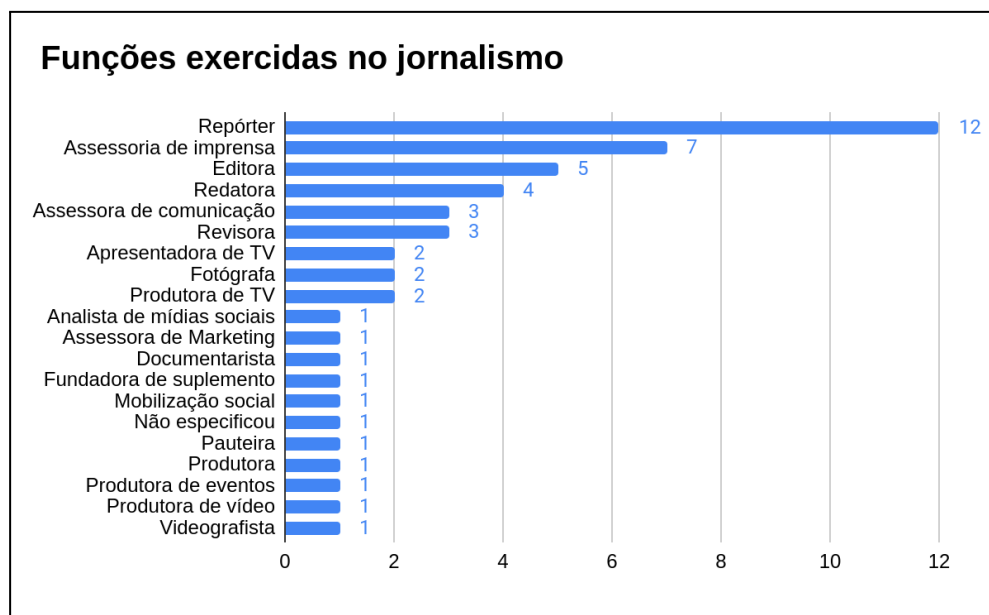
Gráfico 38 - Fora do mercado: tempo no jornalismo.



Fonte: autoria própria.

Em questão aberta, perguntamos quais funções exerceram quando atuaram na profissão. O gráfico seguinte traz a lista de ocupações, sendo a função de repórter a mais citada.

Gráfico 39 - Funções exercidas no jornalismo.



Fonte: autoria própria.

A falta de oportunidades, apesar da busca por empregos, foi um fator recorrente para o afastamento da profissão. Remuneração baixa, falta de tempo, de motivação e de capacitação para atuar com as novas tecnologias foram outros motivos colocados. “Desestímulo promovido pelo desemprego fundamentado no racismo, sexismo, classismo”, disse uma entrevistada, de 63 anos. “Estou procurando emprego”, contou outra, de 24 anos. “A exigência de não poder me dedicar em horário integral, idade, dificuldades tecnológicas”, revelou mais uma, de 58 anos.

A carreira acadêmica atraiu outras jornalistas, que buscaram fazer mestrado, em grande parte, inclusive migrando para outras áreas disciplinares. Algumas escritoras contaram que foram em busca das vagas de professoras no ensino superior. “Opção pela vida acadêmica na área de Ciências Sociais”, anunciou uma jornalista, de 33 anos. “Decidi fazer o mestrado em 2015 e agora o doutorado. Tenho dedicação exclusiva à universidade, então não mantenho vínculos empregatícios”, explicou outra escritora, de 29 anos.

Entre as jornalistas afastadas da profissão, 53,3% não sofreram discriminação racial no exercício do jornalismo. Outras 46,7% responderam que sim. A capacidade intelectual das mulheres negras costuma ser questionada, do mesmo modo que vimos ocorrer nos estágios. A legitimidade da formação superior também é colocada em xeque. “Você é jornalista mesmo? Como conseguiu ser jornalista? Foi você que fez mesmo esta matéria assinada?”, disse uma entrevistada, de 63 anos, reproduzindo o que ouvia. “Muitas vezes, as pessoas acreditam que é um golpe ou que você não deveria estar ali, ou que você está apenas sendo auxiliar de alguém”, contou uma jornalista, de 34 anos. No relato abaixo, a escritora fala do desgaste emocional.

Atingiu onde sempre fere: na autoestima. Era um esforço incomensurável para prosseguir diariamente, racionalizando a todo momento o valor e as capacidades que eu tenho, camuflando a dor constante causada pela discriminação. Também me desdobrava, tentando mostrar mais produtividade, maior conhecimento, mais disponibilidade para ser "equiparada" às colegas brancas, pois elas eram privilegiadas, principalmente na televisão em funções na frente das câmeras. Manter o equilíbrio foi outro empreendimento desgastante. Debater pontos de vista era muito difícil. Às vezes, refletindo sobre essas ocasiões eu pensava que, especialmente em se tratando de chefes hierárquicas brancas, havia dificuldade para elas de terem diante de si mulheres pretas com nível instrucional compatível. Daí viam minhas divergências como enfrentamento. Confesso que muitas vezes eu cometia erros de caso pensado para deixá-las tranquilas e não sofrer represálias ou não ser tida como arrogante. Porém, todo esse meu empreendimento às vezes transformou-se em arrogância mesmo, infelizmente. (66 anos).

Como jornalistas no exercício da profissão, algumas mulheres tiveram que enfrentar a discriminação racial baseada nos traços físicos, estando, mais uma vez, o cabelo como um dos principais motivadores do racismo cotidiano, da mesma forma que já vimos ser recorrente deste a infância, na formação escolar, e permanecer nas trajetórias acadêmicas.

“Um editor “me orientou” a não ir trabalhar com os cabelos soltos, pois minhas fontes, empresários e economistas, não me dariam crédito”, disse uma entrevistada, de 40 anos. “Eu nunca tive cara pro vídeo”, contou outra jornalista, de 30 anos.

Xingamentos e falas racistas em uma coletiva de imprensa. Outros jornalistas dizendo que não conseguiram ficar atrás de mim pelo tamanho do meu cabelo, coisas assim... Ou mesmo um publisher da revista que trabalhava que dizia que meu cabelo não era formal e me subjugava. Ganhava menos que os demais. (34 anos).

Os olhares também são acionados para expressarem a discriminação racial, percebida pelas jornalistas. “Olhares de discriminação por acharem que você está no lugar errado”, como explicou uma jornalista, de 58 anos. Abaixo, outras entrevistadas passaram por algo parecido.

Um certo cliente que eu atendia no setor de Social Media sempre tinha problemas de comunicação comigo, ele também sempre se incomodava quando eu incluía imagens de pessoas negras nas contas de uma instituição, sempre dizia que aquela pessoa não representava o público dessa instituição. Um dia, fui humilhada por ele durante uma cobertura de evento e creio que minha cor pode ter tido a ver com o mal tratamento comigo, que foi exacerbado. (25 anos).

Já tive que ir no Congresso Nacional em Brasília acompanhar outros jornalistas e senti olhares diferentes por parte de parlamentares, políticos e outros que ali estavam. Não sei se era o cabelo (uso Black power, a roupa, o conjunto todo ou por eu ser negra). (29 anos).

As demissões também podem ser reveladoras do racismo cotidiano. Na tentativa de identificar a discriminação racial entre os motivos dos desligamentos, incluímos esta questão. Entre as mulheres fora no jornalismo, 60% passaram pelo processo de demissão, enquanto que 40% não. De 18 que foram demitidas, 6 identificaram motivações racistas. “Disse que o perfil não era adequado”, contou uma jornalista, de 34 anos. “Não passei dos 3 meses de experiência porque a repórter não gostava de ser pautada por alguém mais escura e mais nova do que ela”, afirmou uma entrevistada, de 35 anos. “Não sei porque estou te mandando embora, estou cumprindo ordens”, reproduziu a fala do chefe, uma jornalista, de 38 anos.

Após decidirem tentar a vida fora do jornalismo, algumas jornalistas migraram para a área da educação. Boa parte assumiu vagas de professoras ou pesquisadoras, optando pela pós-graduação. Alguns se dedicam a palestras com o tema diversidade em empresas. Outras, atuam com conteúdos digitais, em áreas relacionadas à tecnologia, como designer gráfico.

Uma parte significativa está em postos do comércio, como vendedoras, recepcionistas e secretárias, por exemplo. Também houve quem preferiu se dedicar a concursos públicos e a

áreas bem distantes do jornalismo, como aviação, costura e cargos na Força Aérea Brasileira. A grande maioria (86,7%) ainda pretende voltar para o jornalismo, enquanto que 13,3% não.

Antes de encerrarem a participação na pesquisa, já que a seção seguinte (5) se destinou às jornalistas atuantes no mercado de trabalho, oferecemos espaço para que as respondentes da seção 4, pudessem registrar considerações finais. Algumas inseriram novas informações sobre suas trajetórias, outras criticaram o questionário, e houve quem agradecesse por esta pesquisa existir. “Atuar como jornalista voluntária também é uma forma de atuar. Aqui ficou um pouco confuso, pois só contabiliza o trabalho remunerado?”, questionou uma jornalista, de 27 anos.

São muitas as situações e percebo hoje, aos 36 anos de idade, que aquilo que eu imaginava ser apenas mau humor ou jeito de ser das pessoas, era na verdade o racismo velado nas palavras, no tom de voz, no olhar... (36 anos).

Não atuo como jornalista porque descobri a paixão pela pesquisa científica e o caminho que estou traçando agora é o da docência. Gostaria de dizer também que sou uma mulher negra de pele mais clara e que no período de estágio um dos meus chefes era negro retinto. Talvez por esse motivo eu não tenha identificado discriminação racial pois era um ambiente saudável e respeitoso. (29 anos).

O jornalismo é ingrato com as mulheres, principalmente as negras. Pois elas têm que trabalhar triplicado para obter o que as brancas obtêm com facilidade. Não consegui concretizar meu sonho de mestrado, por essas razões e por ter que lutar pela própria sobrevivência. (58 anos).

Parabéns muito sucesso no seu trabalho de conclusão. Existem muitas coisas que precisam mudar na nossa sociedade, ainda estamos engatinhando para esse futuro tão distante. Ser jornalista negra é o tipo de coisa que não se escolhe, apenas é. (38 anos).

Esclareço que, apesar de ter sofrido discriminações, contei com o apoio e o prestígio de chefes hierárquicos brancos e pretos, tanto mulheres e homens (sem assédio sexual). Houve dois locais onde trabalhei que colegas reivindicaram equiparação de salário ao meu. Conquistei cargos e exerci funções mais elevadas que os colegas brancos, mesmo sendo a única jornalista preta entre eles. Agradeço muito por ter aceito o meu autoconvite em participar desta pesquisa. Sinto-me muito orgulhosa por você estar, por meio deste trabalho, erguendo a nossa História. (66 anos).

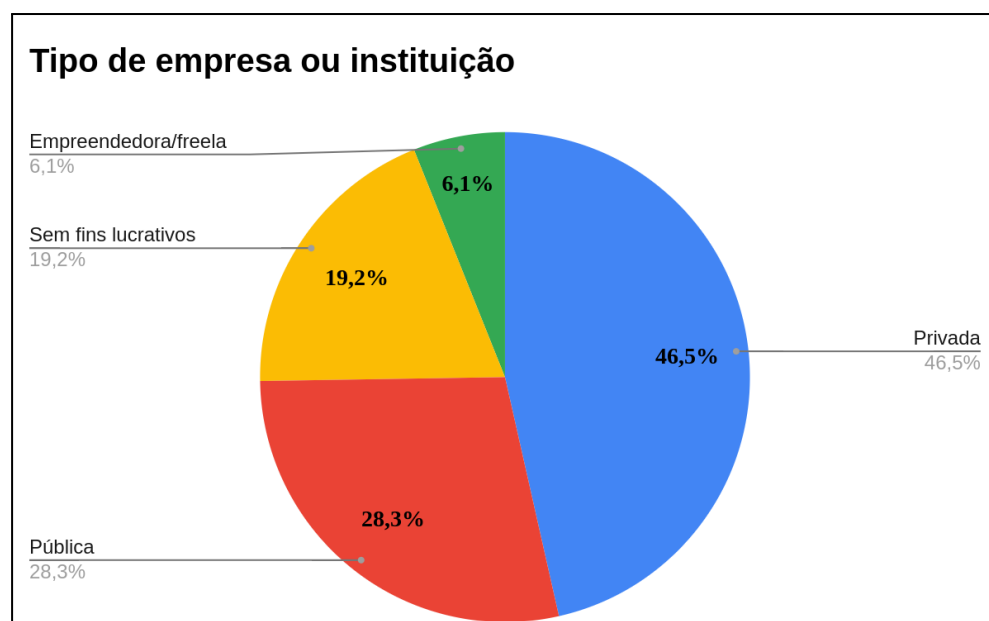
Como vimos, trilhar o jornalismo sendo mulher negra não foi tarefa fácil para algumas entrevistadas que, diante disso, fizeram a opção por outras áreas consideradas mais promissoras. Diante da baixa representação negra na profissão, em comparação às mulheres brancas e aos homens, investir em pesquisas que possam aprofundar as causas do desligamento de jornalistas negras é necessário, com objetivo evitar que a evasão profissional se intensifique.

4.2. Jornalistas atuantes na profissão

A partir daqui, até o final do capítulo, iremos conhecer as trajetórias de 100 jornalistas que estavam no exercício da profissão quando responderam ao questionário. Vimos que desde a infância, o racismo estrutural define caminhos e limita possibilidades. Por isso, após analisar as experiências escolares e acadêmicas, veremos os impactos do racismo no dia a dia da profissão.

Em questão fechada, com possibilidade de marcar mais de uma opção, perguntamos o tipo da empresa/instituição em que trabalhavam. O campo “outro” também foi oferecido, além das categorias pública, privada e sem fins lucrativos. Conforme o gráfico abaixo, a maioria (45) trabalha em empresas privadas, 27 em públicas e 19 em organizações sem fins lucrativos. Três se identificaram como freelancer, outras três como empreendedoras e duas não especificaram. Uma informou trabalhar tanto em privadas como em públicas.

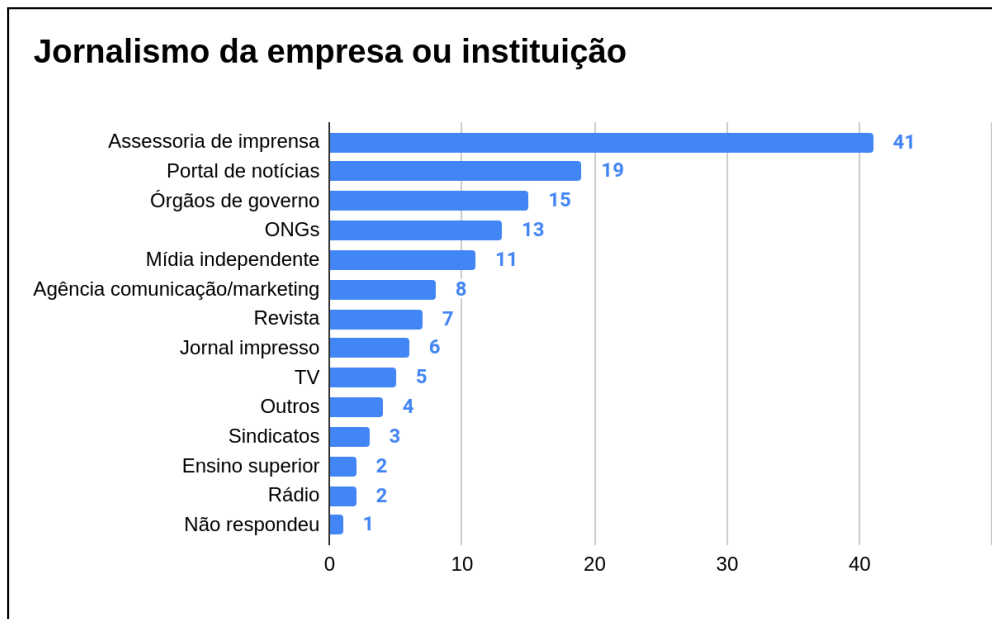
Gráfico 40 - Tipo de empresa ou instituição.



Fonte: autoria própria.

A maior parte das entrevistadas (41) atuam em assessoria de imprensa, conforme revela o gráfico abaixo. Portais de notícias (19), órgãos de governo (15) e ONGs (13) apareceram na sequência, com os maiores números de escritoras. Mídia independente foi citada por 11 entrevistadas e marketing, por 8. Vale observar que os jornais impressos, as revistas, as TVs e as rádios, veículos considerados mídias, foram sinalizados pela minoria.

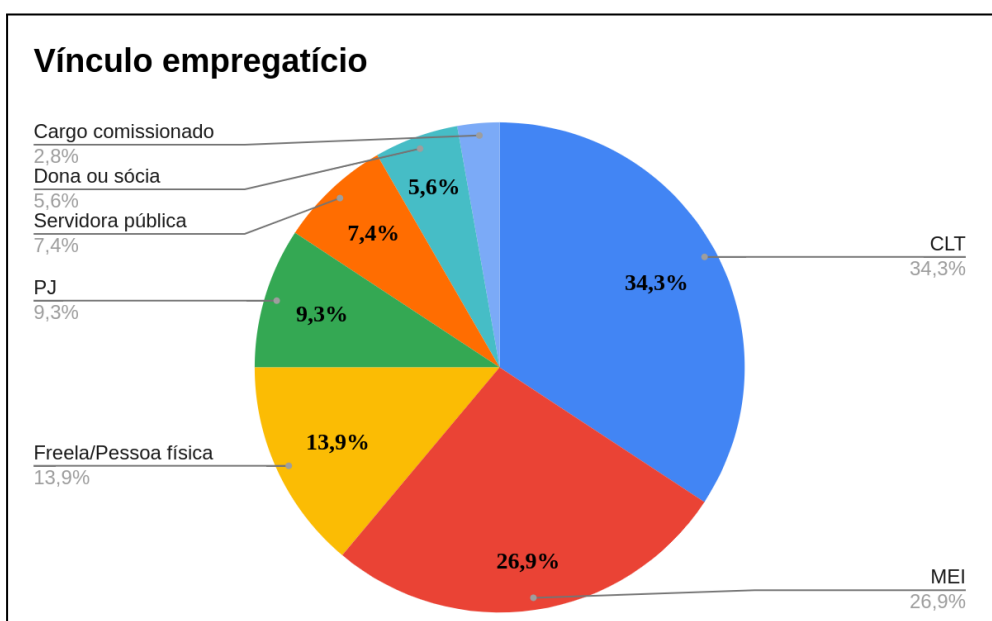
Gráfico 41 - Jornalismo da empresa ou instituição.



Fonte: autoria própria.

A maior parte das entrevistadas trabalha vinculada ao regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), totalizando 34,2%. Na condição de Microempreendedora Individual (MEI) estão 26,9%. Já realizando trabalhos como freelancer e sendo pagas como pessoas físicas, estão 13,9%. Como Pessoas Jurídicas (PJ) elas são 9,3%. Servidoras públicas somam 7,4%; donas do próprio negócio, 5,6%; e ocupando cargos comissionados, 2,8%, conforme o gráfico abaixo.

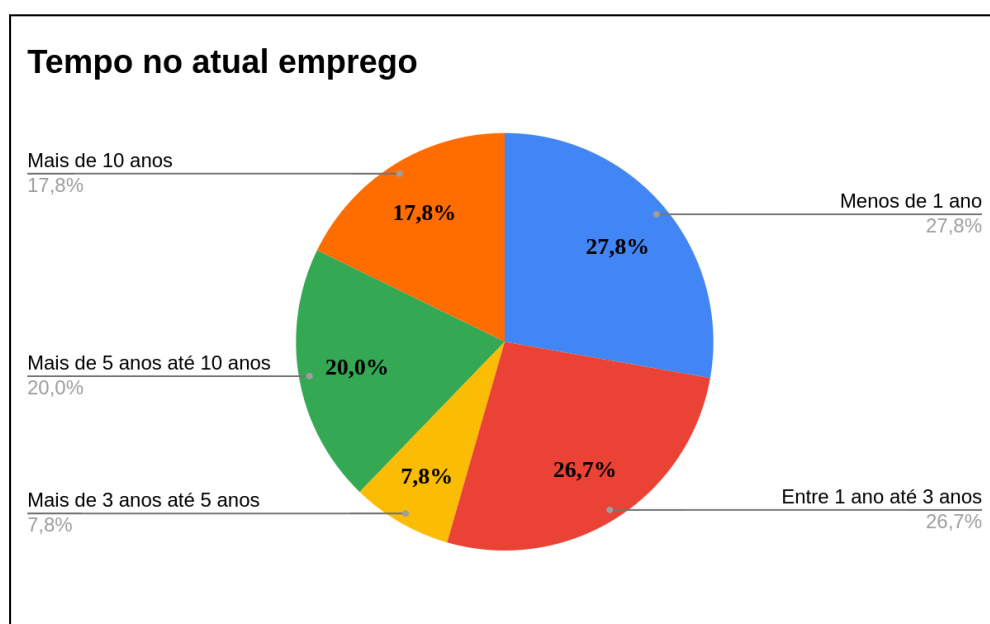
Gráfico 42 - Vínculo empregatício.



Fonte: autoria própria.

Com relação ao tempo no atual emprego, a grande maioria trabalha há menos de três anos, como ilustra o gráfico a seguir. 27,8% estão empregadas no mesmo local há menos de um ano; 26,7%, entre um e três anos; 7,8%, de três a cinco anos; 20%, de cinco a dez anos e 17,8% estão no atual emprego há mais de uma década.

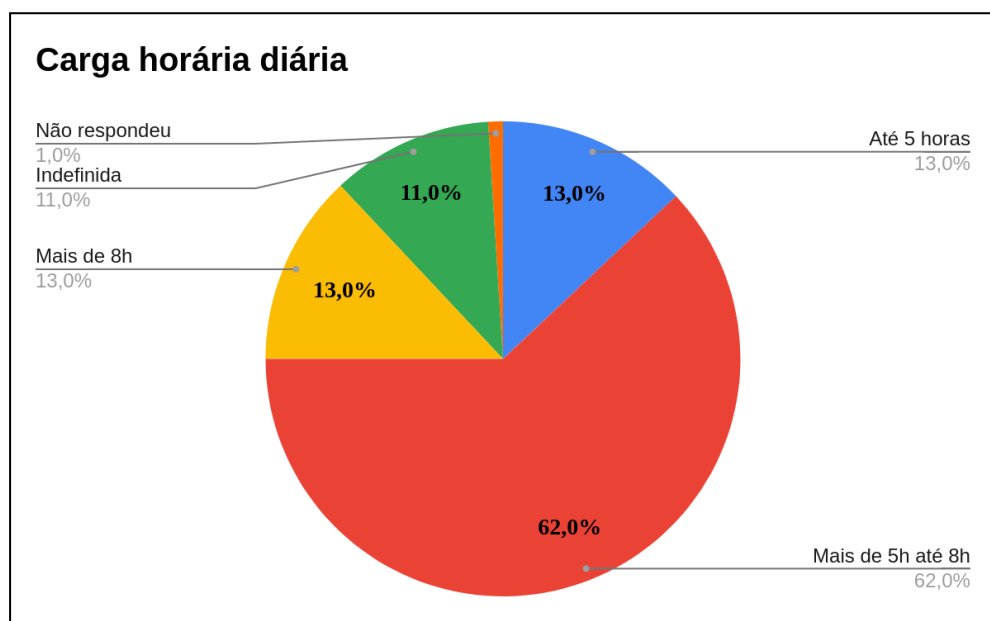
Gráfico 43 - Tempo no atual emprego.



Fonte: autoria própria.

Definida no artigo 303 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a carga diária do do/a jornalista deve ser de até 5h. O gráfico seguinte revela que a grande parte das entrevistadas extrapolam este limite. 62% trabalham de 5h a 8h, 13%, mais de 8h, 11% não souberam definir e um 1% não respondeu. As que trabalham 5h diárias somam 13%. Importante citar que a CLT prevê situações em que a carga horária pode chegar a 7h, mas com garantia de hora-extra.

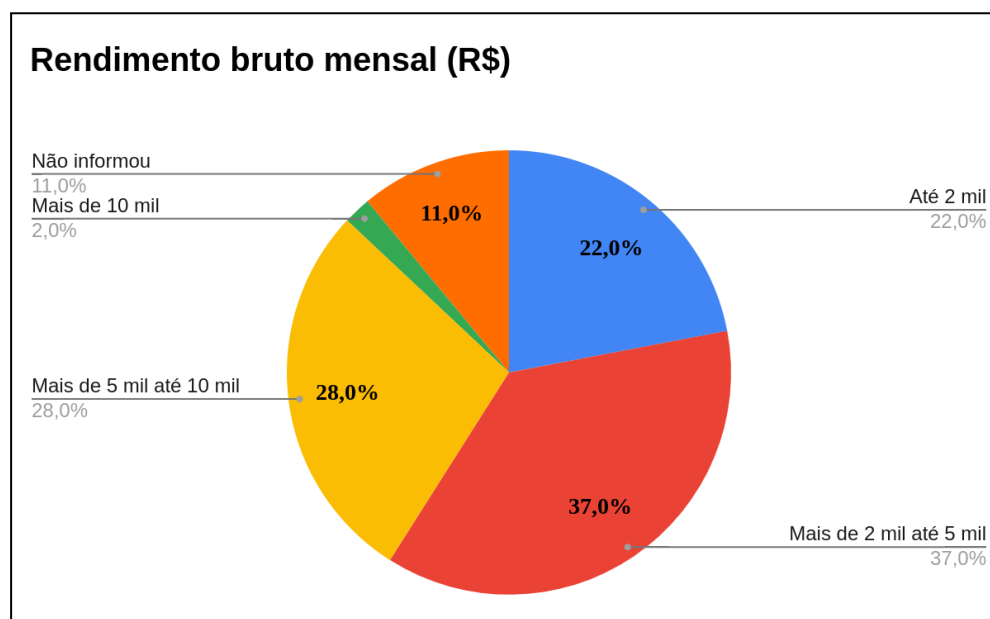
Gráfico 44 - Carga horária diária.



Fonte: autoria própria.

Com relação à remuneração, a maioria (37%) recebe entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil por mês. Outras 28% recebem entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil mensais. Já 22% recebem menos de R\$ 2 mil por mês trabalhado. 2% têm rendimentos maiores do que R\$ 10 mil por mês, enquanto que 11% das entrevistadas não informaram suas rendas, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 45 - Rendimento bruto mensal (R\$).



Fonte: autoria própria.

Somados os percentuais das jornalistas que recebem até R\$ 5 mil, percebemos que a maioria está nesta faixa salarial, com 59% das escrevintes. Assim, a segunda faixa com maior número de mulheres é com salários entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil (28%). Apenas 2% têm renda mensal superior a R\$ 10 mil. Podemos comparar estes números aos dados coletados no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*. Na pesquisa, a faixa salarial mais citada, sem distinção de gênero e raça, foi a de R\$ 5.501 até R\$ 11 mil, representando 27,1% das/os entrevistadas/os.

É válido pontuar que, apesar de a resposta mais citada ser a da faixa de R\$ 5.501 a R\$ 11.000, a maioria dos jornalistas ganha no máximo R\$ 5.500, se levarmos em conta que a soma das rendas abaixo disso superam as que estão acima desse valor. (MICK, NICOLETTI, LIMA, 2020, p. 45).

Assim, entre as jornalistas negras, constatamos que os rendimentos estão coerentes com o *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, já que a maioria delas não ganha mais do que R\$ 5 mil. De todo modo, uma análise sobre salários no jornalismo ou em qualquer outra profissão, sem distinguir os/as profissionais brancos/as dos/as profissionais negros/as, será sempre deficiente, tendo em vista os impactos do racismo estrutural, como mostra este trabalho.

Ainda sobre renda, adotamos as faixas de até R\$ 5 mil mensais e de mais do que R\$ 5 mil mensais, com objetivo de realizar o recorte territorial, para visualizar as diferenças por regiões. Os dois gráficos seguintes revelam os resultados. Os dados do centro-oeste, onde está Brasília, a capital do Brasil, chamam atenção. Podemos concluir que o centro-oeste e o sudeste são as regiões que concentram a maior proporção de jornalistas melhores remuneradas.

Gráfico 46: Rendimentos de até R\$ 5 mil por região

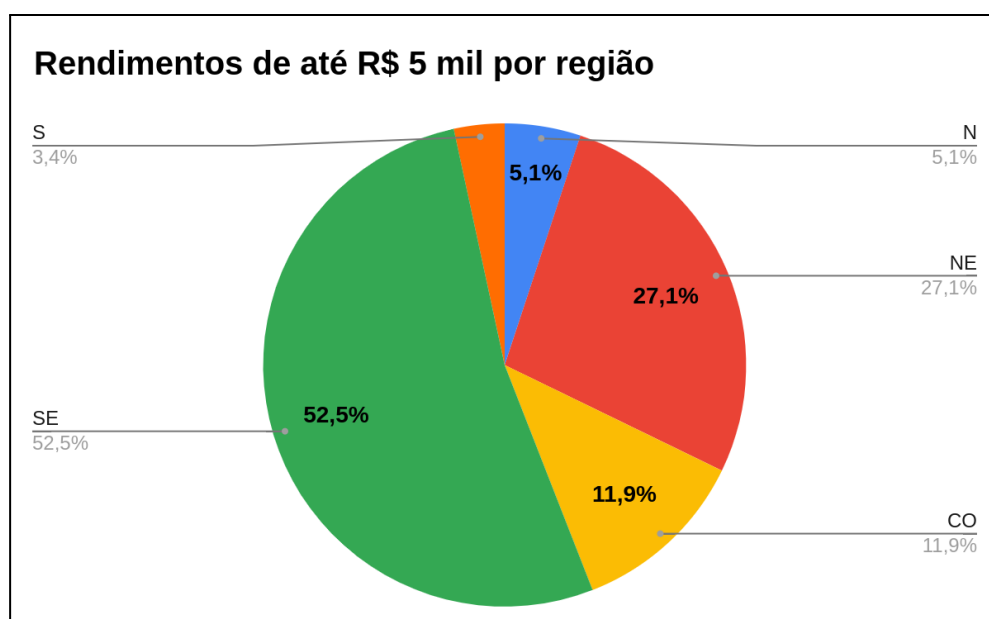
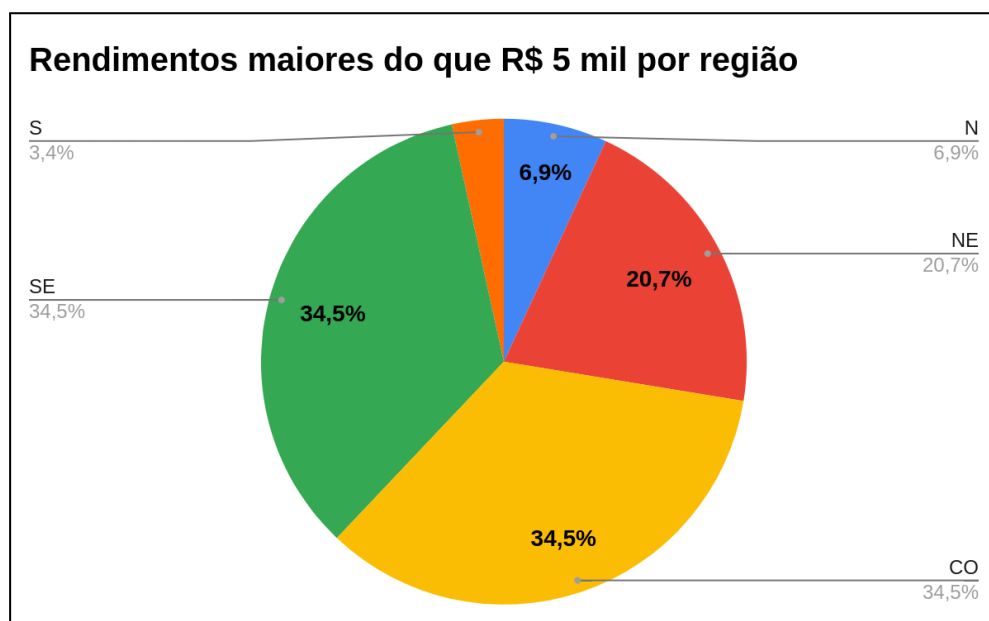


Gráfico 47 - Rendimentos maiores do que R\$ 5 mil por região.



Fonte: autoria própria.

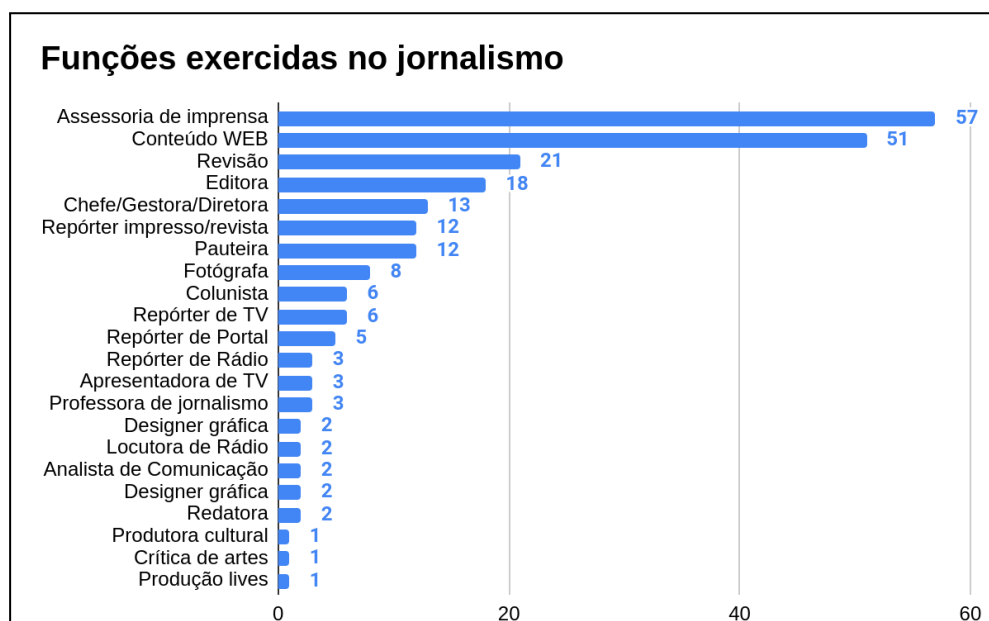
Analisando os dois gráficos, percebemos que o sudeste e o nordeste são as regiões onde mais jornalistas recebem até R\$ 5 mil, comparadas às regiões que recebem rendimentos superiores a esta faixa. No sudeste, 52,5% das escritoras recebem até R\$ 5 mil, enquanto outras 34,5%, nesta mesma região, recebem mais do que isso. Já no nordeste, enquanto 27,1% recebem até R\$ 5 mil, nesta mesma região, 20,7% possuem rendas superiores a esta faixa.

Com o centro-oeste e o norte, constatamos o contrário. Nestas duas regiões, a maior proporção de jornalistas recebe mais do que R\$ 5 mil, com destaque para o centro-oeste, onde foi observada a maior variação. Enquanto que 11,9% das jornalistas que moram no centro-oeste recebem até R\$ 5 mil, 34,5% recebem mais do que isso. Já no norte, 5,1% recebem até R\$ 5 mil, enquanto que 6,9% possuem rendas maiores. No sul, a mesma proporção de mulheres (3,4%) foi observada tanto com renda de até R\$ 5 mil, quanto com renda menor do que isso.

Com relação às funções exercidas, mais uma vez, a assessoria de imprensa aparece no topo, da mesma forma que ocorreu nos estágios e entre as jornalistas fora do mercado de trabalho, quando informaram suas funções no período em que exerceram a profissão.

Em números absolutos, 57 jornalistas marcaram assessoria de imprensa, enquanto que 51 indicaram atuar com produção de conteúdo para a internet. Vale observar que as repórteres não são numerosas, muito menos jornalistas de TV, seja na reportagem ou na apresentação. No questionário, as opções foram sugeridas com a possibilidade de múltipla escolha. Além disso, o campo “outro” permitiu a inserção de funções não listadas.

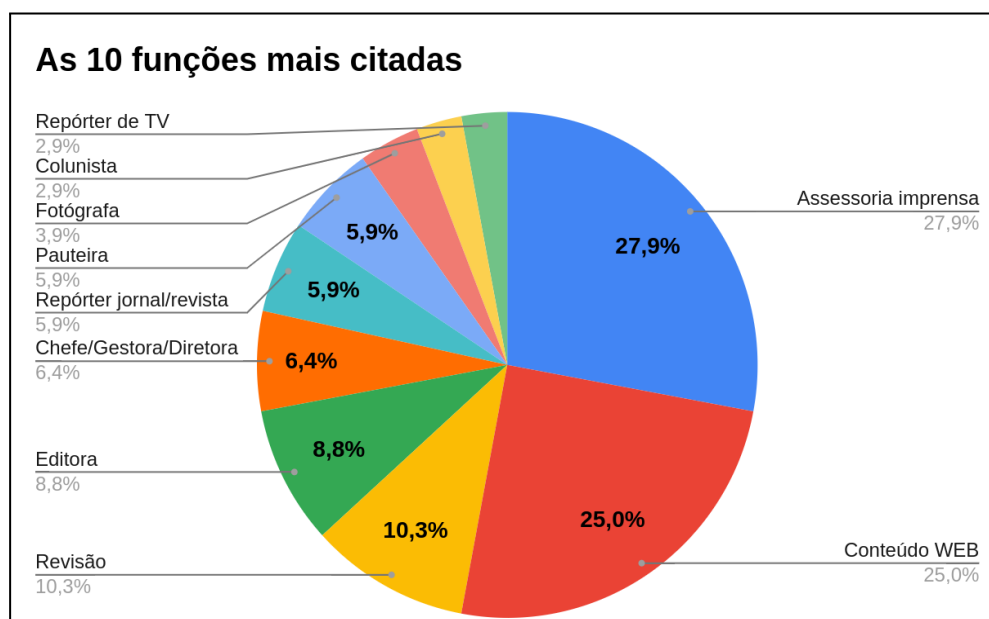
Gráfico 48 - Funções exercidas no jornalismo.



Fonte: autoria própria.

Para melhor visualização, o próximo gráfico exhibe somente as 10 funções mais citadas. Entre elas, a assessoria de imprensa foi mencionada por 27,9% das jornalistas. Já a produção de conteúdo WEB foi indicada por 25%, e a revisão, por 10,3%. Cargos considerados de decisão na definição das pautas, como editoras e chefes de redação, foram citadas por 8,8% e por 6,4% , respectivamente. Jornalistas que sugerem as pautas (5,9%), que escrevem opiniões (2,9%) e que realizam reportagens para a TV (2,9%) apareceram com os menores percentuais.

Gráfico 49 - As 10 funções mais citadas.



Com relação à satisfação, 58% disseram que estão satisfeitas com as funções exercidas, enquanto que 34% afirmaram que não. 4% não responderam e outras 4% escreveram no campo “outro” opiniões divididas, já que alguns aspectos das funções agradavam, mas outros não. Entre as satisfeitas, a estabilidade profissional, a boa remuneração e disposição de tempo para realizar atividades de interesses pessoais foram aspectos valorizados.

“Trabalho num emprego estável, com bom relacionamento com colegas e tempo livre para realizar outras atividades nas área da Comunicação”, resumiu uma jornalista, de 33 anos. “Passar no concurso público no cargo de jornalista na universidade onde me formei, depois de muitos sacrifícios, foi uma conquista que ainda hoje me emociona”, contou outra, de 46 anos. “Acredito que cheguei ao topo da carreira. E cheguei menos de 10 anos depois de formada”, celebra uma entrevistada, de 31 anos.

A satisfação por estar empreendendo no jornalismo apareceu em alguns depoimentos. A expressão “meu negócio” reflete os aspectos da posse e da autonomia. Ser a chefe de si mesma, a dona, se mostra potente e promissor. “Estou trabalhando e construindo algo que, no fim das contas, é meu. É a minha empresa. O meu negócio. Ninguém tira de mim nem poderá me demitir”, disse uma jornalista de 41 anos.

O prazer pela atividade foi critério de satisfação para algumas escritoras. “Eu amo o que faço e sou livre. É a melhor coisa do mundo”, contou uma entrevistada, de 29 anos. “Tenho autonomia, escolho os temas com que desejo trabalhar, sou respeitada e ganho bem”, relatou outra, de 22 anos. A relevância do trabalho também traz satisfação. As temáticas e as abordagens são valorizadas. O propósito do esforço e a confiança nos efeitos positivos daquilo que se faz surgem como pontos decisivos na avaliação de algumas, conforme abaixo.

Estou em algo desafiador no momento. Optei por migrar para o setor privado após anos de dedicação no 3º setor. Felizmente, a atual empresa onde trabalho é aberta às questões de gênero/diversidade. (48 anos).

Minha voz é valorizada, acho isso muito importante. Tem sido uma troca: depositaram uma confiança muito grande em mim e eu acredito no trabalho que fazemos. Além disso, como boa geminiana, tenho aprendido muito desde que comecei e não faz nem um ano. (34 anos).

Considerando as condições atuais do mercado e, especialmente, as condições da empresa em que trabalho, considero "sorte" não estar na produção diária de notícias e estar trabalhando, há mais de um ano, em homeoffice. Hoje sou diretora de um programa de TV semanal que me permite trabalhar com pautas que considero relevantes, ao mesmo tempo que não sou obrigada a lidar com algumas restrições que vêm sendo comuns em outras áreas, especialmente as de hard news. Apesar de alguns percalços, considero que hoje recebo reconhecimento pelo meu trabalho. (34 anos).

No último depoimento, trabalhar em “homeoffice” foi motivo de satisfação. Para quem é mãe, ter tempo para conciliar o jornalismo com a maternidade é um critério importante. Duas jornalistas mencionaram a maternidade. Poder conciliar o trabalho com os cuidados maternos chegou a ser considerado privilégio. “Meu filho acabou de fazer um ano e em plena pandemia. Sinto-me privilegiada de ter renda e ainda poder dedicar boa parte do meu dia à maternidade nesse momento”, explicou uma jornalista, de 30 anos.

Já entre as jornalistas insatisfeitas com as funções que exercem, algumas pontuaram a situação temporária do emprego como motivo, seja pela instabilidade financeira ou por aspirar outras carreiras. “Quero um emprego fixo na área”, frisou uma jornalista, de 42 anos. “Não gosto de trabalhar com redes sociais, apesar de fazer isso há mais de 5 anos. Estou cursando outra graduação, então acabo fazendo freelancers para conciliar trabalho e estudo”, explicou uma entrevistada, de 44 anos. “Não tenho um fixo, por isso preciso fazer várias atividades, para suprir as minhas demandas”, acrescentou uma entrevistada, de 27 anos.

A necessidade de mais trabalhos para complementar a renda ou a remuneração abaixo das expectativas nortearam a avaliação de algumas jornalistas. No relato abaixo, a entrevistada conta que, mesmo na função de diretora, precisou lutar pela equiparação salarial.

Há muito o que se fazer. Há tantos outros profissionais, terceirizados inclusive, que trabalham menos (homens e mulheres brancas), que ganham 2, 3 e até 4 vezes mais do que o meu cargo de Diretora. Hoje foi uma luta para tentar equiparar o salário perante todos os outros profissionais. A alegação é que não fui contratada como Jornalista e sim concursada para Redatora. (31 anos).

A estagnação e a alocação em posições que subestimam as capacidades intelectuais, além do interesse por outras temáticas, também apareceram como motivos de insatisfação. “Estou há muito tempo na mesma função”, contou uma jornalista, de 27 anos. “Estou em uma fase que desejo desafios maiores”, disse outra, de 34 anos. “Minha experiência profissional me qualifica para cargos melhores”, informou uma entrevistada, de 54 anos. No relato seguinte, a jornalista avalia atribui ao racismo o desperdício do conhecimento que adquiriu.

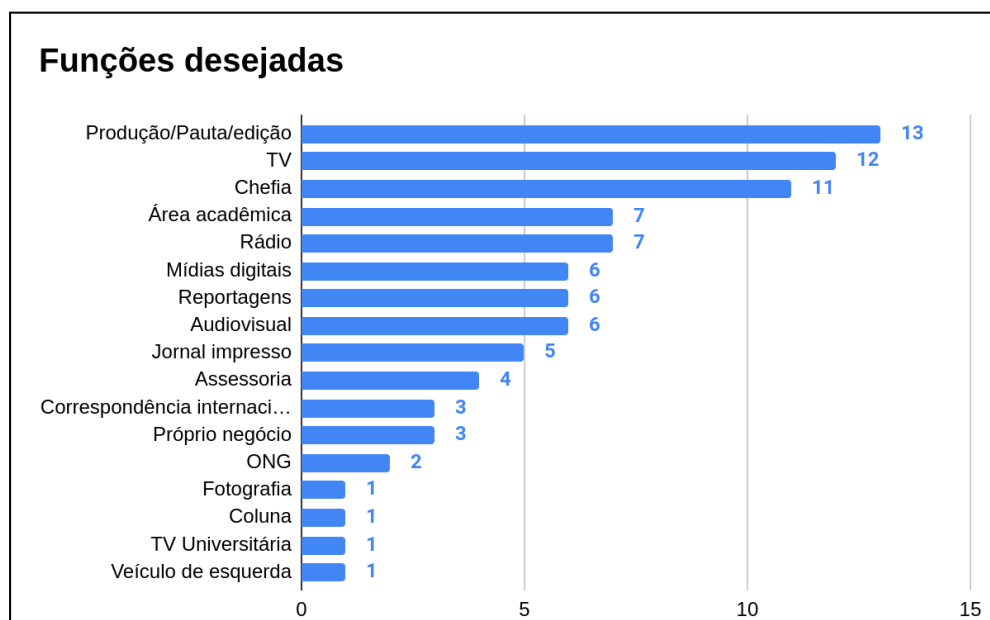
Hoje eu cubro cidade e todos os meus trabalhos anteriores foram em política e em assuntos internacionais, apenas com trabalhos pontuais em cidades. Existem pouquíssimos negros cobrindo política e internacional, então sinto que poderia contribuir mais nestas outras áreas. Fui pesquisadora de política pública com foco em segurança pública americana numa universidade dos EUA, e isso me faz acreditar que muito do que conheço e aprendi poderia estar sendo usado de forma mais útil e em espaços que ainda são muito embranquecidos. (30 anos).

Outras jornalistas mencionaram a sobrecarga de trabalho e o ambiente machista onde trabalham como critérios de insatisfação. “Estou sobrecarregada e realizando atividades fora das minhas habilidades”, afirmou uma jornalista, de 25 anos. “Me sinto explorada”, escreveram exatamente assim duas entrevistadas, de 27 anos e de 25 anos. “Pouca grana e muito trabalho”, resumiu outra, de 30. “Trabalho em um ambiente machista e tóxico em que os homens têm as melhores oportunidades. Hoje, me sinto menosprezada”, contou uma jornalista, de 47 anos.

Já entre as entrevistadas que se vêem satisfeitas por um lado, mas por outro não, fazer o que gosta, mas não ser bem paga é um problema. Para uma entrevistada, de 54 anos, apenas o fato de estar empregada, já gera satisfação, porém, a sobrecarga desanima. O desejo por outras funções surgiu frequente entre as jornalistas. 71% responderam que gostariam de exercer outras funções no jornalismo. Outras 27% disseram que não. 2% não responderam.

Os postos com poder de decisão, como produção, pauta e edição foram as funções desejadas mais citadas pelas jornalistas, seguidas de trabalhos na TV e dos cargos de chefia, com 13, 12 e 11 citações, respectivamente, conforme o gráfico. Da mesma forma como foi feito com as funções exercidas, uma lista de opções foi oferecida, assim como o campo “outro”.

Gráfico 50 - Funções desejadas.



Fonte: autoria própria.

Na opinião de algumas jornalistas, as barreiras que as separam das funções desejadas estão relacionadas à raça, ao gênero e à classe. “Nós negros temos sempre que trabalhar em dobro para conseguir sucesso e reconhecimento e isso faz com que sonhos sejam adiados”,

explicou uma jornalista, de 32 anos. No relato a seguir, a entrevistada diz que se sente “a cota”, longe das oportunidades e com o menor salário, presente na equipe apenas para que a empresa possa dizer que possui diversidade no quadro profissional.

Nesse quesito, acho que fui bem vítima de racismo. Já trabalhei em uma TV em que eu era a repórter com menor salários e nunca tive boas oportunidades. Às vezes, apresentava projetos de matérias especiais que nunca saiam do papel. As repórteres "padrão" sempre conseguiam. Me sentia a cota para garantir a falsa sensação de democracia racial. Não me sentia levada a sério. (47 anos).

A falta de vagas para as funções que gostariam de ocupar foi também um dos motivos colocados, sobretudo devido às indicações para as vagas que surgem. “Há muito mais vagas em assessoria do que em redação”, explicou uma escritora, de 33 anos. “As vagas eram sempre preenchidas por indicação e eu não tinha contatos que me indicassem”, afirmou outra, de 39 anos. “Quem não tem o famoso QI fica de fora”, completou uma jornalista, de 31 anos. A falta de qualificação e de experiência também surgiram nos depoimentos.

Falta espaço, divulgação transparente das oportunidades, não morar em São Paulo, não ter inglês fluente e vários anos de experiência em uma só função. (38 anos).

Acho que ainda não tenho experiência suficiente na área, mas de qualquer forma, recentemente fiz uma pesquisa, e não consegui encontrar num passado recente um correspondente negro nos Estados Unidos. Então mesmo se fosse experiente, não sei se seria suficiente. (30 anos).

Por muito tempo eu preferi ficar nos bastidores para tentar me "firmar" como profissional. Sempre tive medo de me mostrar mais, por insegurança sobre a minha imagem e por não ver referências que me encorajassem. Também não fui diretamente estimulada, nunca me foi oferecida oportunidade. (34 anos).

Conhecemos, até agora, os motivos que afastaram da profissão de jornalista 25,5% das 137 participantes desta pesquisa e as condições de trabalho das 73% que estavam atuantes no mercado de trabalho quando responderam ao questionário. Vimos que a sobrecarga e os baixos salários desmotivam boa parte das escritoras, com 71% que gostariam de exercer outras funções no jornalismo. No próximo tópico, nosso foco será o racismo cotidiano na profissão.

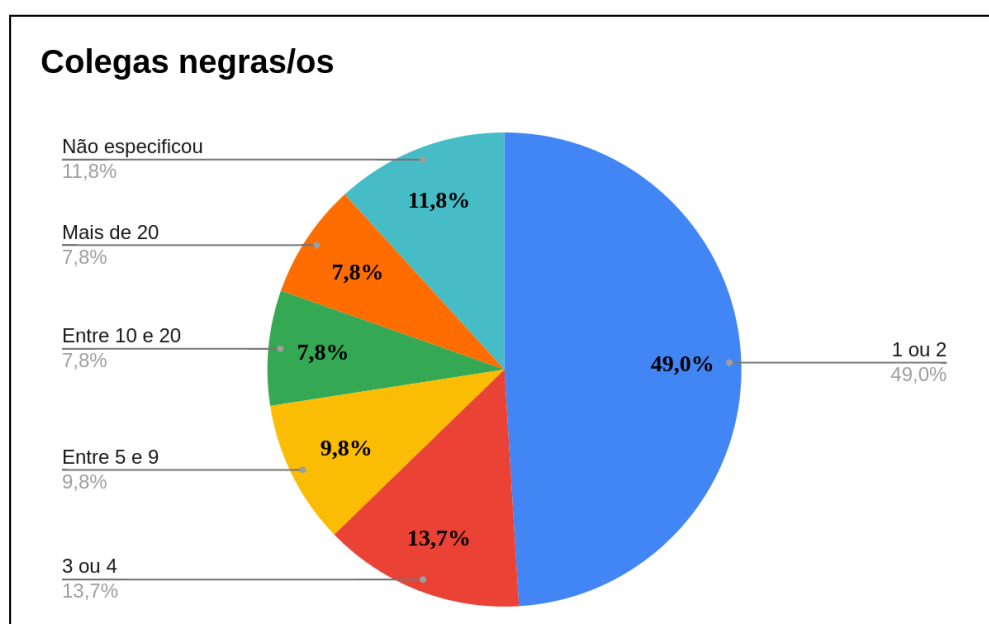
4.3. O racismo cotidiano

Com objetivo de mensurar as presenças de pessoas negras e brancas nos ambientes de trabalho, perguntamos às entrevistadas sobre a percepção racial das mesmas diante de colegas

e chefes. 51% afirmaram que possuem colegas negros/as nas empresas ou instituições em que trabalham, enquanto que 49% revelaram serem as únicas negras nas equipes.

Entre as que possuem colegas negros/os, 49% informaram que eles/as somam um/a ou duas/dois, conforme o gráfico a seguir. 13,7% contam com 3 ou 4 colegas, 9,8% com 5 ou 9, outras 7,8% convivem com 10 a 20 jornalistas negros/os, mesmo percentual (7,8%) daquelas que identificaram mais de 20 colegas negros/os em seus ambientes de trabalho.

Gráfico 51 - Colegas negros/os.



Fonte: autoria própria.

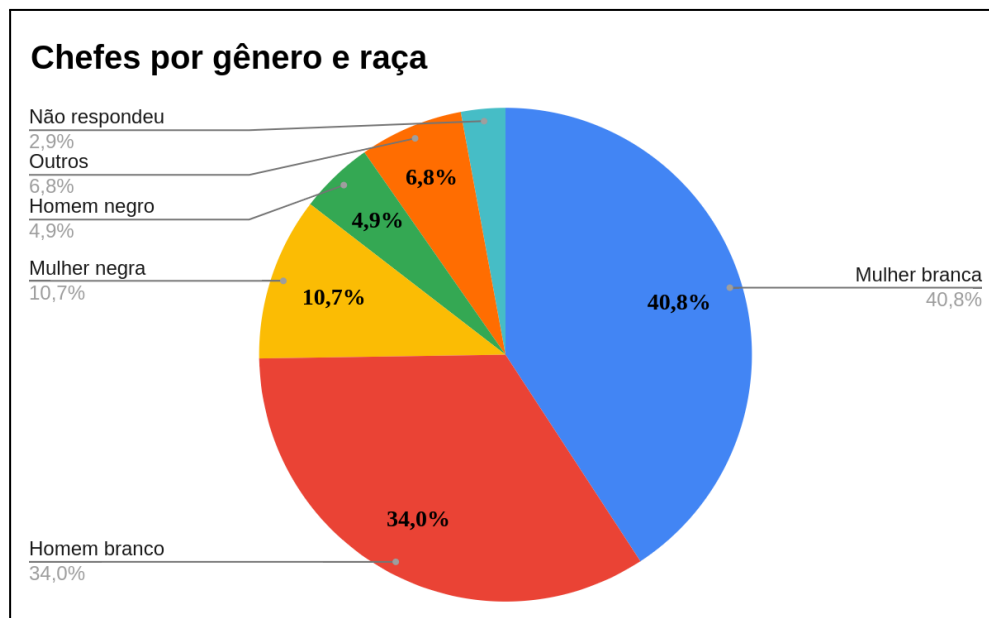
No entanto, é importante salientar que mais preciso seria capturar a proporção entre as presenças negras e brancas nos locais de trabalho. Abaixo, alguns comentários dão ideia destas proporções diante do tamanho do quadro profissional. “Todas as pessoas que trabalham no Negrê⁵⁵ são negras”, disse uma jornalista, de 25 anos. “Aproximadamente cinco num quadro de cerca de 100”, afirmou uma entrevistada, de 59 anos. “A empresa tem 200 jornalistas, acredito que no máximo 20”, detalhou outra, de 38 anos. “Talvez eu consiga chegar em uns 30 nomes num universo de mais de 300 jornalistas”, acrescentou uma jornalista, de 33 anos.

Entre os/as colegas negros/as, 62,3% afirmaram que a maioria é de mulheres, 23% indicaram ser de homens, e 14,8% informaram ser a mesma quantidade. Já com relação aos/às próprios/as chefes, 40,8% responderam que são mulheres brancas, 34%, afirmaram que são

⁵⁵ Negrê é um portal de mídia independente do nordeste: <https://negre.com.br/>

homens brancos, 10,7%, indicaram mulheres negras e 4,9%, informaram que são homens negros. 6,8% registraram respostas no campo “outros” e 2,9% não responderam.

Gráfico 52 - Chefes por gênero e raça.



Fonte: autoria própria.

Importante acrescentar que no campo “outros”, três jornalistas informaram serem elas mesmas as próprias chefes, uma escreveu que a chefe é “mestiça que se considera branca”, outra jornalista afirmou que estava subordinada a uma chefe “mulher trans miscigenada” e uma entrevistada sinalizou ser freelancer. Quando perguntadas se elas mesmas já ocuparam cargos de chefia, 51% responderam que não, enquanto que 48% afirmaram que sim. Apenas uma entrevistada não respondeu.

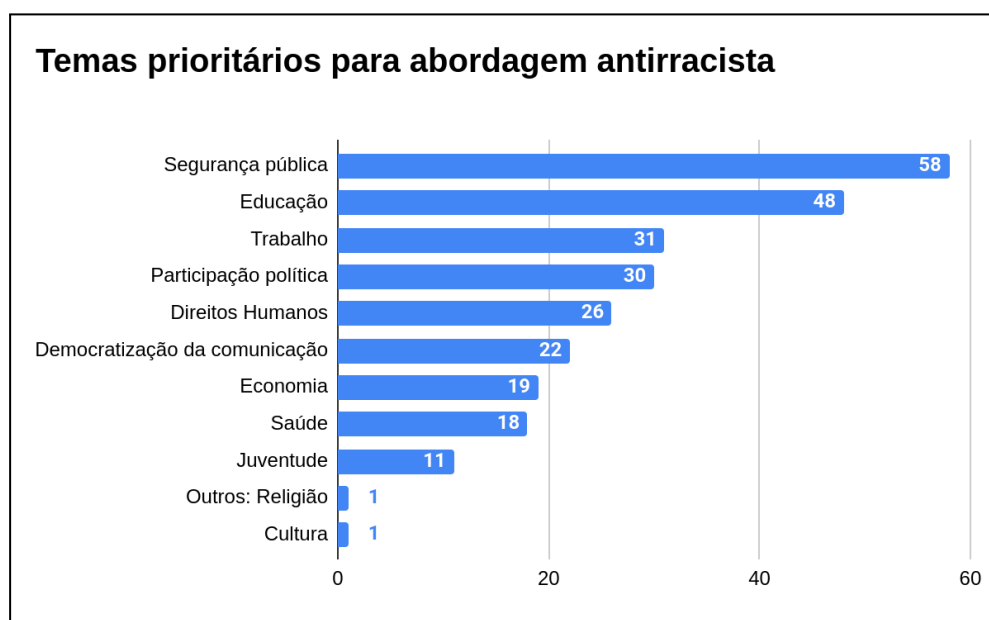
Com relação às pautas, 40% das entrevistadas responderam que as questões de interesse da população negra recebiam abordagens antirracistas na produção de conteúdos. Por outro lado, 30% indicaram que não e 28% sinalizaram que o foco antirracista acontecia somente às vezes. 2% das escrevintes não responderam. Em seu *Pequeno manual antirracista*, Djamila Ribeiro (2019) explica sobre a postura antirracista:

Chegamos, assim, à seguinte pergunta: o que, de fato, cada um de nós tem feito e pode fazer pela luta antirracista? O autoquestionamento — fazer perguntas, entender seu lugar e duvidar do que parece “natural” — é a primeira medida para evitar reproduzir esse tipo de violência, que privilegia uns e oprime outros. (RIBEIRO, 2019, p. 11).

Com o objetivo de tentar mensurar a autonomia das jornalistas na proposição de pautas antirracistas, perguntamos se elas tinham abertura para indicar abordagens neste sentido. 58% afirmaram que sim, outras 23% disseram que não, 15% indicaram que nem sempre e 2% não responderam. Quando perguntadas se já haviam produzido e publicado conteúdos antirracistas, 66% afirmaram que sim, 32% informaram que não e 2% não responderam.

Buscamos elencar os três temas que cada uma das jornalistas considerava prioritários para receber abordagens antirracistas no Brasil. Segurança pública e educação foram os mais citados, seguido de trabalho, participação política e direitos humanos. A democratização dos meios de comunicação ficou em sexto lugar entre os temas priorizados pelas escrevintes.

Gráfico 53 – Temas prioritários para abordagem antirracista.



Fonte: autoria própria

O pacto da branquitude também pode se manifestar na escolha das fontes para os conteúdos produzidos. Para averiguar esta situação, buscamos saber das entrevistadas se onde trabalhavam percebiam alguma resistência de chefes para ter pessoas negras entrevistadas. 80% afirmaram que não e 16% disseram que sim. 4% não responderam.

Entre as escrevintes que perceberam resistências para que fossem consultadas fontes negras, pedimos que relatassem as dificuldades observadas para abordagens antirracistas nos conteúdos em produção. “O mundo da ciência ainda é predominantemente branco e as fontes, idem”, disse uma jornalista, de 35 anos. Outras também indicaram dificuldades para encontrar profissionais negras/os disponíveis para entrevistas, como relatado abaixo.

Trabalho com jornalismo focado em saúde em sociedades especializadas. Logo, essa é uma realidade que não faz muito sentido lá dentro, já que as fontes são os profissionais associados. Obviamente noto uma escassez de profissionais negros dentre os médicos das áreas que atuo. (33 anos).

Na redação onde trabalho sempre queremos ter mais diversidade de fontes, incluindo as especialistas. Algumas vezes, acho mais difícil encontrar especialistas negros para falar sobre determinados temas, mas na maioria das vezes é só pesquisar um pouco mais que acabo encontrando. (62 anos).

Sou autorizada a utilizar como fonte apenas autoridades e chefias e só há uma pessoa negra em cargo de chefia (ela é gestora de Igualdade Racial). (33 anos),

Em alguns casos, porém, a preferência por fontes brancas é declarada. Pessoas negras têm espaços negados ainda com o argumento da “boa aparência”, conforme uma jornalista, de 22 anos: “Na empresa que atuei anteriormente, sim. Diziam para entrevistar “pessoas bonitas” ou seja brancas!”. Outra escritora, de 37 anos, falou dos espaços na capa do jornal. “Trabalhei em um jornal onde a prática de colocar uma foto de mulher branca e loira na capa do jornal em detrimento de pessoas pretas era comum”. Uma entrevistada, de 34 anos, disse que para o cliente “a instituição brasileira não gostaria de ser representada por pessoas negras”.

Os próximos relatos informam que as pautas antirracistas não são prioritárias nos lugares onde trabalham. “Trabalho com pautas bem corporativas em que a pauta antirracista passa longe”, explicou uma jornalista, de 47 anos. “Se fala dessa abordagem pelos cantos, é como se não pudesse olhá-la diretamente”, contou outra, de 32 anos. “É um assunto que simplesmente não existe para a instituição”, resumiu uma jornalista, de 25 anos. O relato abaixo revela a intersecção entre raça e classe, com a empresa querendo “não se comprometer”.

Apesar de identificarmos que nosso cliente tem essa necessidade de falar sobre assuntos antirracistas, eles não aceitam falar sobre o tema para não se comprometer. O cliente é um shopping center. (24 anos).

Por outro lado, jornalistas inseridas ou próximas aos movimentos negros costumam não ter dificuldades para recorrer às fontes negras. “Como desde a faculdade eu estou inserida no movimento negro, é raro ter dificuldade em encontrar pessoas negras para serem fontes”, disse uma escritora, de 42 anos. “Dizem que dá trabalho e que não acham as pessoas, o que não é verdade”, explicou outra, de 40 anos. “A minha empresa (Negrê) é toda voltada para o universo de questões raciais”, acrescentou uma jornalista, de 41 anos. Os relatos abaixo são de profissionais em cargos de decisão, o que garante a execução de pautas antirracistas.

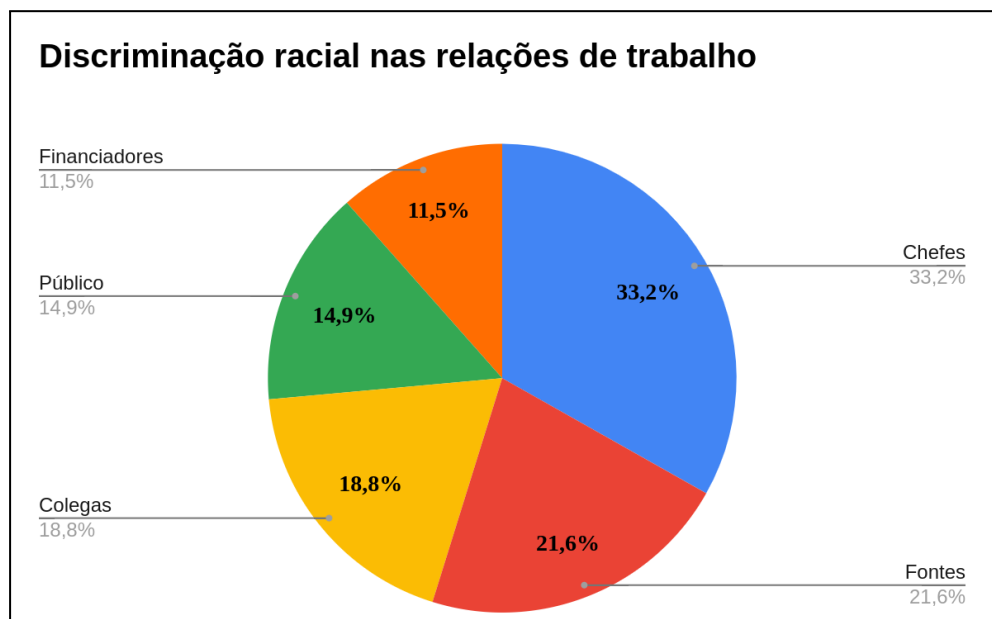
Não, como relatei antes, hoje ocupo a posição de diretora de conteúdo e nos produtos que eu dirijo estas fontes são constantes e os temas antirracistas também. (32 anos).

Não passei por isso porque as pessoas, normalmente, já sabem que vou pautar a questão racial. Eu nunca trabalhei para pessoas brancas, a não ser no serviço público. Quando atuei na PR minha expertise era o recorte racial, contemplar a representatividade em todos os produtos. As vezes me consultavam para saber se estava contemplando a população negra ou já me colocavam para atender gestores e gestoras negros/as. Sempre fui militante e deixava isso nítido desde os primeiros contatos com a equipe. Se intimidei, intimidei bem. Sou um ponto fora da curva porque sempre trabalhei com organizações e pessoas negras. (60 anos).

No último sábado colocamos no ar um episódio do programa que dirijo sobre mulheres na ciência. Sou responsável por definir a pauta, e quando elaborei esse, coloquei um VT sobre mulheres negras na ciência - porque elas são apenas 3% das pessoas que se formam no doutorado hoje e isso tem um motivo. Precisei "explicar" o motivo desse recorte duas vezes, uma para a minha coordenadora, que queria incluir mulheres negras em outro VT, e outra pro produtor que faria os contatos. Ambos perguntaram a necessidade dessa temática específica. Eu mesma acabei fazendo a reportagem para garantir que ela aconteceria da forma que pensei. (34 anos).

Para conhecer a perspectiva das entrevistadas sobre o racismo cotidiano nas relações de trabalho, perguntamos com quem acreditam ser mais comum a prática da discriminação racial. Foram dadas as alternativas, com a possibilidade de escolher mais de uma, e oferecido o campo “outro” para respostas complementares. Como mostra o gráfico, 33,2% das respostas indicaram ser com os/as chefes, 21,6% sinalizaram para as fontes, 18,8% apontaram para colegas, 14,9%, para o público externo, e 11,5% das marcações indicaram os financiadores. Apenas uma jornalista acredita que não existe discriminação racial nas relações de trabalho.

Gráfico 54 - Discriminação racial nas relações de trabalho.



Fonte: autoria própria

Entre as jornalistas, 46% afirmaram que já haviam sido vítimas da discriminação racial no exercício da profissão, enquanto que 48% disseram que não. 6% não responderam. Ou

seja, quase metade das escrevintes foi discriminada na prática do jornalismo por ser negra. Muitas vezes, as situações são “veladas”, conforme classificaram algumas entrevistadas, dificultando a identificação do racismo. “Preciso pensar com calma”, respondeu uma jornalista, de 40 anos. “O preconceito é velado. Dificilmente temos como provar”, disse outra, de 25 anos.

Sem surpresa, a aparência física, como desde a infância, permanece sendo alvo de ataques racistas, sejam em comentários “sutis”, ou em violência cotidiana, como conta a jornalista de 27 anos, que trabalhava para uma vereadora negra: “Seu gabinete era chamado de “Navio negreiro”, pois a grande maioria era negra”. As vestimentas com referência à cultura afrobrasileira também são alvos do racismo, pois transmitiriam descrédito. No relato abaixo, a jornalista expressa uma série de situações que demonstram o racismo em diferentes formas.

Quando passei na seleção do meu primeiro emprego, a chefe, uma mulher branca, disse que me selecionou porque tinha gostado muito do meu texto, embora outros concorrentes tivessem currículos melhores e fossem profissionais com "um perfil diferente". Ela reforçou que havia me escolhido porque "precisava de alguém com um bom texto e não de uma modelo". Quando trabalhei em redação de jornal, várias vezes senti tratamento diferenciado de colegas e fontes. Algumas fontes estranhavam quando eu chegava pra fazer uma entrevista, deixando claro que, ao telefone, tinham me imaginado de outra forma. Já ouvi vários comentários racistas direcionados a colegas negros (quando estes estavam ausentes). Uma vez cheguei a discutir com um superior numa rede social por questionar o racismo estrutural dentro do judiciário, onde as denúncias de racismo viram processos por injúria ou são simplesmente arquivadas. Também ouvi inúmeras piadas racistas pela maioria dos locais onde trabalhei e ouvi risos quando apareci usando box braids na empresa. (25 anos).

Fui cobrir uma reunião e as pessoas ficaram falando que mulheres de cabelo crespo tinham o cabelo ruim. (27 anos).

Fui chamada por uma chefia para realizar uma entrevista e ouvi de uma colega que se disse surpresa pois essa chefia costuma preferir trabalhar com “mulheres bonitas e arrumadas”. (33 anos).

Minha editora falou q eu tinha q alisar o cabelo. (30 anos).

Certa vez, gravei um depoimento para um vídeo institucional. Já usava o cabelo natural, sem química, ou qualquer artifício para estar em um outro padrão. O meu trecho foi cortado, apesar de ter ficado bem legal no meu ponto de vista. Pela pessoa que tomou a decisão, a minha concepção entendeu como racismo estrutural. (31 anos).

Algumas jornalistas recorreram à interseccionalidade de gênero e raça para descrever a discriminação sofrida. A hipersexualização das mulheres negras consta nos relatos abaixo.

Trabalhava como coordenadora de endomarketing para uma empresa e fui com um colega a uma reunião. Estava de tranças e este colega disse para o cliente que eu deveria ir dançar em um navio. (66 anos).

Um colega fotógrafo disse que eu poderia ser passista, me hipersexualizando como mulher negra. (33 anos).

Como mulher, com certeza, e como negra, muitas vezes é tão velada que você não percebe. (32 anos).

Do mesmo modo que constatamos nas escolas e nos cursos de jornalismo, questionar a competência das mulheres negras continua sendo prática, desta vez no exercício da profissão. As diferentes formas de duvidar da capacidade profissional vão desde perguntar se são mesmo jornalistas, desqualificar o trabalho, ignorar a presença, até “confundir” com trabalhadoras braçais. “Além de ser barrada em um evento luxuoso, já duvidaram ser eu a coordenadora”, contou uma jornalista, de 66 anos. “No geral, me confundiram com funcionária do lugar, não como a jornalista que estava lá para entrevistar alguém”, disse outra, de 29 anos.

Um entrevistado perguntou se eu era jornalista mesmo, com olhar de desconfiança. Certa vez cheguei para fazer uma reportagem com um advogado e ao entrar na sala ele me olhou e perguntou se eu era mesmo jornalista. Numa outra ocasião, o irmão de uma vítima de afogamento tentou impedir a cobertura do funeral me chamando de "macaca", sem falar das vezes que não são ditas palavras, mas o olhar de desconfiança lançado sobre mim que eu sentia que era por causa da cor da minha pele. (40 anos).

Quando era repórter, cheguei com uma fotógrafa branca para entrevistar uma pessoa e a secretária não me "enxergou" quando eu me dirigi a ela. Preferiu se dirigir à fotógrafa e eu tive que ser incisiva e dizer que eu era a repórter. (59 anos).

Uma historiadora da cidade chegou na recepção e a atendente me chamou para atendê-la. Cheguei, fui me apresentar e ela perguntou o que eu era no jornal, me confundiu com a auxiliar de serviços gerais. (40 anos).

Diretamente não, mas é frequente as pessoas perguntarem se sou formada ou quando chego para entrevista perguntam "onde está a jornalista?". (47 anos).

A exposição recorrente a constrangimentos promovidos por chefes se caracteriza como assédio moral. Esta violência foi citada por algumas escrevintes, que sinalizaram sobrecarga de trabalho, perseguições, desqualificação, entre outros infortúnios diários. No último relato, a entrevistada cita a infantilização para desqualificar o trabalho produzido.

Meu antigo chefe não confiava no meu trabalho e me criticava diariamente. Isso era um comportamento que ele tinha apenas com colaboradores negros. (45 anos).

Desqualificavam meu trabalho como jornalista, como se eu não fosse boa suficiente. Uma chefe me dava atribuições que não eram do meu cargo e me fazia ficar até tarde na redação. Além de assédio moral com comentários. (26 anos).

Atuava na assessoria de imprensa de uma famosa instituição privada brasileira e minha chefe demonstrava claramente não gostar da minha cor, criticava minhas atitudes, me deixava de fora das conversas e outras pessoas já tinham ouvido dizer que "ela não confiava em negros". (33 anos).

Sofri assédio moral de uma chefe que sempre que me encontrava no plantão era particularmente detalhista, paternalista e agressiva comigo, buscando "pelo em ovo" no trabalho que realizei durante o turno. (25 anos).

Quando estive no [portal de notícias], toda a equipe de redes sociais era branca. Havia um tratamento muito pesado com relação aos meus erros em comparação aos erros das demais. As cobranças sempre eram muito passivo agressivas, sempre em tom como se estivesse falando com uma criança e não com uma profissional que não apenas era mais velha de mercado, mas de idade também. Lembro de me sentir burra. De questionar minha gestora anterior: "por que vc nunca me disse que eu era burra?". Recebia emails com cópia para toda a equipe com meus erros grifados em amarelo. Nunca era dito sobre minha raça, mas a diferença ficou muito clara, sabe? (34 anos).

Ainda sobre assédio moral, a narrativa a seguir merece destaque pelo detalhamento de como agiu cotidianamente o chefe, que fazia questão de menosprezá-la. A entrevistada relata prejuízos na saúde mental em decorrência do tratamento que recebia ao lado de uma colega.

Por indicação da minha chefe da época, eu aceitei sair da web e entrei na editoria de política do mesmo jornal, mas na edição impressa. A direção do jornal "ordenou" que ela indicasse as duas melhores repórteres que ela tinha pra ir para o impresso, e eu e uma amiga (mesma idade, um pouco mais nova que eu, branca) aceitamos e fomos. Nosso chefe, subeditor, era um terror, dava em cima dela absurdamente e me desprezava na mesma proporção.

Um dia descobriu que eu era contemporânea de faculdade de alguns amigos dele. Esses amigos disseram a ele que eu era "destaque" na faculdade, uma das melhores profissionais da nossa geração. Meu chefe fez questão de me chamar pra conversar e falou exatamente esta frase: "Fiquei sabendo que você era tida como geniázinha na faculdade. Você não é. Você é apenas mediana, não sabe nada como qualquer outro repórter iniciante (eu já tinha quase dois anos de formada) e está muito longe de ser uma jornalista razoável".

Eu fiquei em choque e com a autoestima péssima. Fiquei nessa editoria por seis meses, os dois últimos passando mal com crises depressivas, procurando emprego, até que um dia eu simplesmente chamei meu editor (de quem eu havia desenvolvido fobia da voz) pra conversar e falei que ia sair.

Hoje, avaliando esse período, vejo que eu e minha amiga sofremos MUITO assédio moral, ela também tinha o trabalho desvalorizado. Mas ela teve algumas oportunidades que eu não tive: foi colocada como setorista do Palácio do Planalto, por exemplo, e eu não (havia um rodízio em que eu não fui incluída).

Também nunca consegui fazer uma matéria especial, porque sempre pegava as bombas que precisavam ser resolvidas "pra ontem". Se quisesse fazer uma especial, teria que conciliar. Eu nunca conseguia ter dedicação exclusiva para uma pauta, como acontecia com outros repórteres. Não tenho elementos pra avaliar se o assédio que sofri foi maior do que o da minha amiga, mas sei que no meu caso o racismo pesou algumas vezes. Nesse período, uma das minhas subeditoras (maravilhosa) era negra, e eu também via que o tratamento dado a ela era absurdo muitas vezes. (33 anos).

O preterimento em pautas e a preferência por profissionais brancas para as tarefas de destaque, como narrado pela jornalista acima, se repetem, deixando evidente que, na rotina do jornalismo, o pacto da branquitude opera, distribuindo privilégios em detrimento da presença negra que ocupa os mesmos espaços. A discriminação, muitas vezes, acontece nas ruas.

Quando ainda morava no Rio de Janeiro, trabalhei em um impresso e fui barrada em uma coletiva, sob a alegação que o salão do hotel estava cheio. E uma jornalista branca entrou. Mas eu reagi e entrei. (27 anos).

O segurança de um shopping em São Paulo me indicou a porta de serviço para entrar. Eu ainda era estudante e estava participando de uma semana de jornalismo ambiental em um grande jornal. Os participantes foram convidados para uma pré-estreia no cinema com exibição marcada para o primeiro horário do dia. Cheguei ao shopping pouco antes das 10h, horário de abertura, e pedi informação para o segurança para chegar ao cinema. Havia outras pessoas brancas esperando na porta, mas somente eu fui enviada para a portaria de serviço. Imagino que tenha sido pela cor. (38 anos).

O racismo cotidiano também é expressado pelas barreiras colocadas para a ascensão profissional das jornalistas negras. Abaixo, as entrevistadas contam como foram preteridas em favor de profissionais brancas no momento em que surgiram oportunidades para assumirem cargos de confiança dentro das empresas ou instituições.

Eu constantemente era substituta da minha coordenadora direta, quando ela tirava férias. Ou seja, de duas a três vezes por ano eu passava um período gerindo equipe, à frente de atividades, etc. Já havia mostrado que tinha competência pra isso, a própria equipe me elogiava com algumas coisas que eu fazia enquanto estava na gestão. No ano passado, houve uma movimentação no setor, minha chefe direta foi promovida. Ou seja, a vaga dela ficou livre para uma oportunidade permanente.

A gerente do setor convidou três pessoas para o cargo - dois homens e uma mulher, todos brancos. Nenhum deles aceitou, e ela convidou uma ex-funcionária do setor, que estava em outro. Esta quarta pessoa, branca e loira, aceitou e se tornou minha chefe. Chamei minhas chefes pra pedir um feedback sobre meu trabalho, porque se eu não fui sequer considerada para assumir a coordenação em que eu era a primeira substituta, havia alguma falha grave no que eu fazia.

A reunião durou uma hora, cheia de desculpas, mas elas não conseguiram apontar nem uma queixa sobre meu trabalho. A sensação que eu tive foi de que pra pegar a coordenação esporádica e temporariamente, geralmente com uma bomba pra resolver no estilo "se vira nos 30", eu servia. Para assumir definitivamente o posto, passar a ter poder efetivo de decisão e poder colocar e desenvolver mais as minhas ideias, eu não servia.

Esse episódio fez eu decidir sair do setor. Demorou três meses pra que me liberassem e nesse período eu tive uma recaída na ansiedade e depressão. Depois disso eu consegui ir para a equipe onde fui bem acolhida e estou até hoje. (34 anos).

Preterida na hora de assumir cargo de confiança e em diversos momentos quando julgam que minha postura questionadora não condiz com minha condição de mulher negra, e acabo vista como alguém que não conhece o seu lugar de subalternidade, sendo muitas vezes interrompida em minhas falas/exposições mesmo por outras mulheres, inclusive aquelas de esquerda que já foram sindicalistas. (35 anos).

Uma chefe branca, ao saber que eu estava na disputa de um cargo de confiança disse a uma pessoa: Quem essa neguinha pensa que é. Ela não trabalha mais no órgão, saiu acusada de má gestão financeira. Eu, concursada, sigo no meu cargo efetivo, mas não quis mais cargo de confiança nesse órgão. (60 anos).

O racismo institucional acontece, muitas vezes, com a distribuição salarial. No relato a seguir, a jornalista conta que perdeu a vaga para um homem e que recebia remuneração mais baixa do que as demais pessoas da equipe, mesmo cumprindo as mesmas atribuições.

No primeiro emprego em TV, comecei prestando serviço. Ao aparecer vaga, um repórter homem foi contratado primeiro, mesmo tendo chegado depois. A alegação era que a vaga anterior era de um homem. Depois fui contratada com o menor salário da equipe e tinha as mesmas obrigações. Alegaram que eu ia ocupar a vaga de uma estudante para quem foi criada uma vaga com salário que não estava no organograma. Depois o salário seria equiparado. Mas isso só aconteceu quando fui demitida 3 anos depois para que a nora de um advogado do grupo fosse contratada. (47 anos).

No relato a seguir, outra jornalista identifica o racismo institucional a partir da ideia de manter uma mulher negra na equipe com objetivo de forjar diversidade racial na equipe.

Fui colocada no local de totem, a única jornalista negra para respaldar um veículo de jornalismo chefiado por homens brancos e 1 mulher branca. Em espaços políticos, me convidavam para representar a organização pois é interessante ter uma imagem de diversidade. (37 anos).

A baixa presença de mulheres negras no jornalismo brasileiro é constatada no mesmo momento em que se registra a “feminilização” da profissão que a mantém branca, ou seja, com maioria formada por mulheres, mas por mulheres brancas, situação que requer uma atenção maior para as relações raciais entre chefes brancas e subordinadas negras que se estabelecem na atividade jornalística. Identificamos que 40,8% das entrevistadas são chefiadas por mulheres brancas e 38%, por homens brancos. Em vários relatos, vimos o racismo cotidiano interferir nestas relações de diferentes maneiras, nos colocando em alerta sobre os bloqueios racistas e sexistas que podem impedir a ascensão profissional de jornalistas negras.

Além de serem brancas na maior parte das vezes, as jornalistas que conseguem avançar para cargos de maior poder tendem a esbarrar no chamado “teto de vidro”, conforme Andressa Kikuti Dancosky, Jacques Mick e Paula Melani Rocha (2022) identificaram em uma pesquisa que recolheu dados de 1.233 jornalistas, em 2017. O estudo da distribuição das faixas salariais entre os/as entrevistadas/os evidenciou o privilégio masculino em detrimento da possibilidade de ascensão de mulheres no jornalismo. De acordo com os pesquisadores,

Na faixa de cinco a dez salários mínimos, as mulheres superavam os homens em porcentagem em 2017, mas, nas faixas mais elevadas (mais de 10 salários mínimos), os homens superavam as mulheres; isso parece documentar o “teto de vidro” que se impõe à trajetória das jornalistas, que até conseguem ascender na pirâmide de renda, sem, contudo, suplantar a dominação masculina. (DANCOSKY, MICK, ROCHA, 2022, p. 7).

Com isso, as chances de ascensão de mulheres negras ficam ainda menores, uma vez que, para alcançarem os cargos mais elevados nas esferas de poder, teriam que superar a preferência por mulheres brancas e, além disso, ainda terem que lidar com o “teto de vidro”.

O teto de vidro (Linda STEINER, 2014) está imbricado nesta lógica de que o mando é masculino e a sujeição é feminina. Há fissuras, como a participação das mulheres em cargos de chefia intermediários (BANDEIRA, 2019), porém com baixa incidência no topo da pirâmide profissional. No contexto de crise, a mídia brasileira mandou parte das mulheres para casa. (DANCOSKY, MICK, ROCHA, 2022, p. 10).

Embora as mulheres brancas ainda sejam maioria entre os profissionais do jornalismo no Brasil, apesar da “desfeminilização” identificada no *Perfil do jornalista brasileiro 2021*, conforme já mostramos no primeiro capítulo, a ascensão profissional das mulheres tem o limite determinado pelos salários, estando os homens brancos no topo das gestões, com os maiores rendimentos e, também, mais poderes de decisão. Com relação ao racismo de chefes brancos contra subordinadas negras, este se constitui em um obstáculo que jornalistas brancas, além de não estarem sujeitas, podem, inclusive, conscientes ou não, usar para manter suas posições.

Vale citar que alguns estudiosos sugerem o fenômeno da "síndrome da abelha-rainha" para ser observado nas hierarquias que estruturam as relações de trabalho entre mulheres. Erica Souza, Carolina Santos e Antônio Neto (2021) abordaram o assunto, mas frisam que a teoria é muitas vezes refutada em diferentes pesquisas:

(...) entre os fatores que dificultariam a mulher alcançar cargos mais elevados nas organizações, está um ponto polêmico sugerido pela literatura: o fenômeno “síndrome da abelha rainha” (DERKS; VAN LAARB; ELLEMERS, 2016). Tal fenômeno foi mencionado pela primeira vez em um estudo de Staines, Jayaratne e Tavris (1973). Segundo esses autores, a cultura patriarcal faz com que as poucas mulheres que alcançam o topo ajam de forma mais rígida com as subordinadas, mantendo-as afastadas da esfera de poder. O medo de perder autoridade levaria a profissional bem-sucedida a se recusar a ajudar, ou até dificultar outras mulheres a assumirem cargos de comando, estabelecendo mais um obstáculo à carreira feminina. (SOUZA, SANTOS, NETO, 2021, p. 6).

Por outro lado, “Cook, Ingersoll e Glass (2019) afirmaram que a falta de mulheres no topo das organizações está mais relacionada às poucas ações de executivos e organizações do que à ‘síndrome da abelha rainha’”. (SOUZA, SANTOS, NETO, 2021, p.7). De todo modo, e até devido às posições conflitantes - ou seja, em disputa -, investigar a existência ou não destes fenômenos no jornalismo torna-se urgente para a manutenção do acesso e para a permanência de mulheres negras na profissão, uma vez que o racismo estrutural é inquestionável.

Para se protegerem do racismo cotidiano no jornalismo, 38% das entrevistadas disseram que utilizam algumas estratégias. Outras 60% afirmaram que não criaram estratégias de defesa, enquanto que 2% não responderam. Entre as estratégias usadas, a maneira de tratar os colegas e chefes com seriedade apareceu nos relatos. “Evito intimidades, sou dura nas

palavras”, revelou uma jornalista, de 37 anos. Outra, de 38 anos, acrescentou: “Busco ser séria e sempre educada para que as pessoas tenham distanciamento seguro e não tenham liberdade para falar nada sem que seja profissional”. Abaixo, o relato demonstra uma postura incisiva.

Sempre tive uma postura de cumprir minhas obrigações nos prazos e da melhor forma possível, com seriedade, para que não fossem usadas desculpas alheias que pudessem me atingir enquanto mulher negra. Na primeira televisão que trabalhei como repórter e apresentadora, passaram 3 cinegrafistas pela minha equipe e eu era lida como uma pessoa "difícil" para trabalhar. Isso se devia também por ser mulher e jovem trabalhando com homens com mais experiência. Ao ocupar funções de chefia precisava me impor para ser levada a sério ou ser tratada com respeito. (32 anos).

Alisar os cabelos continua sendo estratégia de proteção contra o racismo cotidiano, da mesma forma que na infância e na adolescência. “Fiz escova e chapinha no cabelo para ir a eventos, acreditava que era melhor do que ir com meu cabelo natural”, contou uma jornalista, de 25 anos. As roupas também são usadas de modo estratégico para evitar violências racistas. “Uso roupas bem caretas para compensar o cabelo ‘alternativo’”, disse uma escritora, de 42 anos. Outra entrevistada, de 25 anos, evita roupas que possam sexualizar seu corpo. Manter distância das pessoas e prezar pelo profissionalismo também foram exemplos colocados.

Em algumas situações evitar falar do assunto, mas na maioria das vezes andar muito bem vestida, ser eloquente, sorrir, ser agradável e principalmente sempre tentar apresentar algo melhor que meus pares, porque em determinados espaços se eu apresentar exatamente o mesmo não será suficiente. É necessário ser excelente para conseguir o básico. (24 anos).

Acredito que eu tento sempre manter um nível de "excelência", algo que faço desde que era estudante na infância/adolescência. Tento fazer com que meu trabalho não tenha espaço para críticas e acredito que esta é uma forma de proteção. (33 anos).

Outras falaram que a estratégia é sempre denunciar e não se calar. Uma jornalista, de 42 anos, sugeriu: “Ficar atenta às expressões e falas que tenham essa conotação e combatê-las”. Uma entrevistada, de 32 anos, disse que fica “sempre alerta e na defensiva pensando que pode haver algum comentário racista e eu precisar responder”. Para quem não corre o risco de ser demitida por isso, combater o racismo diretamente fica mais fácil, na opinião da jornalista:

Aviso às pessoas que estejam tendo comportamento inadequado que é racismo, ou preconceito, ou discriminação, oriento de acordo com a lei, diretamente para a pessoa, em público, e também falo que se repetir chamo o Ministério Público. Claro que é muito mais fácil quando você é concursada, protegida da demissão pela lei. (49 anos).

Quando perguntamos se as entrevistadas sofreram assédio sexual durante o exercício da profissão, 61% informaram que não, mas 37% afirmaram que sim. 2% das não responderam.

De acordo com os relatos, as cantadas ocorrem de forma generalizada, seja por meio de piadas ou através de insistentes convites invasivos. Os abusadores têm perfis variados, como colegas, chefes, fontes, incluindo governantes e políticos. “Policiais dando em cima das mais diversas formas. Negra, aliás, morena é fetiche, né?”, escreveu uma jornalista, de 29 anos. “Por um secretário de Estado que foi colocado no seu devido lugar na mesma hora”, enfatizou a jornalista, de 50 anos. Os relatos abaixo, demonstram os assédios durante as apurações.

Fui entrevistar algumas pessoas em um sarau e em uma conversa com um professor ele disse que tinha vontade de me beijar, pois o meu batom vermelho atraía. (38 anos).

Fontes me abordaram com conversa íntima e às vezes de tom sexual. Isso aconteceu em mais de uma situação. A mais bizarra foi na faculdade com um engenheiro químico que começou a perguntar sobre a minha vida, etc. Depois, em pesquisas, descobri que ele já tinha sido acusado de assédio contra uma aluna. (24 anos).

Certa vez eu e uma colega oriental tivemos que engolir a seco uma cantada de um entrevistado que deu a entender que gostaria de transar com as duas. (31 anos).

Ameaçar o emprego ou blefar com promoções são táticas de abusadores para intimidar as jornalistas. “Um editor insinuou que poderia me ajudar a conseguir uma posição melhor porque eu era bonita”, contou uma jornalista, de 41 anos. A idade das entrevistadas mostra que o assédio dessa forma atravessa gerações. No último relato a seguir, o chefe persegue a entrevistada e a repudia por ser mãe. “Se eu soubesse nem tinha recebido você”, disse ele.

Quando iniciei na profissão, tinha uma expressão "carne nova no mercado", "teste de contratação" e de "como escapar das barcas", referência dada às demissões que ocorrem no período de dissídio. Um grande amigo me deu uma dica para escapar desses assédios: se fazer de desentendida e nunca permitir que o abusador fique sozinho com você. (27 anos).

Em uma viagem para cobertura de uma ação de uma entidade que assessorava, fui assediada por um dos homens da comitiva. Ele fez comentários em tom de brincadeira na frente dos demais, dizendo que queria dormir no meu quarto. E depois apareceu sem avisar no quarto onde eu estava hospedada. Quando abri a porta, ele já foi entrando e se insinuando. Eu saí rapidamente e como havia gente no corredor, ele se sentiu constrangido e saiu. Ele fez piadas durante todo o resto da viagem. (25 anos).

Um ex-superior de uma empresa cliente pra qual a empresa que trabalho presta assessoria me assediou enquanto eu acompanhava a entrevista que ele concedia pra uma TV local. Ficou me abraçando e tocando em mim mesmo com meu aparente desconforto e a tentativa de me afastar dele, ficou falando sobre sair, não lembro ao certo as palavras, mas desconversei e assim que terminou a entrevista acompanhei a equipe até a saída e fui pra casa também. (24 anos).

Trabalhei muito tempo requisitada da Presidência da República e quis voltar ao meu órgão antes que se consumasse o golpe contra a presidenta Dilma. Fiz contato com a chefia do ministério e foram receptivos a minha volta. Ao me apresentar, o antes empolgado chefe quis me colocar num horário que complicava minha rotina com a minha filha pequena e não aceitei. Aí ele disse: Pensei que você era solteira e não

tinha filho. Se eu soubesse nem tinha recebido você aqui, deixava no RH. Na mesma hora desci, fui ao RH, relatei o que aconteceu e me garantiram o horário. O chefe foi advertido e me pediu desculpas. Esse chefe era muito assediador, não apenas comigo, aquele tipo que se acha engraçado, fala das roupas, do corpo das pessoas, a equipe se uniu para ir colocando ele no lugar até que se consumou o golpe e ele foi com o ministro para outro órgão. Livramento. (60 anos).

A ideia da “negra boa de cama” também é partilhada no jornalismo. “Convites para sair, elogios sobre o meu corpo, minhas roupas, sugestões de que eu parecia ser boa de cama, etc”, enumerou a entrevistada, de 48 anos. “Meu chefe anterior já disse que gostaria de me ver nua e tentou pegar meu celular para ver minhas fotos”, contou uma jornalista de 25 anos. Os abusos sexuais, muitas vezes, evoluem para toques sem consentimento.

Um oficial militar ficou me cantando durante a entrevista. Outra vez um psicólogo passou a mão na minha bunda quando me despedi na hora de ir embora na entrevista. (59 anos).

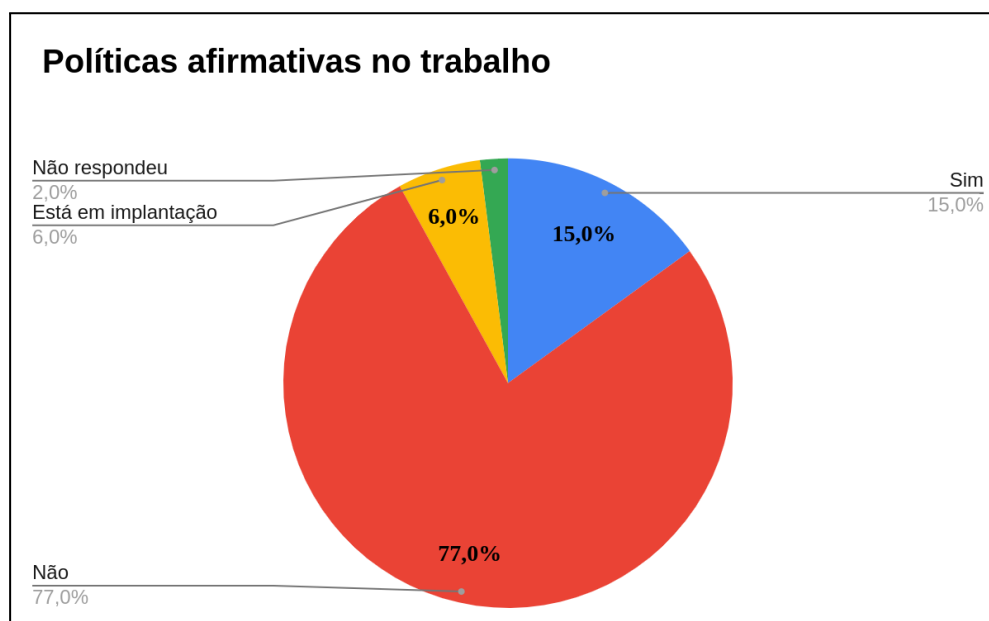
Quando estagiária, tinha um chefe que costumava "passar a mão" nas estagiárias quando as cumprimentava. Eu passei a evitá-lo e cumprimentar de longe, já que eu não me reportava diretamente a ele. (25 anos).

Sempre cargos de chefia e homens. Um diretor estava comigo no carro a caminho de uma pauta. Em dado momento do trajeto, ele pousou a mão em minha perna. Eu reagi. Ele, com a cara mais cínica, pediu desculpas e disse que era o costume de ser a mulher dele sentada ali naquele lugar do carona. (22 anos).

Tensões com relação ao racismo e aos abusos sexuais são constantes para algumas entrevistadas, como pudemos verificar. As demissões podem revelar motivações racistas ou o preterimento por questões de gênero. 51% das escritoras responderam que nunca foram desligadas dos empregos, mas 47% disseram que sim. 2% não responderam. Entre as que já passaram por demissões, algumas identificaram o racismo como motivo, após perseguições de chefes. “Ela já me perseguia”, contou uma jornalista, de 38 anos. “A chefe que praticamente me perseguia tanto reclamou que convenceu os outros editores a me demitir, em uma ocasião em que eu realmente cometi uma falha, já que era um frila fixo”, falou outra, de 39 anos.

Para avaliar se está havendo abertura para profissionais negras e negros no jornalismo, buscamos verificar se nas empresas e instituições onde as entrevistadas atuam existem ou não políticas afirmativas que favoreçam o ingresso na profissão. 77% informaram que não, 15% disseram que sim. 6% contaram que as políticas estão em implantação e 2% não responderam.

Gráfico 55 - Políticas afirmativas no trabalho



Fonte: autoria própria

Algumas entrevistadas relataram que atuam em empresas e instituições com foco nas questões de gênero e raça, portanto, se não toda equipe, a grande maioria é negra. “Somos uma ong antirracista pela igualdade de gênero”, frisou uma jornalista, de 40 anos. “É uma empresa 100% negra”, acrescentou outra, de 41 anos. “Trabalho com diversidade, porque na Agência Mural o foco é as periferias”, explicou uma escritora, de 42 anos.

Outras escritoras explicaram que a política existente nos locais onde trabalham é a reserva de vagas ou a priorização na contratação de profissionais negros e negras. As cotas nos concursos públicos foram mencionadas. “Política de cotas para o serviço público federal”, como pontuou uma entrevistada, de 33 anos.

Recentemente, estabeleceu-se que ao fazer seleção se priorizasse a contratação de pessoas negras. Também há alguns anos tem o selo da igualdade racial na empresa, no qual faço parte do comitê. Mas tudo ainda é muito lento e por trás podem ter propósitos que não são tão ingênuos. (32 anos).

Não sei se seria um processo seletivo para ações afirmativas, mas a prioridade sempre é ter pessoas negras produzindo e sendo pautadas, principalmente, porque esse é o recorte das notícias. (29 anos).

Com objetivo de elencar as sugestões das entrevistadas sobre quais políticas afirmativas deveriam existir nos locais de trabalho, a atenção à pauta foi uma necessidade apontada por boa parte delas. Para as escritoras, as políticas afirmativas precisam ir além do acesso e impactar também os conteúdos abordados. “Raça não é um tema, nem uma agenda que

vigora somente no mês de novembro. É algo permanente, que estrutura todos os temas e assuntos que o jornalismo trata”, frisou uma jornalista, de 37 anos. Os relatos abaixo trazem esta perspectiva:

Primeiramente, criar um Conselho consultivo e deliberativo para propor pautas e avaliar retorno do público; depois formação para toda equipe de Comunicação sobre o que é ser antirracista. (34 anos).

Incluir o tema em pautas frias e não só relacionadas a casos de racismo, violência, que são importantes também. Porém, só focar nisso quando a bomba já estourou não adianta. É preciso expor casos positivos de pessoas pretas, para reconstruir imagens e fortalecer a identificação de outras pessoas pretas enquanto pretas. (35 anos).

Fazer uma relação de fontes especializadas, em assuntos diversos, com pessoas negras. Isso aumentaria a participação dos pretos na composição da notícia e, com o tempo, normalizaria a imagem do preto para além da pauta racismo. (50 anos).

Promover pautas sobre antirracismo que abordem diferentes temáticas. É fundamental que pessoas pretas sejam envolvidas na produção do conteúdo, desde a redação até a entrevista com a fonte. Para isso, é primordial que os pretos sejam contratados para ocuparem esses espaços nos veículos de mídia. (37 anos).

Acredito que as empresas poderia estabelecer parcerias com as mídias antirracistas, além de permitir que jornalistas pretos e pretas possam produzir pautas de diversos temas. (33 anos).

Ter mais pessoas pretas na equipe, estimular as pautas que emanam das periferias do país e estimular a independência e democratização dos meios de comunicação. (24 anos).

Parar de colocar assuntos dessa natureza em espaços específicos. Os temas relativos à população negra deveriam ser tratados em todas as editorias, por exemplo. Me incomoda, inclusive, o fato de só convidar fontes negras quando o assunto é racial. Pessoas negras podem e devem falar sobre todos os assuntos da sociedade, do mundo do trabalho, das artes etc. (22 anos).

Para outras entrevistas, as pautas antirracistas só vão se multiplicar quando a presença de profissionais negros/as também for ampliada, conforme os depoimentos abaixo.

Contratar, promover cursos de aperfeiçoamento e financiar produções para além do novembro negro ou de pautas sobre racismo. Seria contratar profissionais negros para adentrarem nas mais diversas editorias e falar dos mais diversos assuntos. (29 anos).

Inserir o negro no mercado de trabalho, além de ampliar a capacitação profissional são algumas das ações que precisam ser adotadas, com urgência. (66 anos)

Um sistema de cotas para incluir um número maior de jornalistas negros e negras para, assim, ter mais representatividade e levarem mais pautas antirracistas para a mídia. (45 anos).

Privilegiar a contratação de pessoas negras, dar suporte para que elas cresçam na empresa e trabalhar com fontes e entrevistados negros. (38 anos).

Deveriam dar mais oportunidades para os negros/ negras ingressar na grande empresas. E os negros explicar para a branquitude evitar de praticar atos racistas, como piadas, ofensas. (42 anos).

Primeiro, estabelecer cotas para a contratação de pessoas negras, o acesso precisa ser mais igual. Numa cidade como Salvador, que tem a maioria da população negra, não existe justificativa para que as empresas continuem com a maior parte do seu quadro funcional, principalmente gestores brancos. Também ter um alinhamento editorial para se tratar de pautas antirracistas, com o objetivo de se construir uma sociedade mais justa e igualitária, afinal o racismo é um problema de todos. (32 anos).

Levantamento estatísticos voltados ao tema, seleção específica para o segmento de modo propiciar diversidade no quadro de colaboradores/as e consequentemente de perspectivas na cobertura, soluções de questões que afetam o segmento e tornam a sociedade brasileira tão desigual. (35 anos).

Uma escrevente, de 33 anos, ressaltou a necessidade de abrir oportunidades nas empresas de televisão, tendo em vista a baixa representatividade negra na TV. Outra, de 54 anos, ressaltou a importância de espaços para a diversidade entre profissionais negros e negras, com objetivo de combater a valorização de apenas um perfil estético da negritude: “Adoção de um modelo de contratação que inclua mais diversidade negra. Acredito que hoje tem um padrão negro para contratações. Além das questões etárias”, alertou a jornalista.

Nos próximos relatos, as jornalistas ressaltam que as ações afirmativas devem incluir também as pessoas brancas da equipe. A sugestão é para que capacitações sejam recorrentes, com objetivo de não só combater o racismo na profissão, mas gerar o compromisso antirracista.

Acredito que para construir uma sociedade diversa é necessário que ela se enxergue de forma diversa nos meios de comunicação, por isso é importantíssimo aumentar ainda mais a quantidade de homens e mulheres negros nas funções de repórter, apresentador, colunista na mídia. E não apenas pessoas negras, mas pessoas negras que entendam seu papel e possam trabalhar tendo isso em mente. É importante também haver programas de formação continuada dentro das empresas, para manter os funcionários atualizados sobre a temática antirracista e fazer com que os conteúdos antirracistas de qualidade sejam possíveis. Acho importante salientar que é fundamental ter negros nas redações, mas isso apenas não basta. É necessário que as pessoas brancas também tenham consciência do conteúdo que produzem, e não utilizem os negros como muleta, consultoria, etc. As pessoas negras estão nas redações não apenas para fazer trabalhos que tenham algo relacionado a raça, e muitas vezes não querem virar "setoristas" - e não há como julgar porque nunca sabemos o quanto esse assunto é uma ferida na vida da pessoa. O fato de ser negro muitas vezes se torna um "peso" também nessa perspectiva. (34 anos).

Contratação de pessoas negras e campanhas internas contra o preconceito com canal para denúncia, pautas e produtos voltados para o público. (25 anos).

Reserva de vagas para 50% de negras/negros, pessoas negras em cargos de poder e de decisão de políticas internas, espaços de debate com todas as pessoas da instituição sobre racismo/antirracismo e outras pautas (feminismo, direitos humanos, ambientais, etc). (37 anos).

Estabelecer cotas em processos seletivos, promover rodas de diálogo sobre racismo e privilégio branco com participação de funcionários e gestores. (25 anos).

Formação continuada em relações raciais no Brasil para os colaboradores, momentos de relaxamento e entrosamento na equipe. (42 anos).

Formação para os/as profissionais; aumento da quantidade de pessoas negras nas redações; promoção de pessoas negras a cargos de chefia; adoção de boas práticas já consolidadas em outros ambientes. (30 anos).

Acho que são necessários treinamentos voltados a todos os níveis de cargos, voltados tanto para dentro da própria empresa, como para o jornalismo. (42 anos).

Contratar pessoas negras em cargos de chefia e implantar programas educativos para os seus funcionários (brancos e negros) sem que eles precisem ser organizados pelos próprios funcionários negros. (44 anos).

Acho que em primeiro lugar, fomentar alguma ponte com a comunidade negra e assim saber onde buscar profissionais qualificados. Apoiar projetos educacionais voltados para a população negra. Abrir mais processos seletivos para pessoas negras em cargos de liderança e estratégia. (34 anos).

Creio que para além das cotas, que na realidade representam diversidade, mas não necessariamente a inclusão, deveriam propor comitês de grupos étnico-raciais. A escuta é extremamente necessária, penso na real necessidade de um letramento racial. (27 anos).

Outras jornalistas indicam necessidade de políticas que garantam o acesso também aos cargos de decisão, sobretudo, aos que têm poderes sobre a produção de conteúdos. “Colocar as pessoas pretas em todos os lugares. Pensando, executando e criando”, disse uma jornalista, de 34 anos. “Negros na chefia, o principal”, pontuou outra, de 47 anos.

Fontes e entrevistados negros em todas as esferas. Maior número de pessoas negras, com poder de opinião, nas redações. Produtores e chefes de jornalismo negros que tenham por princípio a diversidade em primeiro lugar. Mudar o sistema de escolhas de funcionários, deixar de ser QI, para ser escolha técnica e priorizando a diversidade. (37 anos).

Criar ofertas de cargos para pessoas negras em cargos de tomada de decisão, não só ações afirmativas para estágios ou cargos do primeiro escalão. Enquanto não encontrarmos pessoas negras nos cargos de chefia, direção, presidência, coordenação e gerência não veremos mudanças efetivas. (34 anos).

Contratar profissionais negros, ter pessoas negras em cargos de chefia, pautar a temática com seriedade e para além do 20 de novembro, abordar a temática com a abrangência que lhe diz respeito e que perpassa vários setores, ter pessoas negras como fontes especialistas. Não reforçar os estereótipos preconceituosos e racistas, que são veiculados em jornais sensacionalistas, como nos jornais de cunho policial. No Brasil o racismo é crime, conforme a lei nº 7.716/1989 prevê, mas a lei não é aplicada, o Jornalismo é capaz de pressionar o poder público e conscientizar a população com relação a isso. (55 anos).

As sugestões de políticas afirmativas também incluíram os planos de cargos e salários. “Cotas raciais para ingresso nas instituições e plano de carreira com recorte racial e de gênero”, afirmou uma entrevistada, de 43 anos. “Capacitação profissional para estagiários e planos de carreira sólidos para profissionais negros”, disse outra, de 40 anos. Foram lembradas ainda as cotas nos estágios e a necessidade de recrutadores/as negros/as, conforme abaixo.

Deveria haver cotas nos programas de estágio e trainee, bem como haver cotas para alunos bolsistas. Quando cursei a faculdade, entre 90 alunos, havia só 4 alunos negros, todos inscritos no período noturno. Sinceramente, como uma mídia antirracista se o filtro começa na sala de aula? Também deveria haver cota para docentes negros, só tive dois professores negros, ambos homens. Falta muito para ser feito. (25 anos).

Contratação de pessoas negras ao final da graduação para terem uma perspectiva ao saírem da instituição. Porque a dor da incerteza pode durar anos. (40 anos).

Para mim é simples, colocar pessoas negras para falar e deixar a narrativa ser feita por pessoas negras. Não adianta fazer um processo seletivo para pessoas negras e os recrutadores serem brancos, eles não entendem nossas dores nem nossas necessidades e assim toda a ação vai ser cercada de estereótipos e principalmente da ideia de Branco Salvador. (45 anos).

A primeira coisa é investir em pessoas pretas nesses espaços. Para isso, diminuir o número de exigências (ex: inglês), fazer entrevistas às cegas, não discriminar porque a pessoa mora longe são seriam bem vindos. As empresas precisam olhar para o time e entender o porquê de não ter pessoas negras ali. Estar abertos a melhora é interessante, porque é fato que o curso de jornalismo é elitista. Acredito que na faculdade isso poderia ser abordado de alguma forma, não só em uma disciplina de como cobrir pautas com esse olhar, mas recuperar a contribuição de jornalistas negros para o campo no país. (24 anos).

Além de favorecer o acesso de profissionais negros/as e trabalhar pautas com foco nas relações raciais, as entrevistadas abaixo ressaltam a importância de acolher as denúncias com o cuidado às vítimas e avançar na luta pela democratização dos veículos de comunicação.

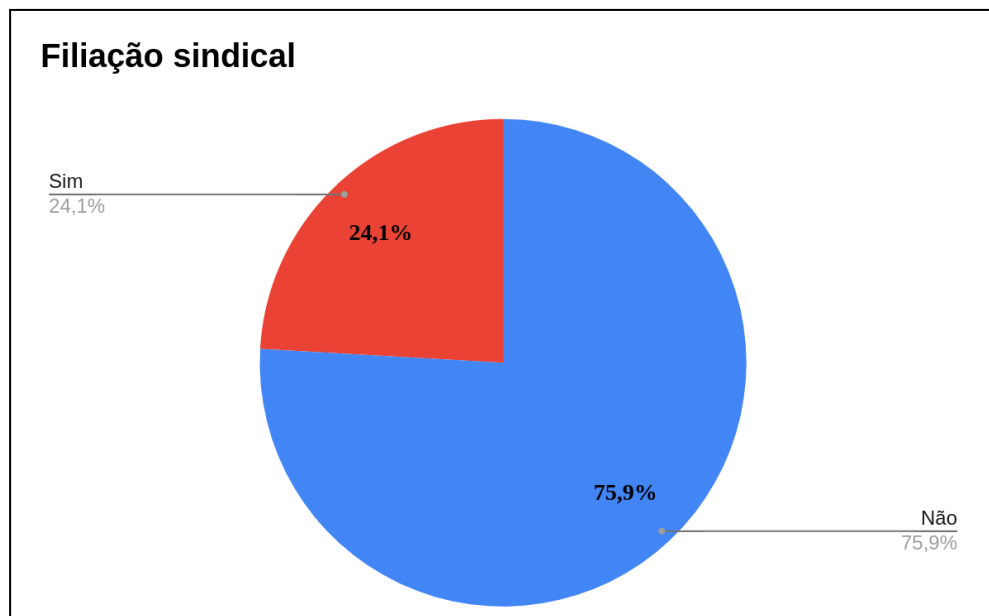
Empregar em todos os âmbitos e níveis profissionais negros, sempre abordar assuntos relacionados ao tema e acolher denúncias de racismo com seriedade e cuidado. (33 anos).

Antes temos que acabar com o monopólio das grandes empresas, através da democratização da comunicação. Vale a ressalva que, por pressão dos movimentos, hoje encontramos negros com destaque na mídia, mas agora temos um inimigo maior, que se não for eliminado em 2022, o retrocesso será cada vez maior e mais danoso. (27 anos).

Não só para manter as poucas políticas afirmativas existentes no jornalismo, mas para ampliá-las e avançar com suas proposições nas empresas e instituições, a participação sindical pode ser estratégica. Porém, das 135 jornalistas que responderam às seções 4 e 5, dedicadas ao

mercado de trabalho, desta pesquisa, 75,9% não estão filiadas a nenhum sindicato. Apenas 24,1% afirmaram que possuem filiações ativas, conforme ilustra o gráfico a seguir.

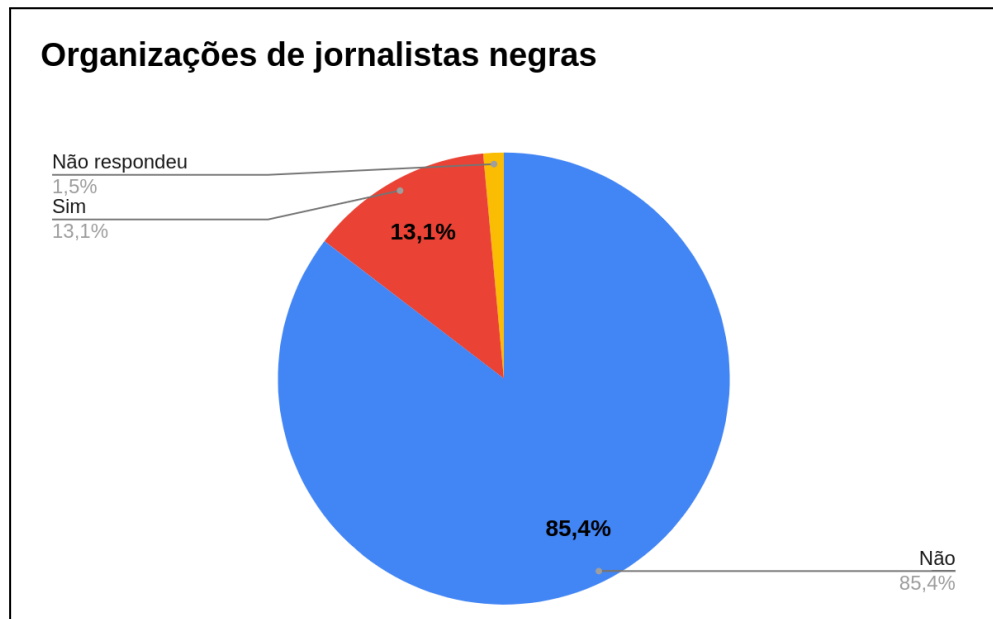
Gráfico 56 - Filiação sindical



Fonte: autoria própria

Outra forma de mobilização para o avanço das políticas afirmativas no jornalismo seria a participação em grupos específicos de jornalistas negras, para que as experiências fossem compartilhadas e ações coletivas, propostas. Mas, como demonstra o gráfico seguinte, somente 13,1% das entrevistadas afirmaram que estão engajadas em coletivos de jornalistas negras. 85,4% não têm nenhuma ligação com grupos desta natureza, o que dificulta a mobilização por melhorias na profissão. 1,5% das escrevintes não respondeu.

Gráfico 57 - Organizações de jornalistas negras



Fonte: autoria própria

Abaixo, segue a lista dos grupos nos quais algumas jornalistas estão vinculadas. Algumas citaram as Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), instituídas nos sindicatos a partir da década de 2000. Outras mencionaram coletivos na internet, mídias independentes e até grupos de Whatsapp que reúnem colegas negras da mesma empresa.

COJIRA-RIO/SJPMRJ.

<https://negre.com.br/>

COJIRA - DF - Comissão dos Jornalistas para Igualdade Racial.

Grupo Jornalistas Negros de Campos dos Goytacazes.

Cojira SP

Cojira SP

Revista Afirmativa, Salvador.

Rede Brasileira de Jornalistas com Visão de Gênero.

Coletivo Lena Santos.

Coletivo Lena Santos.

Gostaria de conhecer e participar de alguma.

Coletivo Lena Santos.

Portal Favela em Pauta e Portal Notícia Preta.

Sou colaboradora do Notícia Preta.

Jornalistas Negras da EBC - Empresa Brasil de Comunicação. É um coletivo informal que criamos para nos apoiar.

Faço parte da agência mural e perifaconnection.

Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do DF e um Coletivo de mulheres negras jornalistas, a Paó Comunicação (prestamos apoio e serviços a outras pessoas e organizações negras, principalmente, com ajudas de custo variáveis).

Atualmente não participo, mas era da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Rio de Janeiro (Cojira-Rio) do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Participo do coletivo dos alunos negros da faculdade em que estudei.

Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-AL).

Vale acrescentar que uma das entrevistadas que não está vinculada a nenhum grupo de jornalistas negras fez questão de enfatizar: “Eu queria!!!! (45 anos)”.

Da mesma forma que na seção 4, deixamos um espaço aberto para as considerações finais das entrevistadas, sendo este o último campo respondido no questionário. O apelo para o financiamento das mídias independentes e por sua priorização apareceram nos relatos.

É preciso que apoiem financeiramente a mídia negra nordestina para que ela possa sobreviver! Monetizar é preciso. (41 anos).

O jornalismo, principalmente nas grandes empresas de comunicação, ainda trata como tema mais relevante aquilo que interessa ao mercado privado e empresários que possuem contratos com os seus veículos. Enquanto isto for prioridade, pautas antirracistas e sociais estarão exprimidas e com pouco espaço nos veículos, e além disso, a independência e existência de outros veículos de imprensa se torna mais difícil por conta da situação financeira. (24 anos).

A seguir, os impactos do racismo estrutural na cultura das empresas são realçados, com o alerta para a falta de promoções e o uso deturpado das cotas pelas TVs.

Acho que no jornalismo, mais do que nunca, o racismo estrutural é realidade. Os gestores nem são capazes de identificar de tão naturalizado que é. Consideram que vamos aceitar sempre menos, o que muitas vezes acontece, diante de um mercado com tão poucas oportunidades. Na minha especialização, abordei a falsa imagem da democracia racial nas TVs de Pernambuco. Na época, quando as cotas ainda estavam no começo, a quantidade de negros jornalistas era ainda menor que hoje. Mas cada TV tinha um repórter, para aparecer na tela. Nas redações de impresso e rádio era raro. Achei dois num universo de 3 rádios e 3 jornais. Quando iniciei, nem queria TV. mas meio que fui empurrada para completar a cota. (47 anos).

Importante falar sobre a baixa promoção de pessoas pretas a cargos de liderança. Vejo até muitos pretos trabalhando no jornalismo, mas poucos como editores, coordenadores ou chefes de redação. (35 anos).

O Brasil tem sérios problemas com o racismo estrutural e isso precisa ser ainda por muito tempo discutido de forma ampla. (28 anos).

Duas jornalistas frisaram trabalhar em mídias focadas nas relações raciais, denotando certo privilégio, conscientes de que trajetórias assim são raras exceções.

Creio que no caso das minhas respostas se trate de uma super exceção, pois trabalho em uma mídia focada na pauta racial. (42 anos).

Comecei minha carreira no Bloco Afro Ilê Aiyê, como estagiária, depois como profissional. Depois trabalhei - já em Brasília - para dois deputados negros, na Câmara dos Deputados. Depois passei no concurso e, nos trabalhos do coletivo de comunicação, praticamente só trabalho para pessoas e organizações negras. Creio que há poucas pessoas com essa trajetória no Jornalismo. Sou grata a quem me abriu oportunidades: pessoas negras. (60 anos).

O próximo depoimento é de uma jornalista com carreira sólida e respeitada, editora-chefe, que fez sua equipe aprender a conviver com o seu black power. Porém, em muitas situações, invadida com os toques e os comentários sobre o cabelo. Apesar do enfrentamento, os olhares que ainda enfrenta no trabalho ou no lazer com o marido são narrados por ela.

Tem uma história que sempre conto, para ilustrar a forma como as pessoas me enxergam. Sou uma negra de pele clara e cabelo crespo e volumoso. Certa feita recebemos a visita de um executivo de uma rede de TV nacional. E o mesmo disse que eu "parecia uma artista de cinema". Enquanto ele disse isso, direcionava os olhos e as mãos para os meus cabelos. Nesta época, eu adotava vestimentas menos formais. Deste período para cá passei a usar roupas mais formais, para tentar quebrar esse visual "alternativo". Todo mundo diz que acha lindo o meu cabelo. Alguns têm a curiosidade de passar a mão. Outros até dizem: "nossa como é macio". De modo geral, aqui na empresa, depois de 8 anos de black power as pessoas já se acostumaram com a minha identidade. Mas sei que vivo numa bolha, protegida pelo meu cargo de "editora chefe" de um jornal tradicional e respeitado no estado. Ainda sinto os olhares de estranhamento à minha imagem em outros lugares que frequento. Por vezes, eu e meu marido somos os únicos negros do restaurante, da festas. Somos olhados com estranheza, desde o supermercado até a igreja. É como se fossemos ETs dentro do nosso próprio estado. Aqui tem muitas pessoas negras, mas elas não costumam aparecer nos espaços em que estou por força do meu trabalho. Tenho uma carreira consolidada. Sou respeitada. E aceita. Mas aqui na empresa somos somente duas mulheres negras, num universo de quase 100 empregados. Isso não é nada. (31 anos).

Já o relato abaixo é de uma jornalista que indica agir com autoboicote, de tão informada que foi pelo racismo cotidiano de que seu cabelo é impróprio para a TV.

Meu primeiro emprego foi em uma televisão pública dirigida por uma professora da faculdade. Ela me convidou para ser a apresentadora do primeiro programa da

recém-criada emissora e uma das minhas primeiras reações foi perguntar se ela tinha certeza por causa do meu cabelo. Isso mostra como questões anteriores afetam nossa confiança. (54 anos).

Uma jornalista aproveitou para indicar o trabalho acadêmico de uma pesquisadora com intuito de ajudar nesta tese. Desejou boa sorte e ressaltou a importância da pesquisa.

Carla, talvez você já conheça, mas gostaria de te fazer uma indicação. Em 2019, a Yasmin Santos fez um TCC sobre mulheres negras no jornalismo que talvez possa te acrescentar algo. Eu respondi às perguntas dela, na época, por isso me lembrei. O trabalho dela também foi publicado, mais tarde (acho que ano passado), como reportagem na Piauí. Enfim, te desejo boa sorte nesse trabalho tão importante! Se precisar de mais algo, fique à vontade pra entrar em contato. (34 anos).

Também houve críticas sobre a experiência com o questionário. A dica foi para captar mais a subjetividade das jornalistas, perguntar sobre assédio moral e aprofundar as questões relacionadas aos desafios do universo de freelancers e microempendedoras/es.

Acho que em algumas questões têm que ir além do sim ou não, porque tem muita relatividade em alguns casos. Assim o diagnóstico poderia ser mais preciso. (32 anos).

Senti muita falta de questões sobre assédio moral. Acho que, assim como sexual, é bem recorrente sobretudo porque todo mundo acha que tem mais propriedade que uma mulher preta sobre qualquer coisa. (42 anos).

Você não considerou o mercado de profissionais freelancers e MEI - acho que é um nicho que só vem crescendo e que você poderia explorar mais na sua tese. (25 anos).

O próximo relato é o último da tese. Enquanto mulher preta e mãe solo, a escritora ressaltou o dever de lutar por melhores condições de trabalho e por maior reconhecimento. E em terceira pessoa, deixou registrado: “sigamos, firmes e fortes na luta antirracista”.

Espero ter contribuído. Enquanto mulher preta e mãe solo tenho o dever de lutar pela legitimação da ocupação dos diversos espaços. Ter que provar a nossa competência o tempo todo é desgastante, mas necessário. E isso, transita nos ambientes profissionais, na porta da minha casa quando as pessoas me julgam ser a empregada, na falta de coragem de alguns homens assumirem uma mulher preta e por ai vai... Sigamos, firmes e fortes na luta antirracista. (27 anos).

Os desafios para as jornalistas negras ingressarem e se manterem na profissão são ainda enormes, como podemos mensurar na leitura deste capítulo. Além do racismo cotidiano que as acompanham desde a infância, a “feminilização” com sinais de derrocada e a “feminização” longe de se tornar realidade (a partir das categorizações fornecidas por Silvia Yannoulas, que indicam mudanças incipientes para uma real alteração das relações hierárquicas na profissão), a falta de grupos entre mulheres negras jornalistas tende a tornar ainda mais

desafiadora as suas inserções e as permanências não só no mercado de trabalho, mas também na graduação. Audre Lorde fala da importância de transformar o silêncio em ação.

Eu ia morrer cedo, tivesse falado ou não. Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês. Mas cada palavra que tinha dito, cada tentativa que tinha feito de falar as verdades que ainda persigo, me aproximou de outras mulheres, e juntas examinamos as palavras adequadas para o mundo em que acreditamos, nos sobrepondo a nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado de todas essas mulheres que me deu forças e me permitiu analisar a essência de minha vida. (LORDE, 1977).

A escritora compartilhou as suas palavras sobre a potência de transformar o silêncio em ação e linguagem no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas, em 1977. Dois meses antes, foi diagnosticada com câncer. “Ao tomar forçadamente consciência de minha própria mortalidade, do que desejava e queria de minha vida, durasse o que durasse, as prioridades e as omissões brilharam sob uma luz impiedosa, e do que mais me arrependi foi de meus silêncios”, ressaltou Audre Lorde, que provocou a plateia com a questão: “Que tiranias vocês engolem cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio?”⁵⁶. Romper os silêncios foi também uma pretensão desta pesquisa que, de certa forma, colocou em diálogo vivências de jornalistas atuantes em todas as regiões do país, com objetivo de inspirar a continuidade das partilhas que possam gerar vínculos.

Cada uma de nós está hoje aqui porque de um modo ou outro compartilhamos um compromisso com a linguagem e com o seu poder, também com a recuperação dela que foi utilizada contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é de uma necessidade vital para nós estabelecer e examinar a função dessa transformação e reconhecer seu papel igualmente vital dentro dessa transformação. (LORDE, 1977).

Fazendo uso das palavras de Audre Lorde, busco reforçar, nas últimas linhas desta tese, a importância dos vínculos comunitários como pontes para as transformações necessárias que garantam uma maior presença de mulheres negras na profissão, mas que também garantam a valorização destas presenças em constante ascensão na direção de um jornalismo antirracista no Brasil. O desafio não deve ser encarado somente pelas mulheres negras mas, sobretudo, por toda sociedade já que a diversidade é um valor inegociável para o fortalecimento da democracia no país. Desmontar o racismo estrutural é, assim, prioridade para o futuro de todos e todas.

⁵⁶ Texto completo de Audre Lorde publicado no Portal Geledés, disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>

Conclusão

Como previsto, o longo questionário e a colaboração de 137 mulheres geraram uma quantidade de dados estatísticos e de relatos relevante. Ressalto que uma das intenções com esta pesquisa foi exatamente produzir informações que pudessem contribuir para mostrar quem são as jornalistas negras, como o racismo impactou as suas formações, desde a educação infantil até o curso superior, e como ele segue impactando no cotidiano de suas carreiras profissionais.

Sendo assim, gerar dados foi um objetivo alcançado com a intenção também de que este apanhado de estatísticas e de depoimentos pudesse servir como referência para reflexões futuras e para novos trabalhos a serem publicados. Considero esta tese uma “comunicação” no sentido discutido por Muniz Sodré (2014) e Rosane Borges (2019) de “pôr em comum”.

Memórias da infância, da adolescência, das graduações e das vivências no mercado de trabalho foram doadas pelas entrevistadas para viabilizar esta construção que podemos chamar de comunitária. “E quando as palavras das mulheres clamam por serem ouvidas, cada uma de nós deve reconhecer sua responsabilidade de tirar essas palavras para fora, lê-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida”, nos alerta Audre Lorde (1977).

No primeiro capítulo, o objetivo foi demonstrar as origens das ideologias que fundaram o racismo estrutural no Brasil. As relações escravocratas e os esforços das ciências eugenistas após a abolição da escravidão definiram continuidades das barreiras para a ascensão social da população negra que ainda hoje estão presentes no cotidiano do país. No século XIX, enquanto as mulheres brancas acessavam jornais para lutarem contra o patriarcado, as mulheres negras permaneciam reféns da desumanização, sendo invisibilizadas aquelas que escreviam.

Os jornais entraram no processo da industrialização, em meados do século XX, com a divisão sexual do trabalho determinando a ausência das mulheres em suas produções. Com as histórias de Almerinda Gama, negra, e de Ana Callado, branca, passadas em tempos distintos, mas no mesmo contexto de exclusão das mulheres do mercado de trabalho, identificamos violências sexistas, incluindo abusos sexuais, que ainda hoje ocorrem no jornalismo.

Nos últimos anos do século XX, o fenômeno da feminilização da profissão inverteu o perfil dos profissionais da imprensa e, pela primeira vez na história, a maioria feminina entrou em cena na atividade jornalística. Porém, o acesso maior de mulheres no jornalismo não deve ser observado superficialmente, sem o recorte racial. As mulheres brancas são hoje a maioria nos postos de trabalho, estando as negras ainda subrepresentadas numericamente.

Ainda no primeiro capítulo, depois que as teorias eugenistas perderam espaço pela pressão do “progresso da nação”, as ideologias racistas e a obsessão social pela exclusão da população negra de qualquer chance de ascensão, que inclui os âmbitos da fé, da cultura e, sobretudo, da capacidade de subverter estruturas dominantes, o mito da democracia racial foi instaurado no Brasil, virando, ao mesmo tempo, uma estratégia capilarizada para enraizar o racismo cotidiano e uma identidade nacional forjada na harmonia entre os povos originários.

O mito da democracia racial ainda está latente entre nós, vide as resistências contra a implementação de cotas raciais nos espaços de qualificação e de poder, não só no jornalismo, evidentemente, mas em quaisquer esferas que as populações negras, indígenas, e demais grupos historicamente oprimidos, possam destituir a população branca de seus privilégios. Ainda é fixa a ideia forjada da justiça que mantém a meritocracia produtora, inclusive nas universidades.

As mulheres negras, em sociedades estruturadas pelo racismo e pelo sexismo, são impactadas de múltiplas formas que nenhum grupo de pessoas brancas corre o risco de ser. Sobre elas, uma gama de imagens foi criada para que seus passos fossem limitados ao destino colonial de serviçais, incluindo fetiches sexuais, violências que não causam dores à população branca, pois a “Outridade” reina, numa dinâmica que não só encurrála as pessoas negras nas representações do mal para que, antagonicamente, as brancas triunfem como “pessoas de bem”, mas que protege o poder da branquitude para continuar reproduzindo a história única negra da incapacidade, da infantilização, da hipersexualização, da feiúra, da burrice, e por aí vai.

Ao longo do século XX, o ideal branco de eficiência, de beleza, de riqueza, de crença, de amor, de família, de qualificação profissional etc, foi protegido com a exclusão legislada da população negra do acesso à educação, desde a infância até a vida adulta, com ingressos impedidos pela estrutura social às universidades, principalmente o das mulheres negras que, desde libertas, são relegadas à solidão e à vida dura pela própria sobrevivência e das crianças de suas comunidades. Sem emprego, os homens negros “vadiavam” na perspectiva oficial.

Mas a luta negra prossegue, desde os quilombos dos Palmares. Vimos a importância da Frente Negra Brasileira, na década de 1930, que aquilombou a negritude para a preservação da autoestima, mesmo, naquela época, mirando horizontes brancos de ascensão social. Nos anos 1970, a presença negra nas universidades começou a existir de forma mais representativa e com ela, as estruturas racistas sofreram abalos que até hoje reverberam nestes espaços. No jornalismo, no entanto, a “cota” ou a “commodity”, como sugeriu bell hooks, nos trouxe a Glória Maria, por exemplo, que faleceu neste fevereiro de 2023 vítima do câncer, comovendo pelo pioneirismo e, especialmente, pela inspiração para as mulheres negras.

Única na grande audiência nacional, a presença negra de Glória Maria no jornalismo passou do século XX para o século XXI e não deve desaparecer apesar de sua passagem neste mundo encerrada no dia 2 de fevereiro. Sua competência e estética na TV motivaram gerações. Porém, como apresentado no primeiro capítulo, são os homens brancos os donos dos veículos de produção que dominam o jornalismo da grande mídia. Sem a permanência e os avanços das lutas pela democratização dos meios de comunicação, a presença escassa de mulheres negras nos meios de comunicação deve continuar, como tem sido desde os anos 1950.

Já no segundo capítulo, a metodologia da pesquisa foi apresentada, assim como a hipótese perseguida e os seus objetivos. O intuito principal desta tese foi revelar os impactos do racismo nas trajetórias escolares e profissionais de jornalistas negras. Com a chegada de Maju Coutinho na audiência nacional da TV Globo, na segunda década dos anos 2000, demandou uma enxurrada de ataques racistas e uma dose de esperança com um novo rosto negro na TV. Porém, longe das telas da grande mídia e da vida das celebridades, interessou conhecer o cotidiano das jornalistas negras que muito pouco nas pesquisas científicas conseguem aparecer.

A pesquisa foi realizada através de um questionário online, método que favoreceu a participação de 137 mulheres de todas as regiões brasileiras e de diferentes idades, o que proporcionou recortes de tempo e de espaço. Por serem mulheres negras, elas carregam, desde a infância, continuadas desvantagens sociais por consequência do racismo estrutural expressado no cotidiano – dito de outra forma: devido aos privilégios continuados da branquitude - que, por força da sua dominação, interfere em suas trajetórias escolares e acadêmicas em desfavor do ingresso, da permanência e da ascensão na carreira profissional. Esta foi a hipótese lançada.

Para testá-la, os objetivos perseguidos foram: revelar os impactos do racismo nas trajetórias escolares e profissionais, gerar dados sobre as condições de aprendizagem e trabalho das entrevistadas e, por fim, apontar caminhos possíveis para maior presença de mulheres negras na profissão. Avalio que os objetivos foram alcançados, assim como ficou evidente que os impactos do racismo no cotidiano das escrevintes, desde a infância, determinaram (e ainda determinam) limitações para a criação de vínculos, sejam de amizade, nas relações amorosas, e também vínculos profissionais, situação que as isolam das chances de ascender no jornalismo, pelo menos em iguais condições do que as jornalistas brancas.

As barreiras na formação escolar e formação acadêmica foram enumeradas no terceiro capítulo, que informou sobre os acessos às escolas e as experiências nos cursos de jornalismo, enquanto crianças, adolescentes e adultas. Nas escolas, identificamos o racismo institucional não só a partir da omissão de professores/as, mas também por meio da participação direta dos/as mesmos/as em episódios racistas de rejeição e preterimento, situações que promoveram

isolamentos para boa parte das entrevistadas, além de abalos na autoestima. Neste capítulo, os abusos sexuais apareceram nas experiências acadêmicas de algumas mulheres, o que fortalece a necessidade de pesquisas com a perspectiva interseccional. Foi também, com maior ênfase, que as discriminações raciais sobrepostas às questões de classe surgiram, uma vez que o ensino superior no Brasil é, historicamente, dominado pela branquitude de famílias mais ricas.

A dificuldade de fazer parte de grupos nas escolas e nos cursos de graduação afasta as mulheres negras das indicações para oportunidades de trabalho. A branquitude dominante ainda usa seu poder para negar as capacidades intelectuais, causando a autodepreciação e a falta de confiança nas entrevistadas, que concluem o curso de jornalismo sem perspectivas de ingressar no mercado de trabalho. Ainda na graduação, os impactos do racismo estrutural aparecem nos acessos, quando fica demonstrado que a grande parte das escritoras precisou recorrer ao ensino privado para continuar sonhando com diplomas de jornalistas. Os acessos aos estágios são dificultados pelo racismo estrutural, sob a alegação, muitas vezes declarada, do “perfil” inadequado, reservando as oportunidades para estudantes brancas com o pacto narcísico ativo.

Tanto nas escolas quanto nas graduações, a ausência de mecanismos institucionais que protejam as pessoas negras das violências racistas e as mulheres, das violências sexistas, surgiu nas entrelinhas, quando foram praticamente inexistentes as citações de alguma providência de gestores/as para combater o racismo cotidiano e reparar os danos que promove. A conivência pela omissão é ainda latente, o que não vai mudar no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, os relatos de que os ingressos nas universidades favoreceram a autodeclaração negra é um dado que merece maior atenção em estudos científicos. Estar irmanada com outras mulheres negras, ou mesmo em grupos com consciência da negritude, favoreceu a autoestima e potencializou a tomada de posições políticas em combate ao racismo estrutural. O poder dos vínculos deve ser melhor estudado enquanto promotor de espaços seguros e antirracistas em meio à branquitude.

Já no mercado de trabalho, identificamos que as jornalistas negras estão mais distantes das mídias de maior audiência, a exemplo das TVs, rádios, jornais, portais de notícias, revistas, e mais próximas das assessorias de imprensa. No *Perfil do jornalista brasileiro 2021*, enquanto que um terço dos/as profissionais entrevistados/as estão atuando fora da mídia, categoria que engloba a assessoria de imprensa, entre as jornalistas negras, esta atividade foi a mais citada.

Fica sinalizada ainda a necessidade de investigar mais a fundo a “divisão racial do trabalho” no jornalismo, com o objetivo de medir as distâncias das jornalistas negras da real possibilidade de produzirem conteúdos antirracistas que possam, de fato, impactar as estruturas do racismo no Brasil. Com relação à ascensão de Maju Coutinho, vale um adendo. Da previsão do tempo, um quadro de poucos minutos no Jornal Nacional, ela chegou a ser âncora do Jornal

Hoje, da tarde, mas não durou muito tempo. Os telejornais são diários, em horários de maior audiência e, o principal, em interação permanente com pautas políticas que impactam o país. Maju Coutinho continua na TV, mas no Fantástico, programa semanal nas noites de domingo, que mistura temas, dividindo a tela com uma mulher branca. No jornal da tarde, foi substituída por um homem.

No último capítulo, dois fenômenos sugeridos por pesquisadores da feminilização do jornalismo foram mencionados: o chamado “teto de vidro” e a “síndrome da abelha-rainha”. Neste trabalho, estas teorias não foram aprofundadas, mas os relatos das jornalistas indicaram sintonia com as mesmas. Além de tudo o que foi exposto sobre a infância, a adolescência e a juventude nas graduações, no mercado de trabalho a concorrência com mulheres brancas surgiu com algumas peculiaridades que devem, também, continuar no foco de futuras pesquisas.

Identificamos que a maioria das jornalistas negras é chefiada por mulheres brancas. O que poderia indicar avanço para as mulheres esbarra no patriarcado, revelado na distribuição das faixas salariais e das funções de maior poder de decisão, além do clima organizacional que permanece machista, apesar da feminilização da profissão observada na virada do século XXI. As mulheres brancas, que conseguem avançar na hierarquia, encontram o “teto de vidro”, que as impedem de ascender para além dos homens. As subordinadas das mulheres brancas, por sua vez, experimentam a tal “síndrome da abelha-rainha”, segundo a teoria, com a concorrência entre as mulheres em desfavor das mesmas. Ou seja, a feminização, entendida como a mudança qualitativa das relações de trabalho em favor das mulheres, não aconteceu com a feminilização.

E as jornalistas negras diante disso tudo? Estão ainda mais distantes do “teto de vidro”, já que não são elas as que chefiam, na grande das vezes, mas que são elas as chefiadas pelas jornalistas brancas. Entre chefes brancas e subordinadas negras no jornalismo, como pode estar se manifestando a “síndrome da abelha-rainha”, caso o fenômeno realmente exista? Nos relatos apresentados nesta tese, identificamos conflitos racistas nestas interações, com chefes brancas promovendo perseguições, rejeições das capacidades intelectuais e até demissões. Restou posto que o preterimento das jornalistas negras, em comparação às brancas, acontece na distribuição de pautas e cargos, por exemplo, ou nas situações que geram sobrecarga para as negras. Sendo assim, as relações entre jornalistas brancas e negras exigem futuras pesquisas qualitativas.

Como imaginei, desde o encontro virtual com Ariane Félix, em 2019, este trabalho é finalizado com dezenas de mulheres negras dando as suas contribuições aos estudos sobre o jornalismo, a partir das suas trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais. Acredito que esta tese dá visibilidade às complexas relações que permeiam o desafio de maior presença de

mulheres negras no jornalismo. As “escrevivências” que a tornaram possível indicam que, em comunhão, os avanços podem ser gerados com a pluralidade de visões colocadas em comum. Que as experiências compartilhadas neste trabalho possam inspirar outras jornalistas, de modo a fortalecer as suas pretensões e permanências na profissão.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letas, 2019.

A FAMÍLIA. Rio de Janeiro, 1888-1894.

ALAKIJA, Ana. **Mídia e identidade negra**. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). *Mídia e Racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

ALAKIJA, Ana. **Mídia e identidade negra**. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). *Mídia e Racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Editora Letramento, 2018.

A MAI DE FAMÍLIA ou **Educação da Infância e Hygiene da Familia: jornal científico, litterario e illustrado**. Rio de Janeiro: Lombaerts e Cia. 1879-1888.

BANDEIRA, A. P. B. S. **Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Tese (doutorado). UFPE: Recife, PE: 2019

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENTO, M. A. S. **A mulher negra no mercado de trabalho**. Estudos Feministas, ano 3, n. 2, 1995.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no setor público**. Tese (doutorado). USP. São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 2002.

BORGES, Rosane. **Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação**. In: *Vozes negras em comunicação*, 2019.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo, SP: Ática, 1986.

CARLOS, Anderson Ricardo; FRANZOLIN, Fernanda; ALVIM, Márcia Helena. **Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo**. *História Ciências Saúde - Manguinhos* 27(3):781-801, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte, MG: 2018.

CHICO, Paulo; UCHA, Francisco. **Ana Arruda Callado. Uma mulher de sorte.** Dois pontos: Opinião, Literatura & Cultura, 2013. Disponível em: <https://doispontosblog.wordpress.com/entrevistas/ana-arruda-callado/>

COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução?** Tradução: Bianca Santana. Parágrafo. jan/jun. 2017. V.5, N.1 (2017) - ISSN: 2317-4919, 2017.

COLLINS, Patrícia Hil. **Aprendendo com a outsider within.** Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Nº 1, Jan/Abr, 2016.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros.** In: ROMÃO, Jeruse (Org). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CUNHA, Maísa Faleiros da. **A escravidão em números: demografia escrava em Franca - SP, 1811-1888.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2015.

DANCOSKY, A. K. MICK, J. ROCHA, P.M. **Masculização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017).** Revista Estudos Feministas. v. 30. n. 02. Florianópolis, 2022.

DANTAS, Mariana R. L. **Mulheres e mães negras: mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.** Almanack. Guarulhos, n.12, p.88-104. Jan-Abr – 2016.

DAVIS, Angela: **Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.** Salvador: El País, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **Brasil: a inserção da população negra e o mercado de trabalho,** 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.pdf>

DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR. **V pesquisa**

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil.** Cadernos Pagu (28), janeiro-junho de 2007.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX.** Belo Horizonte, MG: Autêntica editora, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução: Renato da Silveira. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa.** São Paulo, SP: Elefante, 2017.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional**. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional**. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018.

FILHO, Ciro Marcondes (org.). **Imprensa e Capitalismo**. São Paulo, SP: Kairós Livraria Editora, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, Esperança [et.al.]. **Vozes insurgentes de mulheres negras: do século XVIII à primeira década do século XXI**. Bianca Santana (org). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

GÊNERO E NÚMERO E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. (GN/ABRAJI). **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: 2017.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020a.

_____. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020b.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria e prática**. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

_____. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**, ISBN 978-85-240-4513-4. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

IESP/UERJ. **Jornalismo brasileiro: gênero, cor, raça dos colunistas dos principais jornais**. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-genero-cor-raca-dos-colunistas-dos-principais-jornais/>

INTERVOZES E REPÓRTERES SEM FRONTEIRA. **Monitoramento de propriedade da mídia do Brasil**, 2017. Relatório disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>

INVESTIGATIVO. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: 2017.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, RJ: Editora de Livros Cobogó. 4 reimpressão. Tradução: Jess Oliveira. 1 edição, 2019.

LEAL, Maria Ivoneide. **Quando a Esperança é símbolo de liberdade: um estudo sobre a história de Esperança Garcia e a construção de sua imagem**. Dissertação. Chapecó, MG. Universidade Federal da Fronteira do Sul. (UFFS). 2021.

LELO, Thales Vilela. **A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero**. Rev. Estud. Fem. 27 (2) • 2019

LIMA, S. P; NICOLETTI, J; MICK, J. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Jacques Mick ... [et al.]. 1. ed. Florianópolis : Quorum Comunicações, 2022

LITERARTES, n. 5, 2016.

LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. 1977. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>

MACIEL, Maria Eunice de S. **A eugenia no Brasil**. Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

MELO, José Marques de. **Os primórdios do ensino de jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. I Nº 2 - 2º Semestre de 2004.

MELO, W. C; SCHUCMAN, L. V. **Mérito e mito da democracia racial: uma condição de (sobre)vivência da supremacia branca à brasileira**. Revista Espaço Acadêmico - Ed. Especial. Ano XXI. ISSN 1519.6186, 2022.

MICK, J; KIKUTI, A. **O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa**. PLURAL. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.27.2, ago./set., 2020, p.210-239

MICK, LIMA - UFSC e FENAJ. **Quem é o jornalista brasileiro?**, 2012.

MIRANDA, Karoline Nascimento. **Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX**. Epígrafe, São Paulo, v.7, n.7, pp.83-96, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, SP: Ática, 1988.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MUNIZ, Sodrê. **A ciência do comum**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

N'ZINGA INFORMATIVO, n. 4, p. 4-5, 1988.

nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES - 2018. Brasília: Fonaprace, 2019.

NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da**

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NUNES, K. L. D. **Antonieta de Barros: uma história.** Tese (doutorado). UFSC. Florianópolis, 2001.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros – A Novidade do Voto Feminino em Santa Catarina na Década de Trinta.** Esboços: histórias em contextos. V. 8, n. 8, 2000.

O JORNAL DAS SENHORAS: **Modas, literatura, belas-artes, teatros e crítica.** Rio de Janeiro, Typ. Parisiense, 1852-1855.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. **O mulato, um obstáculo epistemológico.** Argumento: Revista mensal de cultura. Ano 1, n. 3, 1974.

OLIVEIRA, L. E. G; PORCARO, R. M; ARAÚJO, T. C. N. **O lugar do negro na força de trabalho.** Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1981.

OLIVEIRA, M. A. **“Solidão afetiva” da mulher negra: um estudo sobre família, raça e gênero.** TTC (monografia). Niterói, RJ: 2019.

PEREIRA, Amauri Mendes Pereira. **Escola – espaço privilegiado para a construção da cultura da consciência negra.** In: ROMÃO, Jeruse (Org). História da educação do negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PINTO, Ana Flávia Magalhães Pinto. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899).** Dissertação. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2006.

PIZA, Suze; PANSARELLI, Daniel. **Eurocentrismo e racismo.** Problemata: R. Intern. Fil. v.8. n. 1, p. 271-287, 2017.

PORTAL G1. **Cai participação de mulheres negras no mercado de trabalho em relação ao período pré-pandemia,** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/25/cai-participacao-de-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-em-relacao-ao-periodo-pre-pandemia.ghtml>
profissão no país. Santa Catarina: 2012.

RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** Instituto Kuanza. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2006.

REIS, João José. **Presença negra: conflitos e encontros.** In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 2007.

SAFFIOTI. H. **Gênero, patriarcado e violência.** 2 ed. São Paulo, SP: Expressão

Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Geilza da Silva. **O engenho Bom Fim e o lugar social da mulher negra no pós-abolição (Areia, PB, 1890-1920)**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Volume 6, número 2, out./dez. 2019.

SANTOS, J. R. **A inserção do negro e seus dilemas**. Parcerias Estratégicas - número 6 - março/1999.

SANTOS, José Benedito dos. **A literatura afrodescendente de Maria Firmina dos Reis**.

SCHUCMAN, L. V; FACHIM, F. L. **A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras**. Interfaces Brasil/Canadá. Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 16, n. 3, 2016, p. 182-205.

SCHUCMAN, L. V. **Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XIX**. Revista da ABPN • v. 6, n. 13 • mar. – jun. 2014 • p. 134-147.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ. Vozes: 2014.

_____. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 1999.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **"Senhoras do seu destino": Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo: projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)**. Dissertação. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2013.

SOUZA, C. A. S. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2008.

SOUZA, E. C. P. SANTOS, C. M. M. NETO, A. C. **De operárias à abelhas-rainhas: obstáculos que impactam a carreira de jornalistas**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. ISSN 1808-2599, v. 24, jan–dez, 2021.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2006.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2 edição. Rio de Janeiro, RJ: 1983.

TENÓRIO, Patrícia Cibele da Silva. **A vida na ponta dos dedos: A trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899 - 1999) feminismo, sindicalismo e identidade política**. Dissertação. Universidade de Brasília (UnB), 2020.

THE INTERCEPT. **Denunciei o racismo e fui exonerada**, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/19/denunciei-o-racismo-fui-exonerada/>

TRINDADE, Azoilda. **O racismo no cotidiano escolar**. Dissertação. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Psicologia da Educação. Rio de Janeiro, 1994.

TURACK, Cynthia Fevereiro. **Mulheres-mães: memória e construção de sentidos no discurso do periódico A Mãe de Família (1879-1888)**. Dissertação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

TV CULTURA. **Conceição Evaristo explica o conceito de “escrevivência” e relação com mitos afrobrasileiros**. Programa Roda Viva, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J-wfZGMV79A>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) E FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país**. Santa Catarina: 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS UOL. **Repórter demitida pela Globo elogia emissora mas relembra casos de racismo**, 2018. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/22/reporter-demitida-pela-globo-elogia-emissora-mas-relembra-casos-de-racismo.htm>

VASCONCELO, Mônica; PERIOTTO, Marcília Rosa. **A moda e os bailes no Jornal das Senhoras (182-1855) e a formação da mãe-professora**. Revista Histedbr. Campinas, SP. N. 64, p. 64-76. Set - 2015.

VEIGA, Márcia. **Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo**. Estudos em jornalismo e mídia. Vol. 9. n. 02. Julho a dezembro de 2012.

VIEIRA, C. G. G. **Experiências de solidão da mulher negra como repercussão do racismo estrutural brasileiro**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 5, n. 10, jul./dez. 2020 –ISSN 2448-0738.

Anexos

Nas próxima páginas:

1. O questionário da pesquisa;
2. Parecer da membro suplente da banca.

Jornalistas negras no Brasil

Olá! Sou Carla Serqueira, alagoana, jornalista, negra, mãe e doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Venho, com muito carinho e interesse, convidá-la para contribuir com minha pesquisa de tese. Se você se reconhece negra, é jornalista profissional (com diploma), mesmo que não esteja no exercício da profissão, ressalto que suas experiências são fundamentais.

O objetivo é desvendar como o racismo estrutural afeta a formação e a carreira de jornalistas negras no Brasil e apontar caminhos para uma maior diversidade racial na mídia brasileira. Por conta do ineditismo e da abrangência do estudo, gostaria de contar com suas memórias e com seu olhar para esta profissão imprescindível em qualquer democracia.

INSTRUÇÕES

Peço que escolha um momento tranquilo e relembre episódios marcantes da sua trajetória. São cinco seções de perguntas. A seção 4 é exclusiva para jornalistas fora do mercado de trabalho e a seção 5, exclusiva para jornalistas atuantes no mercado de trabalho. Basta pular as questões que não forem indicadas para você.

Muitas perguntas são de múltipla escolha, mas algumas são pedidos para que narre episódios que vivenciou (ou vivencia) nos ambientes dos estudos ou do trabalho. Conto com a sua dedicação.

COMPROMISSO E GRATIDÃO

Na tese, mantereí anônimas as respostas, com cuidado para não expor as colaboradoras. Firmo aqui este compromisso. No entanto, no formulário, peço que se identifique, caso queira, para que possamos trocar outras informações futuramente, se necessário.

De pronto, deixo meus contatos: jornalistasnegras@gmail.com e WhatsApp: 82993374486.

Desde já, agradeço o esforço para tornar possível esta pesquisa sobre racismo, gênero e jornalismo no Brasil. Este estudo só existirá com uma rede de mulheres. Por isso, se conhece outras jornalistas negras, não deixe de repassar o link do questionário. Quanto mais mulheres responderem, mais completos serão os resultados.

Agradecida, de coração!

1. Nome completo:

2. Idade:

3. Cidade e estado onde nasceu:

4. Cidade e estado onde mora atualmente:

5. Qual é (ou era) a profissão de seu pai e de sua mãe?

6. Qual seu estado civil?

Marcar apenas uma oval.

Solteira

Casada/união estável

Outro: _____

7. Com quem mora atualmente?

8. Você se reconhece:

Marcar apenas uma oval.

Preta

Parda

Outro: _____

9. Você se reconhece negra desde a infância ou a sua autodefinição foi construída com o tempo? Poderia relatar como se deu o seu processo?

10. Possui filhas/filhos?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. Em caso afirmativo, quantas filhas/filhos tem?

Marcar apenas uma oval.

Uma/um

Duas/dois

Três

Quatro ou mais

12. Ainda no caso de ser mãe, é a única responsável financeira pelas filhas/filhos?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. Qual a idade das filhas/filhos?

Marcar apenas uma oval.

Menores de 18 anos

Maiores de 18 anos

14. Possui alguma rede de apoio para cuidar das/os filhas/filhos? Qual?

15. E-mail:

16. Telefones:

2. ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO

ATENÇÃO! Esta seção é para que relembre os primeiros anos da vida escolar.

17. Seus ensinamentos fundamental e médio ocorreram em:

Marcar apenas uma oval.

- Escola pública
- Escola privada
- Parte em escola pública, parte em escola privada
- Outro: _____

18. Quando criança, você sofreu discriminação racial na escola?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

19. Em caso afirmativo, narre como a discriminação racial a atingiu na infância:

20. Na adolescência, foi vítima de discriminação racial no ambiente escolar?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

21. Em caso afirmativo, narre como a discriminação racial a atingiu na adolescência:

22. Durante a infância, adolescência ou juventude, por causa do racismo, enfrentou dificuldades para:

Marcar apenas uma oval.

- Criar laços de amizade
- Desenvolver relações amorosas
- As duas alternativas anteriores
- Nenhuma das alternativas anteriores
- Outro: _____

23. Caso tenha enfrentado dificuldades para fazer amizades ou viver relações amorosas em decorrência do racismo, poderia relatar acontecimentos que mostram isso na sua trajetória?

24. Na infância ou na adolescência, recebeu orientações, conselhos, sobre como agir diante do racismo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

25. Em caso afirmativo, de quem? Relate as orientações que recebeu:

26. Durante a infância ou a adolescência, desenvolveu estratégias para se proteger do racismo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

27. Em caso afirmativo, relate as estratégias que desenvolveu para se proteger do racismo:

28. Precisou trabalhar durante o ensino médio?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

29. Em caso afirmativo, que trabalhos exerceu?

30. Com que idade concluiu o ensino médio?

Marcar apenas uma oval.

Entre 16 e 17 anos

Entre 18 e 19 anos

Entre 20 e 21 anos

Entre 22 e 25 anos

Entre 26 e 30 anos

Com mais de 30 anos

3. ENSINO SUPERIOR

ATENÇÃO! Esta seção é para que relembre sua trajetória no curso superior de jornalismo.

31. Por que escolheu cursar jornalismo?

32. Em algum momento foi desestimulada a cursar jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

33. Em caso afirmativo, por que e por quem?

34. Em que anos iniciou e concluiu o ensino superior?

35. Em que tipo de instituição se formou?

Marcar apenas uma oval.

Pública

Privada

Outro: _____

36. Ingressou no curso superior como cotista?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

37. Precisou ingressar em algum programa de financiamento para pagar mensalidades?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

38. Precisou trabalhar fora do jornalismo durante o curso superior?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

39. Em caso afirmativo, durante o curso superior, que trabalhos exerceu fora do jornalismo?

40. Você estagiou em jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

41. Em caso negativo, por quê?

42. Caso tenha estagiado em jornalismo, como foi escolhida?

Marcar apenas uma oval.

Seleção

Indicação

Outro: _____

43. Caso tenha estagiado, onde estagiou? (Pode marcar mais de uma opção, caso tenha estagiado em mais de um lugar)

Marque todas que se aplicam.

- TV
- Rádio
- Jornal impresso
- Revista
- Portal de notícias
- Assessoria de imprensa
- Mídia independente
- ONGs
- Instituições públicas
- Outro: _____

44. Caso tenha participado de seleções para estágio, foi alguma vez avaliada/entrevistada por outra pessoa negra?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

45. Caso tenha participado de seleções para estágio, alguma vez disputou cotas destinadas às pessoas negras?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

46. Em sua opinião, há discriminação racial nas contratações para estágio em jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

47. Considerando a resposta anterior, o que a faz pensar desta forma?

48. Nas seleções ou no cumprimento dos estágios, sentiu-se alguma vez vítima da discriminação racial?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

49. Em caso afirmativo, conte o que aconteceu:

50. Nas seleções ou no cumprimento dos estágios, sofreu algum tipo de assédio sexual?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

51. Em caso afirmativo, narre o que aconteceu:

52. Durante a sua formação, dentro da instituição de ensino (universidade/faculdade), alguma vez foi vítima da discriminação racial?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

53. Em caso afirmativo, narre o que aconteceu:

54. Durante a sua formação, dentro da instituição de ensino (universidade/faculdade), alguma vez foi vítima de assédio sexual?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

55. Em caso afirmativo, narre o que aconteceu:

56. Em sua opinião, a partir das suas vivências na instituição de ensino (universidade/faculdade) onde estudou, é mais comum haver discriminação racial na relação com:

Marque todas que se aplicam.

Gestores/as

Professores/as

Técnicos/as administrativos

Estudantes

Prestadores/as de serviço

Nunca percebi discriminação racial

Outro: _____

57. Você teve professoras negras no curso de jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

58. Quantas mulheres negras você teve como colegas de turma no ensino superior?

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma
- Uma
- Duas
- Três
- Quatro
- Cinco ou mais

59. Em algum momento do curso superior, você pensou em desistir de jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

60. Em caso afirmativo, por quê?

61. Qual foi a maior dificuldade que enfrentou na formação superior?

62. Você tem pós-graduação?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

63. Em caso afirmativo, qual? (Pode marcar mais de uma opção).

Marque todas que se aplicam.

Especialização

Mestrado

Doutorado

Outro: _____

64. Você é filiada a algum sindicato de jornalistas?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

65. Você participa de alguma organização representativa de jornalistas negras?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

66. Em caso afirmativo, qual?

67. Atualmente, qual é a sua condição:

Marcar apenas uma oval.

- Jornalista profissional fora do mercado de trabalho da comunicação.
- Jornalista profissional freelancer na comunicação.
- Jornalista profissional com emprego fixo na comunicação.
- Jornalista profissional dedicada ao ensino superior na comunicação.
- Jornalista profissional desempregada em busca de emprego na comunicação.
- Jornalista profissional dona do próprio negócio na comunicação.
- Outro: _____

4. SÓ PARA JORNALISTAS FORA DO MERCADO

ATENÇÃO! As perguntas desta seção são EXCLUSIVAMENTE para jornalistas que atualmente estão fora do mercado de trabalho da comunicação. Caso você esteja atuando no mercado de trabalho - mesmo como freelancer ou na área acadêmica, por favor, pular para a seção seguinte.

68. Já trabalhou como jornalista?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

69. Em caso afirmativo, por quanto tempo trabalhou como jornalista?

70. Onde trabalhou como jornalista?

71. Que funções exerceu enquanto jornalista?

72. Há quanto tempo está fora do jornalismo?

73. Por que está fora do jornalismo?

74. Caso tenha atuado como jornalista, alguma vez se sentiu vítima da discriminação racial no exercício da profissão?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

75. Em caso afirmativo, narre como a discriminação racial a atingiu no exercício da profissão:

76. Já foi demitida alguma vez?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

77. Em caso afirmativo, nas justificativas do empregador para a demissão, você identificou discriminação racial?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

78. Caso tenha identificado discriminação racial, conte como você a percebeu:

79. Atualmente, trabalha em outra área? Qual?

80. Ainda pretende atuar no jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

81. Em caso negativo, por quê?

82. Caso tenha algo mais a relatar que não foi contemplado nas questões, acrescente aqui, por favor!

5. SÓ PARA JORNALISTAS NO MERCADO DE TRABALHO

ATENÇÃO! Esta seção deve ser respondida EXCLUSIVAMENTE pelas jornalistas que atualmente estão no mercado de trabalho da comunicação, seja com empregos fixos, como freelancer, em funções acadêmicas etc.

IMPORTANTE - As jornalistas fora do mercado, que responderam a seção anterior, devem ir direto para o final desta página e clicar no botão "enviar" para validar a participação na pesquisa.

83. Qual a natureza jurídica da empresa/instituição em que trabalha?

Marcar apenas uma oval.

- Pública
- Privada
- Sem fins lucrativos
- Outro: _____

84. Qual o seu vínculo empregatício? (Pode marcar mais de uma opção).

Marque todas que se aplicam.

- Carteira de Trabalho - CLT
- Pessoa Jurídica - PJ
- Microempreendedora Individual - MEI
- Proprietária da empresa ou sócia
- Trabalho como pessoa física
- Outro: _____

85. Em que tipo de empresa/instituição trabalha? (Pode marcar mais de uma opção, caso atue em mais de um local).

Marque todas que se aplicam.

- TV
- Rádio
- Jornal impresso
- Revista
- Portal de notícias
- Assessoria de imprensa
- Ensino superior
- Órgãos de governo
- Mídia independente
- ONGs
- Outro: _____

86. Já exerceu cargo de chefia?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

87. Qual sua atual função no jornalismo (pode marcar mais de uma, caso desempenhe mais de uma função):

Marque todas que se aplicam.

- Repórter de jornal impresso
- Repórter de TV
- Repórter de Rádio
- Locutora de Rádio
- Apresentadora de TV
- Produtora de conteúdo para web
- Assessora de imprensa
- Fotógrafa
- Editora
- Pauteira
- Revisora
- Chefe de redação
- Colunista
- Designer gráfica
- Professora de jornalismo
- Gestora/Diretora
- Outro: _____

88. Em maior parte, sua produção no mercado de trabalho está vinculada a que áreas temáticas? (pode marcar mais de uma opção)

Marque todas que se aplicam.

- Política
- Economia
- Saúde
- Educação
- Segurança pública
- Empresas
- Tecnologia
- Entretenimento
- Movimentos populares
- Relações de gênero
- Relações raciais
- Sexualidade
- Meio ambiente
- Esporte
- Religião
- Outro: _____

89. Há quanto tempo está no atual emprego?

90. Qual a sua carga horária de trabalho diária?

91. Qual o seu rendimento bruto mensal?

92. Você está satisfeita na função que ocupa?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Outro: _____

93. Em caso positivo ou negativo, por quê?

94. Há outras funções que gostaria de exercer no jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

95. Em caso afirmativo, quais:

96. Por que acha que ainda não exerce as funções que gostaria no jornalismo?

97. Você tem alguma expectativa de melhoria salarial para os próximos três anos?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

98. Em caso positivo ou negativo, o que a faz pensar desta forma?

99. Na instituição/empresa em que trabalha, possui colegas jornalistas negras/negras?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

100. Em caso afirmativo, quantos?

101. Caso possua colegas jornalistas negros/negras, a maioria é:

Marcar apenas uma oval.

- Homem
- Mulher
- A quantidade é a mesma

102. Com base na sua vivência no jornalismo, você acha que a discriminação racial é mais presente na relação com (pode marcar mais de uma opção):

Marque todas que se aplicam.

- Colegas
- Chefes
- Fontes
- Público
- Financiadores
- Não acho que haja discriminação racial nas relações de trabalho
- Outro: _____

103. Seu/sua superior/a hierárquico/a na instituição/empresa em que trabalha é:

Marcar apenas uma oval.

- Homem branco
- Homem negro
- Mulher branca
- Mulher negra
- Outro: _____

104. Em algum momento, na sua trajetória como jornalista profissional, sofreu discriminação racial?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

105. Em caso afirmativo, relate o que ocorreu:

106. Já usou alguma estratégia para se proteger da discriminação racial no exercício da profissão?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

107. Em caso afirmativo, qual?

108. Em algum momento, na sua trajetória como jornalista profissional, sofreu assédio sexual?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

109. Em caso positivo, narre o que aconteceu:

110. Durante a sua trajetória como jornalista profissional, já foi demitida alguma vez?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

111. Em caso positivo, alguma vez identificou discriminação racial nas justificativas para demissão?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

112. No caso de ter identificado discriminação racial no momento da demissão, narre como percebeu:

113. Em sua opinião, as questões de interesse da população negra ganham abordagem antirracista na instituição/empresa em que trabalha?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

114. Você tem espaço para propor pautas antirracistas na instituição/empresa em que trabalha?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

115. Você já produziu e publicou conteúdos antirracistas na instituição/empresa em que trabalha?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

116. Você já percebeu resistência da instituição/empresa onde trabalha para ter pessoas negras como fontes nos conteúdos produzidos?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

117. Você viveu alguma experiência que revele dificuldades para ter pessoas negras como fontes ou para trabalhar abordagens antirracistas na instituição/empresa onde atua? Qual?

118. Eleja três temas que você julga prioritários para ganhar abordagem antirracista nos meios de comunicação no Brasil:

Marque todas que se aplicam.

Segurança pública

Educação

Saúde

Economia

Trabalho

Direitos Humanos

Juventude

Participação política

Democratização dos meios de comunicação

Outro: _____

119. Na instituição/empresa em que trabalha há políticas afirmativas para o ingresso de pessoas negras no jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Está em implantação

120. No caso de já vigorar políticas afirmativas para o ingresso de pessoas negras na instituição/empresa em que trabalha, quais são elas?

121. Em sua opinião, que políticas afirmativas as empresas/instituições de jornalismo deveriam adotar para fortalecer a mídia antirracista brasileira?

122. Caso queira relatar algo mais que não foi contemplado nas questões, use este espaço, por favor!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Prezada profa Dra. Suzy dos Santos, querida presidenta da Banca e também, tenho a alegria de dizer, querida amiga!

Prezada Doutoranda Carla Ribeiro, Prezadas professoras componentes da Banca – Doutoradas Rosane Borges, Giovana Xavier, Lídia Ramires, Márcia Cruz e Suzy dos Santos.

Ao expressar a análise a seguir, escrevo com a esperança de que eu tenha conseguido ingressar alguns minutos antes na sala virtual e cumprimentado a vocês todas antes da banca iniciar.

Como pesquisadora e jornalista negra que sou, recebi com muita satisfação o convite da profa Suzy Santos e da doutoranda Carla Serqueira para ter a oportunidade de ler o manuscrito e participar da banca. Ainda que agora, devido a circunstâncias de saúde, na condição de suplência.

Isso não diminui em nada meu interesse em contribuir nem minha gratidão pela oportunidade.

Assim, teço os aspectos principais da minha análise a seguir e já anuncio que é um texto breve:

A tese *“Racismos nas trajetórias escolares e profissionais de jornalistas negras”* é absolutamente brilhante. Repito: brilhante. Brilhantismo espelhado em diversas dimensões e irei enumerá-las, sabedora de que as colegas professoras que compõem a Banca enumerarão ainda outras mais qualidades. Vamos lá:

A começar pela narrativa, que sem perder a precisão necessária do relatório de pesquisa que é o típico documento “tese”, traz, ainda, um sabor de narrativa que conta o vivenciar da pesquisa, o como eu, autora, cheguei até este tema, como esse tema me toca e que pessoas me despertaram para tal estudo. Isso é simplesmente ótimo, vívido, contagiante e, ainda assim, como disse, mantém todo o rigor da narrativa científica.

A própria estrutura e divisão de capítulos da tese também é digna de destaque: sucinto o sumário, cada parte encadeada e sem excessos também na revisão de literatura, no que destaco a força da contribuição que você traz de Lélia Gonzalez e da perspectiva da feminilização.

O percurso metodológico da pesquisa está muito bem desenhado, descrito e executado. Traz resultados muito relevantes para o estudo dos perfis das jornalistas negras brasileiras. É meu tema de pesquisa principal – desde a perspectiva do que tenho denominado como a interseccionalidade de raça/gênero e classe que se apresenta como uma tripla camada no teto de vidro das jornalistas negras brasileiras (parto do clássico conceito de *glass ceiling*, ao qual adapto para a perspectiva de que nosso teto de vidro não tem apenas uma camada). Me inquieta muito, enquanto jornalista negra e

pesquisadora do tema, que a sociologia das profissões, no Brasil, coloque as “jornalistas mulheres” como se fossem um grupo homogêneo quando estudam diferenças salariais, assédio, barreiras horizontais e barreiras verticais. Não é fato. E seu estudo soma para comprovar que não é fato a suposta homogeneidade. E assim, eu teria muitas perguntas para te fazer, no sentido dos aspectos positivos da sua pesquisa e como podemos dialogar as perspectivas, mas deixarei, dadas as circunstâncias, uma pergunta-reflexão que você não precisa responder, dadas as circunstâncias de ser uma colaboração a partir da suplência.

Que fique como uma inquietação colaborativa, pois: Se há mesmo uma **diferença** no teto de vidro das mulheres jornalistas negras em comparação com o teto de vidro das mulheres jornalistas não negras, e se esse teto de vidro das mulheres jornalistas negras possui, potencialmente, a intersecção de uma tripla camada (gênero, raça e classe), podendo ter outras camadas de vidro (por exemplo, a camada ideológica, a camada da diversidade de gênero, da diversidade regional etc), bem, essa é a perspectiva das minhas pesquisas (da tripla ou múltiplas camadas do teto de vidro que faz barreira para as jornalistas negras). Se essa perspectiva que tenho identificado em meus estudos, tiver eco na pesquisa que você realizou, deixo a inquietação se você viu a presença e intersecção de tais camadas de teto de vidro (camadas em forma de preconceito de gênero, de raça, de classe, de diversidade de gênero, de diversidade religiosa e afins), nos depoimentos/entrevistas que colheu?

Essa é a inquietação-reflexão chave que deixo para você, querida Carla Serqueira.

Não me deterei em questões de formatação ABNT, mas apenas destaco para reler com atenção as referências (além das revisões de praxe), pois, pelo menos na minha versão, algumas linhas de referência se misturaram, exemplo à página 222.

Fico honrada da Banca aceitar dar conhecimento desta minha proposição de análise perante o manuscrito que você apresentou. Parabênizo você e sua orientadora - e ao Programa - pelo manuscrito e estou certa de que será uma banca riquíssima.

Aproveito para deixar um abraço, creio que poderão estar presentes outras pesquisadoras do Grupo de Estudos Muniz Sodré, com o qual tivemos um ótimo diálogo nos dias frios, muito frios e difíceis da pandemia covid-19 para nosso país, tempos felizmente vencidos.

Brasília, DF, 26 de fevereiro de 2023.

Dione Moura

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB